



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Tânia Mara dos Santos Bernardelli

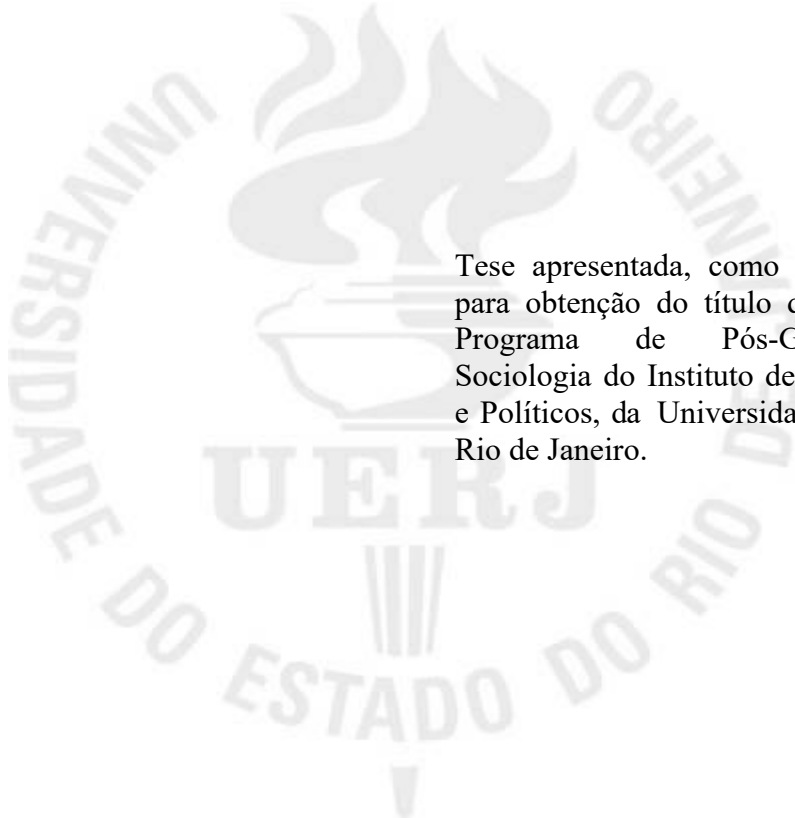
**Tijolo por tijolo: integração regional e a construção de duas escolas
latino-americanas de agroecologia no Brasil e na Venezuela**

Rio de Janeiro

2021

Tânia Mara dos Santos Bernardelli

**Tijolo por tijolo: integração regional e a construção de duas escolas
latino-americanas de agroecologia no Brasil e na Venezuela**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor(a), ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

B522 Bernardelli, Tânia Mara dos Santos.

Tijolo por tijolo: integração regional e a construção de duas escolas latino-americanas de agroecologia no Brasil e na Venezuela / Tânia Mara dos Santos Bernardelli. – 2021.

183 f : il.

Orientador: Breno Marques Bringel.

Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Cooperação internacional - América Latina - Teses. 2. Brasil - Relações - Venezuela - Teses. 3. Venezuela - Relações – Brasil - Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 327.33(81:87)

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tânia Mara dos Santos Bernardelli

**Tijolo por tijolo: integração regional e a construção de duas escolas
latino-americanas de agroecologia no Brasil e na Venezuela**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor(a), ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 08 de fevereiro de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. José Maurício Domingues
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dra. Flávia Braga Vieira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Renata Versiani Scott Varella
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2021

DEDICATÓRIA

À Mariá, para que se lembre que lugar de mulher é onde ela quiser.

AGRADECIMENTOS

“Viver não cabe no Lattes”, essa é uma das frases mais repetidas pelos alunos de pós-graduação e realmente faz muito sentido. Durante o doutorado vivenciei uma série de acontecimentos, alguns bons, outros nem tanto. Parte desses acontecimentos foram compartilhados com meu orientador Breno Bringel. Seu olhar atento e suas palavras de motivação foram de grande importância para que eu continuasse no doutorado e é por ele que inicio meus agradecimentos.

A chegada de Mariá em 2015, um ano depois de iniciar o doutorado me mostrou, “a duras penas”, o que significa ser mãe e pesquisadora num país que não valoriza nenhum dos dois e que na percepção de muitos são papéis antagônicos. Sem conseguir vaga em creche pública, entre uma caneca de café e o consolo de um choro, o texto de qualificação começou a ser escrito.

Em 2016 Mariá me acompanhou na pesquisa de campo na Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA). Com a ajuda da querida Elen, do espaço da Ciranda e dos/as companheiros/as da Escola pude realizar as entrevistas e participar das manifestações políticas. Foi na ELAA que Mariá e essa pesquisa deram seus primeiros passos. Pelo acolhimento, disponibilidade e confiança agradeço a todos os integrantes da ELAA, em especial as/os entrevistadas/os, com quem pude aprender a importância de uma educação voltada para a transformação social.

Ainda em 2016 viajei para Venezuela para a realização da pesquisa no Instituto de Agroecologia Latinoamericano (IALA) Paulo Freire. O país já enfrentava uma crise política e econômica que se agravou ainda mais nos dias de hoje. Era impossível levar uma criança nessa jornada e essa foi nossa primeira separação. A autorização para a realização da pesquisa demorou alguns meses, a crise refletia no dia a dia do Instituto e receber uma visitante significava gastos e era algo que precisava de planejamento. Nesse espaço pude vivenciar um pouco desse momento histórico que passa a Venezuela e participar de importantes debates sobre agroecologia e soberania alimentar realizados pelo IALA. Aos integrantes do Coletivo Freiriano, à direção, professores e *Maestros Pueblos* meu agradecimento por toda confiança, trocas e acolhimento em um momento tão inusitado para todos.

O sentimento de alegria de ter sido aprovada no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), em 2017, para estudar por um período de seis meses no *Instituto de Sociología y Estudios Campesinos* (ISEC) da Universidade de Córdoba-ES, logo foi substituído pelo de aflição de não ter podido levar minha filha e de sua subtração pelo pai por um período de um ano. Nesse tempo essa tese precisou ser parada, porém pude conhecer, na prática, a potência do movimento de mães feministas que se engajaram na campanha #VoltaMariá. Às Redes de Mães: Saaanta Mãe, Mães na Luta e a Cientista que virou Mãe, às advogadas ativistas Thaís Justen e Maíra Moreira e ao Coletivo Feminista do IESP meus agradecimentos. Sem o retorno da Mariá essa tese, possivelmente, não teria sido finalizada.

A Angel Calle, Tatiana Jesus e Tereza Oliveira pelo acolhimento no ISEC e pelas conversas e debates sobre agroecologia quase sempre acompanhados de *cañas y tapas*.

A meu amor e companheiro Domingos Sávio pelas contribuições nas transcrições das entrevistas, formatação do texto, escuta ativa, paciência, carinho e cuidados com a Mariá para que eu pudesse me liberar para escrever a tese.

Aos/Às amigos/as queridos/as, em especial a Paulo Torres pelas boas conversas, apoio e constante repetição da frase “você precisa encerrar esse ciclo”.

Ao professor José Maurício Domingues, que tanto admiro, pelas trocas e novos aprendizados.

Ao IESP, lugar onde ampliei meus conhecimentos e acompanhei importantes debates.

À Capes, pelo financiamento dessa pesquisa e por sua importância para o desenvolvimento científico no Brasil, mesmo com os sucessivos ataques.

RESUMO

BERNARDELLI, Tânia Mara dos Santos. **Tijolo por tijolo**: integração regional e a construção de duas escolas latino-americanas de agroecologia no Brasil e na Venezuela. 183f. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este estudo analisa a emergência e o desenvolvimento de dois espaços transnacionais de formação técnica e política em agroecologia criados, a partir do ano 2005, pela Via Campesina em parceria com governos progressistas, no Brasil e na Venezuela, como estratégia de integração regional dos movimentos sociais rurais latino-americanos e construção de um modelo de agricultura popular. Argumenta-se que o ciclo de redemocratização na América Latina e a ascensão de governos progressistas contribuíram para a criação desses espaços, contudo foram os movimentos sociais com suas ferramentas e militantes que materializaram este projeto. Tijolo por tijolo, assim foram construídos esses espaços, pelas mãos dos próprios educandos e educandas. Da mesma forma como se constrói uma parede, as narrativas contidas nesse estudo buscam reconstruir as tramas das concepções políticas dos sujeitos que subjazem esses projetos e experiências. Nesses espaços por quase duas décadas diferentes formas de integração regional foram sendo estabelecidas entre diferentes movimentos sociais, desde a troca de saberes na área de produção agrícola até mesmo estratégias de organização e formação política. Os impactos nos territórios advindos desses espaços formativos possuem diferentes magnitudes, desde transformações locais com o retorno dos educandos, agora profissionais, criando e atuando em novos espaços formativos dos movimentos sociais, quanto a influência em políticas públicas voltadas para a agroecologia. Para finalizar, o estudo apresenta como a dependência de ciclos democráticos impõem novos desafios para a continuidade dessas experiências em momentos de avanço de governos ultraconservadores na América Latina e quais alternativas estão sendo propostas.

Palavras-chave: Integração Regional, América Latina. Via Campesina. Agroecologia. Escola Latino Americana de Agroecologia. Instituto Paulo Freire.

RESUMEN

BERNARDELLI, Tânia Mara dos Santos. **Ladrillo a ladrillo**: integración regional y construcción de dos escuelas latinoamericanas de agroecología en Brasil y Venezuela. 183f. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Este estudio analiza el surgimiento y desarrollo de dos espacios transnacionales de formación técnica y política en agroecología creados, a partir del año 2005, por la Rede de Movimientos Sociales Vía Campesina en alianza con gobiernos progresistas, en Brasil y Venezuela, como estrategia de integración regional de movimientos campesinos latinoamericanos y construyendo un modelo de agricultura popular. Se argumenta que el ciclo de redemocratización en América Latina y el surgimiento de gobiernos progresistas contribuyeron a la creación de estos espacios, sin embargo fueron los movimientos sociales con sus herramientas y activistas los que materializaron este proyecto. Ladrillo a ladrillo, estos espacios fueron construidos, de la mano de los propios alumnos. De la misma manera que se construye un muro, las narrativas contenidas en este estudio buscan reconstruir las tramas de las concepciones políticas de los sujetos que sustentan estos proyectos y experiencias. En estos espacios desde hace casi dos décadas, se han establecido diferentes formas de integración regional entre diferentes movimientos sociales, desde el intercambio de conocimientos en el área de la producción agrícola hasta las estrategias de organización y formación política. Los impactos en los territorios derivados de estos espacios de formación tienen diferentes magnitudes, desde las transformaciones locales con el regreso de los estudiantes, ahora profesionales, creando y actuando en nuevos espacios de formación para los movimientos sociales, hasta la influencia en las políticas públicas orientadas a la agroecología. Finalmente, el estudio presenta cómo la dependencia de los ciclos democráticos impone nuevos desafíos para la continuación de estas experiencias en momentos de avance de los gobiernos ultraconservadores en América Latina y qué alternativas se proponen.

Palabras clave: Integración Regional, América Latina. Vía Campesina. Agroecología. Escola Latino Americana de Agroecologia. Instituto Paulo Freire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Entrevista com educando da ELAA.....	27
Figura 2- Entrevista com José Maria, ex-coordenador da ELAA.	27
Figura 3- Entrevista coletiva com professores (as) do IALA Paulo Freire.	27
Figura 4- Entrevista com integrante do Coletivo Freiriano do IALA Paulo Freire.....	27
Figura 5- Escolas e Institutos de formação política e técnica em agroecologia da Via Campesina na América Latina.....	58
Figura 6- Placa da ELAA na entrada do assentamento Contestado.	64
Figura 7- Bandeiras do MST e Via Campesina na entrada do casarão colonial aonde são ministradas as aulas de agroecologia.....	64
Figura 8- Nas camisas e nas paredes mensagens de luta e integração dos povos.	64
Figura 9- Mural na entrada do alojamento retrata a luta dos camponeses e a gestação de um novo momento na América Latina.	64
Figura 10- Bandeira de movimentos sociais e do líder revolucionário Che Guevara na entrada do alojamento.	65
Figura 11- Mural na caixa d'água da ELAA.....	65
Figura 12- Mural em homenagem ao líder camponês Cristian Ferreyra assassinado em 2011 simboliza a solidariedade internacional e a luta contra repressão aos movimentos sociais de luta pela terra.	65
Figura 13- Educandos lavando roupa na lavanderia coletiva.	65
Figura 14- Atividade de manutenção da ELAA realizada por educando.....	75
Figura 15- Educandos preparando a refeição do dia seguinte.....	75
Figura 16- Educandos no trabalho de manutenção dos espaços coletivos.	75
Figura 17- Educandos pintando casa de uso coletivo do assentamento Contestado.	75
Figura 18- Cozinheiras preparam refeição com ajuda de educandos.	75
Figura 19- Educandos reformando estrutura construída pela primeira turma da ELAA.....	75
Figura 20- Educandos/ e assentados durante atividade do Diálogo de Saberes.	80
Figura 21- Agrofloresta construída durante atividade do Diálogo de Saberes em unidade produtiva do assentamento.	80
Figura 22- Placa com o nome do instituto na entrada do IALA Paulo Freire.	89
Figura 23- Mural com imagem e frase do educador Paulo Freire que dá nome ao instituto....	89
Figura 24- Mural em defesa das sementes crioulas.....	89

Figura 25- Mural com imagem do ex-presidente Hugo Chávez.	89
Figura 26- Prédio de aulas.	89
Figura 27- Sala de aula	89
Figura 28- Ajoamento estudantil.	90
Figura 29- Refeitório estudantil.	90
Figura 30- Sede da biblioteca agroecológica construída no <i>Konuko</i>	96
Figura 31- Banco de sementes da biblioteca agroecológica.	96
Figura 32- <i>Maestro pueblo</i> em seu <i>konuko</i>	96
Figura 33- Roda de conversa com <i>Maestro pueblo</i>	96
Figura 34- Sede da Rádio IALA FM.	97
Figura 35- Concentração dos estudantes para participação em ato político na Faculdade de Direito da UFPR.	116
Figura 36- Feira agroecológica montada na UFPR durante realização de ato político.	116
Figura 37- Educandos/as da ELAA em manifestação no centro de Curitiba em apoio aos professores da rede pública de ensino do Paraná.	116
Figura 38- Educandos/as da ELAA em manifestação contra <i>impeachment</i> da ex-presidente Dilma Rousseff.	116
Figura 39- Educando toca e canta Mercedes Sosa em “Noite Cultural” na ELAA.	117
Figura 40- Momento da Mística na ELAA.	117
Figura 41- Mesa de abertura do evento.	121
Figura 42- Momento da Mística.	121
Figura 43- Cartaz de divulgação do lançamento da Unidade Pedagógica de Agroecologia do MST.	143
Figura 44- Sem terra em ato contra a reintegração de posse do PDS Osvaldo de Oliveira. ..	144
Figura 45- Mural no assentamento com frase indicando a agroecologia como símbolo de resistência e luta pelo território.	144
Figura 46- Fechamento do Centro de Formação Paulo Freire noticiado na mídia alternativa.	150
Figura 47- Críticas do presidente Jair Bolsonaro ao MST	151

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	CICLOS DE PROTESTOS E CICLOS POLÍTICOS: O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO PARA A EMERGÊNCIA DOS IALAS.....	29
1.1	Os movimentos sociais nas lutas contra a ditadura e pela redemocratização	31
1.2	O “longo ciclo latino-americano” de protestos e de convergências dos movimentos populares.....	34
1.3	O ciclo progressista brasileiro e latino-americano.....	43
1.4	A abertura societária e o fim do ciclo democratizador.....	48
2	TIJOLO POR TIJOLO – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ELAA E DO IALA PAULO FREIRE.....	57
2.1	A Escola Latino Americana de Agroecologia: breve histórico.....	60
2.1.1	O Projeto IALAs.....	65
2.1.2	Assentamento Contestado: o espaço de construção da ELAA.....	69
2.1.3	A proposta pedagógica - metodológica da ELAA.....	72
2.1.4	Educar e Educar-se: o método do Diálogo dos Saberes.....	77
2.2	Instituto Latinoamericano de Agroecologia Paulo Freire: breve histórico.....	80
2.2.1	Proposta político pedagógica e metodológica do IALA Paulo Freire.....	90
2.2.2	Ação Comunitária em agroecologia: os Maestros Pueblos.....	93
2.2.3	Hablar para los campesinos.....	96
3	A INTEGRAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ELAA E IALA PAULO FREIRE.....	98
3.1	A incessante busca pela integração latino-americana.....	99
3.2	A Integração da América Latina na perspectiva da ALBA-TCP.....	101
3.3	A integração dos movimentos sociais na ELAA e IALA Paulo Freire.....	108
3.3.1	A proposta de integração dos Movimentos Sociais na ELAA.....	109
3.3.2	A integração Latino-americana no IALA Paulo Freire.....	118
4	IMPACTOS, DESDOBRAMENTOS E DESAFIOS DA ELAA E IALA PAULO FREIRE.....	122
4.1	Resistência, Ciência, Luta e Integração: os significados da Agroecologia na ELAA e IALA Paulo Freire.....	123

4.2	Enfim formados/as: os desdobramentos da ELAA e IALA Paulo Freire nos territórios.....	135
4.2.1	João: a luta pela terra para construção de assentamentos agroecológicos no Brasil.....	137
4.2.2	Feliciano: do IALA Paulo Freire para o IALA Mesoamerica.....	144
4.3	ELAA e IALA Paulo Freire: os desafios e as lutas por vir.....	147
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
	REFERÊNCIAS.....	161
	ANEXO A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Educandos (as) da ELAA e IALA Paulo Freire.....	168
	ANEXO B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Gestores (as), Professores (as) e Coordenadores (as) da ELAA e IALA Paulo Freire.....	170
	ANEXO C - Protocolo de Intenções (Acordo de Tapes).....	171
	ANEXO D - Proposta para a reorientação do Projeto Original do IALA Paulo Freire.....	173

INTRODUÇÃO

“Antes de vir, nós já sabíamos que nada estava construído, que íríamos construir”. A frase é de uma entrevista por mim realizada em novembro de 2016 a Adriano Muñoz, ex-educando do Instituto de Agroecologia Latino-americana (IALA) Paulo Freire e ativista da Organización Campesina del Norte (OCN) do Paraguai. O militante paraguaio se referia à construção da infra-estrutura física do Instituto, mas há outro sentido possível dessa afirmação. Ela também pode exprimir o desafio da construção política destes espaços, imbuídos de um objetivo de dar outros sentidos à integração latino-americana e à agroecologia, forjando novos caminhos ecossociais em contraposição ao modelo de produção agrícola capitalista.

A construção de um modelo de agricultura ecológica e de valorização das práticas culturais é um tema relativamente recente para a maioria dos movimentos sociais rurais da América Latina. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, por exemplo, os princípios da sustentabilidade e a perspectiva agroecológica só foram introduzidos oficialmente em sua pauta em 1995, na ocasião do seu 3º Congresso Nacional, passando a orientar desde então os discursos do movimento e, paulatinamente, também as experiências nos acampamentos e assentamentos. Antes disso, o movimento adotava um modelo cooperativista de corte produtivista¹ que, baseado numa junção de experiências internacionais – em especial dos países da América Latina –, indicava um modelo uniforme para os assentamentos rurais centrado numa proposta com ênfase predominantemente econômica.

A teoria da organização do campo adotada pelo MST – baseada nos princípios kaustikianos – pautava-se em uma racionalidade socioprodutiva voltada para o desenvolvimento econômico e a integração mercantil com um horizonte de romper com a lógica de produção tradicional. O objetivo era potencializar a cooperação agrícola nos assentamentos rurais, rompendo com o que foi considerado pelo movimento como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico: as “características camponesas” dos assentados, caracterizada por uma organização tradicional da produção, o que dificultava a

¹A partir de 1989, com o aumento do número de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), o MST criou, em nível estadual, as Centrais de Cooperativas dos Assentamentos (CCAs), que articulavam em um mesmo território as diversas experiências, sendo responsáveis tanto pela comercialização da produção, compra de insumos e máquinas, quanto pela obtenção de créditos e implantação dos projetos agroindustriais. Para consolidar a organização cooperativista nacionalmente fundou-se, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

formação de uma ‘consciência coletiva’, por se tratar de um processo de trabalho ‘simplificado’ e ‘individualista’.

A matriz tecnológica adotada nas cooperativas visava a construção de “novas” relações de trabalho no campo. Isso incluía a racionalização de métodos, a especialização de tarefas, a utilização de máquinas e insumos químicos, a agro-industrialização e a integração no mercado. Entretanto, o modelo adotado acabou, tal como sugere boa parte da literatura sobre a mudança de paradigma produtivo do MST (Neto e Canavesi, 2002; Navarro, 2009; Bergamasco e Norder, 2004), reforçando a lógica de modernização capitalista do campo, conflitando assim com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos assentados, com a dinâmica própria da vida rural e, também, com as dificuldades macroeconômicas impostas à atividade produtiva agrícola.

As dificuldades de materialização do modelo de desenvolvimento agrário pelos pequenos produtores se agravaram ainda mais nos anos 1990 pelo aprofundamento da crise ambiental e econômica, sentida principalmente pelos grupos mais vulneráveis. Se, por um lado, o modelo de “desenvolvimento agrário” praticado previamente se mostrou inviável para a agricultura camponesa e familiar mostrando seus limites, por outro, a agricultura entrou em um novo processo histórico e global de disputa no contexto de globalização capitalista. De fato, os anos 1990 foram de uma velocidade frenética, marcando profundas transformações e reposicionamentos das agendas e dos atores vinculados à questão agrária e socioambiental.

Após a “revolução verde” clássica entre os anos 1960 e 1980, o agronegócio se reconfigura como agente global do poder a partir dos anos 1990 forjando uma aliança entre grandes banqueiros com algumas poucas empresas transnacionais (tais como Bayer/Monsanto, Bunge, Cargil e Syngenta), que passaram a ter uma ampla permeabilidade nos Estados e nas organizações internacionais. Dito processo levou, entre muitos outros fatores, a uma maior concentração de terra nas mãos de poucos produtores, a uma expansão da plantação de monocultivos, a um incremento do uso de agrotóxicos, à maior mercantilização e à financeirização da alimentação, a uma concentração do mercado de produção e distribuição de alimentos e a um aprofundamento da crise socioambiental (com perda de biodiversidade e de qualidade do solo, aumento da emissão de gases de efeito estufa, etc.), por não mencionar a violação de territórios e direitos contra as populações originárias e do campo².

² O Atlas do Agronegócio, publicado em 2018 no Brasil pela Fundação Heinrich Boll e pela Fundação Rosa Luxemburgo mostra em detalhes dados e tendências desse processo no Brasil e no mundo, com destaque para o Sul Global.

O fortalecimento e a capilarização global do neoliberalismo levou, de forma paralela, à criação de diversos acordos de livre comércio e de investimento, muitos dos quais negociados após a assinatura da “Rodada Uruguai”, que leva à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, com o objetivo de regulamentar o comércio internacional. Neste mesmo período, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) já estava em vigor para viabilizar uma zona de livre comércio entre Canadá, Estados Unidos e México, e as negociações para a construção da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), de abrangência continental haviam dado seu pontapé inicial com a I Cúpula das Américas realizada em Miami, nos Estados Unidos, em 1994.

Diante deste novo cenário, as agendas clássicas dos movimentos rurais tornaram-se insuficientes e precisavam ser repensadas. A luta pela reforma agrária, por exemplo, entendida principalmente como democratização da posse dos meios de produção dirigida antes, na maioria dos países latino-americanos, contra o latifúndio improdutivo precisou ser reorientada diante do novo bloco de poder agrário-alimentar. A bandeira de luta histórica do MST e de vários outros movimentos sociais rurais “Ocupar, resistir e produzir” tornou-se também incapaz de captar a complexidade do novo momento histórico. Outras questões (como, por exemplo, “como produzir?”, “para quem produzir?”, “quem são os novos inimigos dos movimentos do campo”?) tornaram-se prementes.

Como resposta a estes desafios, produziu-se uma inédita articulação global dos movimentos sociais rurais. Por um lado, a crescente articulação na América Latina dos movimentos sociais do campo com os movimentos ecologistas e de defesa dos direitos humanos possibilitou que assumissem conteúdos ético-políticos e um compromisso cada vez mais forte com a defesa da natureza em articulação com a luta pela sobrevivência e por uma reforma agrária de novo tipo. Desta forma, tanto a emergência de um discurso ecológico no seio dos movimentos populares (forjando aquilo que Joan Martinez Alier definiu de forma pioneira como “ecologismo popular”), como a noção de sobrevivência, a qual é reconstruída politicamente por estes atores, articulam-se para dar fundamentação a novos projetos de construção de cidadania social e política (SCHERER-WARREN, 2005). Por outro lado, isso somente foi possível pela conexão crescente dos movimentos rurais entre si a partir da década de 1990, a partir de uma internacionalização direta entre os próprios movimentos camponeses e a transnacionalização de suas agendas, bandeiras e lutas. A criação da Via Campesina em 1993 é a expressão mais clara desse processo, mas não podemos também esquecer do amplo processo de convergência regional construído na década de 1990 nas lutas contra os tratados de livre comércio, a ALCA e a própria OMC, fundamentais para a impugnação de um

modelo, mas também para a discussão sobre a construção de propostas e horizontes alternativos.

As mudanças em níveis organizacionais e valorativos dos movimentos sociais rurais da América Latina são notórias desde então. O compartilhamento de diagnósticos, de experiências e de estratégias de luta reorientaram localmente e nacionalmente muitos movimentos sociais, que passaram a adotar referenciais globalmente compartilhados, porém adaptados a suas especificidades. No bojo destas trocas, a construção da agroecologia, embora já existisse antes, começa a ganhar maior peso na Via Campesina a partir da mudança de século, passando a orientar boa parte dos princípios de organização social e produtiva dos movimentos sociais da América Latina. Tratou-se de um processo dialógico permanente que teve alguns momentos importantes de cristalização destes acúmulos e convergências, como foi o caso das diferentes Conferências Internacionais da Via Campesina ou encontros de convergência mais temáticos.

Aos poucos, a noção de “soberania alimentar” (criada pela Via Campesina em 1996 como uma tentativa de ampliar e deslocar a ideia hegemônica de “segurança alimentar” para além da existência de alimentos suficientes para a população) passa a estar mais atrelada às práticas de cultivo agroecológico na busca de alternativas ao modelo agrícola capitalista. Se o objetivo era problematizar quem, como e em que escalas produzimos alimentos, a agroecologia parecia uma enquadramento ideal, tendo em vista sua multidimensionalidade como concepção que articula de forma ampla uma alternativa às formas hegemônicas do sistema agroalimentar de produção, processamento, distribuição e consumo. Além disso, a agroecologia reconhece acúmulos de práticas pretéritas, ao mesmo tempo que permite valorizar um diálogo amplo de conhecimentos e saberes, atores e dimensões centrais para um projeto transformador. Em outras palavras, a agroecologia passa a converter-se em um campo privilegiado de construção de alternativas práticas, mas também de construção de transversalidades da soberania alimentar com a economia solidária, a saúde coletiva, a justiça ambiental e os feminismos, entre outras lutas, dimensões da vida e imaginários.

A construção de duas escolas latino-americanas de agroecologia

Tendo em vista esta centralidade estratégica da agroecologia, a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e a Via Campesina (VC) estipularam, em suas Conferências de início do século XXI, a necessidade da criação e do fortalecimento de experiências de formação política e pedagógica em agroecologia como ações estratégicas. No

Fórum Social Mundial (FSM) de 2005, realizado em Porto Alegre, esta orientação político-estratégica ganha um impulso importante com a proposta da Via Campesina de criação de duas escolas latino-americanas de agroecologia. Embora o FSM sempre tenha buscado se manter como um espaço de convergência horizontal, em várias ocasiões a presença de algumas organizações de corte mais institucional ou de líderes políticos conhecidos geraram tensões.

Naquela terceira edição, emblemática por ser uma das mais massivas e também pelo auge do movimento antiglobalização, estavam presentes os então presidentes do Brasil e da Venezuela. Enquanto Lula da Silva foi vaiado, Hugo Chávez saiu ovacionado. O discurso mais radicalizado do segundo pelo socialismo e contra o imperialismo contrastou com os protestos de uma Lula que enfatizou a questão do combate a fome, o que parecia ilustrar de forma clara para os presentes “as duas esquerdas” dentro do ciclo progressista. Isso ficaria, para muitos, mais explícito quando Chávez pouco antes de sua participação no FSM visitou um acampamento do MST próximo a Porto Alegre, enquanto Lula, após o FSM, embarcou para Davos. Os dois, no entanto, acolheram com bons olhos a proposta da Via Campesina de construir no Brasil e na Venezuela as escolas latino-americanas de agroecologia.

Surgem assim a Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA) e o Instituto de Agroecologia Latino-americano (IALA) Paulo Freire, fundadas respectivamente em 2005 e em 2006. Enquanto a primeira tem sua sede em um assentamento do MST no estado do Paraná (Brasil), o segundo está localizado em Barinas (Venezuela). O objetivo principal, segundo Rosset (2010), era a formação de novos quadros técnicos e políticos na América Latina. Em ambos os casos, as experiências foram construídas e idealizadas pelos próprios movimentos sociais, mas a parceria com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e de Hugo Chávez na Venezuela foi importante para sua materialização.

Desde então surgiram diversas outras experiências similares, mas a ELAA e o IALA Paulo Freire foram iniciativas emblemáticas pelo seu pioneirismo, já que se conformaram como as primeiras experiências de formação técnica e política em agroecologia da CLOC-VC. Desde então, esses espaços já formaram centenas de militantes de diferentes países da América Latina que retornaram para atuar em seus territórios.

Trata-se de uma tentativa dos movimentos sociais de dar resposta ao avanço da política agrária neoliberal e suas ramificações no campo técnico-científico. Sua existência deve-se, de acordo com nosso ponto de vista, a uma tríplice confluência: i) o novo enquadramento da questão agrária, alimentar nos anos 1990 e a emergência da agroecologia como paradigma e horizonte; ii) o avanço da transnacionalização das lutas dos movimentos

sociais na América Latina e a busca incessante pela construção de espaços de articulação e formação política em múltiplas escalas, do local ao global, com ênfase também à dimensão regional, latino-americana; iii) a existência de uma confluência paradoxal com o “ciclo progressista” na América Latina, pois ao mesmo tempo que os governos progressistas reprimaram a economia e fortaleceram o agronegócio em um contexto de boom das commodities, apoiaram várias iniciativas dos movimentos populares, como foi o caso do apoio brasileiro e venezuelano para a construção das escolas latino-americanas de agroecologia.

Com este pano de fundo, complexo e contraditório, a emergência da ELAA e do projeto do IALA nasce também com a aposta pela gestação de uma linguagem alternativa de forte ressonância no interior do espaço latinoamericano, em defesa do território, dos bens comuns, dos Direitos Humanos, dos Direitos da Natureza e do Bem Viver. Linguagens que buscam apontar para uma democratização das decisões e para o direito dos povos de se posicionarem contrários aos projetos que afetam fortemente suas condições de vida e dos setores mais vulneráveis, comprometendo o futuro das novas gerações. Narrativas que, em suma, expressam uma disputa societal em torno do que se entende, ou do que se deve entender, por “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável” e, de maneira mais extensa, do que se entende também por “democracia” (SVAMPA, 2016).

Neste cenário, a agroecologia ganha destaque e se constitui para os movimentos sociais rurais latino-americanos enquanto uma esperança e um modelo de “viver, produzir e lutar contra o capitalismo” e seu modelo de desenvolvimento balizado no agronegócio, hidronegócio e neoextrativismo. Embora costume haver um olhar muito circunscrito e casuístico para a agroecologia por parte de boa parte da literatura sobre o tema, na América Latina várias experiências em agroecologia estão ocorrendo de formas articuladas e multiterritoriais entre movimentos sociais de diferentes países da região, motivo pelo qual são experiências “localizadas, porém não localistas” (BRINGEL, 2011). Desta maneira, as escolas de agroecologia da CLOC-Via Campesina não podem ser entendidas também sem a construção de um processo de integração latino-americana que se relaciona, porém não se resume, à arquitetura supranacional criada ou ressignificada pelos governos progressistas a partir do início do século XXI. Para além de projetos governamentais como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), criada em 2004 por iniciativa dos governos de Cuba e da Venezuela, e a União Sul-americana de Nações (UNASUL), formalmente constituída em 2008 como continuação de articulações prévias, os movimentos sociais se engajaram de muitas formas em uma *integração regional popular*.

Este é o caso da Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP), criada em 14 de dezembro de 2004, por iniciativa de organizações do campo. O objetivo era buscar o caráter de justiça social do processo integracionista da América Latina, enfatizado a partir de princípios como a solidariedade, a cooperação, a complementaridade, o respeito à soberania dos países e povos, a justiça social e a equidade. No entanto, a integração regional popular não aparece somente a partir de grandes projetos regionais ou de estruturas totalmente formalizadas. Ocorre também pelas múltiplas instâncias e redes mais informais de troca e difusão de ideias, informações e experiências.

Desta maneira, a fundação destas escolas de agroecologia, a partir dos anos 2000, também pode ser lida como um dos passos importantes na construção deste horizonte de integração a partir dos próprios povos da região. Ainda assim, estas experiências se inserem em um desafio mais amplo, comum aos movimentos sociais na América Latina nas últimas décadas, que é o de formar seus próprios intelectuais e dirigentes com critérios pedagógicos próprios baseados na educação popular (DÁVALOS 2002; CALDART, 2000; BATISTA, 2013). Historicamente, experiências formativas diversas vêm sendo desenvolvidas por estes movimentos, tais como cursos de formação política, cursos de formação político-profissional, escolas e institutos de formação técnica e política em agroecologia.

Certamente há várias experiências relevantes na região, mas o que chama a atenção destes cursos, escolas, institutos e campanhas é a geração de *espacios educativos transnacionales* onde a dimensão latino-americana é reforçada tanto na perspectiva político-discursiva como nos laços sociais concretos e no intercâmbio de práticas, saberes e visões. Segundo os objetivos que orientam a formação destas escolas, tanto a ELAA quanto o IALA Paulo Freire, elas têm como finalidade formar camponeses, vinculados a movimentos sociais, em técnicos em agroecologia para que possam atuar nas comunidades rurais e contribuir para a construção de uma agricultura popular e solidificação da reforma agrária. Como princípios filosóficos propõem que a educação seja voltada à transformação social, para o trabalho cooperativo e formador, para a formação e transformação humana em várias dimensões e para os valores humanista e socialista: “*El curso de Agroecología, tiene como objetivo formar campesinos/as vinculados a los procesos organizativos de la Vía Campesina en la lucha por la reforma agraria y de las comunidades rurales*” (IALA, 2007).

Observa-se que a educação para a agroecologia proposta por estes atores coletivos vai para além das transformações no campo técnico-científico, apontando para a necessidade de uma transformação radical na forma como está estruturada a organização social da agricultura capitalista e da relação da sociedade com a natureza. Contudo, embora diversos movimentos

sociais se apropriem do termo para caracterizar um modelo de agricultura de resistência, os sentidos e as práticas da agroecologia não se dão de forma homogênea entre os movimentos sociais, o que confere a este a possibilidade de novas construções e significações.

Delimitação da pesquisa

Tendo em vista os elementos ora apresentados, esta tese de doutorado propõe analisar o processo de construção da ELAA e do IALA Paulo Freire, de forma a examinar suas condições de possibilidade e as convergências políticas e pedagógicas dos atores e movimentos sociais que se articulam para compor ambas as experiências em torno da questão agroecológica. Busca-se, assim, a partir destes dois casos, discutir os espaços transnacionais de educação e formação como lugares privilegiados para a construção prática de um internacionalismo que tem buscado construir a unidade latino-americana a partir do que denominamos como uma “integração regional popular”.

Isto se torna relevante, tendo em vista que, embora o internacionalismo tenha sido um elemento central da teoria e da prática da esquerda mundial durante os séculos XIX e XX, essa forma histórica de articulação tem ganhado novos contornos nas últimas décadas, sendo central o destaque assumido pelos movimentos sociais rurais nesse processo (BRINGEL, 2011; VIEIRA, 2011). Por outro lado, a literatura acadêmica que discute as experiências de agroecologia costumam, em geral, enfatizar a dimensão mais local dos processos territoriais e políticos subjacentes à construção de alternativas. A nosso ver, o estudo de duas experiências “internacionais”, porém localizadas em uma espacialidade que envolve intercâmbios múltiplos de saberes, experiências e conhecimentos entre atores de diferentes lugares, permite um ângulo distinto para a observação das múltiplas formas de construção da agroecologia como alternativa política.

Em termos estritamente analíticos, a pesquisa cobriu fundamentalmente o período compreendido entre 2005 até 2019. Este recorte deve-se principalmente a dois motivos: (a) a captação dos principais eventos e atores participantes das escolas desde seu surgimento; (b) a possibilidade de analisar as transformações das orientações políticas e pedagógicas ao longo de pouco mais de uma década; (c) A tentativa de se analisar os impactos destes espaços nos territórios e os desafios, no atual cenário político da América Latina. Tendo em vista o pano de fundo exposto, bem como as delimitações iniciais, algumas questões ganharam centralidade nesta pesquisa:

- De que maneira e através de quais práticas (sociais, políticas e pedagógicas), modos de

organização e discursos a Rede de Escolas Agroecológica da Via Campesina busca construir a transformação social?

- Como os ativistas que participam das escolas integram suas vivências e experiências formativas à realidade dos diversos movimentos sociais que compõem a rede?
- Quais são as convergências e divergências encontradas nos casos analisados no tratamento da agroecologia e na relação entre o ativismo territorial e a construção latino-americana de uma integração regional popular?

A busca de respostas a estas perguntas nos levou à delimitação de um objetivo geral e três objetivos específicos. Como **objetivo geral** teve-se o intuito de analisar, em perspectiva comparada, as convergências políticas e pedagógicas em agroecologia existentes na ELAA e na IALA Paulo Freire, bem como suas implicações em termos de impacto territorial (nas bases dos movimentos participantes) e relacional (na construção de redes transnacionais e da integração latino-americana). Buscou-se, em suma, examinar as diferentes ações e impactos destas escolas no que tange à agroecologia como aposta concreta e à integração latino-americana como horizonte político.

De forma a apreender tal configuração, tanto no seu sentido político como simbólico-cultural, a pesquisa teve como objetivos específicos:

Objetivo específico 1 - Mapear e analisar as práticas políticas, sociais e pedagógicas dos atores sociais que atuam na ELAA e IALA-Paulo Freire visando apreender as formas de articulação e integração estabelecidas nestes espaços;

Objetivo específico 2 - Examinar as diferentes formas de articulação (construção de redes e canais comunicativos e espaços de convergência) e produção (práticas socioespaciais e eventos) de ação coletiva relacionadas à questão agroecológica;

Objetivo específico 3 - Sistematizar e apreender as elaborações político-discursivas e projetos, resultantes das configurações das ações e das elaborações dos atores, que incluem justificativas (representações, filiações discursivas e ideológicas) através das quais as práticas são enquadradas e os diversos sentidos atribuídos.

Estes objetivos incluem, de forma transversal, **três dimensões** fundamentais que consideramos inerentes ao recorte realizado: a) *dimensão prática*: refere-se às práticas sociais e pedagógicas, experiências, vivências e trocas de saberes realizadas entre os participantes das escolas analisadas; b) *dimensão territorial*: vincula-se à relação entre as práticas concretas e a dimensão territorial própria da agroecologia, que remete a uma indissociabilidade entre

território, cultura e recursos naturais; c) *dimensão relacional*: trata-se da análise das interações entre indivíduos, projetos e territórios, mediadas por redes, imaginários e dinâmicas diversas de difusão, conectando o local com o regional (escala latino-americana).

Nossa hipótese geral de partida é a de que, através de suas ações práticas, pedagógicas e discursivas, os movimentos sociais que atuam nestas escolas e institutos latino-americanos de agroecologia estão travando uma luta política e epistêmica contra o modelo capitalista de produção técnico-científica que se tornou hegemônico na América Latina a partir de meados do século XX tendo a educação para a agroecologia como uma destas ações. Desta forma, entendemos a agroecologia como uma forma de conhecimento que valoriza saberes e práticas camponesas em diálogo com novos conhecimentos técnico-científicos visando maior sustentabilidade dos agroecossistemas.

Entendendo que “a alteração dos lugares e a criação de novas territorialidades podem mudar as relações de poder” (BRINGEL, 2010, p. 196) partimos também da conjectura de que, os atores sociais, a partir do espaço em que atuam - campo de disputa e luta – imprimem ações e significados distintos à prática agroecológica. Esta luta local e territorial complementa-se com a construção de espaços regionais de convergência transnacional como os IALAS, que se configuram enquanto resultado do processo de ambientalização e de solidariedade internacional(ista) das lutas sociais que vem ocorrendo na América Latina e que tem como crítica central a política neoliberal agrária e suas consequências socioambientais.

Notas metodológicas

A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, sendo, a primeira fase de caráter exploratório – documental e bibliográfico – e a segunda fase teve como estratégia metodológica, o estudo de dois casos, para explorar um olhar comparativo. O raciocínio comparativo permite descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, identificar continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitar as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998).

A lógica da pesquisa qualitativa que guia a tese se orienta por um estudo minucioso de um determinado grupo de experiências, atores sociais e fenômenos da realidade buscando informações para explicar em profundidade os significados e as características do contexto em que se encontra o objeto da pesquisa. Para a socióloga Maria Cecília Minayo (1994), em relação à construção de conhecimentos, a pesquisa qualitativa torna-se uma abordagem

importante no levantamento, elaboração e análise de dados. Segundo a autora:

A pesquisa qualitativa responde a questões particulares. Ela se preocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

Desta forma, nesta pesquisa, priorizamos o trabalho de campo nas duas escolas supracitadas, através da observação participante. Segundo Minayo (2010), este tipo de investigação permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou suas hipóteses além de estabelecer uma interação com os atores que conformam a realidade. A observação participante, segundo a autora define-se como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. A filosofia que fundamenta a observação participante é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provem, aprendendo a se colocar no lugar do outro (MINAYO, 2010).

Desta forma, o processo de trabalho científico nesta pesquisa foi dividido em três etapas: (a) fase exploratória - levantamento documental e bibliográfico; (b) trabalho de campo e; (c) análise e tratamento do material empírico e documental.

Fase Exploratória

Na fase de levantamento bibliográfico foram analisados estudos prévios sobre agroecologia e formação política, internacionalismo militante dos movimentos camponeses, integração regional e movimentos sociais. O diálogo realizado com esta literatura ao longo da tese permitiu criar uma triangulação entre experiências de formação em agroecologia, internacionalização dos movimentos rurais e construção de novos sentidos para a integração regional a partir dos povos, pouco explorada de forma sistemática.

Buscou-se também de, forma mais específica, conhecer os documentos e materiais produzidos sobre o tema pelos próprios movimentos sociais partícipes da Via Campesina, bem como os estudos existentes sobre a ELAA e o IALA Paulo Freire. Deles, destacamos duas dissertações de mestrado. A primeira de João Carlos de Campos, intitulada “**A integração latino-americana nas escolas latino-americanas de agroecologia da CLOC-Via Campesina no Brasil e Venezuela**” (2014) e a segunda “**A concepção de integração da América Latina presente nas práticas educativas da Escola Latino Americana de Agroecologia**”, da pesquisadora Andréa Márcia Legnani (2014) que dialogam mais

diretamente com a temática da presente tese. Igualmente, podemos destacar o artigo de José Maria Tardin *et al*, (2009): “**ELAA: uma escola para a emancipação humana**” (2009) e o livro de Fernando José Martins (2014): “**Práticas Educativas da Via Campesina**”, que permitem localizar de forma mais ampla as concepções educativas e político-pedagógicas da Via Campesina e, mais especificamente, da ELAA. Apesar da riqueza desses estudos e de outros que analisam de maneira direta e indireta o tema, são poucas as análises sistemáticas que abordam, de forma conjunta, a dimensão pedagógica, ambientalista e internacionalista presente nos espaços formativos da Via campesina, elementos centrais que buscamos analisar.

O Trabalho de Campo

Três métodos principais de compilação de dados foram adotados: pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Na pesquisa documental sistemática, priorizamos as análises dos diferentes materiais produzidos pelas escolas como projetos pedagógicos, panfletos, cartilhas, como também materiais de áudio, vídeo e representações visuais de eventos, situações e práticas específicas organizadas como forma de expressar posicionamento político e/ou criar significados.

Com intuito de melhor aplicarmos o método proposto foram realizadas duas pesquisas *in loco* na ELAA. A primeira ocorreu no período de 11 a 29 de abril de 2016, e a segunda entre os dias 26 a 29 de outubro do mesmo ano. Se no primeiro momento, o objetivo foi reconstruir o processo de construção da escola e as narrativas de seus militantes, no segundo momento o objetivo foi acompanhar o Seminário de 11 anos da escola que reuniu representantes de outros IALAS. No IALA Paulo Freire, a pesquisa de campo ocorreu entre os dias 16 a 30 de novembro de 2016. Esta abordagem, além de nos possibilitar compreender os diferentes atores sociais em suas particularidades, nos permitiu acompanhar o dia a dia dos educandos e apreender de que forma se relacionam, quais são suas principais visões sobre a agroecologia.

Durante as pesquisas de campo foram realizadas 36 entrevistas semi-estruturadas (gravadas) com representantes das duas instituições. Na ELAA foram realizadas 19 entrevistas, ao todo. Destas, 10 foram com educandos e educandas de seis diferentes nacionalidades (Brasil, República Dominicana, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia); três (03) membros ou ex-membros da coordenação; três (03) ex-educandos; dois (02) coordenadores do assentamento Contestado e; um (01) agricultor assentado que participa de ações da escola. No IALA Paulo Freire foram realizadas 17 entrevistas. Destas, sete (07) com educandos e educandas; seis (06) com ex-educandos; duas (02) com Maestros Pueblos; um

(01) com coordenador do instituto, além de uma (01) entrevista coletiva com a participação de cinco professores do instituto.

As entrevistas seguiram uma agenda dividida em três grandes áreas: (a) trajetória, participação cívica e política do ativista; (b) processos de engajamento militante; (c) representações sobre agroecologia, território, integração latino-americana e concepções/horizontes de ação e de mudança social.

Durante a pesquisa de campo acompanhou-se também atos políticos, fora dos espaços da ELAA e do IALA Paulo Freire, dos quais seus integrantes também estavam participando, tais como: manifestações de rua em apoio aos professores da rede pública de ensino e ocupação da Faculdade de Direito da UFPR, ambas no município de Curitiba/PR . Na Venezuela acompanhou-se o XV Acampamento Internacional da Juventude da CLOC – Via Campesina, ocorrido em novembro de 2016 na cidade de Caracas.

Os registros fotográficos apresentados abaixo ilustram um pouco do momento da pesquisa nos espaços da ELAA e IALA Paulo Freire, nos períodos acima indicados.

Figura 1: Entrevista com educando da ELAA.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 2: Entrevista com José Maria, ex-coordenador da ELAA.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 3: Entrevista coletiva com professores (as) do IALA Paulo Freire.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 4: Entrevista com integrante do Coletivo Freiriano do IALA Paulo Freire.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

A estrutura da tese

A exposição da pesquisa está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo **“Os ciclos de protestos e ciclos políticos: o contexto sócio-histórico e político para a emergência dos IALAS”** tem um caráter de contextualização histórica e relacional dos ciclos de protestos e dos ciclos políticos que se fizeram presentes ao longo da história da América Latina, tendo como pano de fundo o Brasil, com a finalidade de entender os contextos que contribuíram para a emergência de diferentes formas de organização dos movimentos sociais, em especial ao que se refere às novas formas de organização centradas na autogestão e autonomia, como é o caso da Rede Transnacional de movimentos sociais *La Vía Campesina*, e demanda dos movimentos sociais rurais de construção de espaços formativos próprios, como é o caso da Rede IALAS.

Para tal tarefa, toma-se por base a proposta de Breno Bringel que efetua uma análise cíclica para interpretar a mudança social, tanto em longo prazo, como para pensar o momento político atual do Brasil e da América Latina

No segundo capítulo **“Tijolo por tijolo – o processo de construção da ELAA e do IALA Paulo Freire”** apresenta-se o processo de emergência, construção e desenvolvimento ao longo de mais de uma década da Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA), situado no município da Lapa, no estado do Paraná no Brasil e do Instituto de Agroecologia Latino-americano (IALA Paulo Freire), localizado na província de Barinas na Venezuela. Trata-se de um capítulo de caráter descritivo onde busca-se reconstruir as tramas das concepções políticas dos sujeitos que subjazem esses projetos e experiências.

No terceiro capítulo **“A integração dos Movimentos Sociais na ELAA e IALA Paulo Freire”** debate-se como os diferentes movimentos sociais que compõem a ELAA e o IALA Paulo Freire se integram nestes espaços formativos e articulam ações nos territórios enquanto integrantes da Via Campesina (VC) e da Coordenação Latino-Americana de Organizações de Campo (CLOC-VC). Recupera-se o debate acerca do tema da integração da América Latina, partindo do princípio de que a ideia de uma integração regional não é uma invenção contemporânea, ela vem se delineando ao longo do tempo e encontra suas raízes entrelaçadas com a própria história do continente.

Por fim, no quarto capítulo, **“Impactos, desdobramentos e desafios da ELAA e IALA Paulo Freire”** são apresentados os principais impactos, desdobramentos e desafios para a continuidade da ELAA e IALA Paulo Freire no atual cenário político na América Latina, caracterizado pelo avanço de governos ultraconservadores e da repressão aos movimentos sociais.

Nas considerações finais, busca-se recapitular as questões centrais deste estudo relacionadas às convergências e divergências encontradas nos casos analisados no tratamento da agroecologia e na relação entre o ativismo territorial e a construção latino-americana e aponto as contribuições e lacunas deste trabalho, assim como as projeções para a ELAA e IALA Paulo Freire.

1. CICLOS DE PROTESTOS E CICLOS POLÍTICOS: O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO PARA A EMERGÊNCIA DOS IALAS

Este primeiro capítulo busca analisar o contexto sócio-histórico e político que possibilitou a emergência das experiências das escolas latino-americanas de agroecologia, examinadas em detalhe nos capítulos seguintes da tese. Iniciar a pesquisa discutindo esse cenário nos parece fundamental, pois não é possível entender o *quando*, o *como*, o *onde* e o *porque* da emergência destas experiências sem entender as lutas sociais, as convergências políticas, as janelas de oportunidades e as configurações geopolíticas que possibilitam a concepção deste tipo de iniciativas. Não se trata de um mero “pano de fundo” ou de um “contexto”, que muitas vezes é apresentado de forma mecânica ou como algo dado.

O contexto, tal como entendido e defendido nesse capítulo aqui, é fruto de uma *configuração*. Uma manifestação das contradições, das potencialidades e limites dos momentos e das disputas históricas. Desta forma, somente pode ser entendido, em uma inspiração elisiana, a partir de um olhar relacional, que considere as redes pré-existentes e que fuja de molduras cristalizadas. Embora a proposta de Elias (1994) tenha outro foco e escopo, dedicada a pensar as relações entre indivíduos e sociedade com suas múltiplas mediações e interdependências, sua noção de “configuração” nos inspira metodologicamente nesse capítulo no sentido de pensar quais são os agentes, os vetores e as dinâmicas de poder e resistência que possibilitam visualizar uma condição de possibilidades de construção de um projeto como o das escolas latino-americanas de agroecologia. Nesse processo, há diversas formas de cruzamento entre relações formais e informais, processos institucionais e não institucionais, individuais e coletivos.

Para tal tarefa, tomo por base principal as propostas de Breno Bringel sobre os ciclos políticos desenvolvidas conjuntamente com Alfredo Falero e com José Maurício Domingues, no primeiro caso examinando a produção de movimentos transnacionais e o ciclo progressista na América Latina (BRINGEL e FALERO, 2008; 2016) e no segundo analisando um ciclo político mais longo, o “ciclo político da redemocratização” no Brasil (BRINGEL e DOMINGUES, 2018). Em ambos os casos, há uma convergência interessante no sentido de apostar pela análise cíclica como forma de interpretar a mudança social em diferentes escalas temporais. Especialmente sugestiva é a proposta de buscar entender como várias “camadas” de temporalidades vão se sobrepondo ao longo do tempo, configurando diferentes

possibilidades políticas e históricas.

De forma mais concreta, Bringel e Domingues (2018) sugerem, por exemplo, que o início do ciclo de protestos iniciado em Junho de 2013 coincidiu com o fechamento de um ciclo político de mais longo prazo, o ciclo da redemocratização, iniciado com as lutas contra a ditadura no país. A confluência entre essas temporalidades envolve, portanto, um momento de mudança na dinâmica de atores sociais e políticos, de deslocamento de hegemonias e de continuidades e rupturas tanto nas trajetórias militantes como nas agendas políticas de forma mais ampla.

Dialogando com este debate, sugiro como hipótese inicial deste capítulo que as escolas latino-americanas de agroecologia, embora surjam formalmente em 2005 como veremos mais adiante de forma detalhada, são resultado de uma confluência entre o “ciclo progressista” (que permitiu, desde o início do século XXI, a convergência entre movimentos populares e governos progressistas, fundamental para a execução das experiências) e um “ciclo latino-americano de protestos” (especialmente ativo, com diferentes variações nacionais, desde o levante zapatista em 1994 até a Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata na Argentina, em 2005 que permite frear as negociações da ALCA).

O ano de 2005 opera, a nosso ver, como uma “conjuntura crítica” (COLLIER e COLLIER, 2002) na América Latina contemporânea, crucial para o objeto desta tese. Por um lado, fecha-se um “longo ciclo de protestos” que articulou a resistência em uma escala regional, propriamente latino-americana, tendo como eixos centrais a luta contra o livre comércio e contra a globalização neoliberal. Cabe aqui um parêntese conceitual: embora os ciclos de protestos estejam associados, de forma geral, na literatura especializada ao curto prazo, podem também derivar em ondas mais amplas de contestação (TARROW, 1998). Foi o que o ocorreu com este longo ciclo de protestos latino-americano, que durou ao redor de uma década construindo protestos constantes, redes transnacionais e novas agendas, que foram se expandindo entre movimentos diversos e para a sociedade como um todo. Além do mais, os ciclos de protestos muitas vezes acabam se resumindo às fronteiras dos Estados nacionais. Embora isso seja o mais habitual na modernidade, vemos como em várias ocasiões os movimentos sociais buscam também articulações mais amplas, de carácter transnacional, gerando ciclos transnacionais de protestos e, mais que isso, também construções políticas conjuntas que, muitas vezes, derivam destes ciclos.

Por outro lado, o ano de 2005 é uma inflexão relevante, pois na *Cúpula de Mar del Plata* se revela uma “confluência virtuosa” entre movimentos sociais e governos progressistas no plano dos protestos que teve, como paralelo, no plano das propostas, articulações e

projetos conjuntos como o dos institutos latino-americanos de agroecologia, no bojo do Fórum Social Mundial. Não haveria certamente um “ciclo progressista” sem o longo ciclo de latino-americano de protestos que o antecedeu. Dificilmente existiriam as escolas latino-americanas sem essa confluência.

No entanto, se levarmos a sério a proposta dos ciclos e da imbricação de dimensões espaço-temporais, a experiência das escolas/institutos não podem ser resumidas somente a isso. É parte mais ampla de uma estratégia dos movimentos populares latino-americanos de formar seus próprios intelectuais. As raízes deste tipo de iniciativas são históricas, mas há um novo impulso e acúmulo com o início do ciclo da redemocratização no Brasil e na região, quando emergem uma série de experiências políticas que apostam pela autonomia político-formativa. O caso do MST é emblemático, por seu volume, capilaridade e eco no sentido de inspirar outras experiências.

Tendo em vista estes elementos e propostas, buscaremos nesse capítulo apresentar um panorama sobre a intersecção entre estes ciclos e as diferentes camadas de temporalidades de lutas e como elas trazem diversos elementos que são recuperados posteriormente como pilares importantes para a construção de experiências transnacionais formativas dos movimentos sociais rurais. Enfatizaremos principalmente o caso brasileiro, com atenção à dimensão latino-americana, desde as lutas contra a ditadura até o momento mais recente. A periodização utilizada é aproximativa e não definitiva ou rígida, uma vez que “*(e)l inicio y el cierre de ciclos políticos (nunca totalmente fijos y estrictamente delimitados) están siempre asociados a coordinadas y cambios políticos, sociales y económicos estructuradores*” (BRINGEL; FALERO; 2016, p. 29). Deste modo, os processos de construção de ações e atores coletivos devem sempre atender a elementos internos (localizados, em termos analíticos, no interior dos grupos sociais) e externos (marcados pelos contextos e pelas conjunturas e estruturas que influenciam e são influenciadas pelos elementos internos). Tentaremos a seguir combinar esses elementos. O objetivo não é fazer uma reconstrução exaustiva dos diferentes acontecimentos e momentos históricos, mas sim destacar o que é trazido de cada um deles para o momento presente e como se combinam e são apropriados para a construção das lutas sociais, principalmente as rurais, e dos projetos de integração regional popular.

1.1 Os movimentos sociais nas lutas contra a ditadura e pela redemocratização

No Brasil, durante a década de 1960 pode-se dizer que a forma de contestação ao regime militar se deu, sobretudo, de maneira frontal, com destaque para movimentos

guerrilheiros que optaram pela luta armada, como a Aliança Nacional Libertadora (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a guerrilha do Araguaia (em zona rural), entre outros. Nesse período, a “relação dos movimentos com o Estado era vista em termos de antagonismo e oposição” (GOHN, 1997, p. 283). Cabe contextualizar ainda que em âmbito internacional essa década presenciou contestações em várias partes do mundo, como Maio de 68 na França, a Primavera de Praga ou as manifestações contra a guerra no Vietnã, no que muitos consideraram um renascimento da esquerda global e dos movimentos internacionalistas.

Com o Ato Institucional número 5 (AI-5) em 1968 e a instauração de um estado de exceção no Brasil com forte repressão e perseguição política, a luta social migra para a clandestinidade, voltando a rearticular-se principalmente a partir de 1975, com a volta de exilados e a reestruturação de movimentos sindicais e estudantis no âmbito urbano e a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que desempenhou papel importante no âmbito das lutas sociais no campo. É interessante notar, portanto, como as dimensões rurais e transnacionais já tinham destaque nesse momento. Por um lado, os exilados foram construindo formas de ação a partir de fora para incidir nacionalmente, configurando formas de ação coletiva transnacional próprias de um momento de fechamento de regime político. Por outro lado, a despeito de um maior protagonismo das lutas urbanas no período seguinte, as lutas rurais foram centrais em termos de resistência à ditadura, mas também na geração de laços de afinidade e construção de processos alternativos que desembocariam posteriormente em ações territoriais concretas.

No período de 1978 a 1984, se inicia a abertura política “lenta, gradual e segura” do governo militar em transição à democracia que somente em 1984 teria o primeiro governo civil. Destaca-se nesse período a importância do movimento operário e as grandes greves de 1978 a 1980 no ABC paulista, de onde emerge a figura de Lula da Silva como presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, dando origem a um “novo sindicalismo”. Nessa direção, Eder Sader (1988), ao analisar as reconfigurações dos movimentos sociais dos trabalhadores da Grande São Paulo, nas décadas de 70 e 80, observou que os processos de construção e significação nos/dos movimentos sociais passava pela capacidade de reelaboração da vivência social a partir da configuração de “matrizes discursivas” que delimitavam os interlocutores, os atores (sujeitos coletivos em questão), o contexto (o campo de ação definido em termos espaços - temporais) e os horizontes de ação (alcances discursivos e ideológicos).

Estas matrizes discursivas configuraram um dispositivo metodológico central para a

construção de possíveis respostas que contribuem para a elucidação de debates chave da sociologia dos movimentos sociais, como analisar os motivos que mobilizam e unem militantes ou não às ações políticas e/ou a movimentos sociais; os fatores que geram as mobilizações, além das formas de construção e externalização das demandas destes atores individuais ou coletivos. A magnitude das reivindicações populares que se aglutinavam em torno de associações de bairro e tinham como atores principais pobres, analfabetos e migrantes caracterizou esses movimentos sociais como “movimentos populares” (GOHN, 1982). As demandas desses movimentos giravam em torno de bens e serviços básicos, inscrevendo-se no campo dos direitos sociais tradicionais: direito à vida com reivindicações de alimento, abrigo e outras condições básicas para a sobrevivência elementar do ser humano.

Muitos desses movimentos vinculavam-se à Teologia da Libertação, ligada à ala progressista da igreja católica, muito próximo às concepções socialistas e às análises marxistas. Tratou-se de um “movimento” fortemente latino-americano: a profunda e acelerada transição demográfica vivida nas décadas de 1950 e 1960 fazia com que a população da maioria dos países da região deixasse de ser rural. As desigualdades inerentes a esse processo fizeram com que um amplo contingente de trabalhadores urbanos estivessem em situação de marginalidade e vivendo à intempérie nas periferias das grandes cidades. A questão agrária e a luta pela terra, por outro lado, tornava-se ainda mais eminente com o avanço da revolução verde e da concentração de terra. Aquilo que no final dos anos 1960 e no início do anos 1970 era ainda uma discussão entre teólogos comprometidos com os setores oprimidos e as mudanças sociais na América Latina, tornou-se uma realidade muito mais ampla e territorializada em vários países da região. No Brasil, a atuação das comunidades eclesiais de base (Cebs) foi decisiva na rearticulação do “campo popular”.

Essa articulação entre os elementos religioso e socialista também foi crucial para a fundação no início dos anos 1980 do MST. No auge dessas lutas sociais e também de algumas concessões políticas (como a controversa lei da Anistia de 1979³), partidos comunistas, socialistas e trabalhistas entram para a legalidade, havendo a criação em 1980 do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Começa, portanto, a formar-se dentro desse momento inicial do ciclo político da redemocratização um amplo movimento político que vai além das organizações sociais mobilizadas e engajadas nos anos prévios, passando a se estender também ao restante da sociedade. A luta contra o regime militar e pela

³A Lei anistiava todos que tivessem cometido “crimes políticos” no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, incluindo militares acusados de torturas e assassinatos, tendo graves consequências na política de memória do Brasil.

democratização política do país são os principais elementos de convergência que desembocam na campanha nacional “Diretas Já”, por eleições diretas, levando milhares de pessoas às ruas e culminando no esgotamento do regime militar.

Nesse momento os diversos segmentos da sociedade civil organizada buscam constituir uma “ampla plataforma de resistência” apostando pelo imaginário e pelas práticas democráticas. Isso marca uma diferença importante com o ciclo de contestação anterior e com seus atores, que haviam mantido uma estratégia de enfrentamento armado que negava alianças mais amplas. Com estes pilares e com os ventos de democratização que começam a chegar também em outros países da América Latina, os movimentos populares passam a ser atores chave de um momento instituinte em termos de agendas e direitos.

1.2 O “longo ciclo latino-americano” de protestos e de convergências dos movimentos populares

Podemos notar que o processo de redemocratização política ocorre de maneira lenta no país e que a reconstrução formal da democracia não seria possível sem as ações dos diversos movimentos sociais em uma ação pública muito ampla com a cidadania como um todo. Se até então as pautas e demandas dos movimentos sociais estavam voltadas para a restituição da democracia, depois de instaurados os governos civis, as lutas dos movimentos passaram a assumir características, demandas e formas de organização diversas.

No período que vai entre 1985 e 1992, que vai desde o governo civil de Sarney, eleito indiretamente ainda com grande poder dos militares, até o impeachment de Collor, a atuação da sociedade civil foi marcada por maior negociação e menor conflito com os governos que no período anterior. A militância territorial e nos bairros seguiu sendo forte e no âmbito dos processos coletivos com maior envergadura pública destacam-se as campanhas em torno do processo constituinte, visto como fundamental na agenda institucional da transição à democracia, lançando-se o Movimento Nacional pela Constituinte e uma posterior Assembleia Constituinte, resultando na Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Nesse período temos ainda um maior crescimento dos movimentos rurais com o MST ocupando já uma maior centralidade como aglutinador das lutas do campo e a mobilização da CUT e do PT junto a outros movimentos. Interessante notar que, a despeito de todas as polêmicas, o legado da Constituição passa a ser disputado por muitos movimentos, como o próprio MST quando reivindica a função social da propriedade garantida juridicamente no Artigo Quinto da Carta.

De forma paralela, a partir deste momento ganha maior expressão no Brasil e no mundo o surgimento de novos movimentos sociais com identidades mais plurais (como os movimentos negros, indígenas, de mulheres, de estudantes, ecológicos, entre outros), cujas demandas passaram a combinar as lutas materiais por bens e serviços básicos e pela sobrevivência com os “direitos sociais modernos, que apelavam para a igualdade e a liberdade, em termos das relações de raça, gênero e sexo” (GOHN, 1997, p. 284). Em outras palavras, as identidades coletivas vivem um momento de redefinição e passa muitas vezes a ser um fim em si mesmo, uma parte essencial da própria dinâmica desses movimentos sociais.

Se entendemos que “a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1988, p. 342), vemos como os fenômenos contemporâneos passaram a incorporar componentes diversos e cada vez mais multifacetados. Para isso, também passou a ser necessário decompor essa forma de ação coletiva multifacetada para explicar a dinâmica das sociedades contemporâneas e da complexidade da ação coletiva e as formas de solidariedade conflitual entre atores com capacidade de (re)definir o campo político (MELUCCI, 2001). A articulação de novas categorias sobre a ação social coletiva e movimentos sociais, capazes de modular e transpor diferentes subjetividades e ações dos indivíduos é apresentado pelo autor, como o principal desafio das sociedades complexas.

As sociedades complexas possuem uma integração crescente das estruturais culturais, políticas e econômicas. Os espaços sociais dos movimentos se constituem como arena distinta do sistema e não coincide mais com as formas tradicionais da organização social da solidariedade e de representação política (MELUCCI, 2001, p. 22).

A partir dos anos 1990, essa parece ser uma mudança mais geral que começa a ir além dos casos específicos, seja do Brasil ou da América Latina como um todo. Começam a proliferar movimentos sociais, que não são personagens que se movem em função do fim que lhes são atribuídas pelos ideólogos, mas se apresentam como *redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação coletiva de atores sociais* (MELUCCI, 2001). Isso nos leva a processos heterogêneos e a à ação coletiva entendida como sistemas de possibilidades. Dito de outra maneira, se recuperamos a outro dos importantes teóricos dos movimentos sociais não é possível interpretar a emergência dos movimentos sociais e sua historicidade sem olhar para as transformações societárias mais amplas e sem analisar a vida social de um modo mais geral (TOURAINÉ, 1970; 1984).

O processo mais geral que parece estar por trás das novas dinâmicas societárias e

políticas é como a democracia é recuperada formalmente no Brasil e na América Latina (ao mesmo tempo em que se expande crescentemente pelo mundo), mas o faz de mãos dadas da expansão do neoliberalismo. Democracia e capitalismo passam a caminhar de mãos dadas. O ano 1989 é chave nesse sentido, pois a queda do Muro de Berlim contribui a amplificar isso e a ideia de que não haveria alternativas a essa rota. No caso brasileiro, 1989 foi um ano de grande mobilização em torno das eleições presidenciais diretas. A candidatura de Luís Inácio da Silva, o Lula, representava uma esperança para os movimentos sociais na direção de um projeto democrático-popular para o país. A vitória de Collor de Mello, no entanto, e seu projeto neoliberal de abertura do mercado nacional, bem como seu programa de desestatização, aprofundaram a recessão econômica e o desemprego a nível nacional (em sintonia com outros governos da América Latina no mesmo período, vale ressaltar), delineando de forma mais clara esse padrão de conciliação entre democracia liberal e neoliberalismo. O Fora Collor levou os “caras-pintadas” e milhares de pessoas às ruas, principalmente jovens e estudantes. Mas a bandeira principal não era a luta contra o neoliberalismo e sim a bandeira ética, de luta contra a corrupção.

No bojo desse processo, a mobilização social passa a adquirir um sentido distinto ao que teve no momento anterior e a organização da sociedade civil se ramifica profundamente, em uma ampla, complexa e heterogênea teia de redes e organizações que vão desde pequenos grupos locais a grandes organizações internacionais, desde coletivos combativos ao terceiro setor. As agendas temáticas começam a ganhar também maior centralidade, sendo a ambientalista uma das mais fundamentais. Um evento que condensa boa parte destas novas tendências foi a Cúpula da Terra (Eco-92) que aglutinou os “novos movimentos sociais” ecologistas e feministas, ONGs nacionais e internacionais, além das tradicionais organizações comunitárias e religiosas. Esse evento marca, segundo Breno Bringel, um ponto de inflexão na tendência das dinâmicas de mobilização social no Brasil e em outros países latino-americanos, pois combina “*por un lado, movimientos sociales territorializados (campesinos, indígenas, afectados por presas hidroeléctricas, entre otros) y, por otro lado, articulaciones e movilizaciones urbanas más institucionalizadas o vinculadas a la participación en proyectos sociales*” (BRINGEL, 2018, p. 99). Isso levaria a “*una combinación entre la acción más rupturista de algunos movimientos sociales y la acción de mayor cooperación y mayor institucionalización de la acción colectiva de actores sociales como las ONG*” (BRINGEL, 2018, p. 99).

De forma paralela, o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil sob os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), assim como em outros países da América Latina,

levou à construção de uma série de resistências e greves convocadas por sindicatos e movimentos sociais contra as políticas neoliberais do governo e as privatizações de empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, sendo reprimidos e criminalizados. A repressão estatal e o conflito aumentam ainda mais nas zonas rurais, culminando em massacres no campo que entrariam para a história do país, como o Massacre de Corumbiara, em agosto 1995, e o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996. Desde então o dia 17 de abril se tornou uma data de referência como Dia Internacional da Luta Campesina, originando posteriormente o “Abril Vermelho”, Jornada de Lutas que aglutinava movimentos como o MST, a CUT, o Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros. Há assim uma maior territorialização dos movimentos sociais rurais pelo Brasil e a consolidação do MST como uma grande força de contestação social no país, mas também na América Latina como um todo.

Nesse mesmo período, o âmbito urbano se caracteriza por uma perda de capacidade de mobilização de massa por parte dos movimentos sociais que diminuem sua intensidade, passando por reorganização e reconfiguração dos repertórios de ação coletiva. Muitos optam por trabalhos mais internos e menos visíveis, por formação de redes de trabalho e novas articulações, o que não significou o fim dos movimentos sociais, como muitos chamaram, mas ocorre, de fato, uma inflexão nos estudos sobre movimentos sociais, os quais passam “da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença” (GOHN, 1997, p. 286). Para esse debate se faz interessante trazer a diferenciação de Melucci sobre latência e visibilidade dos movimentos: enquanto a latência permite que “as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais – uma mudança no sistema de significados” (MELUCCI, 1989, p. 61), criando novos códigos culturais, mostrando que outro modelo é possível e fornecendo recursos de solidariedade que permitem a visibilidade; a visibilidade “reforça as redes submersas. Fornece energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que então flui na rede submersa” (MELUCCI, 1989, p. 62).

Nesse momento as ONGs vão ganhando protagonismo, bem como as inovações de participação cidadã institucionalizada. Além disso:

(...) há alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior destaque das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos 80, absorvendo grande parte da parcela dos desempregados do setor produtivo privado; o surgimento de grandes

centrais sindicais; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia; e, fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs – Organizações Não governamentais (GOHN, 1997, p. 286).

As lutas cívicas de caráter ético-moral também ganham destaque, como a Ação da Cidadania, contra a Fome e pela Vida, liderada por Herbert de Souza (Betinho), que aglutinava diferentes classes e interesses. O formato de redes sociais já se convertia em uma das principais formas organizativas para a realização de ações coletivas, a partir das quais emergiam fóruns que aglutinavam movimentos sociais, ONGs, sindicatos e organizações de base que compartilham temas de interesse comum, como o Fórum Nacional da Reforma Agrária e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, para citar dois exemplos.

Dessa forma, a “sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter organizacionais e de redes de movimentos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 127), as quais possibilitam a articulação entre ações locais, nacionais e transnacionais. A rede de movimento social, então, pressupõe “a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113). Na atualidade se caracterizam pela heterogeneidade de atores coletivos que se articulam em torno de unidades de referências normativas, podendo ser temáticas em comum ou uma plataforma de luta política mais ampla, compreendendo vários níveis de organização. A autora aponta que houve assim um deslocamento da valorização política das organizações de base para a valorização política das “articulações, intercâmbios e formação de redes temáticas e organizacionais” (SCHERER- WARREN, 2013, p. 188).

Nesse momento também ganha força a forma de pensar as lutas sociais para além do plano nacional, abrindo-se conexões transnacionais mais estáveis e permanentes entre os movimentos sociais, em atuações que vão do nível local ao global. Nesse sentido a realização em 2001 do I Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, se faz exemplar como síntese do ativismo local e global e um dos principais espaços de confluência das lutas internacionais. Reunindo na primeira edição 16.000 pessoas de 117 países, houve a convergência de resistências contra a globalização neoliberal, com a criação e consolidação de articulações internacionais entre distintos movimentos sociais, sendo “*una de las máximas expresiones de la internacionalización de las luchas sociales en el cambio de siglo*” (BRINGEL; ECHART, 2010). Nesse processo, muitas redes transnacionais foram se fortalecendo, como redes ecologistas, indígenas, campesinas, feministas, como é o caso da

Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e da Aliança Social Continental (ASC), está última contra a ALCA e tratados de livre comércio. Dessa forma, Bringel e Falero constataam que vem ocorrendo nos últimos tempos um processo de expansão da política:

(...) por um lado, a proliferação de intercâmbios políticos de baixo, ou seja, a exploração da arena política para além do marco institucional-partidista, abrindo espaços, identidades e formas de ação coletiva que se desenvolvem dentro da chamada sociedade civil, à margem, mas de modo suplementar à política tradicional. E, por outro lado, a irrupção da política de fora, no âmbito supranacional, transgredindo as fronteiras nacionais e rompendo com a territorialidade da política no Estado-nação (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 269).

Houve com isso, uma nova guinada nas categorias de análise, sendo a categoria território talvez a mais ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas. Para alguns, o território torna-se um referencial central para os projetos de agregação das ações coletivas “e não mais as ideologias ou correntes de opiniões políticas” (GONH, 2008, p.3). Essa centralidade do território não está, em nossa perspectiva, desvinculada das ideologias, mas sim associada a uma nova localização dos conflitos e das disputas de projeto de sociedade.

A partir de algumas perspectivas críticas da geografia política e da sociologia, Bringel (2014) afirma que as Redes e Territórios não são elementos excludentes nem tampouco dissociados. Pelo contrário, ambas as dimensões são complementares e o foco da análise deve se dar na tensão entre elas, porque esta é uma das principais forças mobilizadoras do processo de espacialização da contestação política. Quando lutas sociais territorializadas se unem e/ou criam uma ou mais redes flexíveis passam a estar conectadas a lugares diferentes e a uma variedade de escalas geográficas – do global ao local – e a serem partes constitutivas e nós entre diferentes longitudes na rede (BRINGEL, 2014). É esta perspectiva integradora entre território e redes que pretendemos observar nos capítulos seguintes a partir de nosso objeto. Interessa-nos, em particular, analisar as relações entre escalas (com especial ênfase para o regional, ou seja, a dimensão latino-americana) e um local a outro local, entendendo o *lugar* como um conceito territorial e relacional que se refere tanto a um lugar geograficamente determinado, como ao fluxo de interações entre militantes (BRINGEL, 2006).

Desta forma, entendemos que os espaços transnacionais que começam a ser construídos a partir desse momento não são externos aos territórios. Ao contrário: passam a ser profundamente territorializados. Isso, no entanto, nem sempre está presente na literatura hegemônica sobre movimentos sociais transnacionais, que costuma focar mais na dimensão da incidência política:

Um movimento social transnacional é um conjunto de atores vinculados entre si,

atravessando fronteiras nacionais com objetivos e solidariedades comuns e com capacidade de gerar ações coordenadas e sustentadas em mais de um país, tendo como objetivo influir publicamente em processos de mudança social (SIKKINK, 2003, p. 305).

Tendo em vista os elementos conceituais e histórico-contextuais já assinalados nesta seção do capítulo, sugerimos que, de forma paralela à reorganização nacional que se produz na sociedade civil brasileira após o início do ciclo político da redemocratização, emerge no início da década de 1990 *um novo ciclo de protestos regional, de carácter latino-americano*. Há um certo consenso entre os especialistas em localizar o levante zapatista do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) na Selva Lacandona em Chiapas, no dia 01 de janeiro de 1994 como um marco central nesse sentido. De fato, o foi. Os neozapatistas conseguiram conjugar uma série de mensagens potentes de forma simultânea, difundindo-os para todo o mundo: a articulação entre o local e o global e entre os territórios e o mundo virtual como pilares de uma política multi-escalar; a autonomia e o autogoverno como pilares de um novo projeto político-revolucionário baseado na aversão às hierarquias (“mandar obedecendo”) e na valorização da diversidade (“um mundo onde caibam muitos mundos”); a crítica anticapitalista como elemento prático e teórico; a formação de intelectuais militantes próprios como forma de contribuir para o avanço das lutas sociais e do conhecimento crítico.

Dois anos antes do levante zapatista, dirigentes camponeses do próprio México, da América Central, da América do Norte e da Europa se reuniram em Managua no que pode ser considerado um dos antecedentes centrais para a fundação da Via Campesina, que em maio de 1993 realiza sua Primeira Conferência Internacional na Bélgica. Não por coincidência, a Segunda Conferência Internacional é realizada no México em 1996, com a participação de quase 70 organizações de 40 países do mundo. Os conflitos rurais se acirravam, a luta pela terra parecia cada vez mais importante, porém adquiria novos sentidos e os camponeses viam como boa parte de seus problemas tinha origens similares, identificando também inimigos comuns. Desde então, a Via Campesina converteu-se na principal voz dos trabalhadores do campo em escala internacional. Conforme enfatiza Vieira:

A Via Campesina é, portanto, uma articulação internacional de trabalhadores que constrói sua identidade em contraposição do modelo dominante de agricultura, afirmando a economia, a cultura, os valores, os modos de vida do campesinato. Ao mesmo tempo, busca estabelecer relações com outros movimentos e organizações, pois entende o modelo agrícola como parte do formato mais geral do capitalismo mundial na contemporaneidade (VIEIRA, 2011, p. 251).

A Via Campesina surge neste contexto de transnacionalização do capital, buscando também transnacionalizar as resistências. Isso ocorre de forma bastante original e inovadora:

dando o protagonismo deste processo de internacionalização aos próprios camponeses e não a outros sujeitos políticos que historicamente quiseram “falar por” ou “em representação de”. A Via Campesina é, ao mesmo tempo, fruto de longos debates entre movimentos camponeses de diversas partes do mundo em um contexto mais amplo de transformações das práticas políticas e econômicas internacionais. Bringel e Vieira mostram como a Via Campesina foi se constituindo como a principal articulação dos movimentos camponeses de hoje:

Fue, con el pasar del tiempo, convirtiéndose en una gran plataforma de contestación de los movimientos campesinos que permitió tanto trasladar la voz de los campesinos al escenario internacional con mayor rotundidad como generar procesos de inteligibilidad global y articulación de la lucha entre lugares y actores que, sufriendo problemas semejantes, no eran capaces de articularse y/o ni siquiera se conocían antes (BRINGEL; VIEIRA, 2015, p. 69).

Embora seja uma articulação internacional(ista), sempre houve na Via Campesina um peso importante das organizações latino-americanas. Os movimentos latino-americanos desde o início contribuíram para construir a agenda e a dinâmica política da Via, ao mesmo tempo em que criaram já em 1994, seu próprio “braço político” regional, a Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC). Desde então, a CLOC tem dinamizado e defendido as bandeiras centrais da Via Campesina na América Latina (a reforma agrária, a agricultura sustentável, a soberania alimentar, a defesa da biodiversidade e dos recursos naturais, o feminismo camponês, dentre outros temas), buscando também expandi-las para além da própria organização, incluindo confluências com diversos atores do campo e da cidade.

A solidariedade internacionalista é um eixo central da CLOC e isso desde então se exerce de diferentes maneiras: na denúncia permanente aos ataques recebidos pelas organizações sociais (criminalização, violação de direitos, ameaças, assassinatos, exploração, etc.) e na construção de campanhas de incidência e de brigadas internacionalistas que possuem o objetivo principal de acompanhar nos territórios os processos de luta, ao mesmo tempo em que servem de plataforma para a troca de experiências entre diferentes realidades. Nesse sentido, os cursos de formação política de militantes têm papel fundamental na articulação e fortalecimento de alianças entre movimentos sociais transnacionais. Destaca-se, no caso brasileiro, a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) inaugurada em 2005 pelo MST, que surge, inicialmente, para atender à necessidade de formação política de militantes do MST, mas amplia-se para outros movimentos sociais brasileiros e, nos últimos tempos, para ativistas de várias partes do mundo, organizados principalmente através da Via Campesina.

O processo educativo é visto de maneira holística e permanente, para além do ensino formal, abrangendo ação, acampamento e exemplo: “*(d)esde la perspectiva del MST, el militante es educado políticamente en todos los momentos de su involucramiento con el colectivo, desde ámbitos informales a esferas más formales, desde las discusiones de base a los congresos nacionales e internacionales*” (BRINGEL; VIEIRA, 2015, p. 69). Esses cursos de formação do ENFF inspiram iniciativas em toda a América Latina e possibilitam o traslado de estudantes de várias partes do mundo, permitindo:

(...) no solo la formación política, sino también una discusión profunda y el estrechamiento de lazos de afinidad y confianza que contribuye enormemente para el fortalecimiento de las alianzas Sur-Sur y su permanencia en el tiempo más allá de iniciativas concretas y puntuales. Esta dimensión procesual y subjetiva de los lazos transnacionales es fundamental en la generación de identidad colectiva y de inteligibilidad entre actores provenientes de contextos y culturas políticas bastante diversas (BRINGEL; VIEIRA, 2015, p. 70).

Dessa forma, essas práticas educacionais são um meio tanto para geração de laços permanentes quanto para convergências políticas e sociais, em que movimentos e ativistas “*adquieren y comparten conocimiento, pero también apprehenden valores y formas de organización y generan nuevas agendas colectivas permeadas por el sentimiento de solidaridad internacional*” (BRINGEL; VIEIRA, 2015, p. 78). No caso desta pesquisa, os principais agentes de interconexão são os militantes de diferentes movimentos sociais da América Latina, sobretudo de caráter camponês, que estão vinculados à ELAA e ao IALA-Paulo Freire, mas são diversos os sujeitos políticos e as agendas que poderiam se encaixar hoje neste tipo de experiências.

A Via Campesina e o EZLN foram protagonistas centrais do longo ciclo de protestos que emerge a meados dos anos 1990 e vai proliferando pela região nos anos seguintes. No entanto, há várias outras redes formais e informais, que também possuem um papel destacado. As redes de luta contra a ALCA e os tratados de livre comércio, por exemplo, são cruciais, já que se expandiram por toda a região criando plataformas locais e nacionais, em uma campanha articulada regionalmente. Os diferentes eventos de protesto vinculados ao movimento antiglobalização e contra a OMC, muitos dos quais tiveram na Via um ator central, também foram muito relevantes na construção de lutas mais amplas. Juntos, forjaram um novo imaginário latino-americano de resistência na mudança de século.

Todo esse espírito pode ser resumido no lema do Fórum Social Mundial, “Um outro Mundo é Possível”, no sentido de criar alternativas políticas concretas a partir dos próprios movimentos sociais, rompendo com a ideia neoliberal de que não haveria alternativas. A

criação do Fórum, embora internacional, também teve, outra vez, um peso importante do Brasil e de outros países da América Latina. O ciclo regional de protestos ganharia assim uma dimensão mais propositiva, com uma passagem paulatina das resistências às alternativas políticas. Apesar disso, no nível nacional, protestos destituíntes começam a acompanhar de forma vigorosa essas articulações regionais. É o caso dos emblemáticos protestos na Bolívia em 2000 com a “Guerra da Água”, na Argentina em 2001 com os piqueteros ou, novamente, na Bolívia em 2003 com a “Guerra do Gás”, dentre várias outras manifestações populares.

1.3 O ciclo progressista brasileiro e latino-americano

Retomando à análise dos ciclos políticos, em 2003 o PT chega ao poder nacional no contexto regional do ciclo político progressista na América Latina. Chávez já governava na Venezuela e em seguida viriam também as vitórias eleitorais na Argentina, na Bolívia, no Uruguai, no Equador, na Nicarágua e em El Salvador. Recuperando os elementos da seção previa, *“no podemos dissociar el ciclo de gobiernos progresistas de los ciclos de protestas de los movimientos sociales”* (BRINGEL; FALERO, 2016, p. 29). Por isso, Bringel e Falero constatarem que:

El ciclo de victorias electorales progresistas que se inicia con la elección de Hugo Chávez en 1998 no se puede entender sin el ciclo regional de movilizaciones que lo acompañó. Éste se inicia a principios de la década de 1990, con un incremento de la articulación de las luchas regionales, la resistencia directa a la propuesta del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) y la generación de campañas puntuales y espacios permanentes de convergencia. Acompañado de conflictos más localizados (aunque no aislados o localistas) en los territorios nacionales, se apostó, no sin tensiones, por la integración regional y por la creación de plataformas y redes de convergencia entre movimientos, colectividades más descentradas, campañas, partidos y sindicatos de izquierda (BRINGEL; CABEZAS, 2014 *apud* BRINGEL; FALERO, 2016, p. 29).

Nessa direção, Maristela Svampa caracteriza o novo ciclo progressista na América Latina (2000-2016) como um *“cambio de época”*, *“con la emergencia de diferentes gobiernos que, apoyándose en políticas económicas heterodoxas, se propusieron articular las demandas promovidas «desde abajo», al tiempo que valorizaron la construcción de un espacio regional latinoamericano”* (SVAMPA, 2017, p. 50ss). Diversas vozes começam a falar assim, com otimismo, em uma *“nova esquerda latino-americana”*, em *“giro à esquerda”*, *“pós-neoliberalismo”* e *“progressismo”* no continente. Svampa ressalta, de forma bastante explícita e pioneira, que a hegemonia do progressismo esteve ligada ao *boom* das commodities e explica:

(...) definimos la actual fase de acumulación que atraviesa América Latina con el concepto de «Consenso de los Commodities», cuya caracterización parte del reconocimiento de que, a diferencia de lo que ocurría en los años 90, las economías latinoamericanas fueron enormemente favorecidas por los altos precios internacionales de los productos primarios, lo que se verá reflejado en las balanzas comerciales hasta los años 2011-2013. En este contexto, todos los gobiernos latinoamericanos, más allá de su signo ideológico, apostaron por las ventajas comparativas, habilitaron el retorno de una visión productivista del desarrollo y negaron o buscaron escamotear los crecientes conflictos ligados a las implicancias (daños ambientales, impactos socio-sanitarios) de los diferentes modelos de desarrollo.

A chegada de governos progressistas em vários países da América Latina carregava a expectativa de maior abertura ao diálogo e às pautas de movimentos sociais, mas essa relação seguiu uma lógica mais complexa, permeada por dinâmicas contraditórias e ambivalentes, apontando para tensões e limites do progressismo. Por um lado, as políticas sociais foram prioridade da maioria desses governos, apesar da continuidade na política econômica que reforçava a posição periférica da América Latina no capitalismo global. Por outro, quando se tratava da implementação de megaprojetos, como rodovias e hidrelétricas, *“los intereses de los gobiernos se vinculaban claramente a fines y compromisos electorales, como las subvenciones a campañas”* (BRINGEL; FALERO, 2016, p. 38), havendo repressão aos movimentos sociais contestatórios, além de desastres ambientais e sociais. Casos emblemáticos aconteceram nos governos do Brasil e da Bolívia com Lula e Evo, respectivamente.

Seguindo uma política (neo)desenvolvimentista e extrativista principalmente na questão de energia e recursos naturais, grandes desastres sociais e ambientais ocorreram durante o governo petista, com o ápice em 2015 do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Samarco em Mariana, Minas Gerais, afetando gravemente muitas comunidades. Nesse contexto se consolida, tristemente, a importância do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) que questiona, sobretudo, o modelo energético utilizado no país, além de lutar pelos direitos das populações afetadas pelas construções de grandes empresas hidrelétricas.

No segundo governo Lula e no primeiro governo Dilma algumas lutas também pareciam questionar o projeto petista e sua promessa de transformação social. Entre março de 2007 e meados de 2008 mais de 30 universidades públicas de diversas regiões do Brasil tiveram suas reitorias ocupadas por alunos acompanhadas de manifestações e greves de professores, assistentes administrativos e funcionários de serviços, por quase dois meses. As demandas englobavam desde melhorias das instalações das residências universitárias a

denúncias de corrupção de reitores, passando por protestos pela autonomia nas universidades e contra a privatização de espaços internos da faculdade, além da crítica ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e ao decreto que instituía o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sendo essa última pauta de dimensão nacional. Chama atenção aqui uma reconfiguração na base social e nos mecanismos de difusão dessas mobilizações estudantis: as assembleias eram mais horizontais e sem liderança definida, havendo com isso uma maior democratização da comunicação e distanciamento das tradicionais associações e comitês estudantis burocratizados e hierarquizados, muitas vezes controlados por partidos políticos (BRINGEL, 2018).

Durante o governo Lula a relação do Estado com os movimentos sociais foi, então, contraditória: “(a) grandes rasgos se puede decir que hubo una mezcla de negociación, cooptación y represión” (BRINGEL, 2018, p. 117). Nas zonas rurais o conflito com o Estado não diminui, havendo forte repressão em alguns casos; e o vínculo histórico do PT com lutas sociais levou à institucionalização de muitos movimentos e ações coletivas – como parte do movimento negro, por exemplo.

Buscando esboçar uma tipologia das diferentes e complexas mediações entre governo, partidos e movimentos sociais na América Latina nos últimos anos, Bringel e Falero chegam a quatro situações:

Conexión subordinada - Casos en los que se establecen relaciones fuertes entre gobierno, partido y movimientos, donde la separación de actuación entre los espacios sociales no es clara, y se puede obtener demandas por los movimientos, pero a costo de estar sujetos a lógicas muchas veces vinculadas a una reproducción neocorporativa. En este caso, no solo el Gobierno o el partido tienen fuerte influencia en las decisiones de los movimientos, sino que prescriben el marco de acción en el que se mueven. Aquí pueden entrar situaciones tan diferentes como la Confederación General del Trabajo (CGT) durante Menem en Argentina, o Venezuela en la relación con el gobierno y Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV).

Conexión negociada - Situaciones en las que el extremo anterior no se alcanza, pues se observa separación entre los tres planos. Se observa un control puntual sobre miembros de los movimientos, aunque no del agente colectivo como un todo. En este caso, se tiene un canal de acceso privilegiado al gobierno, pero el costo sigue siendo alto en lo que se refiere a la autonomía, dado que el campo político es bastante semejante y las relaciones históricas muy fuertes. Puede ser el caso de movimientos sindicales en el contexto de gobiernos progresistas del cono sur, como la Central Única de los Trabajadores (CUT) en Brasil, entre otros.

Conexión discontinuada - Escenarios en los que el caso anterior se alterna con situaciones diversas, y en donde se presentan y se reemplazan contextos de compromiso del movimiento con contextos de luchas y movilizaciones. Son los típicos casos en que hay un horizonte (práctico y discursivo) de autonomía, pero, por diferentes causas, incluyendo lazos personales, afinidades y trayectorias comunes, no se renuncia a la conexión con el gobierno. La relación con los partidos existe pero es más débil. Incluye casos como los de Federación

Uruguay de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) en Uruguay, Movimiento de los Sin Tierra (MST) en Brasil, movimientos indígenas y campesinos en la región andina. Es el caso más volátil de los cuatro.

Desconexión con gobiernos y presencia débil o inexistente de partidos - Situación en que la autonomía del movimiento es más clara. Y puede serlo por un contexto claramente adverso del gobierno (federal, estadual o ambos), como el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) en México, o porque las posturas del propio movimiento, en cuanto a visión general de la realidad, tienden a hacer incompatible cualquier conexión con gobiernos o partidos. Es el caso de algunos movimientos de base indígena, cuya cosmovisión aparece como claramente diferenciada de cualquier lógica neodesarrollista, más allá de su sensibilidad social o incluso de narrativas emancipatorias que puedan acercarlos a gobiernos y (o) partidos. En estos casos, la autonomía es un elemento subjetivo fuerte y se ejercita en la vivencia personal y en la praxis colectiva, pero lleva a que no se pueda apelar a negociaciones como recurso estratégico para las demandas del movimiento (BRINGEL; FALERO, 2016, p. 41ss).

Essa tipologia ajuda a interpretar, por exemplo, a relação de movimentos campesinos com o PT que, a despeito de afetados por suas políticas voltadas ao agronegócio, continuam o apoiando, numa conexão descontinuada. São relações profundamente ambivalentes pois embora muitos movimentos eram conscientes de que os caminhos do governo iam para rumos totalmente opostos aos desejado, por outro lado, acabavam sendo parte de um campo político relativamente comum. Seja como for, o transcurso do ciclo progressista não foi linear e é importante observar que, após a esperança inicial, nos últimos anos foi se reforçando a dimensão conflituosa e os impactos das ações dos governos:

Con el correr de los años, el cambio de época fue configurando un escenario conflictivo en el cual una de las notas mayores es la articulación entre tradición populista y paradigma extractivista. Categorías críticas como la de «(neo)extractivismo», «maldesarrollo», «nueva dependencia» o «populismos del siglo XXI», y otras de tipo propositivo, como «autonomía», «Estado Plurinacional», «buen vivir», «bienes comunes», «derechos de la naturaleza», «ética del cuidado» o «posextractivismo», atraviesan los debates intelectuales y políticos, así como las luchas sociales de la época y plantean modos diversos –si no antagónicos– de pensar la relación entre economía, sociedad, naturaleza y política (SVAMPA, 2017, p. 51).

É importante analisar os diferentes tipos de relações entre movimentos sociais e governos ao longo do ciclo progressista, mas a relação com o Estado mudou quantitativamente e qualitativamente, em interfaces e disputas mais complexas. Esses elementos de desgaste são importantes na compreensão do esgotamento do ciclo progressista, mas há também elementos “externos” como, por exemplo, o fim do boom das Commodities e as consequências, mesmo que tardias no país e na região, da crise global de 2008. Svampa explica que a crise se deve não somente “a factores externos (el fin del superciclo de los commodities y el deterioro de los índices económicos), sino también a factores internos (el

aumento de la polarización ideológica, la concentración de poder político, el incremento de la corrupción)” (SVAMPA, 2017, p. 63).

Impossibilitados de garantir a acumulação capitalista e a redistribuição de riqueza, e deslegitimados socialmente, em alguns casos, por protestos de setores diversos (à esquerda e à direita), os governos progressistas começam a perder eleições a partir de 2015 e também a sofrer com ataques mais ferozes da direita com estratégias golpistas tanto clássicas como de novo tipo. O “clima de época” parece já outro. Ventos nacionalistas, xenófobos, racistas, misóginos parecem soprar em várias direções.

Emerge, portanto, a questão de como o esgotamento do ciclo progressista se relaciona com o ciclo da democratização como um todo (BRINGEL e DOMINGUES, 2018). Gohn sugere que existiram no Brasil dois ciclos de movimentos sociais com o advento da redemocratização: o primeiro deles, na década de 1990, seria a abertura democrática na sociedade brasileira e surge como resultado da trajetória de lutas sociais que tinham por pauta a implementação dos direitos conquistados com a nova Constituição Brasileira de 1988; o segundo momento abarcaria o aumento da participação popular democrática através de instituições políticas consolidadas (GOHN, 1997). A emergência, a consolidação e o fim do ciclo progressista colocaria um ponto final nesta tendência. Já para Ilse Scherer Warren e Lígia Luchman, esse processo levou a um quadro de certa fragmentação das lutas políticas. Embora tenham ocorrido avanços na participação política da sociedade, a relação dos movimentos sociais com o Estado resultou no aumento da burocratização desses espaços de participação política, tendo por consequência o distanciamento entre representantes políticos e a população a ser representada (SCHERERWARREN, LUCHMAN, 2011).

Muitas das discussões sobre a aproximação que passou a ocorrer entre movimentos sociais e os governos e o Estado passam pela crítica da burocratização e distância que esses passam a ter de suas bases. Para Alonso, as novas formas de mobilização que se sucedem a esse período podem ser consideradas, ao menos parcialmente, como resultado de uma insatisfação com a burocratização que o ativismo passou a ter na década de 1990 (ALONSO, 2009). Janice Tirelli Sousa dividiu em dois grupos os ativistas críticos à globalização e às privatizações que atuavam no início dos anos 2000 no Brasil: “jovens contestadores institucionalizados” e “jovens contestadores independentes” (SOUSA, 2004). Para a autora, tais posicionamentos mostrariam a crescente divisão na militância de dentro e fora dos partidos institucionais e considera que, desde então, a matéria da política da militância nacional esteve orientada pela ação anti-institucional que, na prática, se coloca em lutas contra a política como tecnologia de poder, não comprometida como instrumento da coletividade e

deslocada de sua disposição emancipatória (SOUSA, 2004).

A entrada do PT no poder faz com que esse efetue gradativamente um maior distanciamento de suas bases. Para boa parte dos analistas do petismo, os governos de Lula foram marcados pela venda da ideia de “crescimento com inclusão” caracterizado em uma aliança de classes que, supostamente, beneficiaria a todos. Na prática, mesmo que a implementação de políticas sociais tenha tirado milhões de pessoas do estado de miséria, o governo de Lula também possibilitou enorme enriquecimento de bancos, agronegócio e grandes empresas através de um crescimento econômico desigual. O governo de Dilma acaba por coincidir com a crise mundial chegando no país, o que acarreta na desestabilização do pacto das classes. As elites nacionais já divididas percebem novas oportunidades de oposição política e as denúncias de fraudes e corrupção iniciadas já no governo Lula são aprofundadas no governo Dilma. Distante de sua base, quando as manifestações de 2013 ocorrem o abismo entre o governo que se propunha popular e a população fica mais evidente e incontornável.

1.4 A abertura societária e o fim do ciclo democratizador

Muitos autores consideram que os eventos de junho de 2013 foram desencadeados a partir de ampla disseminação dos protestos contra o aumento da tarifa do transporte público urbano, protagonizados inicialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, e que acabaram se estendendo para várias cidades brasileiras. Se no início a pauta dos transportes urbanos era central, as pautas logo começaram a ser multiplicadas por grupos e pessoas de perspectivas políticas diferentes, criando uma série de manifestações com caráter heterogêneo, com algumas pautas difusas ou mesmo contraditórias entre si (PINHEIRO-MACHADO & DENT, 2019). Essa heterogeneidade de pautas e a abrangência dos protestos em todo o território nacional são uma das poucas características que as análises sobre junho de 2013 têm em comum: já desde o seu início, os protestos em massa foram alvo de uma disputa de significados que, embora tenha produzido resultados concretos no cenário político atual, está longe de ter se exaurido.

Alguns setores da direita defenderam e defendem que em junho de 2013 ocorreu um levante contra o governo específico do PT, enquanto uma outra parcela, mais radical, passou a aclamar discursos ditatoriais, reacionários e mesmo fascistas. Em resposta às críticas, os defensores do governo em questão e o próprio governo consideraram as manifestações como uma tentativa de “golpe conservador”. Uma esquerda mais crítica e com menor ou nenhum vínculo institucional entendeu os protestos pela sua complexidade, defendendo que suas

pautas majoritárias contemplavam as premissas clássicas das pautas de esquerda, como direito de transporte, educação, moradia, entre outras, além das críticas aos gastos exorbitantes com os megaeventos que ocorreriam em 2014 e em 2016 no país. E, finda a grande explosão de pautas e discursos e com as ruas novamente esvaziadas, os protestos das esquerdas não institucionais ainda estavam presente nas ruas.

Bringel (2013) entende os protestos de junho de 2013 como uma “abertura societária” do cenário de conflito social no Brasil e, nesse sentido, junho pode ser considerado como um “evento crítico” que desloca progressivamente grupos, atores e agendas prévias. Bringel e Domingues (2018) argumentam também que o início de um curto ciclo em 2013 coincide com o final do ciclo político iniciado com a redemocratização. Os protestos de 2013, centrais para a compreensão desse processo, podem ser considerados como um ciclo de protestos de alta intensidade de mobilização popular. Já havia no país um cenário de manifestações políticas, mas essas ficavam restritas aos movimentos sociais até que, em junho de 2013, passaram a transbordar em toda sociedade.

Importante destacar como os acontecimentos foram se desdobrando entre junho de 2013 e final do ano de 2016, com o golpe parlamentar. Como o país transitou por diferentes cenários marcados por maior radicalização, polarização política e desencadeamento de acontecimentos que não são lineares, mas muito complexos. O ciclo progressista vai se desgastando, desta maneira, também por outro tipo de mobilização social mais difusa e heterogênea inicialmente, que, aos poucos, vai sendo canalizada principalmente por uma nova direita organizada nas ruas.

Mas se podemos considerar junho de 2013 como um marco para a política brasileira, não podemos ter a ingenuidade de supor que esse acontece sem precedentes. Nos anos anteriores a essa grande onda de protestos já eram perceptíveis mudanças no ativismo no país por diversas razões: em parte, por uma parcela da nova geração, nascida na democracia, jamais ter visto no PT instrumento de mudança, mas sim um partido burocratizado. Mas, para além das questões nacionais, um cenário global mais complexo de protestos iniciados com a Primavera Árabe e mudanças de perspectiva de ativismos globais também podem ser considerados influenciadores dos protestos iniciais (CASTELLS, 2013).

Depois de aberto o espaço para protestos pelos movimentos iniciadores, passaram a surgir nas ruas outros atores não necessariamente adeptos das mesmas demandas, perspectivas políticas, cultura de organização, referências ideológicas e repertórios de ação dos movimentos que estavam antes nas ruas. Bringel propõe o uso da categoria analítica *campos diferenciados de ação* para pensar o panorama político das manifestações de 2013. Esses

campos de ação seriam as configurações políticas e culturais nas quais os grupos e indivíduos interagem entre si e com outros campos a partir de um consenso mínimo sobre seus códigos, propostas e formas de ação. Uma vez que são constituídos por atores diversos, precisam de um consenso mínimo para operar, mas consistem em uma unidade heterogênea com princípios contingentes de unificação. Os códigos de cada campo marcam sentido de pertencimento, formas de ação, compromisso, cultura militante, objetivos, concepções de mundo e sociedade (BRINGEL, 2018). De acordo com esse autor, existem no Brasil quatro campos de ação presentes desde junho de 2013, mas cujos elementos datam de anteriormente.

O primeiro deles, pertencente ao campo da esquerda política, o campo democrático-popular, surgiu no final dos 1970/ início dos anos 1980 e tem como atores centrais o PT, o MST e a CUT. As principais características desse campo é um imaginário democratizador e a perspectiva de uma hegemonia política da esquerda, que conseguiu ser consolidada nos anos 1990. Devido a sua heterogeneidade, foi palco de diversas tensões ao longo dos anos, principalmente a partir dos anos 2000. Depois de anos consolidado pelo governo petista, esse campo foi surpreendido pelos protestos de 2013 e seus atores, no momento inicial dos protestos, tenderam a minimizar a importância ou mesmo deslegitimar os protestos não protagonizados por esses que se viam como únicos portadores da experiência e conhecimento das manifestações, fato que gerou desconexão com as novas gerações mobilizadas.

O segundo campo, também pertencente à esquerda, é o campo de ação alternativo ou *alterativista* e tem por perspectiva a construção alternativa, dentro do escopo da esquerda, ao campo democrático-popular. Tem início a partir dos anos 1990 no Brasil e no mundo, surgindo após a queda do muro de Berlim e a perda da influência comunista no mundo. Com a crítica à globalização, a influência do anarquismo, feminismo e ecologia, esse campo preconiza, em vez da posse do poder e do Estado, a prática de política territorial e cotidiana pautada por princípios como horizontalidade, autonomia, consenso, ação direta e a tomada de decisões em assembleias. No Brasil, temos o exemplo do MPL e alguns movimentos estudantis críticos à burocratização dos movimentos.

O terceiro campo, o campo liberal-conservador, é o campo tradicional da política brasileira. Pertencente ao âmbito da direita política tem por objetivo a defesa do liberalismo econômico, livre mercado em uma visão restrita da democracia. Heterogêneo, abarca um amplo espectro liberal e conservador desde perspectivas sociais-democráticas com um liberalismo moderado até posturas fortemente reacionárias. Os atores sociais desse campo, mesmo que não ameaçados pelo governo petista, jamais se sentiram contemplados totalmente pelo governo do PT e, fortalecidos no decorrer dos últimos anos, entenderam os protestos de

junho de 2013 como a rebelião da sociedade contra o petismo e contra a corrupção. Embora tenha como local de ação por excelência instituições e escritórios secretos, depois da abertura societária de 2013 passa a exercer manifestações de rua. O maior exemplo atual seria o MBL (Movimento Brasil Livre) que surge em 2014 com a pauta contra a corrupção.

Por fim, o campo autoritário-reacionário contempla as premissas do radicalismo da extrema direita: pauta de regresso à ditadura militar, crítica à democracia e a todas as esquerdas. Surge em contrapartida ao campo três, embora tais campos possam se aliar eventualmente em algumas pautas. Para Bringel, esse campo abarca a emergência recente do bolsonarismo e sua política racista, xenófoba, misógina, contra minorias e em defesa da posse de armas, censura e pena de morte, e tais pautas passam a ser referência para uma parte da população.

Se levarmos em consideração este cenário mais amplo de forças e seus respectivos blocos políticos podemos observar como o ciclo progressista foi sendo desgastado por críticas que vinham tanto da direita como também da sua esquerda. No entanto, os protagonistas da destituição de Dilma no Brasil ou do avanço de posturas conservadoras ou reacionárias em outros países da América Latina foram as direitas. A esquerda mais radical, por sua vez, ficou em uma situação extremamente delicada. Além da defesa dos territórios onde atua, passou a ser interpelada a defender a democracia liberal que tanto criticava.

No primeiro semestre de 2016 a maior parte das manifestações de rua no Brasil tiveram por pauta a disputa entre ser favor ou contra a destituição da presidenta em exercício. Movimentos sociais pertencentes ao mesmo campo de ação que o PT e mesmo movimentos críticos ao governo declararam apoio a esse por entender que a destituição não teria respaldo político ou justificativa legal e se constituiria, assim, em um golpe. Domingues entende que, entre outros fatores, as causas do *impeachment* seriam que Dilma e PT não conseguiram dar resposta a uma conjuntura nacional e global desafiante e acabaram por perder seus aliados no centro. Somado a isso, o acirramento da crise econômica mundial projetou maior instabilidade no cenário político já desgastado pela investigação da polícia federal sobre crimes de corrupção (Lava-jato) e com a ampla veiculação midiática da participação dos petistas nos esquemas de corrupção. Com a campanha eleitoral de 2014 e a promessa de tomada de políticas mais à esquerda seguida da adoção de políticas de Aécio Neves (PSDB), o PT perde mais uma parcela de sua base e conseqüente apoio político (DOMINGUES, 2018). Mesmo que possa ser considerado *legal*, o golpe parlamentar foi entendido como *ilegítimo* por grande parcela da população. Para Domingues, a motivação inicial do *impeachment* era barrar a investigação Lava-jato antes que essa chegasse aos políticos dos outros partidos que não o

PT e, nesse sentido, as pautas da agenda neoliberal apareceriam apenas como meta secundária (Idem).

Portanto, o final do ciclo progressista pode ser entendido também como o final do ciclo democratizante, iniciado com as lutas contra a ditadura militar. Embora o PT siga existindo, sua hegemonia se esgotou. Soma-se a isso o desgaste geral da esquerda mais clássica na América Latina e os retrocessos democráticos em grande parte do mundo, onde ideias de intolerância e ódio de classe, raça e gênero parecem ocupar o espaço público sem maiores problemas.

Svampa (2017) e Pleyers (2019) dão destaque ao avanço das direitas nacionalistas e xenófobas que chegaram ao poder em países da Europa como Itália, Polônia, Hungria e Áustria, nos Estados Unidos com a eleição de Donald Trump, o giro autoritário nos países árabes e na Turquia, o Brexit, entre outros. Pleyers, por exemplo, cita o relatório da ONU sobre o impacto do Brexit na Inglaterra, a qual aponta para um *“crecimiento en el volumen y la aceptabilidad de los discursos xenófobos en las redes socio-digitales y en la prensa, al respecto de la migración y los ciudadanos extranjeros, incluidos los refugiados”* (ACHIUME, 2018 *apud* PLEYERS, 2019, p. 120) e o estudo de Daniel Devine (2018) que mostrou o aumento significativo de crimes racistas (hate crimes) *“con el referéndum a favor del Brexit en Inglaterra y con la elección de Donald Trump en Estados Unidos”* (PLEYERS, 2019, p. 120).

Pleyers chama a atenção para a dimensão transnacional dessa batalha política e ideológica e argumenta que é *“indispensable reconocer que los gobiernos nacionalistas y xenófobos que están en el poder en esta década se benefician del apoyo de una amplia parte (y, a veces, una mayoría) de la población y de sus propios movimientos populares muy dinámicos”* (PLEYERS, 2019, p. 120), exemplificando o papel de destaque de grupos nacionalistas e supremacistas brancos como base popular de Trump.

Svampa argumenta que esse cenário gera importantes *“cambios geopolíticos, que además de producir un empeoramiento del clima ideológico internacional (...) impactarán de modo negativo en la región latinoamericana, en un contexto global de mayor desigualdad”* (SVAMPA, 2017, p. 63). O esgotamento ou fim do ciclo progressista na América Latina seria seguido assim de um “giro conservador e autoritário”, que avançou de forma regressiva em pautas como a segurança pública e a militarização da vida, ao mesmo tempo em que aproveitou-se da janela de oportunidades criada pela indignação e pela desconfiança aos políticos e às instituições.

A ampla disseminação de discursos anti-esquerda são hoje vocalizadas por um

congresso que os defendem. No Brasil, observa-se um aumento do número de crimes de ódio, como o feminicídio, no ano de 2019 (ANDES, 2019), além de um significativo aumento de violência dos órgãos de repressão estatal. Em documento que denuncia à ONU o atual governador do Estado, Witzel, por promover uma agenda genocida, a deputada estadual e presidente da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania (CDDHC) da Alerj Renata Souza (Psol) pontua que:

O Rio de Janeiro vive hoje o seu pior momento no que se refere aos casos de morte por intervenção policial, são mais de 400 casos só nos primeiros quatro meses do ano de 2019, é o maior número dos últimos 20 anos. O governador fez inúmeras declarações públicas legitimando a letalidade policial dentro das favelas e periferias do Rio, o que nos faz pensar que esse aumento expressivo nos números de mortes por ação policial tem relação direta com a permissividade vinda do chefe do executivo (Renata Souza *apud* BRASIL DE FATO, 2019).

Essa empreitada acabou por acarretar para a deputada um pedido de cassação por parte de deputados estaduais do PSC sob a argumentação de que ela teria agido com quebra decoro parlamentar, uma vez que teria usado da via institucional para fazer valer suas perspectivas e pautas individuais. O pedido de cassação foi negado. Nas vésperas do aniversário do Golpe Militar, evento comemorado pelos círculos militares desde 1964 e que apenas foi oficialmente suspenso em 2011 sob ordem da então presidenta Dilma Rousseff, o atual Presidente da República do Brasil ordenou ao Ministério da Defesa que a data fosse novamente comemorativa nas unidades militares do país (VEJA, 2019). Embora não inesperado – uma vez que Bolsonaro, ele mesmo proveniente da carreira militar, já havia tecido elogios ao período ditatorial e demonstrado abertamente sua admiração pelo conhecido torturador Coronel Brilhante Ustra – tal recomendação gerou novas revoltas contra as perspectivas autoritárias do presidente eleito.

A popularidade do presidente já havia caído bruscamente no primeiro trimestre do seu governo. Em resposta à contínua ameaça e perda de direitos, o mês de maio de 2019 trouxe às ruas novamente uma significativa parcela da população. Embora de maneira menos intensa do que os agitados protestos de 2013, essas manifestações têm por características serem constituídas apenas pelos campos políticos de esquerda. O primeiro grande ato durante o governo Bolsonaro ocorreu em uma chamada pela Greve Geral em defesa da educação pública no dia 15 de maio em várias cidades do Brasil (DAGUERRE, 2019).

No dia 26 de maio, a orla de Copacabana, no Rio de Janeiro, foi palco de dois eventos com princípios políticos opostos: o primeiro, o Ato Parem de Nos Matar, foi protagonizado por movimentos sociais de favela e teve como pauta o fim do genocídio do povo negro e a

crítica às medidas drásticas do governador do Estado no seu pretense combate ao crime. O segundo evento, organizado por setores da direita conservadora, foi parte de mobilizações a favor do presidente em exercício que ocorreram em várias partes do país.

Uma segunda chamada pela Greve Geral e em defesa da educação é realizada no dia 30 de maio, encerrando o mês de maio nessas tensões. O mês de junho, seis anos depois dos grandes protestos que abalaram o país, chega com novos protestos chamados e protagonizados pelas esquerdas. No que se refere especificamente aos movimentos sociais rurais e camponeses, as perspectivas não são melhores. Defensor da expansão do agronegócio, Bolsonaro e seus aliados desde sempre se mostraram ao lado dos grandes fazendeiros em detrimento das pautas dos movimentos camponeses, indígenas e ecológicos. Desde sua campanha eleitoral Bolsonaro e seu partido defenderam que movimentos que lidam com ocupações – como o MST e o MTST – deveriam ser enquadrados como terroristas. O então candidato aferiu que muitas vezes a reintegração de posse, mesmo quando ganha na justiça, não ocorria por motivos ideológicos e isso causava grandes prejuízos aos grandes produtores (FONSECA, 2019), justificando assim seu projeto de ampliar o porte de armas e seu uso na defesa da propriedade.

Depois de eleito, o presidente não poupou esforços para facilitar o armamento de grandes fazendeiros contra possíveis ameaças dos movimentos camponeses. Além de apresentar um projeto de lei que isenta de punição o fazendeiro que atirar contra ocupantes, o presidente também levou para a Câmara dos Deputados outro projeto que autoriza a posse de arma de fogo em todo perímetro da propriedade rural e não apenas nas residências. Afirmando que “a propriedade privada é sagrada e ponto final” reiterou muitas vezes que não pretende dialogar com os movimentos rurais (FRAZÃO, PORTO & CARVALHO, 2019).

De acordo com relatório divulgado pela *Global Witness*, o Brasil é o país que mais assassinou ativistas rurais e/ou indígenas em 2016: foram 49 casos registrados, o correspondente a 25% do total de assassinatos de ativistas ao redor do mundo nesse período. Os relatores associam os assassinatos à onda de violência promovida pelas grandes mineradoras e agronegócio em busca de maiores lucros. Esse mesmo relatório também afirma que tem aumentado nos últimos anos o número de morte de ativistas ao redor do mundo. E, embora o número registrado seja considerável, estima-se que existam muito mais mortes que não chegaram ao conhecimento público. Além dos assassinatos, a organização lista outras táticas utilizadas para silenciar ativistas como ameaça de morte, detenção, agressão sexual, sequestro e ataques legais (GLOBAL WITNESS, 2019).

Para o Observatório do Agronegócio no Brasil *De olho nos Ruralistas*, o governo

Bolsonaro inicia uma onda de fortes retrocessos para as populações camponesas, indígenas e quilombolas: além do referido projeto que autoriza largamente a posse para os fazendeiros, citam a permissão de mais de 150 novos tipos de agrotóxicos, a paralisação dos processos de demarcação de terra, a transferência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Ministério da Agricultura, os desmontes de programas sociais como o Bolsa Família Rural e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) como algumas das medidas implementadas no primeiro trimestre da atual gestão. Além das perdas de direitos e ameaças diretas, os discursos inflamados do presidente contra essa população têm sido considerados como grande incentivador ao ódio contra indígenas, quilombolas e camponeses (DOLCE, 2019).

As atuais ameaças e campanhas contra os direitos dos povos camponeses, indígenas e quilombolas podem ser entendidas, dentro de uma perspectiva mais ampla, como uma tentativa de sanar os riscos e potências que esses grupos impõe ao atual estado de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. E mostram mesmo que as demandas de direito à terra – questão em si bastante central em um país com tamanha desigualdade territorial – não encerram as críticas que mobilizam na sociedade. Ao se negar a consolidar os modos de produção exploratórios, condenar as práticas de extrativismo, uso de agrotóxicos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente e efetuar as denúncias dos crimes e arbitrariedades dos ruralistas, esses grupos se colocam a favor dos direitos da maior parte da população e provam, na prática, que outros modos de produção e trabalho são possíveis.

Pleyers entende que embora os movimentos conservadores tenham ganhado força na segunda metade da década de 2010, existem criatividade e dinamismo em muitos atores emancipatórios em nossa época e que esses, mesmo que não sejam tão visíveis como quando ocorrem grandes passeatas e manifestações, ainda marcam presença no cenário político atual e se constituem parte das transformações “subterrâneas” da sociedade, transformações que acontecem gradativamente através de práticas concretas. Como exemplo, o autor cita o crescimento de movimentos por alimentação local que buscam estreitar os laços entre consumidores e produtores e fortalecer as relações com a produção camponesa local (PLEYERS, 2019). Esse mesmo autor também pontua que:

La Vía Campesina (2010) nos recuerda que “los pequeños agricultores, los campesinos e indígenas tienen en sus manos miles de soluciones para el cambio climático”. El hecho de que sean menos visibles, y que sus prácticas estén ancladas en la vida cotidiana, no disminuyen la importancia de estos movimientos, que son significativos tanto en el cambio concreto que representan para las comunidades y los ciudadanos como en la crítica al sistema

dominante que representan (PLEYERS, 2019, p. 122).

O carácter dramático do atual momento histórico precisa, portanto, ser lido em uma chave histórica mais ampla, tanto no tocante aos diferentes ciclos políticos que foram se sucedendo como no que se refere às possibilidades de emergência de novos ciclos políticos que consigam deslocar a atual centralidade da agenda autoritária. Este capítulo buscou examinar algumas das principais chaves sócio-históricas e políticas associadas à emergência e à crise dos movimentos sociais na América Latina e sua relação com diferentes conjunções espaço-temporais, governos e agendas. Espera-se com isso que possamos ter localizado as bases principais das “configurações” contextuais necessárias para analisar nos capítulos seguintes a emergência das experiências latino-americanas de agroecologia, mas também suas dificuldades, muitas das quais derivam de elementos conjunturais, das relações entre movimentos sociais e governos/instituições ou do horizonte de possibilidades criado em cada conjuntura crítica. Estes serão temas dos próximos capítulos.

2. TIJOLO POR TIJOLO – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ELAA E DO IALA PAULO FREIRE

Este capítulo examina o processo de emergência, construção e desenvolvimento ao longo de mais de uma década da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), situado no município da Lapa, no estado do Paraná no Brasil e do Instituto de Agroecologia Latino-americano (IALA) Paulo Freire, localizado na província de Barinas na Venezuela.

As duas instituições aqui estudadas se constituem enquanto espaços transnacionais de formação técnica e política em agroecologia e são frutos da primeira iniciativa da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América — Tratado de Comercio de los Pueblos* (ALBA-TCP), criada em 2004 como modelo de cooperação internacional entre os países da América Latina e Caribe baseado nos princípios de integração social, política e econômica em contraposição à Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Estes espaços de formação têm início em 2005 durante o V Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre com a assinatura do Protocolo de Intenções de Tapes (por alusão ao município homônimo localizado no estado do Rio Grande do Sul)⁴ assinado entre o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, o ex-governador do estado do Paraná, Roberto Requião e a *Coordenadora latino-americana de Organizaciones del Campo (CLOC)*, a *Via Campesina* e o MST do Brasil.

O Protocolo firma compromissos para o desenvolvimento de diferentes atividades conjuntas, de cooperação técnica, relacionadas à agricultura. Cabe salientar que os diálogos e negociações para a realização de parcerias e acordos de cooperação para formação técnica e de produção entre o governo da Venezuela e a Via Campesina tiveram início ainda no ano de 2003. Um dos fatores que influenciou a criação destas ações foi a crise alimentar vivenciada pela Venezuela e a crescente demanda por ações voltadas à soberania alimentar, tendo em vista a dependência econômica do país ao petróleo, sua principal matriz energética.

Quando acontece o Fórum Social Mundial já havia a intenção da Venezuela de se fazer parcerias e acordo de cooperação com o Brasil, antes mesmo dos movimentos sociais da Via Campesina, naquele momento o governo Requião também assumiu a Rede Mercosul e tinha colocado para fazer algum tipo de intercâmbio junto com a Universidade Federal do Paraná. A Via iniciou esse diálogo com a Venezuela que retomava o seu processo nessa linha do governo bolivariano e já aparece a questão da soberania e a necessidade de autonomia da

⁴ Ver Anexo 3.

produção, eles tinham o petróleo, mas precisava avançar a capacidade de pensar autonomia e soberania alimentar da Venezuela, e o Brasil e nós da Via Campesina também entramos nesse debate. Então quando vem o governo do Paraná e da Venezuela e eles firmam o protocolo de cooperação. Esse protocolo de cooperação tinha ações da linha da comunicação, produção, comercialização e da formação. Na linha de formação o que fica acordado é criação de duas escolas de agroecologia, dois institutos que depois vão se formar nos institutos, que era um no Brasil e um na Venezuela (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

A Escola Latino Americana de Agroecologia, primeira iniciativa dessa cooperação, foi inaugurada em agosto de 2005, com educandos e educandas representantes de seis países da América Latina. A segunda experiência teve início no ano seguinte, em 2006, com a criação do Instituto Latino-americano de Agroecologia Paulo Freire, em Barinas, na Venezuela, com a capacidade para acolher 1.500 estudantes. Esta segunda iniciativa, que recebeu apoio integral do governo da Venezuela, contou com representantes de movimentos sociais de 14 países.

Nos anos seguintes novos espaços formativos semelhantes foram criados. Atualmente a “Rede IALAS” abarca nove institutos presentes em oito países da América Latina, conforme ilustrado na **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Figura 5: Escolas e Institutos de formação política e técnica em agroecologia da Via Campesina na América Latina.



PAÍS	INSTITUTO / ESCOLA	ANO DE FUNDAÇÃO
BRASIL	1 Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA)	2005
	2 IALA Amazônico	2009
VENEZUELA	3 IALA Paulo Freire	2006
EQUADOR	4 Escola Nacional de Agroecologia (ENA)	2009
PARAGUAI	5 IALA Guarani	2011
ARGENTINA	6 Universidad Campesina (Suri UNICAM)	2013
CHILE	7 Instituto de Agroecología para las Mujeres del Campo (IALA Chile)	2015
NICARÁGUA	8 Instituto Latino Americano de Agroecologia (IALA Centro América e Caribe)	2015
COLÔMBIA	9 IALA Maria Cano	2017

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Segundo João Carlos de Campos, as primeiras escolas foram criadas no Brasil e na Venezuela devido à aproximação de movimentos sociais, em especial o MST com o governo da Venezuela e do Estado do Paraná (Brasil). Para o autor:

Esses movimentos encontraram eco político no Governo da Venezuela – Hugo Chávez. Por esse caminho diplomático-político a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Brasil), o Governo do estado do Paraná – Roberto Requião (2002-2006) e a Universidade Federal do Paraná assinaram o “Protocolo de Intenções de Tapes”, com o governo venezuelano, em um assentamento do MST no município de Tapes/RS, em 30 de janeiro de 2005 (CAMPOS, 2014, p. 46).

Estes espaços são criados no contexto em que as organizações nucleadas na CLOC- VC iniciam um processo de cooperação solidária, no intuito de defender os princípios da soberania alimentar que partem, segundo Carvalho e Stédile (2012, p. 722), da compreensão de que “cada comunidade, município, região, povo tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos”, no local onde vive e a partir da biodiversidade existente.

Segundo Fernando José Martins (2014) é sob o contexto social de ativismos políticos de caráter internacional e transformador que as experiências dos IALAS se formam:

(...) a criação dos Institutos de Agroecologia Latino Americanos é resultado de um processo de discussão realizada por movimentos e instituições afins. A ideia é criar uma rede de universidades populares com o papel de formar pessoas com capacidade de coordenar processos sociais que se orientem pela transformação social (MARTINS, 2014, p.06).

A concepção destes espaços também se dá na tentativa de se superar os desafios enfrentados pelos movimentos sociais rurais para se avançar na construção de uma agricultura popular, com princípios agroecológicos. Seriam estes:

Primeiro: embora tenhamos um acúmulo de conhecimento científico em todos os países, que reconhece os saberes tradicionais da humanidade para produzir alimentos sem agredir a natureza, estabelecendo uma parceria com ela, temos muito poucos profissionais da área agrônômica que possam nos ajudar a multiplicar os conhecimentos e realizar o verdadeiro fomento no meio rural. Segundo: a academia brasileira está totalmente hegemônica pelos interesses do agronegócio. Assim, os jovens agrônomos são formados na visão estreita desse modelo, enquanto os pesquisadores somente recebem apoio para estudar produtos e meios que interessam ao capital. Terceiro: nós temos ainda muita deficiência em dar uma certa homogeneidade aos conceitos e práticas agroecológicas. Não precisa colocar tudo num manual, mas pelos menos tentar clarear alguns princípios, conceitos, práticas, etc. Quarto: precisamos convencer cada vez mais agricultores de que é possível adotar práticas agrícolas coadunadas com a natureza, que permitam aumentar a produção, a produtividade do trabalho e a produtividade física por área. Ou seja, podemos e devemos aplicar essas

técnicas em escala suficiente e necessária para conseguir alimentar todo nosso povo, com produtos saudáveis e de forma regular. Quinto: há ainda muito preconceito e uma influência muito grande da hegemonia do capital sobre a agricultura, o que faz com que muitos camponeses ideologicamente pensem apenas em imitar os fazendeiros, como se isso fosse garantir o aumento da produção, do lucro e da melhoria das condições de vida. Então, há um trabalho político-ideológico também, para que os pequenos agricultores camponeses se deem conta dos interesses de classe que estão por trás de cada modelo (BROCH *et al.*, 2009, p. 161).

Os desafios que assumem as organizações que se propõem a construir essas escolas se vinculam ao objetivo da integração camponesa, a partir da capacitação política, técnico-científica e de um projeto popular que se articula nas diversas regiões e países da América Latina. As bandeiras que unificam essa construção social são “a defesa da biodiversidade e dos recursos hídricos; a soberania alimentar dos povos; a defesa da agricultura camponesa e da reforma agrária e a defesa das sementes crioulas, como parte do direito à autodeterminação e soberania nacional” (VIA CAMPESINA, 2005, p. 2).

Conforme apresentado no Acordo de Tapes, os principais objetivos dos Institutos de Agroecologia Latino Americanos são a formação política e científica dos sujeitos que participam dos movimentos sociais vinculados ao campo, além de propiciar trocas de experiências agroecológicas nos diferentes biomas da América Latina (CAMPOS, 2014; MARTINS 2014; BATISTA, 2013; TARDIM, 2009). Entretanto, para além dos objetivos comuns explicitados acima, a ELAA e o IALA Paulo Freire possuem características distintas que dizem respeito aos seus processos históricos de criação, localização geográfica e instituições parceiras, além dos diferentes movimentos sociais que atuam internamente, o que confere a estas duas experiências algumas particularidades, conforme apresentaremos a seguir.

2.1 A Escola Latino Americana de Agroecologia: breve histórico

A Escola Latino Americana de Agroecologia foi a primeira escola da Rede IALAS da CLOC-VC a ser criada na América Latina. Localizada no município da Lapa, Região Oeste do estado do Paraná, a Escola funciona nas estruturas do Assentamento Contestado dirigido pelo MST, do Brasil.

Inaugurada em 27 de agosto de 2005, a ELAA desenvolve dois cursos: o Tecnólogo Superior em Agroecologia, com quatro turmas já formadas⁵ e a quinta turma em andamento⁶,

⁵ A formatura da quarta turma ocorreu em 27 de abril de 2019. A maior parte dos/as educandos/as entrevistados para essa tese foi desta turma.

⁶ Com início da etapa preparatório em janeiro de 2020.

e o curso superior de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia, que iniciou sua primeira turma em 2015.

O curso de formação em agroecologia, com duração de três anos, concede, aos educandos que se formam, a titulação de Tecnólogo Superior em Agroecologia e é realizado em convênio entre o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC/Brasil, no dia 11 de março de 2006, através do processo 23.000/200-IFPR.

Já foram concluídas quatro turmas. A primeira turma intitulada Mata Atlântica, iniciou em 2005 com 90 educandos/militantes e formou 22, em 2009, durante a Jornada Nacional de Agroecologia que ocorreu no município de Francisco Beltrão - PR, junto a cerca de quatro mil integrantes da Via Campesina. A segunda turma, Resistência Camponesa começou em 2007 com 60 participantes e terminou com 37 educandos/militantes que se formaram em abril de 2010 na própria escola. A terceira turma, Semente Latina, com início em fevereiro de 2010, a princípio com 70 educandos finalizou suas atividades em 2013 com a formação de 50 tecnólogos em agroecologia. A quarta turma teve início em 2015 com a participação de 60 educandos/militantes e com término em abril de 2019, com a formação de 45 educandos/as.

Composta por algumas estruturas pré-existentes ao assentamento, a exemplo do casarão colonial, local aonde funciona a sala de aula, a escola possui ainda outros espaços, como os dormitórios, banheiros e refeitório construídos pelos próprios educandos, da primeira turma, no início das atividades.

Embora a Escola tenha se transformado em um espaço de referência em educação em agroecologia na América Latina, a idealização e construção de um espaço de formação técnica e política em agroecologia de carácter transnacional se deu através de um processo de resistência e construção coletiva em todas as etapas.

A construção da *Escola Latina*, como é chamada por seus integrantes, se deu de forma lenta, devido às dificuldades financeiras enfrentadas no período de sua criação e mesmo no decorrer dos anos de seu funcionamento. No entanto, a demanda dos movimentos sociais para a formação de quadros técnico-políticos no campo agroecológico contribuiu para que, aos poucos, o espaço se consolidasse como uma importante referência de integração de movimentos sociais da América Latina para a formação em agroecologia. Os relatos obtidos durante as entrevistas realizadas com os fundadores da ELAA e dirigentes do MST confirmam essa percepção:

No início nós enviamos muita gente pra Venezuela porque era estratégico para a América Latina formar pessoas naquela universidade (o IALA Paulo Freire), com mais estrutura do governo Chávez, como uma construção importante pedagógica a partir da Via Campesina. E aqui a Escola Latina foi meio deixada de lado assim, não tinha esse caráter tão grande latino-americano e no fundo foi se consolidando com pouco dinheiro, com muito trabalho voluntário. Você imagina que hoje o espaço é simples mas naquela época não tinha refeitório, os alojamentos eram de lona, nesse frio que faz aqui. Foi bem crítico, quem ajudou a construir esse espaço aqui foram os educandos e as famílias acampadas do MST no Paraná que vinham como brigadas, como o grupo Florestan Fernandes que ficava aqui uns 30 a 40 dias e quando tinha dinheiro de novo vinha outro grupo e por isso foi uma construção de forma muito lenta (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

O diálogo do MST e da Via Campesina para a formalização do curso de agroecologia ocorreu primeiramente com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). A Via Campesina tinha como proposta inicial a criação de um curso superior na área, o que não foi possível junto à instituição, que possibilitou apenas a entrada nas Ciências Agrárias, “fechando totalmente o debate para pensar numa outra possibilidade de curso” (Simone Rezende, 2016).

A criação do curso, finalmente, ocorreu em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), na área de formação tecnológica, embora com toda uma problematização realizada pelos movimentos sociais com relação ao modelo dos cursos tecnológicos, historicamente voltados para atender o mercado de trabalho, em contraposição a uma formação crítica. Porém, conforme destaca Simone Rezende, coordenadora da ELAA, “esse foi o único espaço que conseguimos para pensar um curso de formação em agroecologia, com um pouco mais de autonomia” (Simone Rezende, 2016). A parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ocorre na sequência visando o acesso aos recursos públicos para a autosustentação da escola, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

(...) É nesse contexto que surge a Escola Latino Americana de Agroecologia, desde o início então de assumir o tecnólogo e entender o limite dessa relação, entender o que significa o tecnólogo para educação no contexto capital, para que ele foi criado, a gente fez todo esse debate. E dialogar com a Via Campesina, o que queremos com esse curso. Que no início era de se construir um projeto base e pelos limites institucionais estamos construindo entre nós da Via Campesina, um projeto efetivo que a gente pode chamar de currículo real (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

As referências para a construção da grade curricular da ELAA vieram de três escolas de formação em agroecologia do MST: ITERRA, Escola Milton Santos e Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) que, embora não tenham o caráter transnacional em sua identidade principal (a despeito de cursos internacionais relevantes na ENFF, bastante internacionalista), são voltadas para a formação técnica e política de militantes-camponeses.

Devido à experiência em formação, o MST é o movimento social que assume a direção da ELAA, ao mesmo tempo em que há um diálogo interno na Via Campesina sobre a importância da inserção de outros movimentos sociais, na coordenação da Escola, conforme relatos de coordenadores da ELAA e dirigentes do MST:

A escolha de construção do MST já tinha uma carga histórica de experimentação da formação e por ser no assentamento e da própria divisão que se encontrava no assentamento, o movimento acaba assumindo esta tarefa de tocar escola, mas sempre tensionando, construindo e dialogando a necessidade da participação da Via Campesina, para que os movimentos sociais entendessem que esse espaço precisava ser ocupado por todos (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

Nós tínhamos a demanda de criação de técnicos em agroecologia. Nós tínhamos também a experiência em formação de técnicos-militantes em várias outras escolas do movimento, os outros movimentos tinham suas dificuldades de enviar quadros políticos pra cá para se dedicarem nessa construção, sempre enviaram educandos e essa foi a forma que encontraram de participar da Escola Latina. E por isso o MST acabou assumindo a direção da ELAA aqui no assentamento (Nei Ozerkovski, dirigente do MST-PR, 2016).

Embora com modelo de organização nos moldes do MST, o projeto ELAA é mais amplo e transcende o movimento, pois parte de uma demanda de outros sujeitos coletivos da América Latina, não apenas pela formação de quadros técnicos, mas também para a aproximação com outros movimentos sociais e o fortalecimento de uma rede que se materializou na Via Campesina.

As figuras a seguir apresentam algumas das instalações coletivas da ELAA, além de imagens e bandeiras presentes nesses espaços simbolizando a luta e a integração dos movimentos sociais rurais na América Latina:

Figura 6: Placa da ELAA na entrada do assentamento Contestado.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 7: Bandeiras do MST e Via Campesina na entrada do casarão colonial aonde são ministradas as aulas de agroecologia.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 8: Nas camisas e nas paredes mensagens de luta e integração dos povos.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 9: Mural na entrada do alojamento retrata a luta dos camponeses e a gestação de um novo momento na América Latina.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 10: Bandeira de movimentos sociais e do líder revolucionário Che Guevara na entrada do alojamento.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 11: Mural na caixa d'água da ELAA.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 12: Mural em homenagem ao líder camponês Cristian Ferreyra assassinado em 2011 simboliza a solidariedade internacional e a luta contra repressão aos movimentos sociais de luta pela terra.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 13: Edcandos lavando roupa na lavanderia coletiva.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

2.1.1 O Projeto IALAs

A idealização de espaços transnacionais de formação superior em agroecologia teve início nos anos 2000, quando o debate da agroecologia na Via Campesina e no MST apontava para a necessidade de ampliar os espaços de formação para integrantes dos próprios movimentos sociais da América Latina.

Como vimos na introdução, na Via Campesina a crítica à matriz produtiva convencional passou a ganhar força quando as experiências práticas de autonomia e soberania alimentar, a partir dos princípios agroecológicos, foram se consolidando. Nos espaços de encontro da Via foram criadas oficinas e seminários sobre agroecologia e novas formas de enfrentamento ao agronegócio e às multinacionais, o que influenciou diretamente nas ações do MST em todas as regiões do Brasil, em especial sobre os temas das sementes e agrotóxicos.

Em seu 4º Congresso Nacional, realizado em agosto de 2000 com a participação de aproximadamente 11 mil militantes de todas as regiões do país, o MST definiu como uma de suas linhas políticas a construção de um novo modelo tecnológico nos assentamentos de reforma agrária, que fosse ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo que garantisse a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social dos agricultores (MST, julho de 2009, s/p). Um dos desafios identificados pelo movimento para avançar na transição para um modelo de agricultura sustentável era justamente a formação técnica de extensionistas que permitisse viabilizar a proposta em um sentido teórico-prático. A demanda por um novo modelo de produção, baseado nos princípios agroecológicos demandaram também a formação de novos técnicos com a capacidade de unir conhecimentos científicos a conhecimentos populares, conforme destaca Simone Rezende:

Começa aparecer nesse processo de luta a necessidade de se fazer práticas que realmente você possa transformar esse modelo e muito dessa reflexão da matriz produtiva, né, ou seja, a forma da produção convencional não dá conta e você precisa pensar na matriz agroecológica. Então nesse contexto que se discute a matriz tecnológica de produção agroecológica começa a se levantar a necessidade da formação. Quando essas pessoas vão trabalhar nos assentamentos você forma os agricultores por lá, e você tem um limite da forma da assistência técnica porque alguns cursos as pessoas buscavam individualmente a agroecologia, mas não era como uma ênfase, não tinham a centralidade no processo de construção de agroecólogos e no Brasil não tinha nenhum curso de nível superior que tocasse diretamente na agroecologia (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

No estado do Paraná, desde 1989 já existiam três centros de educação do MST, voltados para a formação técnica em agroecologia para estudantes de movimentos sociais, são estes:

- a) Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO). Criado em 1989 o CEAGRO foi o primeiro Centro de Formação constituído pelos assentados da Reforma Agrária no Paraná. Possui duas unidades, a primeira encontra-se localizada no assentamento Jarau, município de Cantagalo,

Região Centro-sul do Estado. A segunda unidade, denominada de unidade Vila Velha, localiza-se no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, no assentamento Ireneo Alves. O CEAGRO oferece cursos técnicos em agroecologia desde 2003.

- b) Escola José Gomes da Silva (EJGS). Fundada em 2000, a escola está localizada na sede do Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), assentamento Antônio Companheiro Tavares, município de São Miguel do Iguaçu/PR. No local foi realizado o primeiro curso de agroecologia do Paraná promovido pela Via Campesina, de forma não institucionalizada e que se constituiu como ensaio metodológico dos atuais cursos formais, desencadeados posteriormente em todo estado.
- c) Escola Milton Santos (EMS). Localizado no município de Maringá-PR, a EMS foi criada em 2002, e oferece o Curso Técnico em Agroecologia desde 2003. Em julho de 2013 sediou a XII Jornada de Agroecologia.

No intuito de dar continuidade à expansão dos centros de formação em agroecologia, em 2003, o MST inicia um diálogo mais amplo envolvendo atores diversos: outros movimentos integrados na Via Campesina, sectores universitários e apoios político-institucionais. Após a assinatura do já mencionado Protocolo de Intenções, o desafio colocado foi o de identificar o local para a instalação da *Escola Latina*. O local definido pelos movimentos foi o assentamento Contestado localizado no município da Lapa, Região Oeste do Paraná.

Quando se olhou pra dimensão do espaço, o espaço que se olhou no movimento era aqui, mesmo sem ter estrutura, mas por três questões: a Universidade Federal em Curitiba, a relação dos movimentos sociais com o governo do Paraná e contribuir com um espaço que já tivesse com alguma intenção de enfrentar o debate sobre a produção agroecológica e naquele momento tinha cerca de 30 famílias que aqui estavam em transição agroecológica já produzindo de forma agroecológica, fatores que levaram a pensar no assentamento Contestado com o espaço da escola, a Venezuela também faz o mesmo processo e lá eles chamam de Instituto de Agroecologia Latino Americano Paulo Freire que junto com a ELAA são as duas primeiras escola de agroecologia da Via Campesina, no mundo (Simone, 2016).

A criação da Escola Latina dentro do contexto do assentamento está ligada à estratégia do assentamento de produzir agroecológico, tinha a intenção do movimento de formar técnico, nós tínhamos uma leitura no Paraná naquele período de que nós tínhamos que formar 400 técnicos, então foi nesse período que se criou a ELAA. O Milton Santos, o INTEPA no Oeste do Paraná já existiam, e também o CEAGRO. O debate era formar técnico militante em agroecologia pra atender essa demanda no estado. Havia uma avaliação no MST que o agrônomo que vinha trabalhar nos nossos convênios, na reforma agraria só sabia dar receita de produção convencional, com muito veneno. Então isso foi bom porque nos desafiou a criar as escolas de formação técnica. Dentro dessa discussão havia toda a discussão da Via e no Fórum Social Mundial foi lançada essa ideia de se criar uma rede de institutos de agroecologia (Nei Ozerkovski, dirigente do MST-PR, 2016).

A primeira turma da ELAA, iniciada em 27 de agosto de 2005, contou com educandos provenientes de quatro países: Brasil, Paraguai, Venezuela e Colômbia e 18 estados brasileiros, todos vinculados a movimentos sociais pertencentes à Via Campesina. Conforme observado *in loco*, e pude observar pela narrativas dos/as entrevistados/as, a metodologia adotada inicialmente na Escola partiu do modelo e das experiências do MST.

A Escola se inicia como iniciativa política, ainda em debate com a Via Campesina porque era algo muito novo. Em 2005 não estava claro o que era ter uma escola da Via Campesina, porque até aquele momento nós tínhamos escolas do MST que recebiam os estudantes de outras organizações, a escola do MST, metodologia do MST que recebe outras instituições. Pela primeira vez se coloca o debate de uma escola da Via Campesina nesse processo, “o que é essa construção”? (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

A construção de uma metodologia própria, embora ainda com muita influência do modelo de organização MST ocorreu com a inserção de educandos/as de outros movimentos sociais, num processo que envolveu tanto conflitos como trocas de saberes e experiências. Ainda assim, o processo de construção da Escola Latina foi permeado por tensões tanto na relação com a comunidade do assentamento Contestado, como com estudantes da primeira turma, tendo em vista que quando as atividades foram iniciadas, as estruturas físicas do espaço estavam inacabadas. Como forma de pressionar para que as aulas tivessem início ainda no ano de 2005, os movimentos sociais decidiram iniciar suas atividades mesmo sem a construção de importantes estruturas da escola. Conforme lembrado pelos/as entrevistados/as, quando iniciou as atividades, a Escola só possuía o casarão colonial, local aonde funcionam as aulas teóricas, além de outras duas pequenas casas, atual sede da secretaria da ELAA e a Ciranda, espaço de acolhimento das crianças filhos/as dos/as educandos/as. Os demais espaços: alojamentos, banheiros e o refeitório foram sendo construídos, pelos/as próprios/as educandos/as, nos intervalos entre as aulas.

Tem-se um espaço onde a estrutura não está dada. Então as pessoas quando chegam se assustam um pouco que você imagina os primeiros estudantes só tinham o casarão e um barraco de madeira então eles ficaram acampados na lona. Nós estávamos em processo de construção dos alojamentos para poder fazer com que a Universidade Federal entendesse também o nosso processo, a gente queria agilidade, e ao mesmo tempo a gente continuava o debate com a Universidade Federal via escola técnica da Universidade Federal que era aonde a gente já tinha as parcerias do Centro de Formação técnica (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

Os acordos de repasses de recursos provenientes do Instituto Federal do Paraná e do governo da Venezuela para a construção da ELAA não vingaram, o que foi decisivo para que

parte da estrutura da escola fosse construída pelos próprios militantes, estudantes, ou acampados do MST, de forma voluntária⁷.

A primeira construção foi de tijolo por tijolo mesmo, porque não tinha dinheiro, não tinha recurso, aí o pessoal foi fazendo, foi fazendo, e os poucos recursos que a escola foi recebendo do PRONERA, que foi pouquíssimo, também colocava ali pra construir e foi fazendo. Em 2009, na inauguração da cozinha, o sindicato dos petroleiros que sempre faziam os eventos em hotéis cinco estrelas e pagavam bom dinheiro para fazer aquele encontro, nesse ano decidiu politicamente que naquele ano, o sindicato iria fazer o evento na Escola Latina, e eles não só investiram o dinheiro, eles construíram, eles pagaram gente, eles colocaram dinheiro e foi quando terminaram de construir o refeitório e os alojamentos. E esse foi o marco pra conseguirmos terminar de construir a escola. Muita coisa foi construída pelos educandos, a palhoça, a decoração dos espaços internos, as duas cisternas para captação de água de chuva para lavar roupa, os aquecedores alternativos de água (Sandra Mara, dirigente do MST-PR, 2016).

Por sua vez, a criação de uma escola de agroecologia num espaço de assentamento da reforma agrária foi permeada por muitos conflitos, alguns que se estendem até os dias atuais e outros que tiverem que ser mediados e negociados entre o MST e os assentados.

2.1.2 Assentamento Contestado: o espaço de construção da ELAA

Localizado no município da Lapa, a 60 km de distância de Curitiba, o assentamento Contestado possui uma área de aproximadamente 3.300 ha, aonde residem, aproximadamente 108 famílias. O assentamento foi criado em 1999, na antiga Fazenda pertencente ao Barão dos Campos Gerais, da família Pacheco Araújo tendo sido adquirida, na década de 70, pela INCEPA, empresa da área de cerâmicas do Paraná. Devido à crise no setor e a aquisição de dívidas, na década de 90 a INCEPA negociou junto ao INCRA a venda da fazenda pelo valor de R\$ 4 milhões.

No mesmo ano da negociação, 1997, um grupo de aproximadamente 40 famílias da região, organizadas pelo MST, acampou no local exigindo agilidade no processo e garantia de que a fazenda fosse destinada à reforma agrária. Havia o receio, por parte do movimento social de que o INCRA destinasse a área para outros fins ou que houvesse demora no processo de assentamento das famílias.

Nós tínhamos a informação de que um grupo de filhos de fazendeiros da Lapa viria para cá e iriam fazer um assentamento de 100 alqueires para cada pessoa. Então decidimos acampar. Vieram pra cá umas 40 família no começo, e ficamos por dois anos juntando pessoas para virem para cá (Nei Ozerkovski, dirigente do MST-PR, 2016).

Conforme os relatos dos dirigentes do MST do Paraná, desde o seu início, o

⁷ Em 2009, o sindicato dos Petroleiros patrocinou a construção do refeitório da ELAA.

assentamento Contestado foi projetado pelo movimento como um local para servir de referência de experimentação em agroecologia no estado do Paraná, fator que posteriormente colaborou para que esse fosse o local escolhido, pelo movimento, para a instalação da ELAA, em 2005. O debate com as famílias sobre a transição agroecológica foi iniciado ainda no período de acampamento. Por sua vez, por ser um debate novo para os próprios movimentos sociais do campo e agricultores e também por sua complexidade, após a obtenção dos lotes, a maioria das famílias acampadas apresentou restêcia à proposta de transição.

O MST fomentava essa discussão por conta da crise toda dos anos 90 que o MST embarcou também no agronegócio, nas grandes cooperativas de grão e praticamente todas quebraram, maior desgaste político e perda econômica né, uma falência dos assentamentos naquele período ali, porque não conseguia disputar mercado nenhum com a COAMA, no Paraná, nossas cooperativas de grão, por exemplo, faliram todas. Então naquele período já tinha uma autocrítica no MST que tinha que pensar o assentamento de uma forma diferente. Começou então a aparecer o debate da agroecologia, já havia o debate na jornada da agroecologia, as discussões anteriores e esse assentamento era pra ser a referência em agroecologia (...) Foi feito todo o debate no MST no Paraná inteiro para que a família que viesse pra cá tivesse a vontade de aprender, ou reaprender na verdade, na lógica da agroecologia, de mudar a matriz tecnológica, ou seja tinha todo esse o debate que estava pautado naquele período ali (Sandra Mara, dirigente do MST-PR, 2016).

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) realizado pelo INCRA, o instituto e os assentados, aproximadamente 90 famílias, realizaram um debate onde foi construída a proposta de um diagnóstico para levantamento de demandas de produtos orgânicos e agroecológicos na região. A proposta era a de verificar a viabilidade de comercialização da produção para os agricultores, os percalços ao longo do processo contribuíram para a desconfiança das famílias a adoção da agroecologia.

Quem vinha para cá já tinha essa ideia de plantar agroecológico por conta do assentamento perto de Curitiba, da capital, então tinha como objetivo fazer um assentamento diferente, então por isso que talvez esse avanço que conquistamos até agora aqui na agroecologia, foi porque as pessoas já vieram um pouco nessa intenção, né! Depois nós passamos uma crise grande depois que se construiu o assentamento porque o pessoal começou a plantar grãos, culturalmente a maioria plantava grãos e veio pra cá e quem plantou grão se quebrava porque o solo já era bastante degradado muito com o veneno na época e com o solo muito arenoso. Então foi todo um investimento em agroecologia, nos primeiros quatro anos de assentamento foi interessante por que tudo era 100% agroecológico até que uma altura do campeonato nós começamos a plantar soja pra uma ONG chamada Terra Preservada, os caras deram golpe no primeiro ano, não pagaram certo as famílias, segundo ano não pagaram, mas então aí justificou pra um monte de gente que já não estava tão convicto a plantar agroecologia a plantar convencional. Foi um período de crise ficou só umas 40 famílias com agroecologia e aí as outras 70 praticamente voltaram a plantar convencional porque o trabalho que dava produzir agroecológico e depois entregar tudo e não receber ainda né! Então foi uma tristeza enorme. Só voltou de fato o debate da agroecologia com as políticas públicas, então isso é interessante, pois foi em 2007, 2008 talvez um pouco antes que começou o PAA e depois o PNAE. O

PAA começou com um valor pequeno, mas já era uma forma de incentivar a produzir agroecológico (Nei Ozerkovski, dirigente do MST-PR, 2016).

Essa resistência refletiu diretamente na proposta da criação da ELAA no espaço do assentamento, o que gerou conflitos entre assentados e alguns dirigentes do movimento que se mostraram contrários à presença da Escola Latina no local.

Quando fizemos o primeiro debate sobre a criação da escola neste local, o assentamento também estava em fase de tomar decisões complexas, envolvendo 108 famílias assentadas em um debate avançando para a agroecologia, mas havia também muitas famílias produzindo de forma convencional e como aqui dentro tinha todo esse processo de tensão que é reflexo do próprio movimento por tratar produção para além da produção, na nossa perspectiva ideológica, então tivemos muitas tensões, mesmo com lideranças do próprio movimento que eram contrários à adoção do modelo agroecológico (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

A ausência de incentivos técnicos e financeiros para a transição agroecológica foram fatores que contribuíram para aumentar a resistência de algumas famílias à adoção do novo modelo produtivo e, nesse contexto, a criação da ELAA no assentamento Contestado foi percebida, por muitos, como uma imposição do MST para a transição agroecológica.

Muitas famílias entenderam a inserção da escola aqui como uma imposição de ter que estar aderindo a agroecologia, ou seja, ter a escola significa nos forçar a produzir agroecológico e isso é um processo que foi muito tensionado, até pelas lideranças que não queriam mudar para a agroecologia, nós temos isso dentro das organizações, tem gente que entendeu isso no campo da produção da vida, mas tem outros que ainda têm muita resistência, o que não é uma culpa do indivíduo, mas do processo e nesse momento estava muito acirrado extremamente acirrado, a gente vem para o debate e há uma situação extremamente acirrada (...) E o que era importante e que era uma escola de agroecologia dentro de um assentamento pensado pra ser agroecológico. A primeira turma principalmente vivenciou todo o conflito interno do assentamento que foi a debandada das famílias para o convencional, e que a maioria das famílias não queria escola de agroecologia no assentamento, queria fazer qualquer escola menos a de agroecologia, por conta da influência no assentamento, imagina como era difícil essas contradições. Até hoje tem contradições, hoje temos 65 lotes certificados, mais alguns em transição e dezenove que ainda plantam convencional (Simone Rezende, MST, 2016).

A forma como nós colocamos a agroecologia aqui no início também foi muito dura, muitos companheiros não entendiam e impunham a agroecologia, se não quisesse dessa forma era pra ir “embora”, imagina o trauma que isso gerou também. Têm companheiros que até hoje pagam por isso aqui no assentamento, porque bancaram a proposta de que tinha que ser daquele jeito. Aí a escola era o espelho aqui, então as famílias que não gostavam da agroecologia não gostavam da escola e não gostava do assentamento, então foi um processo bastante duro. Como tempo nós fomos melhorando a construção da agroecologia, antes a nossa concepção era muito romântica da agroecologia e depois fomos desenvolvendo um modelo que gere renda e as políticas públicas foram muito importantes pra isso (Nei Ozerkovski, dirigente do MST-PR, 2016).

Mesmo com o acirramento do debate e a oposição de algumas famílias, a ELAA é criada em Contestado e assume, junto com a coordenação do assentamento, o compromisso de

desenvolver uma metodologia de trabalho voltada para atender tanto aos agricultores adeptos à transição agroecológica, quanto os produtores convencionais. É diante deste cenário, de conflitos e de construção coletiva, que a Escola Latina adotou como um de seus principais métodos o “Diálogo dos Saberes”, que visa a integrar educandos/as e famílias assentadas através da realização de diferentes atividades nas áreas produtivas de Contestado.

2.1.3 A proposta pedagógica - metodológica da ELAA

O projeto político-pedagógico da ELAA está enraizado em práticas que buscam criar a possibilidade dos/as educandos/as de estudar, trabalhar e exercer a militância política. O método da alternância, que envolve a rotação entre um “período escola” e um “período comunidade” acontece a cada 75 dias e 90 dias, respectivamente. Durante o tempo na escola, os/as educandos/as permanecem nas dependências da ELAA para avaliar as atividades desenvolvidas em campo (tempo comunidade), estudar disciplinas do curso, realizar investigações, e trabalhos na escola. Nos momentos de tempo comunidade, os educandos estão vinculados diretamente à prática de produção agroecológica nos territórios onde vivem ou no próprio assentamento, quando estão impossibilitados de retornarem para suas comunidades de origem, o que é bastante comum entre os militantes de outros países ou regiões brasileiras mais distantes, devido aos altos custos de deslocamento.

Para estes/as educandos/as são desenvolvidas práticas produtivo-organizativas no próprio assentamento e/ou áreas de assentamentos e acampamentos do MST, que estão localizados na mesma região do estado. Este momento é coordenado e acompanhado por educadores, coordenação pedagógica, e por dirigentes dos movimentos sociais dos locais onde se estabelecem estas práticas.

O tempo escola é organizado através de diferentes momentos pedagógicos como tempo aula, tempo leitura, tempo trabalho, tempo unidade camponesa e agroecologia, tempo socialização de experiências e tempo esporte e cultura. Estes momentos (ou “tempos”) orientam a coletividade e a organicidade, funcionando através dos núcleos de base e da coordenação dos núcleos de bases, de onde são escolhidos dois representantes, de ambos os sexos, para participar da coordenação executiva da escola, além de equipes de trabalho como, por exemplo, de alimentação, saúde, comunicação e cultura, relatoria, entre outros.

Os/as educandos/as se organizam por núcleos, equipes e setores, e se responsabilizam pelas demandas da escola, desde alimentação, limpeza, manutenção dos espaços coletivos e gestão. A quarta turma de tecnólogos, por exemplo, contava com 54 educandos, que residiam na ELAA durante o tempo-aula e dividiam entre si os trabalhos necessários para o

funcionamento da Escola. Cabe salientar que no período da pesquisa, a ELAA possui apenas três funcionários remunerados, além dos professores cedidos pelo IFPR, os demais trabalhadores eram cedidos pelos movimentos sociais, em especial o MST.

Sobre a formação e a atuação dos núcleos de base para a autogestão da escola, baseado no modelo de organicidade do próprio MST, nos foi relatado a seguinte forma de funcionamento:

Então, os núcleos são compostos geralmente por seis, sete pessoas que formam os núcleos de base, né, cada núcleo. E dentro desses núcleos é tirado as pessoas do setor, das equipes, equipes de trabalho. São: comunicação e cultura, esportes, saúde e um coordenador e uma coordenadora levando esse debate de gênero, né? Aí esses coordenadores, junto com outros coordenadores, forma a equipe de coordenação. Dentro dessa equipe de coordenação é tirado um coordenador geral e uma coordenadora geral que coordena toda a turma, que são os coordenadores da turma. Então tudo que acontece, acontece dentro do NB: se você tem um problema, se você tem alguma coisa, você tem que levar pro seu NB pro NB discutir e depois levar pra coordenação, pra coordenação em reunião discutir pra aí te dar uma resposta. Então pra quem não tá acostumado com esse ritmo de diálogo, de conversa, e que as coisas demoram certo tempo – o fluxo de informação é fluido porque precisa de uma reunião, às vezes precisa mais de uma reunião... Então pra gente isso torna um pouco difícil até você conseguir entender a metodologia da escola (Daiane Oliveira, Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, 2016).

Quando questionados sobre a adaptação dos educandos/militantes de outros movimentos, que não o MST, a este método identificou-se que para alguns, principalmente os mais novos nos movimentos sociais, houve dificuldade de adaptação, embora isso foi sendo “diluído” ao longo do processo. No entanto, para a maioria, a forma de organização do MST já era de amplo conhecimento e inclusive praticada por outros movimentos sociais, conforme relatos de uma ex-educanda do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que após formada voltou a atuar na na ELAA, no espaço da Ciranda:

Sim, tem um estranhamento. No começo todos educandos, daí menos um ou outro que já tem esse contato com o movimento. Mas a nossa turma era uma turma muito nova, que todo mundo tava chegando (...) É que os outros movimentos tem uma organização, mas é muito menos, né? Porque o MMC, por exemplo: não tem um acampamento do movimento, a PJR (inaudível) né, e os outros movimentos. Então como o MST tem esses acampamentos, muitos acampamentos da reforma agrária, muitos assentamentos, isso acontece não só nas escolas de formação do movimento sem terra mas também em todos os acampamentos. Se você for pra dentro de um acampamento você vai ver que o jeito de se organizar é da mesma forma (...) O MMC ele até faz as reuniões, assim, mas é muito pontual de atividades: é o 8 de março, é a Marcha... São reuniões pontuais, diferente do MST que como tá dentro de uma organização de acampamento, de assentamento, tem essa proposta de se reunir mais vezes (Daiane Oliveira, MMC, 2016).

“Os trabalhos na ELAA não são terceirizados” relatou uma educanda da quarta turma enquanto escolhia o feijão, entre uma aula e outra. O modelo de organização e trabalho

adotado na ELAA não pareceu ser algo que incomodava os/as educandos/as. Pelo contrário, durante a pesquisa de campo os/as entrevistados/as relatavam o orgulho que sentiam de participarem de todas as atividades da Escola. Eram aprendizados considerados importantes para levarem para suas vidas e comunidades e que não seriam possíveis em espaços de educação formal.

Cada educando/a participa, no tempo escola, de um setor de trabalho na ELAA. São eles: pedagógico, administrativo, infraestrutura, produção e cozinha/refeitório, onde contribuem para a construção e consolidação da própria escola como um ambiente educativo e autogestionado. São nestes tempos que os educandos, em conjunto com os poucos profissionais pagos da Escola contribuem com as atividades diárias do espaço, tais como: organização e preparação das refeições que serão servidas diariamente, limpeza dos espaços coletivos (banheiro, refeitório, sala de aula), manutenção das estruturas físicas da escola e do assentamento, organização e execução das atividades de comunicação, além das culturais e esportivas, consideradas tão importantes quanto as demais.

Durante o período de pesquisa de campo, conforme fotos abaixo, foi comum presenciarmos os/as educandos/as, sem diferenciação entre homens e mulheres, entre uma aula e outra executando atividades diárias como preparar e servir as refeições, lavar os banheiros, capinar a área da escola, consertar telhados, pintar as casas que recebem os professores e pesquisadores, dentre outras atividades necessárias para a manutenção dos espaços coletivos da ELAA e assentamento.

De acordo com as diretrizes da coordenação da ELAA, o objetivo desse processo pedagógico, orientado pelas bases libertadoras do educador Paulo Freire, é possibilitar uma reflexão a partir do diálogo com elementos da realidade para que o educando alcance o potencial do que se classifica como ‘militante-técnico-pedagogo em agroecologia’ contribuindo para que os jovens se tornem protagonistas do resgate da cultura e dos valores junto à comunidade e sua organização social, além de construir novos valores de justiça, solidariedade e trabalho.

As imagens a seguir registram um pouco do trabalho coletivo realizado pelos/as educandos/as da ELAA e foram realizadas durante a pesquisa de de campo:

Figura 14: Atividade de manutenção da ELAA realizada por educando.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 15: Educandos preparando a refeição do dia seguinte.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 16: Educandos no trabalho de manutenção dos espaços coletivos.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 17: Educandos pintando casa de uso coletivo do assentamento Contestado.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 18: Cozinheiras preparam refeição com ajuda de educandos.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 19: Educandos reformando estrutura construída pela primeira turma da ELAA.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Segundo o ex-coordenador da ELAA, José Maria Tardin devemos pensar o/a educando/a como militante, uma vez que ele está comprometido com sua organização, com sua classe e possui a responsabilidade de atuar tecnicamente junto às famílias camponesas, promovendo a consolidação da transição para o modelo agroecológico: “pensá-lo como pedagogo significa entender que ele não está sendo formado em uma escola técnica ou universidade tradicional que promove, direta ou indiretamente, a invasão cultural do capital

sobre o campesinato, mas está problematizando sua realidade e elevando seu protagonismo político e social” (José Maria Tardin, ex-coordenador da ELAA, 2016).

O conteúdo pedagógico adotado na Escola Latina está fundado na relação entre o conhecimento científico e a sabedoria popular, e se expressa nos momentos de estudo em classe, nos trabalhos de campo, nos trabalhos de base e nas investigações. Os conteúdos estudados estão conformados em cinco grandes áreas de conhecimento que estão presentes nos diferentes módulos: a. Ciências Básicas: matemática, física, química, biologia, português, espanhol; b. Ciências Humanas: filosofia, história geral, história da América Latina, economia política, geografia, sociologia, psicologia, teoria pedagógica, educação para a cooperação; c. Produção Vegetal: Diálogo de saberes, princípios da agroecologia, solos, ecologia, botânica, bioquímica, fisiologia vegetal, climatologia, cultivos agroecológicos, plantas forrageiras, topografia, balanceamento energético; d. Produção animal: anatomia e fisiologia animal, apicultura, nutrição animal, genética básica, melhoramento, genética animal, sanidade, PRV, criação intensiva e integrada; e. Gestão: bioconstruções, máquinas agrícolas, tecnologia de processamento de alimentos, administração, economia e mercado, projetos.

Os processos de avaliação dos educandos ocorrem em sala de aula, no campo, nos setores de trabalho, na vivência social (avaliada através dos núcleos em processos de crítica e autocrítica), e ao final de cada tempo comunidade. Como desafios estruturais permanecem a necessidade de melhorias da estrutura física da escola, a construção de laboratórios, novas salas de aula, e recursos para que os educandos possam cumprir o tempo comunidade em seu país, sob a orientação do movimento social do qual faz parte. Como forma de aproximar os/as educandos/as de outros agricultores familiares, em especial do assentamento Contestado, a ELAA realiza eventos e encontros a respeito de temas pertinentes à concepção agroecológica e atua na organização das Jornadas de Agroecologia.

A Ciranda Infantil Curipira, por sua vez, é outro componente da Escola Latina, fundamental para possibilitar condições de estudo ou trabalho para mães e pais que são educandas/os ou trabalhadores/as da Escola. Este espaço, que fica nas dependências da ELAA próximo às salas de aula, conta com uma coordenação que está diretamente ligada à CPP e que vem debatendo a importância de tornar a Ciranda um espaço formativo para as crianças, com temas relacionados à reforma agrária, alimentação e agroecologia. Um dos maiores desafios para se desenvolver o espaço tem sido a falta de profissionais e militantes para atuar na Ciranda.

2.1.4 Educar e Educar-se: o método do Diálogo dos Saberes

O Diálogo de Saberes é a metodologia que guia a dinâmica da Escola Latino Americana de Agroecologia, com base nos princípios do educador Paulo Freire sobre o papel do técnico extensionista que atua com os camponeses, para o qual, em seu clássico livro *Extensão ou Comunicação?*, dizia: “educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que poucos sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar, a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (FREIRE, p. 15, 1983):

A metodologia denomina-se de “Diálogo de Saberes” pois não se busca promover processos de “transferência de conhecimentos externos” para as comunidades e sim que, a partir da aquisição de conhecimentos e ferramentas para analisar a realidade da comunidade, os/as próprios/as educandos/as possam conduzir um processo de investigação, reflexão e aprendizagem comunitário, com o acompanhamento da escola.

O princípio pedagógico que se aplica, e que é comum a boa parte da tradição latino-americana de pesquisa militante (VARELLA, 2017; Bringel, VARELLA, 2016; 2017), parte da premissa de que não é possível atuar como se as comunidades não conhecessem sua realidade. A tarefa é contribuir para investigá-la com maior profundidade, ordená-la e desenvolvê-la de forma organizada para que a comunidade possa refletir sobre si (e a partir de si) mesma e tomar decisões sobre como transformá-la. Neste sentido, busca-se que os/as educandos/as, ao se debruçarem, através deste processo, sobre sua realidade e sobre a base da história de suas comunidades possam identificar atores, cenários, conjunturas e recursos de uma maneira sistemática, completa e teórico-prática das fortalezas e problemáticas a resolver nas mesmas. Desta forma, o método do Diálogo de Saberes possui quatro momentos: a investigação, a análise e sistematização, a socialização e o plano de ação coletiva, conforme detalhado a seguir:

- **Investigação** - busca compreender a realidade da comunidade em duas dimensões: o território e o agroecossistema, nos níveis ecológicos, econômicos e sociais, para o qual se utilizam distintas ferramentas de investigação comunitária.
- **Sistematização e análise** - neste processo busca-se organizar adequadamente a informação produzida pela investigação e reflexão sobre ela com base nos critérios que configuram o horizonte desejado da comunidade, seus valores e fundamentos.
- **Socialização** - A socialização consiste em compartilhar com a comunidade a informação sistematizada para ser refletida conjuntamente, compreender suas

implicações e alcances na vida das famílias camponesas, identificar coletivamente os atores e processos que eles deram como resultado desta situação.

- **Plano de ação coletiva** – A partir da reflexão e com base nos temas geradores, se promovem ações de transformação. Estas devem conduzir a construção de um plano de ação coletiva tendente à transformar a realidade da comunidade, tanto no nível social, quanto no ecológico.

A partir do diálogo e da troca de saberes, a metodologia adotada na ELAA visa integrar os educandos e as famílias assentadas através da realização de atividades conjuntas nas unidades produtivas do assentamento Contestado. As atividades são desenvolvidas pelos educandos em conjunto com os assentados nos lotes das famílias que aderem ao projeto. Nas práticas, realizadas semanalmente, os grupos de educandos/as se deslocam, no turno da manhã, para as áreas das famílias assentadas. No primeiro momento se reúnem e decidem em conjunto com os assentados as atividades do dia e a função que cada um irá desenvolver. A divisão dos grupos e as atividades desenvolvidas são planejadas previamente entre os educandos/as e a coordenação da ELAA com as famílias participantes.

Um dos objetivos do Diálogo de Saberes é habilitar os/as educandos/as para a realização do trabalho com agricultores convencionais, ou seja, os que não optaram pela transição agroecológica, como forma de capacitá-los para trabalharem com os dois modelos, realidade vivenciada, atualmente, na maioria das comunidades rurais, principalmente nos assentamentos de reforma agrária.

Para além das práticas produtivas, os/as educandos/as precisam entender a história de vida, limitações e contexto histórico em que estão inseridas as comunidades com quem pretendem trabalhar. Esse diagnóstico é realizado através da escuta, do convívio diário e do exercício de se buscar construir alternativas conjuntas para os problemas identificados, conforme relatado pela coordenadora da ELAA, Simone Rezende:

Embora a gente vise a formação do agroecólogo, no aprender, mas é claro a gente lida com a base, porque independente de ser aqui, no MPA, no MAB, no MMC essas meninas e esses meninos que se formam, eles vão ter que trabalhar com todos, e isso demanda também um processo de formação para além, que é essa relação de formação de história, de relação, método. É por isso também o método do diálogo dos saberes, que é um método que nós sabemos desde o início que ajuda a gente fazer um debate mais geral, não só da produção mas histórico, social, político, humano, cultural das pessoas que se localizam nas comunidades camponesas, partindo um pouco da vivência no tempo comunidade junto das famílias do assentamento Contestado, então é bem isso, a gente assumiu essa relação de construção, de tensão, de conflito em alguns momentos até que se deu muito forte pelo processo do assentamento e escola. (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

Para a direção da escola, a metodologia do Diálogo dos Saberes, não se restringe ao campo da agroecologia e da produção, mas exercita também a percepção de mundo do educando, contribuindo para que este se torne um “técnico militante pedagogo educador em agroecologia”.

Para as comunidades rurais este método objetiva transformar a concepção que o camponês tem do mundo e da produção através do tensionamento provocado pelo diálogo estabelecido com o educando. De forma mais explícita: “A forma como o camponês organiza o agroecossistema está relacionado à concepção de mundo que ele tem. Ele não coloca galinha, não planta pomar, uva, ou planta soja bem na beirada da horta. Está ligada à concepção de mundo direto que ele tem a forma como organiza o agroecossistema” (Simone Rezende, MST, 2016). Ainda segundo a coordenadora, o modelo de produção adotado pelos agricultores está respaldado em suas histórias de vida, nas relações construídas em sua história, na cultura de onde vêm, de como eles foram se apropriando do território, bem como questões centrais como o que é o clima, o que é a terra, o que é a biodiversidade ou quais são as relações de gênero e de poder que as famílias estabelecem dentro de casa.

Para a coordenação pedagógica da ELAA, este processo é importante porque “mexe” com as estruturas mais arcaicas e conservadoras presentes no meio rural que afeta tanto o camponês, quanto o educando que, em sua maioria, também é de origem camponesa e tem como principal efeito a construção de um novo modelo de organização social e produtivo no campo.

Por que você imagina, eu tenho formação de meninos e meninas, técnicos e técnicas, ao fazer Diálogo de Saberes, nós temos famílias que não aceitam que as mulheres trabalhem na roça. Então chega lá não aceitam também que as meninas, nossas técnicas vão pra roça. Esse processo de construção ele é sempre complicado porque você mexe nas relações, você volta, dialoga. Então como é essa construção? E como elas se vêem também? Porque mexe com os valores da própria família. Por outro lado tem uns que quando você chega na casa, acreditam que os meninos são força de trabalho, "então você vai chegar aqui e não fala nada, você não vai dizer nada de mim, você vai trabalhar pra mim, porque você não está aqui? então tá (...) Esta vivência no assentamento Contestado, não é diferente das que estes educandos estão inseridos em suas comunidades, onde também irão encontrar as adversidades para trabalhar a transição agroecológica. Porém, a principal diferença é que no espaço da ELAA os tensionamentos se acirram porque há um espaço coletivo pra voltar e aprofundar essas questões. Por isso que a gente imagina que a agroecologia tem que vir junto com o processo de formação das comunidades camponesas e que o técnico, por isso que fala: **técnico militante pedagogo educador em agroecologia**. Esse termo tão grande. Ele é grande porque é afirmar com esse sujeitos que não dá nesse contexto pra ele se colocar pra ser uma coisa, não cabe, na proposta de mundo de transformação que os movimentos têm não cabe na nossa realidade eu só fazer assistência técnica. É impossível eu olhar, eu fazer uma assistência técnica, independente que eu seja um ótimo especialista em agroecologia, mas se eu fizer uma assistência sem olhar pras outras dimensões da vida e organização da comunidade, de como se situa, da história, do que a gente

projeta, é a gente fazer uma assistência técnica falseada de agroecologia, e por isso que essas escolas, os IALAS surgem, essa é a síntese do porque que os IALAs surgem? Porque esse não é só um problema do Brasil é um problema de como a prestação da assistência técnica foi colocada na América Latina e que o Paulo Freire trabalha muito bem em Extensão e Comunicação. (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

Em suma, o Diálogo de Saberes é a essência da metodologia da ELAA para se construir um modelo de comunicação entre a Escola com as famílias assentadas. Isso vem possibilitando, em conjunto com outras ações, uma maior aproximação dos/as agricultores/as familiares com as práticas agroecológicas, atenuando, inclusive, conflitos e tensões gerados no início do processo, conforme mencionado anteriormente.

As figuras abaixo retratam um dia de atividade envolvendo educandos/as e famílias assentadas, no assentamento Contestado.

Figura 20: Educandos/ e assentados durante atividade do Diálogo de Saberes.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 21: Agrofloresta construída durante atividade do Diálogo de Saberes em unidade produtiva do assentamento.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

2.2 Instituto Latinoamericano de Agroecologia Paulo Freire: breve histórico

Em janeiro de 2005, durante o V Fórum Social Mundial, o presidente Hugo Chávez, através de um convite do MST foi ao Assentamento Lagoa do Junco⁸, no município de Tapes, a 130 quilômetros de Porto Alegre - RS. Acompanhado de várias autoridades brasileiras, como o então Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) Miguel Rossetto, o governador do Estado do Paraná Roberto Requião e dirigentes dos movimentos sociais da Via Campesina, Chávez assinou o Protocolo de Intenções / Acordo de Tapes, previamente citado no caso da ELAA, para a cooperação e intercâmbio de técnicas de produção de sementes agroecológicas e técnicas de cultivo, produção de material pedagógico sobre a soberania alimentar e a agroecologia. Outro objetivo do acordo foi promover o intercâmbio científico entre

⁸ Renomeado de Hugo Chávez após à visita do ex-presidente ao local.

investigadores, sábios e camponeses e criar um “curso latino-americano, de nível superior, de formação de técnicos em agroecologia” (VIA CAMPESINA, 2005, s/p).

Em um acordo complementar, assinado na Venezuela em setembro de 2005, o MST e a Via Campesina Internacional se comprometeram a:

Desenvolver o desenho e implementação da Escola de Extensão Rural Paulo Freire no Centro Genético Produtivo Florentino C.A.. Compromete-se também a enviar a Venezuela técnicos do MST, para desenvolver trabalho organizativo, comunitário e social em matéria agrária” (CASTELLANO, 2010, p.220).

Em 2006 se constituiu uma equipe que se encarregaria da coordenação das atividades formativas e acadêmicas. Composta por dirigentes e educadores de organizações vinculadas à Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e à Via Campesina Internacional, formou-se a Coordenação Político Pedagógico (CPP) que, juntamente com uma equipe de professores da Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV), teria a tarefa de construir a proposta político-pedagógica do Instituto.

De 25 a 28 de Abril de 2006, a CLOC-Via Campesina e a Universidade Bolivariana da Venezuela promoveram em Caracas um encontro internacional para debater o caráter e a concepção do IALA. Estiveram presentes representantes de vários movimentos sociais populares do Brasil, Nicarágua, México, Argentina, Colômbia e Venezuela, além de acadêmicos e pesquisadores do México, Chile, Brasil, Estados Unidos, Espanha e Venezuela, incluindo Miguel Altieri e Luiz Carlos Pinheiro Machado, renomados pesquisadores na área da agroecologia. Neste encontro também foi definido o nome do Instituto homenageando o educador brasileiro Paulo Freire, a sede do Instituto, questões referentes ao perfil dos ingressados, e aspectos metodológicos, o desenho curricular, a estrutura organizativa do instituto e grupos de trabalho.

A partir de encontros e seminários posteriores mais reduzidos foi elaborada a proposta curricular de um Programa de Engenharia Agrônômica, com ênfase em agroecologia que inicialmente seria desenvolvido junto à UBV. Posteriormente se definiu que seria necessário construir uma nova universidade e que mais tarde seria constituído como IALA Paulo Freire, instituto especializado vinculado à *Misión Alma Mater*. A meta para a primeira turma que seria iniciada em 2006 foi de 180 educandos/as. Para um período de aproximadamente um ano, pretendia-se que o Instituto contasse com a presença de 1500 estudantes.

Igualmente definido na ELAA, para a primeira turma um dos requisitos básicos para o ingresso e permanência era que o educando fosse de origem camponesa e que estivesse vinculado a um dos movimentos sociais pertencentes à Via Campesina. As organizações

membros da CLOC-Via Campesina realizariam o processo de seleção dos/as militantes, inclusive com uma etapa preparatória em nível nacional.

Para além da condição de ser camponês, o/a interessado/a deveria cumprir outros requisitos, tais como:

Tener vínculos organizativos y compromiso con la organización campesina; Tener mínimo 17 años; Tener el bachillerato completo (para América Latina tener mínimo 12 años de estudio); Aquello que se establezcan en el reglamento interno del instituto; Cumplimiento de los trámites administrativos que pauten el gobierno de la República Bolivariana de Venezuela para estudiantes extranjeros (CASTELLANO, 2010, p. 131).

As atividades pedagógicas do IALA começaram a ser desenvolvidas a partir de outubro de 2006, ainda em caráter incipiente. Segundo Batista (2013), entre outubro de 2006 e janeiro de 2007 foram se agrupando na Venezuela os/as militantes indicados/as pelas organizações sociais partícipes da Via Campesina. Mesmo não havendo todas as condições objetivas para a realização do curso, e mesmo para a existência do Instituto, no início de 2007 já haviam chegado ao IALA 185 educando/as provenientes do México, El Salvador, Nicarágua, Honduras, República Dominicana, Guatemala, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Paraguai, Argentina, Brasil e diferentes regiões da Venezuela.

Durante as entrevistas realizadas com coordenadores e educandos/as da primeira turma do IALA ouvimos relatos sobre as dificuldades enfrentadas pelos/as militantes que iniciaram a construção do instituto em seus primeiros anos. Estas se assemelham às vivenciadas na ELAA, no que tange à infra-estrutura e estruturação curricular do curso. Contudo, a construção de um espaço de formação dos movimentos sociais foi um projeto coletivo encampado por todos os envolvidos, como declarou uma das integrantes da primeira turma pertencente ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Brasil:

O MPA enviou oito militantes com a tarefa de construir e estudar no IALA Paulo Freire. Essa tarefa foi muito cara para nós, não fomos para a universidade simplesmente ser universitários, fomos ser construtores do projeto IALA Paulo Freire (...) participar de todos os momentos desse projeto. Esse é o maior aprendizado, é a maior energia positiva, assim como, a unidade e o acolhimento de poder ter vivido na Venezuela um processo Revolucionário Político Pedagógico na construção para com nosso movimento (Silvia, MPA, 2016).

O primeiro local de alojamento e sala de estudos do Instituto foi no Centro de Esporte da província de Barinas. Este foi o local improvisado para as primeiras atividades do IALA Paulo Freire. O local definitivo para o Instituto foi uma antiga fazenda no *Sector La Marqueseña*, localizada em Sabeneta, capital do município Alberto Arvelo Torrealba, também no Estado de Barinas na Venezuela. O terreno foi desapropriado pelo governo e destinado à

alocação do Instituto. Durante o período de construção da atual sede, as aulas ocorreram no Centro de Esporte e na *Universidad Nacional Experimental de Los Llanos Occidentales Ezequiel Zamora* (UNELEZ). Os/As educandos/as “foram inscritos no curso de Produção Animal [...] para cursar disciplinas básicas, como química, física, matemática, biologia, etc. Neste momento realizavam estudos e alguns trabalhos voluntários junto ao Centro Técnico Produtivo Socialista Florentino” (BATISTA, 2013, p. 133).

Assim como o processo de construção física do espaço da ELAA, o IALA Paulo Freire também foi construído pelas mãos dos/as próprios/as educandos/as, militantes, da primeira turma, conforme relata um militante internacionalista envolvido:

En 2006, nosotros empezamos la postulación para venir a Venezuela a estudiar agroecología. Desde la Vía Campesina nos postulamos con nuestros compañeros de Paraguay, para venir acá construir la universidad. Antes de venir nosotros ya sabíamos que no estaba nada construido, que íbamos a construir. Llegamos en Venezuela y hecho no estaba nada, llegamos e instalamos un establecimiento deportivo, duramos ahí un año utilizando el espacio de una universidad en Venezuela UNIVIES, para poco a poco construimos el IALA y después empezamos el primer año. Entonces hubo muchas crisis porque el IALA no estaba todavía reconocido, empezamos a construir nuestra malla curricular, empezamos a pesquisar todas las universidades latinoamericanas en los países para un poco ver por ejemplo la carrera de agronomía y le acrecentamos los contenidos políticos, los contenidos formativos, filosoficos, políticos, en el tema técnico. Y por supuesto por la agroecología es eso, solo un porcentaje técnico pero tiene que ahondar el elemento político, entonces tuvimos todo ese tiempo de un año, estuvimos haciendo curso de formación acompañado por la coordinación política pedagógica, que era de Brasil y de Argentina (Adriano Muñoz, Organización Campesina del Norte/Paraguai, 2016)

Neste período de permanência na cidade de Barinas, foi também desenvolvida a construção do currículo do IALA Paulo Freire. Por meio de equipes de trabalho foi realizado um estudo sobre os cursos de engenharia agrônômica nos países dos quais havia estudantes, pois uma das problemáticas era o reconhecimento do título e os aspectos observados foram a carga horária do curso, as disciplinas e conteúdos. Buscou-se montar um projeto que abarcasse as exigências para a validação do título de engenheiro em agroecologia nos distintos países da América Latina, por isso deveria ser o mais completo possível, incluindo componentes que na Venezuela não eram obrigatórios, mas que no Brasil eram exigência. Dessa maneira, havia uma preocupação latino-americana onipresente no IALA desde seus inícios em todos os passos dados.

Também para fins de elaboração curricular se constituiu a Comissão de Assessoria Acadêmica.

[...] a comissão de assessoria acadêmica coordenada por Dr. Maria Egilda Castellanos para a construção do documento de fundação do Instituto. Este

momento contou com a participação da comissão de assessoria acadêmica ALMA MATER (MPPE⁹) e da Via Campesina através de representantes dos movimentos: Movimento dos trabalhadores Sem Terra - Brasil, Confederação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras de Equador – FENOCIN, e Movimento Campesino de Santiago del Estero – Argentina (BATISTA, 2013, p133).

Por ser o primeiro curso superior de Engenharia em Agroecologia, na Venezuela, as bases pra a construção do currículo foram os cursos técnicos em agroecologia realizados pelo MST no Brasil, os mesmos que serviram de base para a construção da ELAA, e o currículo de agroecologia na UBV, além dos cursos de agronomia em nível de América Latina. “Em aproximadamente um ano de trabalho coletivo da comissão de assessoria acadêmica, em que cooperaram membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/Brasil), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA/Brasil) e uma equipe designada pelo então Ministro do Poder Popular para a Educação Superior, Dr. Luis Acuña Cedeño” (Castellano 2010, p.7), o documento fundacional do IALA Paulo Freire foi aprovado pelo Conselho Nacional de Universidades (CNU) e constituiu a base do Decreto de criação do Instituto.

Em janeiro de 2008, o projeto do IALA teve a recomendação do Presidente Hugo Chávez para a aprovação de seu decreto fundacional. A partir deste passo, educandos/as e a CPP, decidem ocupar o local onde seria construído o IALA Paulo Freire em um momento em que o IALA contava com apenas 67 educandos. Os demais haviam retornado aos seus países, ou haviam iniciado outros cursos sob o acompanhamento de suas organizações, por conta da demora de criação oficial do IALA, ou mesmo por dificuldades político-organizativas causadas numa primeira experiência desse caráter (BATISTA, 2013).

El primer cohorte tenía unos siete países, incluyendo Venezuela. Estaba Paraguay, Nicaragua, Brasil, Colombia, Mexico, Venezuela y Ecuador. Y después decidimos como el gobierno nos concedió 50 hectares de tierra, una tierra de un latifundio (...) entonces el gobierno despropió y dió para la universidad, 50 hectares y otros 50 hectares nos dió en comodato, 100 hectares. Y entonces en ese espacio de 50 hectares se encuentra el galpón abandonado de animales donde decidimos venir los estudiantes (Adriano Munõz, Organización Campesina del Norte/Paraguai, 2016).

A área ocupada contava apenas com alguns galpões que na antiga fazenda eram utilizados para criação de galinhas. Foi a partir desses galpões que se iniciou a estruturação do espaço, mais uma vez improvisado, até que a estrutura física definitiva do IALA fosse construída. Nesse período não institucional do IALA, embora já no seu local definitivo e coordenado pelo CPP, a partir do método de trabalho e organicidade proposta pela CLOC-Via

⁹ Ministerio del Poder Popular Para la Educación Superior.

Campesina, foram iniciados os trabalhos internos de construção de experiências agroecológicas, assim como experiências de trabalho de base com a comunidade campesina ao redor do Instituto.

Em 15 de abril de 2008, foi publicado o decreto de criação do Instituto, Decreto n. 6.008. Publicado em Gaceta Oficial N 38.910 – 15 de abril de 2008. Assinado pelo Ministério do Poder Popular para a Educação Universitária, as instâncias políticas no IALA Paulo Freire ficaram assim compostas: um Diretor Geral; um Subdiretor Administrativo; um Subdiretor Acadêmico e uma Coordenação Pedagógica composta por militantes de movimentos sociais populares da América Latina (MST, MPA, ATC - Nicarágua, UNORCA - México). Em agosto de 2008 publicou-se, em diário oficial, a nômima da direção do Instituto.

En 2008 iniciamos, un año después. Y ahí bueno, varias dificultades en 2008, como, yo creo que fue reconocido. Salió en la gazeta oficial la creación del IALA. Entonces se nombró los directivos, el director académico, el director administrativo y el director general, que son los representantes oficiales. Pero como el IALA ha construido la pedagogía de la Via Campesina, el tema fundamental de la construcción es la coordinación política pedagógica. Entonces es un alianza con el gobierno; la conducción política pedagógica es una instancia de decisión. Después caminamos un poco con dificultades, porque los directivos decían que ellos son los representantes de ese (inaudível) de la decisión, entonces no hubo por parte de ellos una comprensión del método pedagógico del proceso y ahí empezó el conflicto con la institución (Adriano, Organización Campesina del Norte - Paraguai, 2016).

Desde então, a autoridade máxima no Instituto passou a ser os diretores nomeados oficialmente, ficando a CPP a margem da estrutura político-organizativa do IALA, como previsto no projeto original de criação do Instituto. No projeto original previa-se que a Coordenação Político Pedagógica, representada pelos movimentos sociais partícipes, era a instância responsável pela tomada de decisões sobre as atividades político-pedagógicas do IALA Paulo Freire. Esse projeto original do Instituto foi se transformando, na medida que novos diretores foram sendo nomeados pelo governo da Venezuela, através do Ministério da Educação Superior. Aos poucos, os movimentos sociais foram perdendo espaço nas decisões técnicas e políticas do IALA e o projeto inicial de um espaço de formação dos movimentos sociais transformou-se em uma forma de organização parecida com os demais espaços formais de educação da Venezuela, onde em última instância o poder decisório encontra-se centralizado na figura dos diretores, o que gerou conflitos internos e resistências políticas, configurando travas no andamento do curso.

Ainda em 2008 houve uma tentativa de acordo entre a Via Campesina e o governo da Venezuela. A Via tinha o interesse de estabelecer uma nova relação com a diretoria do

Instituto, o que não foi possível na prática, conforme relato de militantes da primeira turma que participaram das negociações:

La Via Campesina intentó un acuerdo seis meses después, porque había una diferencia en la conducción de la universidad. Es que en la universidad todos los estudiantes, la coordinación político pedagógica, toda comunidad podría participar en todas las decisiones, incluyendo pedagógicas, académicas, productivas, organizativas de la comunidad... pero entonces hubo dificultades y hubo problemas internos en la dirección, en la conducción, se buscó todo intento de diálogo. Ya a pocos meses de terminar nuestra carrera, el rompimiento ocurrió con la dirección (Adriano Muñoz, Organización Campesina del Norte/Paraguay, 2016).

Foram constantes os debates internos e externos sobre a participação dos movimentos sociais no IALA Paulo Freire. Em 2011, alguns internacionalistas da primeira turma organizaram uma greve geral dos estudantes, que também foi aderida por alguns funcionários. Este movimento foi o embrião do que hoje é o “Coletivo Freirano”, formado por grupo de educandos/as, em sua maioria internacionalistas da segunda turma, que reivindica o retorno do projeto original do IALA, com a refundação da CPP e abertura de vagas para estudantes de movimentos sociais de outros países da América Latina.

A greve durou seis meses e as principais pautas de luta estavam relacionadas à perda de autonomia dos/as educandos/as para as tomadas de decisões políticas e pedagógicas no IALA, deficiência na infra-estrutura do Instituto, além do atraso no pagamentos de salários dos funcionários. Para o grupo, que teve apoio da Via Campesina, o principal lema era de que “se o Instituto não fosse um espaço organizado e coordenado pelos movimentos sociais, era dever do governo garantir melhorias na educação”.

(...) Había tantos problemas (inaudível) y recuerdo que no se pagaba tampoco a los trabajadores. Y los trabajadores son los que limpian, cocinan en el instituto. Nosotros sí tenemos buenas relaciones con los trabajadores, con la unión proletaria, los trabajadores de limpieza de la universidad. Los que hacen trabajos productivos también van con nosotros. Ya habían problemas administrativos, y decidieron hacer una protesta y por supuesto nosotros adherimos y nos encerramos en la universidad. Y entonces el director que estaba entonces, al cerrar la universidad, decidió cortar todo, cortó la alimentación, el agua, internet, todo. Pero como teníamos relación en la comunidad, las comunidades no traían alimentos para comer, y entonces nosotros no paramos ahí. Como había tiempo de clase, nosotros seguíamos con la actividad académica. Algunos profesores se alinaron con el director, pero muchos profesores nos acompañaron y al final el director se cambió (Adriano Muñoz, Organización Campesina del Norte/ Paraguay, 2016).

Para que lo vean: fue el único cambio notable que tuvo lugar en 2011, el cambio de dirección. Además de la experiencia de pelear. No creo, entonces, que pueda enumerar [?] el proceso. El proceso es un proceso de aprendizaje (...) Las autoridades cortan inmediatamente el agua, la comida. Ellos cortan. El internet. Cortaron todo. Para que dejáramos la pelea y los siguiéramos de nuevo [?]. Pero realmente no fue así (...) Continuamos durante seis meses

(Leiber Montaña, *Cooperativa La Alianza/Venezuela*, 2016).

Sí, 2011 fue bastante duro, pero nos dio mucha experiencia. Sobre todo porque generó ese aprendizaje organizacional, y nuestros estudiantes tienen, pues, un inicio de trabajo, para el estudio, para la lucha política - porque hubo una comisión a cargo de la parte política, que lo articuló. Y sobre todo fue muy difícil porque no teníamos comida (Feliciano Ama, *FECORACEM/El Salvador*, 2016).

Em 2012 houve novo diálogo da Via Campesina com o governo venezuelano, em uma tentativa de uma refundação do IALA pelos movimentos sociais. A tratativa se deu através de uma comissão representada por educandos do Instituto e dirigentes da Via Campesina com o então ministro de relações exteriores e atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. O acordo derivou na criação de uma direção transitória composta pelos diretores indicados pelo governo e pela Coordenação Política Pedagógica, com representantes da Via Campesina.

Nosotros planteamos la refundación y el gobierno planteó que vamos hacer una dirección transitoria. Se cambió el director. Esto fue en 2012 ya en el año de nuestra evaluación. Y ahí se cambió los directivos, en la transitoria, pero nunca se conformó la dirección colectiva. Sí, hubo debates en varios espacios y en la Via se escuchó el tema IALA. Inclusive vinieron los dirigentes responsables por el tema formación de la Via para reunirse con nosotros. Nosotros conformamos una comisión Via Campesina de estudiantes en el IALA y asumimos el tema y decimos y llamamos e hicimos una propuesta de refundación del IALA. Pero el gobierno, que aprobó el IALA, también aprobó más 32 títulos universitarios. Entonces, para ellos, el IALA no es diferente de los demás títulos universitarios. Para nosotros no era así, porque el IALA era diferente de otro título universitario nacional (Adriano Muñoz, *Organización Campesina del Norte/Paraguai*, 2016).

A despeito das conversas, a CPP continuou sem ter voz expressiva nas decisões internas do IALA. Por isso, ainda em 2012, a Via Campesina tomou a decisão política de não mais confrontar as decisões da diretoria. Essa decisão ocorreu principalmente para que não houvesse novos desgastes dos movimentos sociais com o governo da Venezuela, considerado um aliado.

Yo sé solo que hubo muchas dificultades y no se respetó la militancia orgánica. La organización de los estudiantes decidían en asamblea una cosa y los directivos combinaron en hacer otra cosa. Y fue así, el tema productivo no acordamos, porque nosotros queríamos producir para consumir parte de nuestra alimentación. Sin embargo, los directivos no aceptaban porque el sistema administrativo no permitía eso, porque no podíamos hacer eso, porque lo administrativo contrató una cooperativa y que la cooperativa tenía que proveer el alimento. Entonces más o menos, eso fue un choque fuerte con la propuesta de nosotros, nuestra propuesta de construir nuestra soberanía alimentar en la comunidad. Aunque no pudiésemos satisfacer la alimentación de toda la comunidad, podríamos hacerlo de un alto porcentaje, incluido nuestra propia alimentación. Sin embargo, eso no ocurrió, y esas son las dificultades que tuvimos como Via Campesina con los directivos (Adriano Muñoz, *Organización Campesina del Norte/Paraguai*, 2016).

(...) *estábamos entrando y estaba la primera clase que ya se iba, prácticamente.*

Y el cambio sobre todo pasó porque Vía Campesina se retira del seguimiento y de todo el proyecto, en 2012 y se retira porque hay mucha contradicción especialmente con Venezuela. Entonces hay como una fuga, una pelea entre los venezolanos y la Vía Campesina. Entonces Vía Campesina en este momento [inaudible]. Parecía haber mucha autonomía en el proceso general, pero aquí el Estado quería tener mucho poder o control en IALA porque los recursos se colocan aquí. Luego hay algunos conflictos y algunas contradicciones que ya no se pueden pactar, digamos, y cumplir el acuerdo entre Vía Campesina y el Estado venezolano. Luego cesa el monitoreo [o campamento] en 2012 y se retira formalmente. El acuerdo sigue vigente, sin embargo, para Vía Campesina porque tiene militantes; fue el seguimiento lo que tuvo que ser retirado (Leiber Montaña, Cooperativa La Alianza/Venezuela, 2016).

No final do ano de 2012, a primeira turma concluiu o processo de formação, se tornando a primeira formatura de engenheiros com ênfase em agroecologia na América Latina. Foram 66 formandos de setes países, sendo três do México, um da Nicarágua, quatro da Colômbia, dez do Paraguai, dois do Equador, trinta e quatro do Brasil e doze da Venezuela. Ainda em 2011 foi convocada a segunda turma, que iniciou em 03 de outubro 2011 com 150 estudantes e finalizou com 66. Os estudantes internacionalistas da segunda turma foram oriundos de cinco países, El Salvador com três representantes, Paraguai com sete, México com um, Equador com três e Venezuela, com a maioria dos educandos, cinquenta e dois.

A terceira turma iniciada em abril de 2013 com 50 educandos, todos venezuelanos finalizou o curso com 35 estudantes, em 2018. A quarta turma convocada, em 2014, foi composta apenas por jovens venezuelanos residentes na região do Instituto. A convocação destes estudantes ocorreu através do convite do IALA aos jovens da região que quisessem se formar no curso superior de engenharia em agroecologia. No novo método de seleção da instituição, os interessados se inscrevem diretamente no curso e foram avaliados durante o período de um ano, antes de serem efetivados, ou não, no IALA.

As figuras a seguir ilustram os espaços coletivos do IALA Paulo Freire e foram registradas durante a pesquisa de campo realizada em novembro de 2016.

Figura 22: Placa com o nome do instituto na entrada do IALA Paulo Freire.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 23: Mural com imagem e frase do educador Paulo Freire que dá nome ao instituto.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 24: Mural em defesa das sementes crioulas.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 25: Mural com imagem do ex-presidente Hugo Chávez.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 26: Prédio de aulas.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 27: Sala de aula



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 28: Ajoamento estudantil.

Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 29: Refeitório estudantil.

Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

2.2.1 Proposta político pedagógica e metodológica do IALA Paulo Freire

O IALA Paulo Freire em seu projeto original vincula-se a um processo de integração latino-americana proposto pelas organizações camponesas, que se articulam na perspectiva da ALBA-TCP, com o objetivo de construir uma integração a partir das organizações populares e das bases sociais (ALBA, 2012).

Resultado de uma construção coletiva entre militantes da CLOC-VC e professores ligados à UBV, a proposta pedagógica do IALA Paulo Freire está voltada para a formação integral de engenheiros em agroecologia. O Instituto assume como missão a formação de estudantes latino-americanos vinculados às organizações populares do campo. O objetivo é a formação e capacitação técnico-científica-sociológica para a transformação do modo de produção agropecuária, a partir de uma perspectiva agroecológica. Segundo os princípios do IALA, busca-se uma formação abrangente para além da técnico-científica, que abarque as várias dimensões da pessoa humana. Desta maneira, a formação pretendida é a de um engenheiro que além de discutir o modelo de produção agropecuária tenha a capacidade de contribuir politicamente na organização do campesinato latino-americano e caribenho.

De acordo com o documento fundacional do Instituto, publicado em 2010, a visão que compartilha a instituição é formar jovens camponeses, que depois de formados assumam a missão de contribuir para o desenvolvimento local da produção agroecológica, fortalecimento das lutas contra o agronegócio, o neoliberalismo e a dependência em todas as suas formas. “Seu trabalho estará diretamente orientado a construção da soberania alimentar e a integração solidária dos povos da América Latina, o Caribe e o mundo” (CASTELLANO, 2010, p. 106).

Segundo Castellano (2010), o processo formativo do IALA Paulo Freire sustenta-se no enfoque agroecológico, como conhecimento inter e transdisciplinar, capaz de articular formação investigação e saberes a fim de permitir o uso apropriado da biodiversidade e

cumprir o objetivo de alcançar a soberania alimentar.

O projeto educativo no instituto está articulado aos projetos sociais impulsados pelas comunidades e pelo Estado. Parte-se do princípio de que para intervir na realidade camponesa, deve-se conhecer os problemas enfrentados neste contexto e o tratamento que lhe dão os conselhos comunais, por exemplo, através das mesas técnicas de água, mesas técnicas de serviço, conselhos de estudantes, conselhos comunais e conselhos *campesinos*.

Assim como na ELAA, o IALA Paulo Freire também incorporou em sua metodologia o regime de alternância entre “Tempo Escola” e “Tempo Comunidade”. Neste caso, o Tempo Comunidade dura aproximadamente dois meses; durante o restante do tempo os/as educandos/as permanecem no Instituto. As dificuldades encontradas pelos internacionalistas para voltarem para suas comunidades durante o Tempo Comunidade se assemelham às vivenciadas pelos educandos da Escola Latina, principalmente a falta de recursos financeiros para financiar o deslocamento. A alternativa encontrada por estes/as, em conjunto com a direção, foi a inserção em projetos com as comunidades do entorno durante este período.

A relação com as comunidades camponesas localizadas na região de Barinas são consideradas como estratégicas ao processo de estudo e formação, ao mesmo tempo que dão sustentação política ao Instituto. Nestas comunidades acontecem as práticas dos projetos de formação, da pesquisa e de contato com os saberes e conhecimentos camponeses/populares.

Até o ano de 2012 a estrutura organizativa no IALA Paulo Freire tinha como base a concepção da participação direta e a coordenação entre estudantes, professores e demais trabalhadores do Instituto. Durante o período de atuação da CLOC –VC na CPP foram organizados os núcleos de produção, assim como equipes de trabalho conforme demandas do processo. Os núcleos de produção eram considerados a célula organizativa do Instituto, por estes perpassam os vários aspectos formativos desde os vínculos com o estudo, organização da vivência coletiva e o trabalho sócio produtivo. Por se tratar de um espaço de participação política, assumia a tarefa de reflexão sobre a prática social de cada um no fazer cotidiano do instituto e avaliação. Os núcleos de produção eram responsáveis pela coordenação das atividades de campo dentro do plano geral de produção, promoção e participação em debates político-organizativos, tomada de decisões em caráter coletivo, entre outros.

A partir de 2012, durante a segunda turma, os núcleos de produção foram encerrados. Até a finalização desta pesquisa o processo de formação era acompanhado pela equipe de professores e pela direção do Instituto que respondem ao Ministério de Educação da Venezuela. Por sua vez, seguia o interesse por parte dos estudantes venezuelanos e internacionalistas que atuam no Coletivo Freiriano de que a CPP seja recriada e os

movimentos sociais voltem a coordenar o IALA Paulo Freire.

Integrantes do Coletivo Freiriano, principal responsável pela organização e reivindicação das demandas políticas do Instituto, lembram que em 2014 e 2015 foram realizadas novas mobilizações e debates com os demais integrantes do IALA para a reestruturação da CPP, conforme destacado no trecho abaixo. As mobilizações resultaram ainda na entrega de um documento apontando a insatisfação dos rumos que o IALA havia tomado e cobrando ações efetivas (Anexo 4).

En 2014, los estudiantes cerraron el IALA por una semana (...) nuestro reclamo fue aumentar la beca y mejorar la alimentación. Fue mucho diálogo, en 2015 también (...) En 2015 abogamos por algo así como la redirección de IALA. Y propusimos una revisión del acuerdo del IALA (...) La revisión del acuerdo, de hecho, revive el acuerdo original. Y llamar a este movimiento social en el ministerio y al Estado venezolano a firmar y a respetar este convenio. IALA se registró originalmente en cuatro ministerios: agricultura y tierra, ciencia y tecnología, relaciones exteriores y educación. Y eso... pero parece que ahora solo la educación superior vela por la IALA, por así decirlo. Y solo se ocupa de abrir la cuenta millonaria de IALA y ya está. Muy importante, por supuesto, pero además no hay seguimiento, un seguimiento a IALA. Bueno, también propusimos revisar el PNC para 2015, el Programa Nacional de Capacitación. Entonces sucedió que el 21 de septiembre se cansó un poco el diálogo interno - el diálogo interno en la medida de lo posible - el diálogo de la tierra, la reflexión, por eso no avanza hacia acciones concretas. Entonces tenemos que tomar la puerta, las puertas están cerradas. Pero las actividades no se paralizaron, y esto es bastante notorio y se informó a quienes acudieron a las actividades. Hubo una iniciativa sobre el tema de la alimentación, hubo otra brigada en el trabajo, y otra brigada sobre el tema político y este proceso organizativo se desarrolló. Pusimos como mil personas en la laguna. Hubo este proceso de trabajo. Y eso durante ocho días, la autogestión total también (Leiber Montaña, Cooperativa La Alianza/Venezuela, 2016).

A proposta pedagógica do IALA Paulo Freire é o “Projeto Formativo”, uma característica dos diversos currículos da educação universitária na Venezuela. Trata-se de um componente curricular de caráter orgânico, que relaciona a atividade de pesquisa e a interdisciplinaridade ao trabalho de campo ou trabalho de base com as comunidades, comunas e conselhos comunais. De caráter anual, está organizado nos cinco anos do curso e abrange desde o diagnóstico agroecológico familiar até a elaboração de políticas agroecológicas para a segurança alimentar, passando pelo projeto de diagnóstico agroecológico comunal, a elaboração de um plano produtivo de abastecimento intercomunitário e o planejamento de uma cadeia produtiva para o abastecimento de uma grande região.

O desenho curricular do IALA Paulo Freire está organizado em cinco eixos transversais que o estruturam e permitem identificar, por meio destes, os conteúdos de cada unidade formativa. O primeiro é o eixo epistemológico, no qual se busca compreender as racionalidades e as diversas abordagens metodológicas do conhecimento, partindo da

perspectiva da agroecologia onde confluem uma diversidade de ciências e saberes. O segundo eixo é o ético-político, relacionado ao projeto político da classe trabalhadora em nível nacional e internacional. Trata-se da construção da cidadania e do sentimento coletivo que se expressa no interesse público. O terceiro, por sua vez, é o sociocultural e histórico, voltado para a compreensão das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que ocorrem no contexto latino-americano e no mundo. Já o eixo científico-tecnológico articula conhecimentos da base científica da agronomia e da ecologia com suas derivações tecnológicas. E, por último, o eixo estético, que busca uma formação integral a partir do reconhecimento das capacidades artísticas e estéticas próprias de nossa condição humana, que se expressam nos mais diversos tipos de criações e intervenções.

É interessante notar que há um interesse geral e transversal a todos esses eixos de buscar entender e incidir nas transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que ocorrem no contexto latino-americano e em nível mundial. Em alguma medida, isso está associado à proposta do IALA Paulo Freire de buscar compreender e superar a histórica dependência latino-americana em relação às economias capitalistas centrais e os entraves que isto tem gerado nos processos integracionistas desenvolvidos na região.

Durante a pesquisa de campo realizado em novembro de 2016 na Venezuela foi possível identificar que todos os professores do Instituto eram venezuelanos e indicados pelo Ministério da Educação da Venezuela. Uma das pautas dos movimentos sociais que ainda atuam no Instituto, através dos/as educandos/as era justamente que, quando recuperado o projeto original do IALA, parte dos professores possam ser indicados pelos próprios movimentos. Apesar das tensões, uma das propostas mais avançadas do IALA para a consolidação de uma educação popular com princípios agroecológicos é a incorporação de camponeses no quadro de docentes da instituição. Estes são conhecidos como os *Maestros Pueblos*.

2.2.2 Ação Comunitária em agroecologia: os Maestros Pueblos

Como forma de aproximar os educandos da comunidade local o IALA Paulo Freire incorporou em seu quadro técnico, a partir de 2012, três camponeses denominados pelo Instituto de *Maestros Pueblos*. Os *Maestros Pueblos* são camponeses oriundos da região, com experiência em produção agroecológica. “*Son los campesinos que siempre han plantado de forma tradicional, y son un referente en esta región*” (Enrique Fanjo, diretor do IALA Paulo Freire, 2016). Identificados pelo próprio Instituto, estes educadores populares ministram aulas na instituição e também em seus espaços produtivos, conhecidos como *Konukos*.

A Região de Barinas como um todo é predominantemente rural e, assim como a ELAA, o IALA Paulo Freire também desenvolve atividades nas comunidades localizadas em seu entorno. Para os educandos é oferecida a disciplina denominada “acompanhamento comunitário”. As atividades ocorrem durante cinco dias na semana e os educandos se dividem em grupo. É a comunidade quem aprova a equipe que irá atuar em seus espaços produtivos, os Konukos.

Tenemos una disciplina, que se llama monitoreo comunitario, intercambiamos con los campesinos, porque hay muchas experiencias que no están escritas, experiencias reales en agroecología y compartimos con ellos lo que sabemos y aprendemos de ellos lo que ya hacen. Hay actividad cinco veces a la semana, algunos van el lunes, otros el martes, compartimos. También hay otras actividades con la comunidad, como la radio. Yo, por ejemplo, les cuento a las comunidades lo que pasa en IALA, la parte de gestión del trabajo, la fertilización. Hay otro chico que está trabajando con escuelas, con huertos escolares, asesora en la construcción del huerto, sembrando hortalizas (...) Es la comunidad la que aprueba nuestra participación, hacemos reuniones y solo después de haber aprobado empezamos la obra (Luis Castillo, APROCAR/Venezuela, 2016).

As famílias ou instituições interessadas em participar do projeto são mapeadas pelo próprio instituto e passam a desenvolver atividades em conjunto com os educandos, com a supervisão dos professores. Durante a pesquisa acompanhamos uma atividade realizada em um *Konuko*, que são espaços produtivos de caráter familiar, de aproximadamente um hectare. Este *Konuco*, assim como vários outros, foi construído, entre os educandos e a família, e possui uma biblioteca e um banco de sementes com base nos princípios agroecológicos. Barro e bambu foram os materiais utilizados para a construção do espaço físico. No interior da assim denominada “biblioteca agroecológica”, as prateleiras de madeira estavam preenchidas com livros com a temática de agroecologia e as sementes crioulas guardadas em garrafas de plásticos.

“As sementes são nossa principal riqueza”, relatou o camponês que vive neste *Konuko* e que ajudou a construir a biblioteca agroecológica. O espaço funciona como uma unidade demonstrativa e é aberta para toda a comunidade. As sementes são próprias do local, ou doadas por outros camponeses. O intuito é criar um grande acervo de sementes crioulas que possam ser utilizadas posteriormente nas (e pelas) comunidades rurais.

O segundo *Konuko* visitado foi de um dos *Maestros Pueblos* do IALA, em um espaço de aproximadamente um hectare, aonde também reside a família em uma casa recém construída com recursos públicos. Neste caso, pudemos identificar uma grande diversidade de produção: plantas medicinais, tubérculos, hortaliças, árvores frutíferas, cereais, além da criação de animais de pequeno porte, tudo sob o cuidado da unidade familiar, composta por

quatro pessoas.

Sentados em círculo, embaixo de uma árvore, o *Maestro Pueblo* relatou aos presentes sua experiência no *Konuko* e o trabalho que desenvolve no IALA Paulo Freire:

Mi nombre es Rafael y soy campesino, mi padre también era campesino, siempre vivimos en esta región. Este espacio que estás viendo es un Konuco, con K (...) significa que es un espacio que se produce mucho, aquí tenemos de todo, no desperdiciamos ningún terreno. Aquí todo se planta de forma agroecológica, así se plantaba antes en Konukos, se plantaba mucho y sin veneno (...). Cuando construyeron IALA, vinieron a invitarme a explicar lo que sé, cómo lo produzco para los estudiantes, porque hay cosas que no se pueden aprender solo de los libros, hay que tener práctica. Desde que estoy en el instituto doy mis clases allí y también traigo alumnos para que vengan a ver este espacio (...) es un gran intercambio (Rafael Angel, Maestro Pueblo do IALA Paulo Freire, 2016).

Para os/as educandos/as a experiência de trabalho nos espaços dos *Konucos* e nas famílias da comunidade representam uma importante oportunidade de troca de conhecimentos e de implementação dos experimentos em agroecologia que são desenvolvidos no IALA, desde os insumos orgânicos às técnicas de cultivo agroecológicas: biofertilizante, compostagem, bioconstrução, dentre outros.

Os projetos desenvolvidos podem durar mais de um ano e tem como foco principalmente a diversificação e o aumento da produção de alimentos na região, uma demanda urgente da Venezuela, ainda mais no atual momento de profunda crise alimentar e econômica. Para os/as educadores/as do Instituto há uma procura cada vez maior de famílias para receber assessoria do IALA. Neste cenário cabe destacar que embora o país possua 90 milhões de hectares, dos quais apenas 30 milhões tem capacidade de uso para atividades produtivas, somente 3.5 milhões de hectares são cultivados atualmente na Venezuela (RIVERA, 2015).

Figura 30: Sede da biblioteca agroecológica construída no *Konuko*.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 31: Banco de sementes da biblioteca agroecológica.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 32: Maestro pueblo em seu *konuko*.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 33: Roda de conversa com *Maestro pueblo*.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

2.2.3 Hablar para los campesinos

Outra importante atividade de atuação no território desenvolvida pelo IALA Paulo Freire é a rádio comunitária IALA 91.9 FM, com programação voltada para a população local, com debates sobre agroecologia e orientações técnicas para a transição agroecológica. A rádio foi criada em 2008 com recursos do Ministério Popular da Educação Superior como estratégia para aproximar o IALA da comunidade local e é desenvolvida por um grupo de educandos/as em parceria com os/as professores/as do Instituto.

A programação semanal abarca desde o repasse de informações sobre as atividades desenvolvidas no IALA, orientações técnicas sobre boas práticas agrícolas, até músicas populares do universo rural. Professores, camponeses e representantes das comunas são convidados para debater temas relacionados a soberania alimentar, domínio sobre as sementes, projetos para agricultura na Venezuela, entre outros.

La radio IALA fue concebida para crear un canal extra con la comunidad local, para informar sobre IALA Paulo Freire, lo que hacemos aquí. Ponemos música tradicional de la región, pero poco a poco nos dimos cuenta que la radio también podía servir para informar a los campesinos sobre ¿Qué es la agroecología y la agroecología es eso también, verdad? Es pensar en cómo resistir como campesino, no dejar que acaben con nuestra agua, tierra, semillas (...) siempre traemos invitados a debatir, hablar y la comunidad nos escucha. Este fue uno de los principales enfoques que llegamos a la comunidad (Luis Castillo, APROCAR/Venezuela, 2016).

Devido à crise alimentar instaurada há uma urgência da governo venezuelano em aumentar a produção de alimentos no país. A rádio, portanto, é entendida como parte de uma estratégia de massificar o conhecimento e técnicas agroecológicas, ao mesmo tempo que um meio para recrutar jovens da região para estudar no Instituto, o que parece estar surtindo efeito devido ao aumento da procura pelo curso nos últimos anos.

Figura 34: Sede da Rádio IALA FM.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

3. A INTEGRAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ELAA E NO IALA PAULO FREIRE

Após examinar no capítulo anterior o processo de construção da ELAA e do IALA e suas principais características e desafios, o intuito deste capítulo é analisar como os diferentes movimentos sociais que compõem ambas as experiências se integram nestes espaços formativos e articulam ações nos territórios enquanto integrantes da Via Campesina e da Coordenação Latino-Americana de Organizações de Campo (CLOC).

Os Institutos Agroecológicos (IALAs) foram constituídos, como vimos pela VC e pela CLOC que, embora organicamente estabelecida como uma organização independente, na prática é a representante latino-americana da Via. A CLOC foi fundada no início de 1994, poucos meses após a fundação da Via Campesina, com a participação de 84 organizações de base rural de 21 países da América Latina (EDELMAN, 2003). Converteu-se desde então no principal espaço de articulação latino-americana das organizações camponesas, sempre fortemente conectada às ações, articulações e diretrizes internacionais da Via Campesina. Como uma organização internacional, a Via Campesina articula diferentes movimentos sociais locais e nacionais de vários continentes. Esses atores atuam juntos em vários eventos e ocasiões, seja em mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em projetos de incidência junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e à Agricultura (conhecida como FAO, pela sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*) ou em muitas atividades entre os próprios movimentos.

A atuação da Via Campesina é multi-escalar. Na escala local, as organizações mantêm suas próprias agendas e ações e organização nos territórios e comunidades. A maioria destas organizações também está articulada nacionalmente, em alguns casos com estruturas mais orgânicas e estáveis, em outras com processos de articulação mais informais. A escala regional, por sua vez, é central na Via Campesina, que estrutura sua própria organicidade global por regiões: África Central e do Oeste, África do Sul e do Leste, América Central, América do Norte, América do Sul, Caribe, Sul Asiático, Sudeste Asiático, Europa e “regiões emergentes” (entendidas como aquelas nas quais novos processos organizativos e de adesão à Via Campesina estão em andamento como no Norte da África, naquilo que habitualmente é conhecido como o Magreb).

De todo modo, estas divisões regionais respondem mais a processos organizativos e de afinidades entre organizações do que a uma lógica netamente identitária ou de articulações

regionais possíveis. Um exemplo: embora existam várias divisões sub-regionais nas “Américas”, há uma prevalência de um forte sentido identitário latino-americano ou “nuestramericano”.

A diversidade de movimentos sociais dentro de uma organização internacional como a Via Campesina (que, em 2020, abrangia 182 organizações de 81 países, representando mais de 200 milhões de agricultores e camponeses) é um desafio. A própria Via Campesina se define às vezes como sendo um "movimento de movimentos", algo compartilhado por boa parte da literatura sobre movimentos sociais, que também a define muitas vezes como um "movimento transnacional". Assim, conforme assinalado por Bringel e Falero (2008), o transnacional não é propriamente uma escala, mas sim uma perspectiva sobre a intersecção entre as múltiplas escalas e especialidades do movimento.

Na América Latina, os IALAS converteram-se em uma referência importante de formação para jovens militantes camponeses latino-americanos. Teóricamente, os IALAS deveriam depender diretamente da Via e da CLOC, ou seja, seriam uma experiência específica destas organizações no nível regional e internacional e não de suas organizações membros. Na prática, como veremos com maiores detalhes a seguir, isso é um desafio e uma limitação que emerge no desenvolvimento das experiências. No entanto, a despeito das dificuldades enfrentadas para viabilizar os projetos dos IALAs, sua própria existência é uma prova de uma profunda articulação transnacional dos movimentos sociais latino-americanos, que consiste na identificação e na produção de um espaço comum de interações e negociações em que há um consenso mínimo sobre as normas, procedimentos e os objetivos compartilhados.

3.1 A incessante busca pela integração latino-americana

O tema da integração da América Latina é uma aposta histórica de autonomia da região. É algo recorrente desde o período das independências políticas no século XIX e costuma estar associado a ciclos políticos de avanço de posições progressistas, revolucionárias e liberacionistas. Muitas foram suas expressões ao longo do tempo, começando com a proposta política bolivariana de uma confederação supranacional das repúblicas recém-independentes. De fato, uma das primeiras alusões a uma América Latina unida é atribuída a Simon Bolívar, em 1815, em sua *Carta da Jamaica*. Escrita no exílio em Kingston, manifestava sua intenção de integrar todo o continente em uma só nação para

defender e assegurar a liberdade e a independência. Nesta carta, Bolívar relata seu ideal de integração:

Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una solo nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes dividen a la América (BOLÍVAR, 1815, p.11).

Para além de uma declaração de interesses, Bolívar liderou o primeiro grande movimento integracionista quando convocou, em 1826, o Primeiro Congresso dos Estados Americanos, ocorrido no Panamá, no qual foi firmado o Tratado do Panamá, que previu a formação de uma Confederação de Estados, cujo objetivo era manter a paz e buscar, por meio de negociações, soluções para os conflitos. No entanto, essa e outras tentativas de integração fracassaram, tendo sido uma de suas causas a disputa entre Estados Unidos e Inglaterra pela divisão da região (BELLOTTO, 1983).

Com o término do período das independências no final do século XIX, surge um novo impulso integracionista que coincide justamente com o processo de independência cubana, culminado em 1898. José Martí, o principal mártir cubano, sintetizou em seu ensaio *Nuestra América*, escrito em 1891, o espírito rebelde, ao mesmo tempo independentista e integracionista, da época. Tratava-se, segundo Martí, de articular a independência política contra a coroa espanhola a um nacionalismo revolucionário que fosse simultaneamente anti-imperialista (diante da potência americana, os Estados Unidos) e integracionista (buscando a unidade regional a partir de uma reapropriação da identidade, da identificação dos interesses próprios e do reconhecimento da exploração histórica dos povos nativos da América). O horizonte “nuestramericano” implicava, portanto, a construção de um “novo tipo” de panamericanismo.

Embora em termos práticos a proposta martiana não tenha derivado em articulações concretas como as de Bolívar, teve muitos ecos em termos de construções de imaginários políticos. Até hoje, muitos movimentos populares latino-americanos mobilizam essa narrativa. Ao mesmo tempo, retroalimentou e inspirou outro tipo de configurações baseadas em projetos político-epistêmicos-culturais vinculados a construções como “Abya Yala” ou “Afro-indo-América” que não possuem a mediação dos Estados-nações, estando orientadas primordialmente por uma perspectiva popular da integração regional. Soma-se a isso algo que nem sempre é considerado: a despeito da centralidade de nomes próprios como os de Bolívar e Martí, a integração latino-americana foi e é sempre um processo de luta coletiva, no qual os

movimentos sociais têm um papel central.

O freio a esses processos tiveram como contrapeso, em geral, o avanço de forças conservadoras, autoritárias e/ou reacionárias que buscam sempre se opor aos projetos integracionistas emancipatórios, embora possam construir blocos supranacionais para facilitar a coordenação dos interesses capitalistas e coloniais, em geral a partir de instâncias que buscam facilitar o livre comércio.

Ao longo do século XX, várias propostas, tratados e acordos voltados à “integração” foram sendo criados em um progressivo processo de institucionalização da regionalização a partir de meados do século XX. Em ordem cronológica, destacam-se, entre outras, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) fundada em 1960; Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1960; Pacto Andino (atualmente Comunidade Andina de Nações – CAN) em 1969; Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1973; Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980; Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991.

O regionalismo passou assim a ser disputado por perspectivas diversas, frequentemente orientadas pelo comércio exterior e muito afastadas de qualquer compromisso com a mudança social. No entanto, a emergência, mais recentemente, de um ciclo progressista no início do século XXI, unido a um ciclo de protestos e articulação dos movimentos sociais latino-americanos desde a década de 1990, revitalizou o imaginário da integração latino-americana em um sentido popular, envolvendo cultura, política, sociedade e também economia, em um sentido alternativo, voltada para a solidariedade e o comunal.

Com esse “novo regionalismo”, mergem iniciativas institucionais fomentadas pelos governos como a Integração de Infraestrutura Regional Sul- americana (IIRSA) em 2000; a ALBA, em 2004; e a UNASUL, em 2008, mas também novas formas de protagonismo popular nos processos de integração regional, inclusive tentando incidir nas macro-estruturas de integração. Este é o caso da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) – Tratado de Comércio entre os Povos (TCP).

3.2 A Integração da América Latina na perspectiva da ALBA-TCP

Nas últimas décadas, as tentativas de integração na América Latina, em sua maioria, vêm dando ênfase à integração econômica por meio da facilitação do comércio entre os países membros, seguindo um modelo liberal, tendo como padrão o modelo da União Europeia,

composto por cinco fases de integração: Área de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Monetária, e União Política (MELO, 2012). Como contraposição a estas visões, e aproveito a janela de oportunidades do novo ciclo político na região, criou-se em 2004 a proposta de uma integração diferenciada para a América Latina, a partir da *La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos*¹⁰ (ALBA-TCP), que se define como:

(...) una plataforma de integración de los países de América Latina y el Caribe, que pone énfasis en la solidaridad, la complementariedad, la justicia y la cooperación, que tiene el propósito histórico fundamental de unir las capacidades y fortalezas de los países que la integran, en la perspectiva de producir las transformaciones estructurales y el sistema de relaciones necesarias para alcanzar el desarrollo integral requerido para la comunidad de nuestra existencia como naciones soberanas e justas. Es además, una alianza política, económica y social en defensa de la independencia, la autodeterminación y la identidad de los pueblos que la integran (ALBA-TCP, 2010).

A criação da ALBA foi impulsionada pela República Bolivariana da Venezuela, durante o mandato do ex-presidente Hugo Chávez, como uma alternativa aos modelos de integração neoliberais e em oposição às negociações da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), conforme se observa na Declaração Conjunta, assinada pelos presidentes da Venezuela e de Cuba quando da criação da ALBA, em que se destaca:

Subrayamos que el Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA) es la expresión más acabada de los apetitos de dominación sobre la región y que, de entrar en vigor construiría la profundización del neoliberalismo y crearía niveles de dependencia y subordinación sin precedentes (ALBA, 2004).

Atualmente, a ALBA-TCP é composta por sete países: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda (PORTAL ALBA, 2019), e conforme, destacado no trecho acima, se estabelece ainda como oposição declarada à ALCA enquanto proposta de integração elaborada e impulsionada pelos Estados Unidos, que tem como principais objetivos eliminar as barreiras alfandegárias, flexibilizar a

¹⁰ A ALBA foi fundada em 14 de dezembro de 2004 em Havana, Cuba, quando os presidentes Hugo Chávez Frias, da Venezuela, e Fidel Castro Ruiz, de Cuba, assinaram a Declaração Conjunta. Posteriormente entraram novos membros: Bolívia em 2006, Nicarágua em 2007, Dominica em 2008, Equador, Antígua e Barbuda, e São Vicente e Granadinas em 2009. Atualmente são sete países. Honduras ingressou em 2008, mas se retirou em dezembro de 2009 após o golpe de Estado sofrido pelo então presidente Manuel Zelaya (Melo, 2012) e Equador se retirou em 2018. Essa proposta, inicialmente, teve a denominação de Alternativa Bolivariana das Américas e, por ocasião do VI Encontro Extraordinário da ALBA, passou a denominar-se ALBA-TCP, “*Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos*”.

legislação de serviços, a propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais entre os 34 países americanos, exceto Cuba e, assim, formar uma área de livre comércio para as Américas. Embora a ALCA tenha sido bloqueada em 2005 na Cúpula de Mar del Plata, segundo os movimentos populares que promovem a integração latino-mericana, seu espírito segue vivo.

No que se refere à integração latino-americana, a Declaração Conjunta de criação da ALBA-TCP apresentou doze diretrizes, dentre as quais quatro fazem referência direta ao tema, conforme destacados abaixo:

1. *El comercio y la inversión no deben ser fines en sí mismos, sino instrumentos, para alcanzar un desarrollo justo y sustentable, pues la verdadera integración latinoamericana y Caribeña no puede ser hija ciega del mercado, ni tampoco una simple estrategia para ampliar los mercados externos e estimular el comercio. Para lograrlo, se requiere una efectiva participación del Estado como regulador y coordinador de la actividad económica.*
2. *Trato especial y diferenciado, que tenga en cuenta el nivel de desarrollo de los diversos países y la dimensión de sus economías, y que garantice el acceso de todas las naciones que participen en los beneficios que deriven del proceso de integración.*
6. *Desarrollo integrador de las comunicaciones y el transporte entre los países latinoamericanos y caribeños, que incluya planes conjuntos de carreteras, ferrocarriles, líneas marítimas y aéreas, telecomunicaciones y otras.*
8. *Integración energética entre los países de la región, que asegure el suministro estable de productos energéticos en beneficio de las sociedades latinoamericanas y caribeñas, como promueve la República Bolivariana de Venezuela con la creación de Petroamérica (ALBA, 2004).*

Em sua XVI Cúpula – “*En defensa de América Latina y el Caribe como zona de paz*”, realizada em dezembro de 2018, em Havana, Cuba, a ALBA-TCP reforçou seu objetivo de integração regional, bem como as críticas frente às interferências e dominações impostas pelos países hegemônicos. Destacou também a necessidade de se estabelecer o diálogo constante com os movimentos sociais, conforme alguns itens destacados abaixo de sua Declaração:

1. *Reiteramos nuestra voluntad de continuar impulsando la construcción de un nuevo orden internacional, democrático, justo, inclusivo y equitativo, en el que sea efectiva la igualdad soberana entre los Estados y el respeto a la libre determinación de los pueblos. Un orden que promueva la cooperación y el multilateralismo, al mismo tiempo que repudie el intervencionismo y las acciones coercitivas unilaterales.*
2. *Ratificamos nuestro compromiso con la concertación política, la cooperación y la integración, conscientes de que sólo la unidad entre nuestros pueblos dotará a las naciones latinoamericanas y caribeñas de una mayor capacidad para hacer frente a la injerencia y dominación política y económica, históricamente impuesta por los poderes hegemónicos globales.*
3. *Ratificamos la necesidad de fortalecer la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (Celac) como mecanismo de concertación política regional, basado en la estricta observancia y defensa de los principios*

del derecho internacional, incluidos la solución pacífica de controversias, la prohibición del uso y de la amenaza del uso de la fuerza, el respeto a la libre determinación a la soberanía, la integridad territorial y la no injerencia en los asuntos internos de cada país.

25. Reafirmamos nuestro compromiso en la preservación y fortalecimiento de las instituciones surgidas en el seno del ALBA-TCP, que benefician a nuestros pueblos a través de la cooperación, la complementariedad económica y la concertación.

26. Expresamos nuestra voluntad de estudiar la posibilidad de implementar nuevas iniciativas en el seno del ALBA-TCP que promuevan el beneficio equitativo y complementario de las economías de los países miembros.

27. Reconocemos la necesidad del dialogo constante entre las fuerzas políticas progresistas y los movimientos sociales. El ALBA-TCP tiene el deber de ser una plataforma que propicie el encuentro de organizaciones sociales de la región, conscientes de que la unidad de nuestros pueblos constituye el baluarte de la soberanía de los Estados latinoamericanos y caribenhos (PORTAL ALBA , 2018).

Conforme trechos destacados, a ALBA-TCP defende a criação de mecanismos de cooperação entre as nações latino-americanas para equilibrar as assimetrias dos países da região diante das potências desenvolvidas. A Declaração também criticou a liberalização, desregulamentação e privatização de serviços, sob o argumento de que estas ações reduzem a capacidade dos Estados Nacionais de planejarem e efetuarem políticas públicas. Os acordos de integração, segundo o documento, devem estar ancorados em propostas de desenvolvimento endógeno que, ao invés de estarem voltados para o mercado externo, devem voltar-se para dentro da região.

Em sua estrutura organizacional, a ALBA-TCP constitui-se de um conselho presidencial e conselhos de ministros nas áreas política, social e econômica: o Conselho Ministerial Político, o Conselho Ministerial para Programas Sociais, Conselho Ministerial de Complementação Econômica, Conselho Ministerial de Mulheres e o Conselho de Movimentos Sociais, atuando para a promoção da integração através de vários aspectos, como: os Tratados de Comércio dos Povos (TCP) e dos *Proyectos e Empresas Grannacionales*.

Este último Conselho é especialmente relevante e inovador quando pensamos em projetos de integração regional que são impulsados a partir dos Estados. Os TCPs são tratados de intercâmbio de bens e serviços firmados para satisfazer as necessidades dos povos, sustentando-se nos princípios de solidariedade, reciprocidade, transferência tecnológica, aproveitamento das vantagens de cada país e economia de recursos. Os TCPs buscam confrontar os Tratados de Livre Comércio (TLCs). É neste âmbito, dos Tratados de Comércio

dos Povos, que ocorre o Acordo de Tapes para a criação da ELAA e do IALA Paulo Freire, os dois primeiros centros de formação em agroecologia da Via Campesina e da CLOC aqui examinados.

Os *Proyectos Grannacionales*, por sua vez, abarcam processos nos campos político, social, cultural, econômico, científico e industrial, materializando os processos sociais e econômicos da integração e da unidade. Dos *Proyectos Grannacionales* podem surgir, ou não, *Empresas Grannacionales*. No entanto, toda *Empresa Grannacional* deve ser produto de um *Proyecto Grannacional*. O conceito de *Empresas Grannacionales* também surge em oposição ao de empresas transnacionais. Assim, sua dinâmica se orienta em privilegiar os bens e serviços para a satisfação das necessidades humanas, rompendo com a lógica da ganância e acumulação de capital.

As formas básicas e complementares que englobam a construção da ALBA-TCP são, resumidamente, três: articulação entre governos dos países membros; envolvimento de outros espaços de integração de governos locais (prefeituras e estados); e articulação popular, com a participação dos movimentos sociais, expressa em ações concretas de integração e solidariedade entre os povos (PORTAL ALBA, 2018).

O Conselho de Movimentos Sociais que compõe sua estrutura de funcionamento tem como objetivo ser um mecanismo de facilitação da integração e participação social, conforme destacado em seus documentos:

El Consejo de Movimientos Sociales (CMS) es el principal mecanismo que facilita la integración y participación directa en la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América/ Tratado de Comercio de Los Pueblos (ALBA-TCP), es un espacio antiimperialista, antineoliberal y comprometido en trabajar para alcanzar, la mayor suma de seguridad social y de felicidad posible, en armonía con la naturaleza, la justicia social y la verdadera soberanía de nuestros pueblos. Tiene como misión articular a los Movimientos Sociales de los países miembros del ALBA-TCP y a aquellos de países no miembros, que se identifiquen con este esfuerzo y tiene la responsabilidad de aportar al desarrollo y ampliación del proceso del ALBA-TCP (ALBA-TCP, 2008).

Embora a criação da ALBA-TCP contribua com o debate de um modelo de integração da América Latina baseado nos princípios de solidariedade, cooperação e soberania dos povos (e com um diferencial que é a participação popular por meio da articulação dos movimentos sociais com os governos no desenvolvimento de várias ações, principalmente nas áreas de educação, saúde e soberania alimentar), parte da literatura sobre o tema aponta como contraponto a esta iniciativa o questionamento sobre a capacidade desta proposta se efetivar na íntegra tendo em vista a sua não definição clara sobre o que integrar e como integrar (ALTMANN, 2006; ROJAS ARAVENA, 2009; PÁDUA, 2012).

Outro ponto que merece reflexões é o escopo da ALBA-TCP, pois não se trata de um projeto de integração suficiente amplo e sim um enquadramento político e institucional para a cooperação entre governos e grupos políticos ideologicamente afins. O que, por um lado, pode ser um fator para a consolidação de objetivos em comum, por outro pode restringir a participação dos países e atores latino-americanos neste bloco.

No âmbito dos movimentos sociais, a integração latino-americana é algo que faz parte de sua trajetória e visão societal. O ideal de construção de uma integração popular a partir de suas organizações e bases sociais tendo a igualdade como elemento constitutivo de seus projetos e como princípios centrais: a autodeterminação dos povos, a solidariedade e políticas públicas de integração popular é uma intencionalidade que tem guiado as práticas dos movimentos, a própria construção da Rede IALAS é um exemplo deste esforço.

A criação de um Conselho de Movimentos Sociais, na estrutura oficial da ALBA-TCP, com a proposta de abarcar, também, movimentos sociais de países que não são signatários da ALBA foi uma demandas dos próprios movimentos como forma de contribuir para a concretização da proposta de integração continental a partir dos povos (ACMSA, 2009).

Em julho de 2008, no Fórum Social das Américas (FSA), foi lançada a proposta de construção da Carta dos Movimentos Sociais das Américas que foi aprovada na Assembleia de Movimentos Sociais da ALBA, em 2009, durante o Fórum Social Mundial (FSM) em Belém do Pará. O documento traz como premissas a construção e a integração dos povos desde a base e um modelo de desenvolvimento que defenda os bens comuns, conforme trecho destacado a seguir:

É necessário construir coletivamente um projeto popular de integração latinoamericana, que reformule o conceito de “desenvolvimento”, sobre a base da defesa dos bens comuns da natureza e da vida, que avance para a criação de um modelo civilizatório alternativo ao projeto depredador do capitalismo, que assegure a soberania latino-americana frente às políticas de saque do imperialismo e das transnacionais, e que assuma o conjunto das dimensões emancipatórias [...] (CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS AMÉRICAS, 2009).

Incluem-se assim os preceitos de solidariedade, direito e respeito à autodeterminação dos povos; aproveitamento racional dos recursos naturais; complementaridade econômica entre os povos e países; comércio justo e cooperação entre as nações; direito à preservação da identidade cultural dos povos latino-americanos, caribenhos, nativos e indígenas; atenção às necessidades e aspirações de homens e mulheres, além da defesa de outros princípios incluídos posteriormente com a inserção dos representantes dos movimentos sociais.

No campo social, o documento destacou o compromisso de se criar uma rede de escolas de formação de movimentos sociais que contribua com o fortalecimento do poder popular, com o intercâmbio de saberes e experiências, assim como com a formação para o trabalho. Seguindo este objetivo, no item sobre Soberania Alimentar, a Carta propõe a criação de novos Institutos de Agroecologia Latino-americanos (IALAs), conforme trecho a seguir:

b) Soberania Alimentar: articulação de estratégias de ação, trabalho, integração e cooperação mútua que leve os povos latino americanos, em cada país a conquistar a soberania alimentar. Uma dessas ações é a criação de IALAS (Instituto Latino Americanos de Agroecologia). Nas Escolas Latino Americanas de Agroecologia os estudantes aprendem a recuperar sementes originais e produzir sob novas bases contribuindo, assim, para a soberania alimentar (CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS AMÉRICAS, 2009).

O que desperta a atenção é que a concepção de integração para os movimentos sociais recai, sempre, na importância da integração *dos povos*, uma integração baseada na solidariedade, sem deixar de lado o aspecto comercial, mas destacando que deve ser um comércio entre os povos, em benefício dos povos e não para atender aos interesses de empresas multinacionais. A integração que propõem os movimentos sociais, pauta-se em uma agenda dos povos, isto é, das classes populares, que inclui várias propostas para vários sectores, tais como a reforma agrária, a soberania alimentar, a educação, a integração financeira, os direitos trabalhistas, a infraestrutura, a água e a energia.

Desta forma, para os movimentos sociais, a proposta de um modelo diferenciado de integração é um instrumento que pode proporcionar a inserção dos países latino-americanos, no mundo globalizado, porém com a possibilidade de recuperação de outro tipo de desenvolvimento (e para alguns grupos, para além da lógica do “desenvolvimento” e sua matriz extrativista), com preservação da soberania, dos recursos naturais, partindo das necessidades dos povos e do respeito à relação entre cultura, natureza e território.

Segundo Lander e Berrón (2008), para que os objetivos sejam atingidos é necessário pensar nos desafios e tarefas da integração e, simultaneamente, na necessidade de profundas transformações na organização do modelo produtivo, na distribuição da riqueza, na forma como está constituído o mercado interno, no modo como a energia é utilizada, e a questão da depredação da natureza, dos biomas e dos ecossistemas.

Assim, na América Latina, vem se construindo diferentes experiências dentre os movimentos sociais pela integração popular. Não se trata simplesmente de uma formulação retórica, mas sim de um trabalho concreto, incessante e complexo, repleto de dificuldades, em busca dessa possibilidade de integração, com ações nas áreas de saúde, soberania alimentar,

agroecologia e educação, como é o caso da Rede de IALAS que tem como um de seus objetivos contribuir para o desenvolvimento de um modelo de produção rural com enfoque agroecológico e soberania alimentar dos Povos.

3.3 A integração regional dos movimentos sociais na ELAA e IALA Paulo Freire

Conforme já mencionado, a Escola Latino-americana de Agroecologia e o IALA Paulo Freire foram criados com a proposta de serem “utopias concretas” de integração regional popular entre diferentes movimentos sociais rurais da América Latina, pertencentes à Via Campesina e à CLOC e, posteriormente, de membros integrantes da ALBA-TCP. Estas experiências analisadas inicialmente no capítulo anterior, não podem ser compreendidas sem esta localização sociohistórica de um momento de tentativas de retomada de projetos integracionistas, com o caráter de construção de autonomia política e econômica da região, como alternativa ao projeto neoliberal da ALCA de integração comercial.

Em um dos itens do Protocolo de Intenções é explicitado o propósito e o compromisso da criação destes dois cursos superiores em agroecologia, sendo um para abarcar os militantes camponeses das Regiões Andinas, América Central e Caribe, com sede na Venezuela e, o outro para os educandos provenientes de países do Cone Sul, localizado no Brasil, com o objetivo de firmar *ações de integração e cooperação entre os povos*, conforme destacado no trecho a seguir:

Las instituciones y movimientos aquí firmantes, se comprometen a planificar la implantación, en el año de 2005, de un curso latinoamericano, de nivel superior, de formación de técnicos en agroecología. El curso latinoamericano sería inicialmente desarrollado por dos grupos. Un grupo en una universidad de Venezuela, para atender alumnos de la región andina y América Central y el Caribe. Y un grupo en el estado de Paraná, en la Universidad Federal do Paraná, para atender alumnos del Brasil y del Conosur. Los cursos se realizarán en etapas alternativas, en vista a la adopción sistemática de teoría y práctica. Y siempre serán formados por grupos con alumnos de todos los países, fortaleciendo la integración y cooperación. Los costos de esos cursos serán asumidos a la par por las instituciones y movimientos de este protocolo. Los alumnos serán seleccionados por los movimientos campesinos de cada país (PROTOCOLO DE INTENCIONES, 2005, p.1).

Mas, como ocorre, em termos concretos, a integração dos movimentos sociais na ELAA e no IALA Paulo Freire? Para isso, sugerimos que é fundamental entender o que ocorre nas interações e trocas entre os/as educandos/as nas diferentes atividades desenvolvidas cotidianamente, conforme analisaremos nos itens a seguir.

3.3.1 A proposta de integração dos Movimentos Sociais na ELAA

Se tratando da ELAA, localizada em um assentamento do MST, a sua coordenação é formada, em sua maioria, por integrantes deste movimento. Contudo, desde sua criação em 2005 até os dias atuais, outros movimentos sociais, principalmente brasileiros, também participaram da Coordenação Político Pedagógica da instituição: Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Por sua vez, esta participação vem diminuindo nos últimos anos. Um dos fatores que contribuem para a diminuição gradativa de integrantes de outros movimentos sociais na coordenação da Escola está relacionado à limitação histórica, própria dos movimentos sociais da América Latina de disponibilizar quadros políticos para atuarem, nos espaços formais. A situação se agrava quando se trata de representantes de movimentos de outros países, que não o Brasil.

Contudo, o caráter transnacional da ELAA e sua perspectiva integracionista, pode ser percebido no cotidiano da escola, nos momentos e espaços de formação pedagógica e política. É na interação diária entre os/as educandos/as que as diferentes formas de se organizar e fazer política, dos movimentos sociais, apresentam-se e ocorrem as trocas. Conforme destacado pela ex-coordenadora da ELAA, “a Via Campesina se coloca na escola pela presença dos educandos, ao nosso ver. Ela está presente pelos educandos que estão na ELAA, eles trazem suas experiências de movimento, suas lutas, suas angústias enquanto educandos e militantes” (Sandra Mara, MST, 2016).

Há, ademais, entre os movimentos sociais uma aposta e uma expectativa na ELAA como um importante espaço de integração e formação de quadros políticos e técnicos dos movimentos.

No tempo que eu fiquei na coordenação a gente percebe que os movimentos apostam na escola, tem a escola como grande referência em agroecologia, pela fala dos movimentos e dos próprios educandos, e a gente vê isso hoje quando a gente vai distribuir vagas, eles querem mais vagas. Na quarta turma, última turma selecionada no curso, foram 20 vagas para estrangeiros e 40 para os brasileiros e faltou, então é um sinal de que há uma procura dos movimentos pela escola (Sandra Mara, dirigente do MST-PR, 2016)

Um problemática vivenciada na Escola Latina é a diminuição gradativa nos últimos anos da participação dos movimentos sociais nos espaços de coordenação e direção da escola, restando ao MST assumir a maior parte das responsabilidades, trabalho e disponibilização de quadros políticos para atuação exclusiva na ELAA, o que dificulta uma maior integração dos movimentos para a divisão de tarefas e tomada de decisões coletivas. Embora os movimentos

presentes mais atuantes na ELAA desde sua inauguração foram o MST, MPA, MAB e MMC, aos poucos, a Via Campesina da América do Sul se fez presente na coordenação da instituição, conforme relato a seguir:

A presença da Via Campesina na coordenação já foi mais difícil, já teve do MPA, MAB, PJR, mas não foi sempre. Desde 2005 até hoje tem sempre uma coordenadora pedagógica (...) primeiro MST, depois MPA, depois MST, até 2011, e depois Simone (MST), novamente. Já chegamos a ter uma argentina dos movimentos ambientais, da Colômbia, PJR, algumas participações pontuais para ficar uma ou duas semanas, vinham pra ajudar, não pra acompanhamento pedagógico, como o MMC e MAB. De um tempo pra cá não se conseguiu mais, pela própria dinâmica dos movimentos e dificuldade de se colocar gente nos espaços formais. É uma própria limitação dos movimentos, não que eles não assumam a escola como importante (...) O MPA, MMC por um período foi bem atuante. Dos outros países os movimentos mais atuantes são os da Via Campesina, do Paraguai tem o Movimento Camponês Paraguaio (MCP), *Organizacion de la Lucha de los Trabajadores* (OLT), CONAMURI, movimento de mulheres indígenas, da Argentina no início teve educandos, da Bolívia é a primeira vez que vem uma pessoa pro curso, não é da Via Campesina, mas é da ALBA, da luta que nós também estamos fazendo na América Latina. Da Colômbia sempre estiveram participando, nesta turma não porque abriram uma escola de agroecologia por lá, também da Via Campesina tem o pessoal do CNA e do Defensoagro, do Equador vários movimentos indígenas e camponeses participaram nos últimos anos (...) A PJR sempre teve educandos, mas nunca teve alguém especificamente aqui na coordenação da escola ou CPP, o MMC já teve na coordenação aqui da escola, o MPA também já teve e agora estamos numa batalha pra eles liberarem alguém pra cá pela demanda que tem. Nossa batalha é ter alguém também de outro país, Paraguai principalmente pelo número de educandos no curso e assim teríamos mais uma coordenação internacionalista, processo de aprendizado e intercambio, o que enriqueceria mais o processo de uma escola latino americana, não só do MST e não só brasileira (Nei Ozerkovski, dirigente do MST-PR, 2016).

Desde sua fundação diferentes movimentos sociais camponeses da América Latina enviaram militantes para integrarem uma das quatro turmas de formação em Tecnólogo Superior em Agroecologia da ELAA. Foram estes: Brasil, Paraguai, Bolívia, Chile, Argentina, República Dominicana, Haiti, Venezuela, Colômbia e Equador. Entre o período de 2005 a 2020 a Escola Latina formou aproximadamente 190 Tecnólogos em Agroecologia.

O caminho destes militantes até a Escola Latina, conforme previsto no Protocolo de Intenções, tem início pela indicação interna dos movimentos sociais e ocorre através da entrega da carta de apresentação do candidato para a instituição. Contudo, é na Via Campesina que os movimentos debatem os critérios das vagas e as distribuem para os movimentos, de acordo com a participação destes nos espaços da Rede.

Existem critérios elegidos dentro da Via Campesina para os movimentos e dentro dos movimentos tem os critérios internos para que militantes concorram às vagas, alguns são: precisa ter ensino médio, precisa ser indicação do movimento pra que leve a sério o curso e devolva para os movimentos depois O segundo processo para a primeira e segunda turma teve um vestibular, das duas turmas. Foi junto, porque demorou, a turma um se formou em 2009 e o vestibular foi em 2007. Foi a Universidade Federal do Paraná e eles fizeram um vestibular, mas

eles abriram o edital para todos e teve umas inscrições de fora e umas cinco pessoas de fora se inscreveram e acabaram ficando no curso, porque não faltou vaga. E fizeram o curso, só os que não quiseram morar desistiram do curso, mas todos esses também tinham algum vínculo com o assentamento, seja através do sindicato ou outra atuação. E têm as comunidades do entorno, seja das comunidades quilombolas que não são da Via Campesina, mas que precisam estudar e nós permitimos, mas mesmo assim precisam ser indicados pelo movimento das comunidades quilombolas ou sindicato, mas entendemos que essas pessoas também precisam ter acesso a este conhecimento (Nei Ozerkovski, dirigente do MST-PR, 2016).

Os entrevistados relembram que, na primeira turma, um dos critérios de seleção era pertencer a um movimento social que fizesse parte da Via Campesina. Nas turmas seguintes a escola passou a receber também ativistas oriundos de movimentos da ALBA e de comunidades rurais do entorno da escola, embora mantendo o princípio da indicação através dos movimentos sociais. A tensão aqui consiste principalmente em, por um lado, garantir que o espaço seja efetivamente de formação técnica e política de militantes, que após formados cumpram o compromisso de retornar para atuar politicamente e tecnicamente em seus territórios; e, por outro lado, abrir, ao mesmo tempo, o espaço para uma integração regional efetivamente popular.

Durante a pesquisa de campo foi possível observar ainda que, se há uma limitação da participação de movimentos sociais, na coordenação da ELAA, no dia a dia, devido a própria dinâmica e metodologia da Escola, há uma grande integração dos/as educandos/as nas atividades de formação pedagógica e política.

Nos espaços de formação técnica em agroecologia, a integração entre os/as educandos/as ocorre através de debates e trocas de saberes, tanto nas atividades teóricas, em sala de aula, como também nas práticas, nas unidades demonstrativas onde estes interagem também com os assentados de Contestado. Desta forma, a ELAA representa um espaço heterogêneo de saberes e organização política que compõe cada educando/a e que dizem respeito ao território de atuação de cada um/a, desde os brasileiros provenientes de diferentes regiões e comunidades do país, desde assentados do Programa de Reforma Agrária do Norte Fluminense, até educandos oriundos de comunidade quilombola da Região Oeste da Bahia. No caso dos militantes de outros países, as realidades socioculturais e ambientais também são bastante distintas. Na quarta turma da ELAA nos deparamos tanto com educandos da Argentina com vivências em movimentos que articulam as lutas sociais no campo e na cidade, como também representantes de movimentos indígenas do Paraguai e Bolívia com línguas e cosmologias próprias para retratar a natureza, território e agroecologia.

A heterogeneidade existente no perfil dos/as militantes causam, também, algumas

dificuldades no processo de integração dos mesmos. Conforme relatado durante as entrevistas, uma das principais problemáticas vivenciadas pelos internacionalistas é a falta de uma mediação pedagógica para lidar com as diferentes linguagens, saberes, visões de mundo, língua e crenças compartilhadas pelos/as educandos/as no espaço da ELAA. Essas diferenças contribuíram para que os/as educandos/as muitas vezes se agrupem e construam espaços próprios de interação e identidade, conforme seus elementos simbólicos-afetivos. Por conteúdos simbólico-afetivos, entendemos elementos culturais, que, justamente por serem culturais, são simbólicos, ou seja, são construídos e carregados de um valor que é significado socialmente. Assim, podemos falar de valores, crenças, representações, normas, atribuições de sentidos, memórias, gostos, interesses, etc., e também de elementos mais concretos como língua, história, religião, ritos, hinos, datas comemorativas, personalidades, festas públicas, etc. Todos esses conteúdos simbólicos são carregados de afeto e de valor, atribuídos de forma distinta por cada um (ALVES, 2013).

Durante a pesquisa de campo foi comum observar os grupos divididos por nacionalidade. Emerge assim uma questão importante para um projeto de integração regional popular: como ir além de uma afinidade nacional para buscar outros laços de coexistência? Em termos práticos, pude observar que isso se manifesta também em agrupamentos por outros critérios como a ideologia política, símbolos compartilhados e, inclusive, o gosto musical. Percorrendo os corredores dos pavilhões dos alojamentos é possível reparar as bandeiras dos movimentos sociais na frente de cada quarto e até mesmo placas nas portas indicando o grupo ali presente, como se cada quarto constituísse um novo território com dinâmicas e regras próprias. Dentre estes, um dos que chama atenção é o quarto dos “chifrudos”, logo após o identificado com a bandeira do Che Guevara. Na entrada é possível ver a placa decorada com um par de chifre de boi e a denominação em letras garrafais “Chifrudos”. No decorrer dos dias percebi que eram os educandos, todos homens, da região Norte do país que gostavam de músicas sertanejas, e embora fossem, em sua maioria, do MST não conseguiam ter boa relação com os/as demais educandos/as, por serem considerados um grupo de “adoradores de músicas machistas” na ELAA. Observei que essa divisão extrapolava o alojamento e se dava também em outros espaços. No refeitório essa divisão é bem demarcada. Nas mesas cumpridas que cabiam dezenas de educandos/as era comum observar o grupo dos dominicanos, paraguaios e o dos “chifrudos” separados muitas vezes dos demais. O que também ocorria na sala de aula e nas atividades de lazer e cultura.

Nas percepções dos entrevistados, tanto a língua como a dificuldade para lidar com as diferenças culturais foram apontadas como as maiores limitações para uma maior

integração dos/as militantes, embora haja o esforço por parte de alguns educandos/as em desenvolver ações em conjunto com a CPP para promover a interação, conforme relatos a seguir:

Eu acho que a maior dificuldade é na linguagem, mesmo. A gente percebe, tanto na minha turma como nessa outra turma, que os internacionalistas eles estão sempre juntos, né? Pela essa facilidade da língua. Os dominicanos tão sempre juntos, os paraguaios tão sempre juntos (...) Porque é mais fácil lidar com a língua. Da mesma forma os brasileiros. E aí eu não sei se é uma dificuldade deles ou uma dificuldade nossa enquanto brasileiro – que é uma turma maior de brasileiro – de conseguir um contato com eles. Mas a gente percebe que o contato se dá mais quando está no trabalho em núcleo – porque todos os núcleos têm um internacionalista –, mas quando tá no tempo mais vago, assim, nos horários mais vagos, a gente vê pouca interação dos internacionalistas. E é mais por essa dificuldade da linguagem, assim. Eu acho que a dificuldade da cultura ser diferente é uma coisa que a gente supera com muita facilidade porque existe muito anseio de conhecer a cultura do outro e um respeito pela cultura do outro, mas a dificuldade de entender e de compreensão é muito mais difícil, assim. Os dominicanos são mais práticos porque como eles estavam aqui há seis meses eles já falam melhor assim, já é uma (...) Mas quando eles chegaram aqui a gente também teve dificuldade de entender a linguagem dele. Na minha turma também houve bastante dificuldade com a língua, assim (Daiane Oliveira, MMC, ex-educanda da ELAA, 2016).

Cuando llegamos aquí nuestra principal dificultad era el idioma, no pudimos seguir el curso bien, pensamos en darnos por vencidos, pero nuestros compañeros no nos dejaron, formamos grupos y los compañeros de Brasil empezaron a enseñarnos portugués (Hernandes, Movimiento Campesino Paraguayo (MCP), 2016).

En ELAA es bastante diferente a lo que viví en Bolivia, la forma de organizarme. Al principio tenía mucha dificultad con el idioma, no entendía nada en clase, ahora entiendo más, pero aún así es difícil quedarme tanto tiempo fuera de mi país (...) aquí todos ayudan, pero los estudiantes de cada país se acaba juntando más, por hablar el mismo idioma, son de los mismos movimientos también, lo que ayuda mucho a soportar estar lejos de tu familia por tanto tiempo (Yosef Crispin, Confederación Nacional de Campesinas y Indígenas de Bolivia “Bartolina Sisa”, 2016).

Há algo curioso neste processo: os militantes brasileiros chamam seus companheiros estrangeiros de “internacionalistas”. Não seriam todos internacionalistas, no sentido de uma militância orientada a ações e agendas que transcendem as nacionalidades? Os movimentos da Via Campesina são profundamente internacionalistas e buscam cultivar o internacionalismo militante e a solidariedade para além das fronteiras, identificando elementos comuns que unem a luta camponesa no mundo e promovendo ações e espaços como as próprias escolas e institutos latino-americanos. No entanto, não podemos ignorar tanto as dificuldades práticas para que isso possa ser efetivado como as travas cognitivas deste processo.

Nas entrevistas com os assim chamados “internacionalistas” foi comum ouvir depoimentos sobre a solidão enfrentada pelos/as educandos/as e de como era difícil para estes jovens, provenientes de regiões tão distantes permanecerem longe de seu país e familiares por

tanto tempo. A maioria, por questões financeiras, não conseguia retornar, durante as férias, para suas comunidades de origem. Alguns brasileiros, de estados mais distantes também passavam pela mesma situação. Embora com um entendimento de que os movimentos sociais devessem contribuir com ajuda de custo e passagens, na maior parte dos casos eram os familiares que ajudavam e mesmo assim o valor era insuficiente.

Os relatos no caderno de campo expressam a percepção obtida durante a pesquisa, onde as entrevistas se tornaram, muitas vezes, um momento de escuta ativa como pesquisadora:

Nos últimos dias tenho entrevistado e compartilhado momentos com diversos alunos e alunas da escola. Nas entrevistas, os relatos remetem a uma solidão destes jovens, mesmo estes estando rodeados de outros educandos 24h por dia. A saudade dos familiares, amigos, comidas típicas e celebrações culturais são reclamações comuns entre estes. Durante as entrevistas os ‘internacionalistas’ aproveitam também para mostrar fotos de seus familiares e de lugares bonitos de seus países. Hoje um dominicano me mostrou a fotos das belas praias da República Dominicana, sempre exaltando seu país como muito diferente do Brasil, ou pelo menos da parte do Brasil que conheceu, de clima frio . Uma chilena também me contou que sentia muita falta de seu país e que a maior dificuldade de viver no Brasil era lidar com o machismo dos homens brasileiros, e como exemplo citou alguns comportamentos dos rapazes que estão alojados no quarto dos “chifrudos”. Tenho a impressão de que os paraguaios, por serem mais recatados são mais bem aceitos pelos educandos brasileiros, esse jeito diplomático de saber ouvir e se posicionar, traço da cultura indígena guarani, parece agradar bem a nós brasileiros. Posso estar exagerando, mas a forma imperialista como o Brasil historicamente tem se posicionado frente a outras nações na América Latina tem guiado as nossas práticas e forma de lidar com os “*Nuestros Hermanos*” nos demais espaços. Na ELAA os educandos brasileiros me pareceram menos acolhedores do que os internacionalistas precisam (Caderno de campo, 30 de abril de 2016)

Com a exceção dos educandos que integram o MST, para a maioria dos/as demais militantes não há um acompanhamento político sistemático por parte dos movimentos sociais do qual fazem parte, durante o tempo em que permanecem na ELAA. Como forma de superar esta limitação alguns integrantes dos movimentos sociais *La Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas* (CONAMURI) e a *Organización de Lucha por la Tierra* (OLT), ambos do Paraguai, formam grupos de estudos e debates políticos, durante o tempo que estão na escola. A organicidade destes militantes volta a ser estabelecida quando retornam a suas comunidades, durante o tempo comunidade e precisam ser acompanhados por seus movimentos durante as atividades exercidas neste período. Porém, por falta de recursos alguns não conseguem cumprir a atividade em suas comunidades e estabelecer novamente o contato com os seus movimentos durante o tempo de duração do curso, conforme relata um educando paraguaio.

No tenemos una orientación directa del movimiento para actuar en ELAA, somos parte de la escuela y construimos las luchas juntos, pero está abierta a todo el que quiera participar (...) la Escuela tiene una forma de organización que no es diferente a la nuestra, porque ya venimos de un movimiento social con una organización similar a la que tenemos aquí (Romero Bondón, CONAMURI/Paraguai, 2016).

Desta forma, as atividades políticas, bastante frequentes na ELAA, se tornam importantes momentos de integração política e de fortalecimento de vínculos entre os educandos. São momentos onde os diferentes grupos parecem encontrar uma identidade própria, um fio que os conecta, apesar das diferenças geográficas e culturais. Durante a pesquisa de campo, presenciamos a participação dos/as educandos/as em três grandes atos políticos, organizados ou apoiados pelo MST, como:

- Ato em Brasília contra o *impeachment* da ex-presidente Dilma Roussef (Abril Vermelho);
- Ato em Curitiba na da Faculdade de Direito da UFPR (Abril Vermelho);
- Passeata em Curitiba em apoio aos professores da rede pública de ensino do estado do Paraná.

Acompanhamos as atividades realizadas em Curitiba e os preparativos para a ida dos/as educandos/as à Brasília. Antes dos atos os educandos são convocados para organizarem a logística e algumas atividades. Neste momento os grupos dividem as tarefas: preparar a alimentação, a mística, a banca de livros e os produtos agrícolas da reforma agrária para a banca que será montada no local, para além dessas é definido também o grupo responsável pelos cuidados com as crianças.

Por sua vez, para quem não é do MST, a participação nos atos políticos é uma decisão individual de cada educando, ou deste com o seu movimento. “Eles decidem se querem participar, não é uma obrigatoriedade”, conforme ressalta a coordenadora da ELAA (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016). Embora não sendo obrigatória, a participação dos/as militantes é massiva, sendo possível perceber que são nestes espaços que ocorre uma maior proximidade entre os/as educandos/as brasileiros e os/as internacionalistas. Na multidão fica difícil distinguir quem é brasileiro/a e quem não é. O engajamento é o mesmo, como se as reivindicações e conquistas, mesmo que localizadas, afetassem a todos/as da mesma forma.

As figuras a seguir apresentam alguns dos momentos de ativismo político público que os/as educandos/as da ELAA participaram no período de março e abril de 2016.

Figura 35: Concentração dos estudantes para participação em ato político na Faculdade de Direito da UFPR.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 36: Feira agroecológica montada na UFPR durante realização de ato político.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 37: Educandos/as da ELAA em manifestação no centro de Curitiba em apoio aos professores da rede pública de ensino do Paraná.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 38: Educandos/as da ELAA em manifestação contra *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016

Como forma de fomentar uma perspectiva internacionalista e contribuir a amenizar as dificuldades entre diferentes procedências culturais, na ELAA, o tema da integração também se faz presente no conteúdo relacionado à diversidade cultural dos povos latino-americanos abordado em atividades educativas como o “Círculo de Cultura”. As ações desenvolvidas destinam-se à aprendizagem em processos coletivos que podem envolver socialização de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades artísticas, através do artesanato, da música, da dança, da poesia, do teatro entre outros. Tempo destinado ao cultivo e reflexão das diversas expressões da cultura popular relacionadas à identidade camponesa, valorização da luta e dos símbolos da classe trabalhadora. Também exibição de filmes com temas relacionados ao conteúdo trabalhado nas etapas.

Outra prática que trabalha a questão da integração, e de grande importância para os educandos e coordenadores, são as “Noites Culturais” realizadas aos sábados, no período noturno. Esta atividade é planejada pela equipe de comunicação e cultura formada por representantes de cada Núcleo de Base, que ao longo do curso abordam vários aspectos culturais de diferentes regiões: como alimentação, vestimentas, músicas e danças, artes plásticas, etc. A Mística, atividade diária realizada na Escola, também é um espaço aberto para o trabalho de integração cultural e que, sob o enfoque da formação dos sem-terra, envolve três aspectos: a relação entre a mística e a formação dos valores humanos que sustentam a escolha de continuar na luta, a relação da mística e o cultivo da história ou da memória do povo e a mística como experiência de produção cultural (CALDART, 2004).

Figura 39: Educando toca e canta Mercedes Sosa em “Noite Cultural” na ELAA.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 40: Momento da Mística na ELAA.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Para a Escola Latina, pensar a cultura como campo de possibilidades interativas e propositivas na organização dos interesses coletivos é uma tarefa crucial. Assim, entre os desafios e as possibilidades de integração, a cultura pode ser analisada como fator importante nos processos de integração, não com o objetivo de buscar a negação pela diferença, ou seja, sem sobreposição de culturas, mas sim pelo entrelaçamento dos variados aspectos culturais.

Neste sentido, a integração cultural, na perspectiva da ELAA, acontece na troca de afetos e conhecimentos entre os educandos: cada um fala, ensina sobre a cultura de seu país, de sua comunidade, movimento social que integra e também conhece a dos outros países. O resultado dessa troca contribui para a construção de novas identidades coletivas. Assim, reconhecem-se as diversidades culturais num processo de conhecimento e valorização da diversidade cultural dos diferentes países da América Latina e também regiões brasileiras.

3.3.2 A integração latino-americana no IALA Paulo Freire

Conforme já retratado no capítulo anterior, no IALA Paulo Freire a participação dos movimentos sociais vem diminuindo ao longo dos anos, devido à mudança no projeto original do Instituto. A saída da Via Campesina, em 2012, significou, como vimos, o principal marco desta transformação. Conforme levantado junto aos professores e à diretoria do Instituto, a primeira turma do IALA, composta de 57 estudantes, foi formada originalmente por militantes de oito diferentes países: Venezuela, Brasil, Colômbia, Nicarágua, México, Paraguai, Equador e Argentina.

Na segunda turma, com as transformações internas devido à maior presença do Ministério da Educação da Venezuela, no IALA houve uma considerável diminuição da presença dos militantes “internacionalistas”, neste caso, “não venezuelanos”. Do total de 88 estudantes, 73 eram Venezuelanos e apenas 15 de outros países da América Latina, principalmente de El Salvador, Equador e Paraguai. Na terceira turma, a inserção de outros movimentos latino-americanos foi ainda menor, dos 65 estudantes que ingressaram no IALA Paulo Freire, 64 eram da Venezuela e havia apenas um (1) estudante do Haiti.

Para os professores do IALA, que participaram de uma entrevista coletiva durante a pesquisa de campo há uma considerável transformação no Instituto com a saída dos movimentos sociais. Para estes, os estudantes que representavam os movimentos camponeses do Brasil, como o MST e o MPA, da primeira e segunda turmas, direcionavam as atividades no espaço, dando caráter mais político para o IALA, o que “perdeu força” nas turmas seguintes. O projeto pedagógico definido pelo Ministério da Educação da Venezuela transformou o programa original do curso de agroecologia, dando a este um caráter que se aproxima dos demais cursos de engenharia oferecidos nas universidades do país. Conforme destacado por educadores/as do IALA:

El proyecto pedagógico llevado a cabo por el Ministerio de Ciencia y Tecnología cambió en gran medida el programa del programa original de IALA para formar en el área de ingeniería. Antes, por ejemplo, el ingreso de los estudiantes era por indicación de los movimientos sociales, ahora hay que inscribirse en el Ministerio de Educación (...) La pedagogía de alternancia solo existía en la primera clase, ahora no hay más, pero aún los estudiantes continúan trabajando con las comunidades (Profesor do IALA Paulo Freire, 2016).

Los brasileños eran muy trabajadores. Con la salida del primer grupo, IALA comenzó a caer en su parte productiva. Cuando salió el CPP liderado por brasileños, cayó la producción, el tiempo comunitario (...) Recuperar el carácter internacionalista de IALA es una preocupación para estudiantes y docentes, pero en una situación de crisis económica es un factor limitante. Nosotros necesitamos capacitación y formadores para que podamos convivir con los movimientos sociales (Professora do IALA Paulo Freire, 2016).

Os participantes avaliaram ainda que, com a saída da VC, o Instituto perdeu boa parte de seu caráter de integração regional, um dos principais objetivos da Via Campesina, além da produtividade e troca de saberes entre educandos de diferentes países, culturas e movimentos sociais. Tal mudança repercutiu também na metodologia do IALA. Porém, durante as entrevistas, os/as educadores/as indicados pelo Ministério da Educação da Venezuela alegaram falta de conhecimento para se trabalhar em conjunto com os movimentos sociais e reconheceram que este também foi um dos fatores que contribuiu para gerar tensões entre educadores/as, direção e militantes no espaço do Instituto. Há, portanto, um consenso entre estes/as de que a participação dos movimentos da Via Campesina qualificava as ações, tanto na formação política dos demais participantes, quanto nas atividades técnicas dentro do IALA.

Há um debate interno no IALA, que envolve educandos/as e educadores para recuperar o projeto internacionalista do IALA. Isso passa pela proposta já discutida de trazer, mais uma vez, os movimentos da Via Campesina e CLOC para o centro do espaço. A limitação agora não é somente político-ideológica, mas principalmente econômica tendo em vista a crise política pela qual a Venezuela vem passando nos últimos anos e a dificuldade de contar com um financiamento mais robusto por parte do governo venezuelano.

A Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora (FNCEZ), organização de trabalhadores e trabalhadoras do campo da Venezuela que definiu em seu 1º Congresso, em 2005, que sua bandeira de luta seria a revolução agrária e o socialismo, é nos últimos anos o movimento social mais atuante no espaço do IALA Paulo Freire, tendo estreita relação com o governo do presidente Maduro. Importante destacar, ainda, que após a terceira turma, a maior parte dos/as educandos/as é formada por moradores da região que não são militantes. Contudo, há ainda militantes que buscam garantir a continuidade da formação política no IALA. Dentre as experiências relevantes, podemos destacar o grupo de estudos marxistas dirigido pelo Coletivo Freiriano. Aberto a todos/as os/as educandos/as interessados “*es una forma de garantizar la formación política en IALA que se ha perdido en el tiempo después de que los movimientos sociales dejaron de participar*” (Leiber Montaña, *Cooperativa La Alianza/Venezuela*, 2016). As místicas, também fazem parte do cotidiano da escola, embora cada vez com menos frequência.

Em novembro de 2016, uma caravana de educandos/as organizada pelo Coletivo Freiriano se deslocou de Barinas até Caracas, em ônibus cedido pelo governo da Venezuela, para participar do *XV Campamento Latinoamericano de la Juventude da CLOC-Via Campesina*. O encontro durou quatro dias e contou com aproximadamente 40 educandos/as

do IALA Paulo Freire. Para a maioria, este foi o primeiro evento de formação política de caráter internacionalista. Para o coletivo Freiriano, por sua vez, a atividade era mais uma tentativa do IALA Paulo Freire recuperar o debate político e aproximar os/as educandos/as da CLOC, na tentativa de recuperar o projeto original do IALA, conforme relato a seguir:

Mi clase terminó, pero me invitaron a quedarme en el IALA y a contribuir con el instituto. Yo y otros colegas que son de otros países y que también se quedaron después de graduarme creemos que lo que falta en IALA es recuperar el debate político que solía hacer la primera clase y que nosotros aprendimos de ellos. Antes había mucha más participación en actividades políticas fuera del IALA (...) en apoyo al gobierno de Chávez también, los estudiantes se organizaban en núcleos, había un grupo de estudio sobre el marxismo, pero después que terminó el CPP, todo esto terminó también (. ..) creamos un grupo de estudio, estudiamos marxismo, no hay mucha gente participando, pero está abierto a todo el que quiera participar y siempre animamos a los más pequeños a participar con nosotros. Seguimos haciendo la actividad mística, cultural, pero ha disminuido mucho. Este año nos organizamos para participar en el encuentro de jóvenes de CLOC, será muy importante porque esta será la primera actividad política fuera de IALA para los más jóvenes. Esta es nuestra forma de contribuir y ayudar a recuperar lo que fue IALA (Leiber Montaña, Cooperativa La Alianza/Venezuela, 2016).

A ida para o encontro durou aproximadamente oito horas. Somente no início da noite o grupo chegou ao local do evento. O trajeto foi marcado por músicas tradicionais acompanhadas do instrumento cuatro – um instrumento típico da Venezuela que se assemelha a um cavaquinho, porém com quatro cordas, daí sua denominação –, debates políticos e muita descontração. Participar de um evento de caráter internacionalista em outra cidade era sinônimo de “liberdade” e aventura, para muitos jovens que ali estavam. No evento, realizado em um clube a beira mar, a orientação era de que os venezuelanos ocupassem a área de *camping*, com suas barracas e os participantes de outros países se hospedassem nos quartos do hotel do clube. Os/as educandos/as do IALA, sob a coordenação do Coletivo Freiriano, permaneceram juntos durante todo o evento, se dividindo apenas nos momentos de Grupo de Trabalho (GT). A orientação era participarem de todos os GTs, mas com o cuidado de mesclarem os grupos de veteranos com os mais jovens, assim os mais “antigos” poderiam orientar durante os debates.

Apresentações culturais como teatro, grupos musicais, místicas, debates e grupos de trabalhos foram atividades cotidianas, que reuniram representantes de movimentos sociais de diversos países latino-americanos para debater conjuntura, apoio ao governo da Venezuela e frentes de ação na América Latina.

Figura 41: Mesa de abertura do evento.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Figura 42: Momento da Mística.



Fonte: Arquivo de pesquisa, Tânia Bernardelli, 2016.

Guardadas as devidas proporções e limitações, e a despeito das dificuldades, a integração da América Latina vivenciada na ELAA e do IALA Paulo Freire proporciona aos/às educandos/as um encontro de culturas, troca de saberes sobre agroecologia e formas de organização e repertórios de ação. Conhecer as histórias de conflitos e lutas das comunidades camponesas da América Latina foi apontado pelos/as educandos/as e coordenadores/as da Escola Latina e do IALA como uma forma de contribuir para uma reflexão, acerca da importância da integração dos povos para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, além da unidade em outras bandeiras de luta. Neste contexto, a educação é um dos pilares que proporciona a estes sujeitos o protagonismo do processo histórico, político e cultural, o que contribui para a proposta de uma concepção de América Latina e de integração diversa ao que vem sendo apresentado, com enfoque meramente econômico como é o caso da ALCA ou de iniciativas semelhantes baseadas no livre comércio, principalmente. Embora seja uma experiência recente e com futuro incerto, sua potência deriva mormente da experimentação política que, por sua vez, já aponta aprendizados e desafios que precisarão certamente serem levados em conta na criação e no fortalecimento de novos institutos de formação em agroecologia da Via Campesina em outros países.

4. IMPACTOS, DESDOBRAMENTOS E DESAFIOS DA ELAA E DO IALA PAULO FREIRE

A ELAA e o IALA Paulo Freire surgem em momento de predomínio de correntes progressistas em vários países da região, que marcou o início do século XXI. O apoio recebido por esses governos foi fundamental para a criação e o desenvolvimento destes e demais institutos da Rede IALAS. Contudo, o esgotamento deste ciclo político representa também, por vários motivos, importantes desafios para a continuidade destes espaços. Em primeiro lugar, porque recoloca a tensão entre autonomia dos movimentos e dependência econômica de governos e instituições, em um momento em que estes ou saíram do governo ou já não estão na mesma posição que uma década atrás. Em segundo lugar, a crise e o fechamento do ciclo progressista expôs suas contradições e limitações enquanto possibilidade de promover projetos realmente emancipatórios, alinhando-se muitas vezes com o poder ecocida do capitalismo, todas suas consequências para as vidas nos territórios e a natureza.

Nos dois capítulos anteriores, analisamos a formação das escolas latino-americanas de agroecologia da CLOC e da Via Campesina como parte de uma integração regional dos povos que se inseriu, embora com muitas tensões, em um movimento expansivo do ciclo progressista. Mantendo a narrativa temporal sobre essas experiências, nos perguntamos nesse capítulo sobre os impactos dos deslocamentos deste ciclo e a emergência de um novo momento político na América Latina e no mundo de fortalecimento de posturas autoritárias e reacionárias nas experiências da ELAA e do IALA Paulo Freire. Diante da perseguição aos movimentos populares, das propostas de destituição do que havia sido construído previamente e da destruição ambiental, como a ELAA e o IALA Paulo Freire podem contribuir para gerar projetos ecopopulares emancipatórios nos territórios e na região? Segue sendo a agroecologia uma aposta concreta dos movimentos sociais enquanto modelo contra-hegemônico de agricultura e a integração latino-americana um horizonte político? Quais são os principais aprendizados e desdobramentos das experiências das escolas latino-americanas de agroecologia para responder a pergunta anterior?

4.1 Resistência, Ciência, Luta e Integração: os significados da Agroecologia na ELAA e no IALA Paulo Freire

Semente Latina

Na América Latina A mudança já chegou Com um povo organizado Demonstrando seu valor Com a agroecologia Resgatar conhecimento Vivenciar nossa história É um novo ensinamento. Somos filhos desta terra Nela vamos cultivar
A semente é latina De um projeto popular.
Eo, eo, eo semente latina já chegou Ea, ea, ea pra vitória conquistar
Na escola latina Resgatar nossas culturas *Pachamama nuestra madre* Para as gerações futuras Com a Via Campesina Semeando liberdade Vamos juntos nesta luta
É a nossa sociedade Somos filhos desta terra, nela vamos cultivar.

(Turma Semente Latina, ELAA, 2012)

A agricultura gravita em um jogo de relações de poder que vem sendo abordado de forma sistemática pela ecologia política e pelo pensamento ambiental, sendo a agroecologia a área que mais persistentemente vem abordando a dimensão do poder na agricultura. Autores como Eduardo Sevilla Guzmán, Peter Rosset, Víctor Toledo, Miguel Altieri, Steve Gliessman, Raj Patel, Eric Holt-Jiménez, Olivier De Schutter, conjuntamente com os próprios movimentos sociais têm tratado a agroecologia não só em seu viés técnico, mas também político, enfatizando as origens dos discursos, das práticas e dos pressupostos culturais que explicam os conflitos e antagonismos de uma das mais antigas atividades humanas e que mais tensiona as condições que fazem possível a reprodução material da vida.

São diversas as definições de agroecologia e suas interpretações e compreensões diferem a partir da visão dos diferentes atores da cadeia agroalimentar. Numa concepção polissêmica, a agroecologia pode ser considerada como uma nova ciência, uma prática ecológica e um movimento sócio-político que mobiliza várias redes de atores. Como *ciência*, prioriza a visão sistêmica, a transdisciplinaridade, as abordagens participativas e a pesquisa-ação/militante, incluindo a construção de um diálogo de saberes entre o saber camponês dos agricultores e comunidades tradicionais e o saber científico da academia. Como *prática*, segue princípios das agriculturas de base ecológica que privilegia os processos (de longo prazo) e não apenas os produtos (de curto prazo), preserva os recursos naturais, estimula a biodiversidade e busca soluções e inovações que fornecem múltiplos benefícios (ambientais, econômicos e sociais), incentivando a transição agroecológica. Como *movimento* social e político, diz respeito a uma construção social para apoiar as redes de agricultura familiar e camponesa, os povos e comunidades tradicionais, a soberania alimentar, as cadeias curtas de comercialização e mercados locais, a diversidade de sementes e raças crioulas, a comida saudável e de qualidade para toda a sociedade.

No campo científico, duas correntes se destacam nos países centrais: a vertente norte-americana, localizada especialmente no estado da Califórnia, tendo como autores de destaque Stephen Gliessman, Miguel A. Altieri e Suzanna B. Hecht; e a vertente europeia, localizada especialmente na Espanha, contando com a presença de cientistas das áreas sociais e biológicas, com destaque para os trabalhos do *Instituto de Sociología y Estudios Campesinos* (ISEC), da Universidade de Córdoba (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 1997), iniciado por Sevilla Guzmán décadas atrás e seguido e aprofundado por uma nova geração de pesquisadores militantes. O sociólogo Eduardo Sevilla Guzmán definiu a agroecologia como:

O conjunto de formas alternativas ao estilo do manejo 'industrial, dos recursos naturais, que adotaram tecnologias de natureza ecológica no sentido de pretender proporcionar o acesso aos meios de vida, tentando recuperar, na medida do possível, a inevitável deteriorização causada pela artificialização da natureza (SEVILLA GUZMÁN, 2002, p.28).

Para o autor, esse conjunto de formas alternativas é dinamizado pela transmissão de conhecimentos intercamponeses e pelo processo de interação formação entre as diferentes técnicas de produção social e ambientalmente sustentáveis. Os conhecimentos tradicionais acumulados se constituíram como um intenso mecanismo de transmissão de saberes entre gerações, a partir das necessidades específicas de cada bioma e intercâmbio de informações e técnicas produtivas. Tais saberes e suas interações foram historicamente formulados perante as necessidades quotidianas estabelecidas na vivência camponesa e indígena com o seu ideal de temporalidade (o passado e o presente da comunidade), as suas relações com o meio ambiente e as demandas alimentares (GUZMÁN, 2002; 2006).

Outro importante pesquisador do tema, o engenheiro agrônomo Miguel Altieri, definiu a agroecologia “como uma tendência que tenta fornecer produções sustentáveis através do uso de tecnologias e manejos ecologicamente saudáveis” (ALTIERI, 1989, p.18). Segundo o autor, a agroecologia se configurara como “as bases científicas para uma agricultura alternativa” e seu conhecimento deve ser gerado mediante a orquestração dos aportes de diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo para realizar a análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola.

O ecólogo Stephen Gliessman (2001; 2006) também define a agroecologia como uma abordagem científica, mais especificamente como “a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”. O autor explicita ainda que ela “é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente

sustentável”.

O que predomina ainda no quadro conceitual e pode ser observado, nessas correntes e em outras, é uma tendência da agroecologia ser vista como um caminho alternativo para o desenvolvimento rural e o desenvolvimento sustentável, muitas vezes sem uma crítica mais radical ao “desenvolvimento” como um projeto da modernidade capitalista que, a pretexto de melhorar a vida das populações, acabou por incorporar a vida das pessoas nos cálculos políticos dos agentes dominantes, para funcionalizá-la de acordo com a dinâmica de acumulação de capital.

Segundo Omar Felipe Giraldo (2018), o que ainda falta à agroecologia é construir o problema da agricultura na chave dos procedimentos discursivos, a *status* ontológico e dispositivos políticos no contexto histórico que tornou possível a expansão agroextrativa em escala global. Não basta discernir qual política pública é mais favorável ou quais procedimentos institucionais são os mais adequados para mudar o regime agrícola e alimentar. Seria preciso, sobretudo, definir o problema agrícola no cenário de estratégias de poder baseadas em racionalidades técnico-políticas. A crítica ao projeto de desenvolvimento é muito mais do que uma questão semântica. Envolve questionar o regime moderno produção de verdade sobre os sistemas agroalimentares, entendendo que o conflito político que ela acarreta é, antes de tudo, um conflito com o projeto cultural da modernidade e a ordem simbólica que sustenta os significados metafísicos do agronegócio extrativista.

A crise civilizacional em que vivemos, não é um problema que surge de ter negligenciado a natureza em cálculos de desenvolvimento, mas é um sintoma de símbolos dicotômicos modernos, que incluem a separação sujeito e objeto, natureza e sociedade, indivíduo e comunidade, mente e corpo, razão e emoções. Tudo isso formulado a partir do individualismo, da fé no progresso e de uma autopercepção profundamente antropocêntrica pela qual concebemos a vida. Este olhar crítico é, decerto, uma das principais contribuições da ecologia política latino-americana contemporânea, um campo que tem se aprofundado nos últimos anos com vigor e que propõe uma perspectiva integral sobre a questão socioambiental a partir de nossa interdependência para a reprodução da vida. Desta maneira, a transição agroecológica não pode ser entendida nem praticada se não é acompanhada de outras dimensões das transições ecossociais que buscam combater a ordem neocolonial e o desenvolvimentismo depredador e que se expressam em âmbitos diversos: nos cuidados, como sugerem as formulações ecofeministas; na justiça ambiental e na dimensão energética, como insistem os ecologismos. Héctor Alimonda, Enrique Leff, Arturo Escobar, Maristella Svampa, Horacio Machado Araoz, Mina Navarro e Catalina Toro Pérez são somente alguns dos

intelectuais que se alinham a essas perspectivas, retroalimentando vozes de lutas e conflitos crescentes no campo, mas também nas cidades.

Uma lição importante que emerge com esse debate é que qualquer alternativa à devastação que vivemos hoje não pode começar com os mesmos símbolos que estão nos conduzindo para o abismo. Mas, como combinar o questionamento radical dos fundamentos e da estrutura de significados em que a modernidade capitalista se assenta tão confortavelmente (GIRALDO, 2018) com o cenário de urgência e de destituição de direitos e de eliminação da vida? Estariam os movimentos sociais que defendem a vida e território construindo outros significados e práticas sobre a agroecologia? Analisar o(s) significado(s) da agroecologia emergentes a partir das concepções dos diferentes atores que integram a ELAA e o IALA Paulo Freire surge, nesse cenário, como uma questão central.

Durante o evento em comemoração aos 11 anos da ELAA, realizado em novembro de 2016, no assentamento Contestado, que reuniu representantes de outros três IALAS (IALA Paulo Freire, IALA Chile e IALA Amazônico), uma pergunta central foi realizada para os participantes: O que é a agroecologia? Entre os/as entrevistados/as da ELAA e do IALA Paulo Freire, a definição de agroecologia foi ampla, com diferentes interpretações e compreensões dadas a partir da história e trajetória política de cada educando/a, movimento social, além das disputas e conflitos ambientais vivenciados nos territórios. Desde uma nova ciência a um movimento político, um dos pontos em comum compartilhado por estes é a interpretação de que a agroecologia é modelo de resistência e contraposição ao processo de industrialização da agricultura.

Na ELAA, por exemplo, onde é uma exigência que os/as educandos/as sejam provenientes de movimentos sociais pertencentes à Via Campesina, os discursos sobre a agroecologia referem-se, em sua maioria, às disputas socioterritoriais entre populações rurais e o agronegócio, hidronegócio e neoextrativismo. A maioria das narrativas referem-se à multinacional Monsanto, comprada em 2018 pela farmacêutica Bayer, como um dos principais símbolos do capitalismo no campo.

A Monsanto tem um histórico de desenvolvimento de produtos impactantes para o meio ambiente e para a saúde humana. Foi a empresa responsável pela produção do agente laranja usado na guerra do Vietnã (1955-1975) e posteriormente incorporado na agricultura, através do pacote tecnológico da Revolução Verde. Produziu as dioxinas (pesticida altamente tóxico); o hormônio bovino transgênico; as sementes transgênicas; o aspartame e o *RoundUp* (herbicida altamente tóxico). Por tudo isso, é uma das empresas mais criticadas por ambientalistas de todo o mundo e pelos movimentos sociais rurais na América Latina.

As narrativas dos/as entrevistados/as da ELAA refletem a definição da Via Campesina sobre os principais adversários dos movimentos sociais. Em sua V Conferência, realizada em outubro de 2008 em Maputo, Moçambique, a Rede definiu o capitalismo como a fonte dos problemas enfrentados pela população rural e as empresas transnacionais, dentre as quais a Monsanto, como inimigas dos camponeses de todo o mundo. Em sua declaração final, a Conferência apontou a Soberania Alimentar, atrelada às práticas de cultivo agroecológico, como um de seus principais pilares tornando-se, assim, uma necessidade constante a formação de quadros para a transição do modelo de agricultura capitalista para a agroecologia. Eis que a agroecologia mais que uma agenda secundária ou pontual passa a um plano de pilar central como *alternativa sistêmica*. Desde a criação da experiência das redes de institutos latino-americanos de agroecologia, foi-se ampliando o entendimento sobre sua importância e o seu lugar dentro de movimentos e lutas diversas. Esse “reposicionamento estratégico” da agroecologia é algo que surge dos debates, mas também do diagnóstico de seu potencial e centralidade a partir das próprias práticas. Daí a centralidade de espaços como os aqui analisados.

Para os membros da coordenação da ELAA, a agroecologia, em suas atribuições práticas e políticas, significa a possibilidade de discutir e construir uma nova forma de produção de alimentos aliada às pautas dos movimentos sociais em dois principais pontos: 1) No campo prático, refere-se à necessidade dos camponeses reestabelecerem uma relação mais harmoniosa com a natureza, tendo em vista as transformações nas práticas agrícolas nas últimas décadas, impulsionadas, principalmente, pela Revolução Verde; e, 2) No campo político, a importância de se pautar a agroecologia como uma ferramenta coletiva de enfrentamento ao capital.

Os trechos destacados abaixo são das entrevistas realizadas com coordenadores/as da ELAA e dirigentes do MST:

Nossa percepção da agroecologia, vinculada com os movimentos, atribuída a ela as dimensões prática e política, é hoje a nossa capacidade de resistência no campo. Se nós queremos resistir no campo na América Latina, nós precisamos da agroecologia e da formação política. Da agroecologia para nossa sustentação, nossa soberania alimentar, pra nossa memória cultural e histórica. Nós precisamos da formação política porque precisamos avançar nossa compreensão de luta classe no campo, pois hoje não dá conta a concepção histórica que a gente tem, a gente precisa ressignificar ela. Até porque no marxismo ortodoxo, o camponês é visto como um saco de batatas e a dimensão ecológica não foi vista. Hoje é outro momento histórico, então nossa contribuição é não jogar fora a história, pois nós viemos de luta com clareza de classe, mas como nós ressignificamos, com prática, com concepção clara e com ações coletivas e, cada vez mais internacionais. Acho que esse é o grande desafio. Daí, teremos todos os limites que é do aprender a sistematizar, do fazer ações, lidar com a materialidade concreta, vamos ter um conjunto de contradições que a gente vai

ter que enfrentar para fazer isso, internamente e externamente (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

A agroecologia vai pra além do paradigma da produção, ela é um outro jeito de viver, dos cuidados com a natureza, mas também com as pessoas, que é preciso planejar e desenvolver outras técnicas e metodologias, pra gente conseguir enfrentar esse sistema hegemônico. A Agroecologia é um modo de vida coletivo, aonde você desenvolve o espaço, processos. É importante construir coletivos e espaços diferentes com autonomia, aqui no assentamento a gente percebe que a agroecologia avança quando o coletivo avança, quando se descobre novas técnicas, debates, metodologias, e essa discussão vem sempre pela cooperativa, escola, associação. A discussão da agroecologia vem pelos espaços coletivos. (Sandra Mara, dirigente do MST-PR, 2016).

Nessa concepção de mundo que queremos construir, a agroecologia entra como uma ferramenta estratégica (...). O capitalismo degrada tanto as pessoas que acabamos nos esquecendo de ter uma boa relação, humana com a própria natureza. Se colocar nessa nova relação de mundo de respeito com o meio ambiente, com o outro. Colocar o ser humano como sujeito. Que as pessoas possam viver no campo com dignidade, renda, alegria (Nei Ozerkovski, dirigente do MST-PR, 2016).

As narrativas apontam ainda, a disputa dos movimentos sociais, com o setor empresarial por significados e práticas da agroecologia:

Há hoje um processo de apropriação de agroecologia pelo capital, no ano passado fui para a UFSCAR, no curso de agroecologia em Araras e um menino da turma de agroecologia se apresentou como trabalhador da Monsanto na área de agroecologia, algo que é impossível de conciliar. A agroecologia é uma opção política, não é apenas uma forma de produção. Vou me formar em agroecologia para contribuir na formação de uma classe camponesa que está sendo expulsa pelo capital que se materializa numa empresa como a Monsanto, que tenta se apropriar desse conhecimento. É isso que a gente tem que brigar. O capital se apropria de conceitos, de práticas nossas como se isso fosse inovador, empreendedor, isso é um movimento que vem acontecendo muito, não só com agroecologia, mas nas dimensões da cultura, arte, de outros debates que a gente vem fazendo. Então, para nós, agroecologia e Monsanto são antagonicos, uma contradição (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

Ainda sobre o caráter de transformação política da agroecologia, a entrevistada ressalta que “os camponeses organizados em movimentos, com clareza da luta da classe, ao fazer o processo agroecológico eles conseguem lutar diretamente contra o capital, algo que ele sozinho não conseguiria” (Simone, MST, 2016). A agroecologia, neste caso, é entendida como uma ferramenta política coletiva dos camponeses e das classes populares, e não seria “legítima” quando praticada por grupos que detém os meios de produção. O relato a seguir também vai nesta direção:

A agroecologia é algo que só pode ser realizada pelos camponeses, pois tem a ver com diversificação de alimentos, baixo uso de insumos externos, de baixo impacto ambiental e que serve pra atender, primeiramente as necessidades das famílias camponesas, de se alimentarem de forma saudável. Quando você vê empresas produzindo monoculturas, explorando a mão-de-obra, mesmo que não use veneno, não dá pra dizer que é agroecologia. A agroecologia não é apenas

não usar veneno, é não explorar a mão-de obra, é não usar o alimento pra gerar lucro, por isso só pode ser feito pelos pequenos (Dalvan Mallmann, MST, setor administrativo da ELAA, 2016).

A referência à disputa entre movimentos sociais e empresas pelos sentidos da agroecologia é o pano de fundo da argumentação. Para os/as entrevistados/as, a agroecologia é antes de tudo uma opção política de contestação ao modelo de exploração e mercantilização da natureza, e do trabalho. Por isso, seria inconciliável com o modo de produção capitalista, não podendo, desta forma, ser realizada por outros atores que não sejam os camponeses.

Conforme já mencionado, observa-se que os significados atribuídos à agroecologia pelos/as coordenadores/as da Escola Latina refletem os debates do MST e da Via Campesina sobre o tema. Por sua vez, embora os/as educandos/das compartilhem desses significados, outros também são atribuídos ao tema, retroalimentando também posteriormente os debates mais político-estratégicos da organização. Isso é especialmente relevante em como elementos como a trajetória de vida, a cosmovisão, o movimento social em que atua e/ou conflitos socioambientais que os militantes experimentam em seus territórios contribuem para a incorporação de diferentes significações ao tema.

Os/as educandos/as do Paraguai e Bolívia nos dão exemplos disso. Para estes, a agroecologia assume o papel central de fortalecer o modo de vida ancestral de ser e produzir alimentos, principalmente através do domínio das sementes crioulas. Cabe lembrar que, um dos aspectos da territorialização do capital no campo é o patenteamento de sementes, em especial as geneticamente modificadas, que são geralmente vinculadas ao uso de determinados defensivos. Além de serem amplamente difundidas na produção capitalista, essas sementes chegam também às pequenas comunidades camponesas que buscam fazer de seu território um espaço de manutenção do grupo ou da família – formas não capitalista de produção. Essas comunidades passam a ser cada vez mais subalternas ao capital quando são movidas a produzir mercadorias que possibilitam uma renda maior com base em pacotes tecnológicos determinados pelo capital.

Neste cenário, a defesa do controle das sementes é uma das principais bandeiras de luta, das comunidades étnicas e tradicionais no campo da agroecologia:

No Paraguai os movimentos já vêm pautando a agroecologia através de seminários, eventos para discutir sobre a perda do controle das sementes pelos camponeses para o capital. A partir de 2005, a Cunamuri começou a tratar do tema da agroecologia após a morte de uma criança intoxicada por agrotóxico no Paraguai. Hoje nós temos cinco integrantes da Cunamuri estudando na ELAA, e mais dois que se formaram. Nós queríamos entrar em instituições públicas, mas em nosso país não temos essa oportunidade (...). Nós já chegamos aqui com um debate sobre a agroecologia, no nosso movimento a agroecologia é uma questão

importante para nós, para os povos indígenas, para os camponeses. A agroecologia para nós é uma bandeira de luta que consegue juntar os camponeses para lutarem contra o agronegócio, na luta pela terra. O agronegócio é nosso principal inimigo hoje, inimigo dos camponeses, da natureza. **Não dá pra lutar contra o agronegócio querendo fazer o mesmo que eles.** Nós temos que recuperar a forma de fazer de nossos antepassados (Romero, Cunamuri/Paraguai, 2016). (Grifos nossos).

Fazer agroecologia é respeitar a mãe terra, a Pachamama (...) são os conhecimentos de nossos antepassados, o que eles sempre fizeram sem destruir a natureza e a agroecologia é uma forma de recuperarmos nossas tradições, nossa identidade (Yosseth Crispin, MMC Bartolina Sisa, Bolívia, 2016).

A visão da agroecologia como um tema central capaz de abarcar diferentes temas transversais, a exemplo de gênero e geração também pode ser percebida em alguns discursos, na ELAA.

Eu penso a agroecologia como um novo modelo de agricultura, de produção, de relação entre homens e mulheres do campo (...). A agroecologia envolve muitas coisas, eu não posso fazer agroecologia explorando o trabalho de outras pessoas, ou tratando as mulheres de uma forma desigual. Agroecologia envolve criar uma nova relação de produção, sem machismo, sem exploração do trabalho, por isso falamos que estamos num processo de transição para a agroecologia, pois sem resolver estas questões antes, nós não podemos dizer que já fazemos a agroecologia, por isso que falamos que estamos em transição (...) tem sido um aprendizado neste espaço, e isso por que o MST e a Via fazem essa discussão de que não se pode resolver os problemas ambientais, sociais, econômicos com as mesmas ferramentas utilizadas para criá-los (Marileu Flores, *Movimiento social y político para la recuperación del buen vivir* / Chile, 2016).

No MPA quando nasceu o movimento não tinha esse acúmulo do que é a agroecologia, mas já se pensava a questão da produção de alimentos saudáveis. Eu não posso dizer que venho de uma família agroecológica, porque a agroecologia envolve muitas coisas que não só a forma de produzir, mas eu posso dizer que a minha família há 20 anos não utiliza nenhum tipo de agroquímicos no lote do meu pai, mas não posso dizer que é agroecológico também, mas que está em transição (Tiago Oliveira, Movimento dos Pequenos Agricultores, 2016).

Para a maioria dos/as entrevistados/as da ELAA, a agroecologia representa um modelo que vai além das transformações técnicas e de substituição de insumos na agricultura. Nela é depositada a esperança de um novo modelo de produção e relações sociais no campo, capaz, inclusive, de resolver as desigualdades de gênero e geração, ainda recorrentes na área rural. Pela complexidade dessas questões e tudo o que envolve sua transformação é comum os/as militantes e os movimentos falarem de uma “transição agroecológica”, pois, para estes sem a superação dessas desigualdades não é possível que a agroecologia seja realizada de forma plena.

Desta forma, a realização da agroecologia na prática se trata de um *processo*: mais político do que técnico, tendo em vista que muitas das práticas agrícolas já desenvolvidas

pelos agricultores/as familiares são de baixo impacto ambiental; e sempre inacabado, até que a multidimensionalidade de fatores vinculados à opressão e às desigualdades não seja revertida. Desta forma, atribuir os significados políticos a estas práticas é um dos maiores desafios da Rede IALAS, conforme destacado abaixo:

A dimensão que a gente quer neste espaço é de como que as escolas de formação sejam espaço de resgatar o papel da formação política, entendendo a diversidade da América Latina: cultural, regional, a gente tem isso muito claro. Que nesse processo de formação, a gente tenha referenciais teóricos também para a formação política, mas que a partir da experiência de cada um, a gente resgate também coisas na América Latina que a gente precisa se apropriar, que é o debate das teorias pós- coloniais que estão sendo produzidas e como essas redes conseguem compartilhar essas produções. Como a gente consegue produzir. Nós queremos nos apropriar do que está sendo produzido e pra nós não tem chegado, mas também queremos produzir, porque também temos produzido conhecimento. Isso no âmbito político e na agroecologia. O que fazer? Que essa agroecologia já acontece, aliada à dimensão, entender que mais que nunca que, ao pensar uma nova sociedade, fazer agroecologia, expandir agroecologia, multiplicar, qualificar, politizar, é fazer enfrentamento ao capital. Então, ela passa a ter uma dimensão fundamental na luta de classe, que é a defesa dos territórios, e defesa dos recursos naturais, que hoje é o foco do capital, o capital vai adentrar com tudo nas comunidades. Entender agroecologia como resistência e como capacidade de superação é um grande desafio. Mas claro, a gente não se ilude, tem o limite da realidade, das contradições. Esse processo teria mais avanço se nas organizações isso tivesse bem mais claro também, mas nem sempre tem (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

Para a entrevistada, a Rede IALAS cumpre um importante papel histórico no processo de avanço de integração regional dos/as camponeses/as e dos movimentos sociais. A criação de novos institutos em outros países da região indica um campo fértil que é o tema da agroecologia e a intenção dos movimentos sociais em investir na construção de uma integração latino-americana, pelo viés da esquerda. Contudo, há de se analisar os desafios de sustentação e mutiplicação desses espaços em um cenário político de esgotamento do ciclo progressista na América Latina.

Pensando em nível de América latina, eu estou numa escola que forma tecnicamente e politicamente militantes e integra também esses educandos latino-americanos. Essa escola cresceu e virou vários outros institutos. Foi se ampliando. Isso que se faz tem que estar aliado com o processo de consciência numa rede maior de luta, no nosso caso a CLOC-Via, ou seja, precisa entender que isso que a gente faz no Paraguai, no Brasil, na Colômbia, faz no Haiti, faz parte do mesmo processo de resistência, pois é acúmulo de força. Então, é nesse contexto. E os IALAS são fundamentais porque eles provocam as organizações a três processos: o primeiro o da unidade, todos os IALAS partem deste princípio, não é um movimento só que cria, não pode, nenhum deles, nem aqui no Brasil, nem no Paraguai, nem na Venezuela, nem no Equador, nem no Haiti que está sendo formado agora, então, ele parte da concepção que tem mais de um movimento dialogando, com os limites da realidade, sempre tem um mais forte, pela experiência, que vai iniciar a tocar mais principalmente, ele parte da concepção que tem que se criar unidade para esse debate da soberania alimentar, que é tão fundamental para os movimentos. O segundo, ele força as organizações a discutir as relações humanas, pois à medida que temos coletivos nessas escolas, temos o debate das relações humanas, da emancipação humana, e esse é um

debate muito forte. O terceiro é discutir a relação movimentos sociais e instituições (Simone Rezende, MST, coordenadora da ELAA, 2016).

No IALA Paulo Freire, o caráter científico da agroecologia é reforçado nas narrativas. Nessa nova ciência é depositada a confiança de valorização das práticas agrícolas tradicionais, associada à capacidade produzir novos saberes e técnicas voltados para aumento da produtividade de forma sustentável e econômica. Narrativas essas que, em certo grau, refletem a crise econômica e alimentar por qual passa a Venezuela. Em outras palavras: a motivação principal do governo venezuelano para promover a agroecologia não parece ser a de uma consideração político-estratégica sobre o lugar e o papel transformador da agroecologia, mas sim a urgência do Estado em aumentar a produtividade de alimentos no país, mobilizando para isso as instituições de ensino a apresentarem soluções.

A integração regional latino-americana, ou mesmo a articulação entre os movimentos sociais no espaço do IALA são temas secundarizados nas entrevistas e quando abordados é feito em sua maioria pelos integrantes do Coletivo Freiriano. São estes também que reforçam o caráter político da agroecologia em detrimento de seu caráter técnico-científico.

Desta forma, para a maioria dos entrevistados e entrevistadas do IALA Paulo Freire, a agroecologia representa principalmente uma ciência que abarca diferentes saberes e áreas do conhecimento capaz de criar modelos agropecuários mais sustentáveis:

Aquí en IALA lo vemos como una disciplina transdisciplinar, una disciplina científica y basada en el principio del respeto a la naturaleza, en armonía con ella, como lo hace el conocimiento campesino, tradicional en la agricultura. Y buscando una forma de producción más armoniosa, saludable, sostenible y que responda a las necesidades locales, especialmente (...). La agroecología también es un proyecto de vida. Proyecto de vida que todo el mundo concibe basado en principios ... También basado en las ciencias económicas, políticas, culturales, sociales. Que están dentro de ese ecosistema. Entonces vemos que la agroecología es muy amplia. Hay muchos conceptos de agroecología. Desde mi punto de vista, más colectivo creemos que la agroecología está en construcción, así es el concepto. Está en construcción, no es un concepto definido, agroecología. Entonces es un proceso en construcción, la agroecología. Donde, en este momento, el concepto no está definido y se pueden construir más conceptos a partir de la necesidad de cada lugar, cada territorio, cada comunidad a partir de su propia realidad. (Leiber Montaña, Cooperativa La Alianza/ Venezuela, 2016).

Para mí la agroecología es una ciencia integradora, conocimiento de los ecosistemas, esperanza, alimento, conocimiento ancestral, todas estas palabras que vienen de nuestros abuelos. Es la ciencia que debería establecerse en el mundo para salvar el planeta. Todos estos problemas ambientales provienen del capitalismo (Luís Castillo, 2016).

La agroecología es una ciencia que está surgiendo en este momento debido a algunos problemas, climáticos, alimentarios. Necesitamos fortalecer la parte de producción. Mi forma de contribuir al posgrado es dar a conocer la agroecología y darle sentido a otras personas. Quiero trabajar en las comunas, ahora que están empoderando a las comunas y contribuyendo a la producción

de alimentos saludables. (Juan Alberto, 2016).

Para mí, la agroecología es una emergencia que, como ciencia, permitirá una verdadera transformación profunda. Tanto en lo social, como en lo productivo y económico. También permite el reconocimiento del conocimiento campesino. En Venezuela, es la única que reconoce que los campesinos también hacen ciencia, ningún otro lo ha hecho. Esta es una disciplina capaz de contribuir a una transformación de la sociedad, para que seas un hombre o mujer más libre. Sin embargo, es necesario desarrollar políticas públicas más endógenas, de abajo hacia arriba, para el desarrollo humano (Jose Luiz, FENEZ/Venezuela, 2016).

Segundo as narrativas, no campo teórico, a agroecologia é entendida como uma ciência transdisciplinar que abarca diferentes campos do conhecimento e saberes tradicionais. No campo prático, a agroecologia representa um modelo que, embora ainda em construção, seria capaz de contribuir para a resolução de diversos problemas socioambientais, desde as mudanças climáticas até a crise alimentar.

Para os membros do Coletivo Freiriano, para além de uma ciência, a agroecologia significa também uma ferramenta de luta dos camponeses contra o capital e o IALA Paulo Freire representa um importante espaço de articulação e integração dos movimentos sociais na América Latina, embora com alguns desafios, a exemplo do corpo técnico, do currículo acadêmico e da saída da Via Campesina da CPP.

El IALA es muy importante para difundir la agroecología y la lucha de los movimientos sociales latinoamericanos. En primer lugar, por la integración, la integración latinoamericana, por este intercambio de saberes culturales, políticos, sociales y de las luchas de cada pueblo, que existen en nuestros territorios. Y otro, por la oportunidad de formar hijos e hijas de campesinos como profesionales, para elegir una carrera profesional que esté a favor del trabajo campesino que se desarrolla permanentemente en cada espacio de los movimientos sociales. Y que estén vinculados al trabajo político, que hace política y a la producción que hace cada movimiento. Y que no tiene que depender de la educación convencional, que está a favor del sistema, digamos, la banca, pero que tiene su espacio para formar sus propios profesionales que defenderán los procesos latinoamericanos. Y con ese respeto, ese profesional que tiene respeto por la naturaleza y el conocimiento popular y ancestral de cada comunidad, respetando el conocimiento. Conocimientos, tradiciones, tipos de costumbres. Y que no somos nosotros los que imponemos el conocimiento. "No, somos profesionales y te menospreciamos". No. Yo entiendo que es este intercambio de conocimientos a partir de diálogos y que estos diálogos al final se convierten en proyectos. Proyectos para construir, digamos, una forma diferente al que ofrece el sistema tradicional, por eso vemos que la agroecología es de suma importancia y que los IALAs son únicos en la formación de profesionales que están, digamos, de la mano de los movimientos sociales. Y así podemos ser campesinos teniendo visibilidad y tener un voto en los espacios. Tomando espacios estratégicos dentro, digamos, del Estado. Esa es la única forma en que podemos resistir (Feliciano Ama, FECORACEN/El Salvador, 2016).

La importancia de IALA para la agroecología es el enfoque. El enfoque que el IALA da está lleno de integralidad, formación política, formación militante, mucha convivencia, sobre todo mucha interculturalidad - que esta es una oportunidad para IALA, de estar compartiendo con gente de Ecuador, Paraguay, El Salvador y eso trae mucha interculturalidad. Y, por supuesto, la formación también será parte integral de este personal militante de IALA. Y otro

pro IALA para los movimientos sociales porque tienes este bagaje militante, más que ingeniero, el agroecólogo es militante, el agroecólogo es un activista agroecológico. Y esta característica, la militancia, es muy particular porque este militante va a la comunidad - principalmente desde su origen -, o se remonta a la organización de donde vino o va a su espacio municipal que le viene dando este enfoque a la agroecología, esta visión de integración, de producir para educar y organizar. Y buscar también. Entonces si lo comparamos con algún otro proceso, por ejemplo: aquí también hay agroecología, aquí en Venezuela. Hay un título en agroecología en la UBV, por ejemplo, en la Universidad Bolivariana de Venezuela. Pero si lo comparamos con IALA es formación técnica ... es formación técnica, concepto y fórmula y esas cosas. Hay muchas cosas interesantes que aquí no están disponibles [?]. Pero no existe una formación profesional integral. Esto es esencial en IALA. Y que, por supuesto, IALA tiene una lucha continental y esa lucha continental en América Latina es lo que la hace más rica y, por supuesto, más importante (Leiber Montaña, Cooperativa La Alianza/Venezuela, 2016).

Ainda na visão de outro ativista, um dos desafios que o IALA enfrenta para se transformar “num grande projeto de articulação e emancipação da América Latina”, conforme pensado originalmente é o distanciamento do Instituto dos movimentos sociais e de uma pedagogia voltada para a educação popular, capaz de transformar os sujeitos para que estes transformem suas realidades.

El desafío es el de una educación popular emancipadora, ya que son profesores que vienen de un entorno tradicional y ni siquiera creen en los movimientos sociales. Cada tres meses hacen nuevas contrataciones, muchos profesores cambian, porque la mayoría de los facilitadores no están acostumbrados a la dinámica de IALA. La mayoría son agrónomos y apenas llegan piden un plan productivo, no entregan, también hay que asumir un proyecto comunitario, clases y seguimiento. Muchos no asumen porque no tienen compromiso político, esto es lo que está pasando con los educadores y conseguir profesionales preparados es muy difícil, por eso están apostando por los estudiantes que se están graduando para asumir esta tarea (Jose Luiz, FENEZ, 2016).

Nas narrativas apresentadas, para os/as integrantes da ELAA e IALA Paulo Freire, a agroecologia engloba uma pluralidade de significados construídos tanto, a partir das experiências coletivas vivenciadas nos territórios e movimentos sociais dos quais fazem parte, como também pelas dinâmicas interativas que ocorrem no âmbito dos espaços formativos e que também contribuem, de forma significativa, para a criação e recriação de novos significados sobre o tema.

Os significados atribuídos à agroecologia expressam as demandas e estratégias políticas dos diferentes atores que compõem esses espaços. Ora esses significados se aproximam, ora se distanciam. Porém, tanto para os/as integrantes da ELAA, quanto do IALA Paulo Freire esta se constituiu enquanto um modelo, ainda em construção, de gestão comum dos territórios, valorização das práticas culturais camponesas, domínio sobre as sementes crioulas, produção e democratização do acesso a alimentos de qualidade pela população.

Para os/as entrevistados/as da ELAA a agroecologia passa, ainda, pelo direito à terra e território. Sem esse direito assegurado não é possível desenvolver um modelo de agricultura popular no campo. No IALA Paulo Freire é atribuída à agroecologia a responsabilidade de dar respostas à crise alimentar na Venezuela, decorrente do modelo de desenvolvimento neo-extrativista que o país vem desenvolvendo nas últimas décadas.

Em ambos os espaços formativos também é atribuída à agroecologia a possibilidade de criação de uma nova identidade capaz de integrar os/as camponeses/as na América Latina. Desta forma, a concepção da agroecologia, para estes, vai além de um conjunto de práticas para a produção. É um conjunto de princípios de ação política, ou seja, trata-se da interação e dos relacionamentos de todas as partes do sistema agroalimentar, inclusive os/as agricultores/as.

Autonomia, gestão dos territórios, segurança alimentar e identidade camponesa. Esse enorme guarda-chuva no qual se apresenta a agroecologia é a tentativa dos movimentos sociais de recuperarem os significados da agricultura, uma atividade tão importante para a humanidade mas que, no jogo de poder e do capitalismo financeirizado no qual foi lançada, seus sentidos e significados foram apropriados pelo capital passando a ser vista, a partir do final do século XX, prioritariamente, com o enfoque das cadeias produtivas, ou seja, como um conjunto de operações interdependentes que, realizadas em uma dada sequência, resultam em um produto final a ser comercializado, com o objetivo final de gerar ganhos econômicos através das trocas de mercadorias ao longo das cadeias de produção e mediante o acesso a mercados globais. Do lado oposto a essa tendência, nas narrativas dos movimentos sociais que compõem a ELAA e IALA Paulo Freire, a proposição agroecológica se apresenta como aspiração geral a outro modelo de sociedade e de produção material da vida, apoiada no uso potencial da diversidade socioambiental e dos sistemas agrícolas e construção de relações mais igualitárias de gênero e geração.

4.2 Enfim formados/as: os desdobramentos da ELAA e do IALA Paulo Freire nos territórios

Nos últimos anos, o processo de formação política e pedagógica nos espaços da ELAA e IALA Paulo Freire contribuiu, como vimos, para a formação e a integração de ativistas de diferentes movimentos sociais rurais da América latina, mas o que aconteceu com esses jovens após sua formação nas escolas latino-americanas de agroecologia? Após formados, muitos destes militantes voltaram para seus territórios e organizações sociais para darem

continuidade às atividades, através de uma participação ativa, que representa não apenas um compromisso social e coletivo, mas também um tipo de engajamento profundamente pessoal, ou pelo viés da subjetividade conforme definiu Pleyers (2010).

Segundo Pleyers (2010), os indivíduos e as comunidades se opõem à forma de globalização econômica dominante por duas vias: a da razão e a da subjetividade. Os atores da primeira via acreditam na mudança social pela participação ativa dos cidadãos nos órgãos e debates públicos, bem como nas instituições econômicas. Os da via da subjetividade investem principalmente nas transformações sociais a partir das mudanças pessoais e locais.

Pelo viés da subjetividade, a militância se dá pela experimentação do mundo que almejam: da democracia direta e também da prática de valores como o feminismo e o ecologismo (Pleyers, 2010). A mudança social é um processo que começa ao se fazer, aqui e agora, por meio de espaços de experiências alternativos e autônomos, que funcionam como “ilhas de experimentações”, como os acampamentos e comunidades agroecológicas aonde atuam João Pedro e Feliciano Ama¹¹, ex-educandos da ELAA e IALA Paulo Freire, respectivamente. Nesses espaços é possível viver e experimentar outros princípios, tempos e lógicas que não o capitalismo. São estes espaços que permitem aos próprios indivíduos experimentarem práticas alternativas e se auto realizarem.

Desta forma, conforme afirma Pleyers (2016), para compreender o engajamento dos jovens militantes é necessário captar o processo de subjetivação desses, isto é, compreender, além dos processos organizativos em coletividades (certamente centrais), como esses jovens se constroem também como indivíduos, como seres singulares, capazes de fazer escolhas e resistir às lógicas dominantes. Pleyers (2010) cita ainda dois processos conectados: a construção dos ativistas enquanto indivíduos e a relação entre subjetivação e resistência. Os ativistas constroem alternativas ao capitalismo e às lógicas dominantes a partir da maneira de viver, que se mescla com o próprio ativismo. Ou seja, a própria transformação do cotidiano é uma forma de resistência. Há assim uma forte responsabilidade pessoal e uma profunda reflexividade sobre si mesmos, implicada na prática e na forma de resistência destes: “Essa concordância entre a mudança do eu e a transformação do mundo é incorporada em dois elementos principais da cultura alterativista: o caráter prefigurativo e o performativo do compromisso e os espaços das experiências” (PLEYERS, 2016, p.111).

Assim, na volta para os territórios, os/as jovens que se formaram na ELAA e no IALA Paulo Freire devem sentir as tensões que surgem entre uma experiência intensa de vários anos

¹¹ Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos, visando preservá-los.

vivendo em outra cidade, ou país e convivendo com ativistas de diferentes movimentos sociais, numa constante troca de experiências. Esta volta significa, muitas vezes, voltar a militar em suas organizações e atuar em suas comunidades, tentando estabelecer uma conexão entre o que foi aprendido e a realidade vivenciada nos territórios. Implica, ao mesmo tempo, uma certa “dívida” com o processo de aprendizado vivido, mas também uma mudança no plano pessoal: a sensação de um “antes e um depois” na trajetória dos militantes que passaram por esses espaços formativos. Isso não pode ser negligenciado pelo efeito “multiplicador” destas experiências.

Dentre os/as educandos/as que foram para a Escola Latina e para o IALA Paulo Freire selecionamos dois que chamaram a atenção pelas ações desenvolvidas em diferentes âmbitos e escalas de luta, construindo experiências que indicam alguns dos impactos subjetivos e multiterritoriais advindos dos espaços transnacionais de formação aqui estudados.

4.2.1 João Pedro: a luta pela terra para construção de assentamentos agroecológicos no Brasil

Conheci João Pedro em novembro de 2013, durante a Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro. A atividade desenvolvida pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) teve o objetivo de mapear e integrar as experiências agroecológicas rurais e urbanas, no estado. Nessa época João era um militante que acabava de se incorporar ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, porém já tinha uma experiência anterior com agroecologia.

Três anos depois, em 2016 nos reencontramos na ELAA, ele havia sido aprovado na seleção do IFPR para a quarta turma do curso de tecnólogo em agroecologia. João vem de uma família de militantes sindicalistas. Nasceu em São João de Miriti, na Baixada Fluminense, e com 14 anos se mudou com os pais para o município de São Francisco de Itabapoana, na região Norte do Estado. Em 2010 ingressou no curso de Geografia, na Universidade Federal Fluminense (UFF), no campus de Campos dos Goytacazes, onde teve a primeira aproximação com os movimentos de luta pela terra.

O primeiro contato com o MST e com a agroecologia ocorreu através da universidade. A região, caracterizada pelo latifúndio e a monocultura da cana de açúcar vivenciava grandes conflitos agrários neste período, que envolviam sem terras e a elite rural açucareira. Embora já tivesse uma proximidade com o tema da reforma agrária, para João esta foi a primeira oportunidade de conhecer, de perto, as estratégias de luta pelo território dos trabalhadores rurais sem terra, “todos os dias, no caminho da universidade eu via os acampamentos, os atos políticos. Eu sabia do movimento, mas nunca tinha visto de perto” (João Pedro, 2016).

Em uma das atividades do curso, os estudantes realizaram uma visita ao assentamento Antônio de Farias, coordenado pelo MST. Esse foi o despertar do jovem para a militância nos movimentos sociais e na agroecologia:

Eu fiquei encantando pela realidade das famílias, a experiência de cultivo de algumas famílias, nada agroecológico do ponto de vista conceitual, mas eram experiências sem uso de veneno, tinham a preocupação com o local que estavam vivendo e com o meio ambiente. Esse era o assentamento de um companheiro que também fazia o curso de geografia e depois que voltamos tentamos debater na universidade a agroecologia, com o coletivo, mas na universidade é muito complicado fazer movimento estudantil e debater agroecologia, pois geralmente as organizações estudantis enxergam estes espaços como disputa de poder, e isso foi uma coisa que me cansou muito no movimento estudantil e eu fui me interessando cada vez mais pelo movimento (MST), fui aos encontros, encontro de agroecologia em 2010. (João Pedro, MST, 2016).

Em 2011, em conjunto com outros estudantes, o jovem organizou uma ocupação na universidade, em defesa do uso público dos espaços. Neste ato receberam o apoio do MST e, logo se aproximaram. Devido sua atuação na ocupação da universidade, João recebeu o convite para atuar no setor de produção do movimento. No final de 2011 mudou-se para o assentamento Antônio de Farias onde permaneceu por um ano contribuindo para a implementação de experiências agroecológicas. Em 2012, o jovem ativista iniciou sua trajetória no trabalho de organização de base, a convite de uma das principais lideranças do MST na região, o dirigente Cícero Guedes.

No final de 2012, o companheiro Cícero me convidou para ocupar terras. Eu me lembro até hoje, eu estava na feirinha agroecológica da UENF e ele chegou e me perguntou se eu iria continuar brincando de fazer roça, com o Hermes, ou se iria ocupar terra (risos). E aí o movimento estava organizando na região a ocupação da usina Cambahyba, e eu comecei a participar junto com o Cícero dos trabalhos de base com as famílias para fazer a ocupação e eu comecei a ir às reuniões que aconteciam uma vez por semana, e tinha os coletivos que iam fazer cada vez em uma localidade e eu acompanhava com o Cícero. Eu comecei a acompanhar e em dois de novembro de 2012 nós ocupamos (João Pedro, 2016).

Já acampado João passou a contribuir no núcleo de agroecologia do setor Regional Norte do MST. No início de 2013, o dirigente do MST Cícero Guedes foi brutalmente assassinado a tiros nas proximidades da usina Cambahyba, onde coordenava o acampamento Luiz Maranhão do MST no município de Campos dos Goycatazes. Por questões de segurança, João é transferido para a capital do estado. Conforme relata o próprio ativista, essa mudança o fez assumir maiores responsabilidades dentro do movimento:

Eu tinha conhecimento de como as coisas funcionavam na região e aí eu fui testemunha do assassinato, não por ter visto, mas porque eu sabia como as coisas funcionavam na região. Então eu tive que mudar para o Rio porque eu também estava correndo o risco de ser assassinado. Eu ainda corro o risco se eu voltar pra lá. No Rio passei a contribuir na secretaria estadual do movimento, a partir do final de 2013 e início de 2014, a gente tem a recomposição das instâncias no

movimento e eu assumi a Frente de Massas e compus a organização estadual do Rio de Janeiro. No final de 2014, por conta da nossa organização eu tive que assumir o setor de produção, nós estávamos com mais demanda de assentamento do que de acampamento (João Pedro, 2019).

Em 2014, João passou a atuar no assentamento chamado Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira, no município de Macaé, Rio de Janeiro, local escolhido politicamente pelo MST para ser um assentamento modelo de agroecologia e trabalho coletivo, para tanto era necessário necessário investir na capacitação dos próprios militantes para atuarem localmente.

A maioria das famílias é de outras regiões que vem pra Macaé por conta das empresas de petróleo, mas ainda assim tem muitas lacunas, muitas questões a avançar. E o intuito é que a gente contribua com essas lacunas, criar uma cooperativa, um centro de formação no Osvaldo de Oliveira com enfoque em agroecologia que seja uma referência na região, não apenas para o MST, mas pra classe trabalhadora (João Pedro, 2016).

Este foi um dos motivos da coordenação estadual do MST do Rio de Janeiro indicar dois militantes do assentamento Osvaldo de Oliveira, dentre os quais João, para realizar o curso de tecnólogo em agroecologia da ELAA. Havia uma perspectiva de que estes ativistas, após formados, retornassem para o assentamento e contribuíssem para que este se transformasse na maior referência em agroecologia do estado.

Quando eu abandonei a geografia o movimento não gostou, acham importante que os militantes se qualifiquem. Então quando abriu a vaga nós discutimos internamente e foi aprovado de eu ir fazer o curso na ELAA. A proposta é essa da gente qualificar a nossa militância do setor de produção pra ter uma melhor atuação (...) no Osvaldo de Oliveira de 2010 a 2014, a gente fez uma formação intensiva, política e em agroecologia pra poder qualificar as famílias para produzirem de forma agroecológica, pois a maioria das famílias é de outras regiões que vem pra Macaé por conta das empresas de petróleo, mas ainda assim tem muitas lacunas, muitas questões a avançar. E o intuito é que a gente contribua com essas lacunas, criar uma cooperativa, um centro de formação no Osvaldo de Oliveira com enfoque em agroecologia que seja uma referência na região, não apenas para o MST, mas pra classe trabalhadora (...) por isso temos uma perspectiva de retorno pra contribuir com o assentamento (João Pedro, 2016).

Quando entrou na ELAA, em 2015, João já tinha quase cinco anos de atuação no MST. Nesse período fez parte da direção estadual do movimento contribuindo na frente de massa, no setor de produção e na coordenação política da Região Lagos, mais especificamente no assentamento PDS Osvaldo de Oliveira. Um dos seus maiores desafios ao cursar a Escola Latina era o de dividir o tempo entre escola e comunidade, conforme prevê a metodologia da Pedagogia da Alternância, além de estar inserido em um curso de caráter técnico e militante, ao mesmo tempo. Estando no que denominou de “militância ativa” no período da escola, João teve dificuldade em dar continuidade às atividades iniciadas no assentamento. Conforme

definido pelo próprio militante, “a sensação é de que as coisas não têm continuidade”, neste sentido a percepção foi de que tanto a militância quanto o estudo ficaram prejudicados (João Pedro, 2019).

A gente tem grandes desafios pra se formar nesse sentido. Ainda mais quando a gente tem uma atuação militante na área ativa, né? Muitas vezes dá a sensação de que a gente começa um trabalho, começa a tocar as coisas e não tem continuidade(...) mas é também um processo que é importante pra gente entender também que as coisas são processuais, né? E que as coisas não dependem só da militância individual nossa, mas dependem da vontade política coletiva. Mas foi uma experiência importantíssima pra mim, fazer isso ao mesmo tempo da formação técnica. Ir absorvendo esse acúmulo principalmente dos companheiros e das companheiras dos movimentos que foram socializar com a gente e ter essa ação militante também dentro da nossa comunidade. Foi um desafio grande, mas foi muito importante pra entender as coisas enquanto processo (João Pedro, 2019).

Porém é neste processo de idas e vindas e de atividades interrompidas, que os militantes desenvolvem a capacidade de compreender a dimensão de processo “das coisas que vão e voltam” e da importância das responsabilidades coletivas. Estar em uma região de baixa temperatura, distante de amigos e familiares é considerado como algo “muito desconfortável”, o que, por outro lado, contribuiu para construir os laços com outros/as ativistas da ELAA.

Na ELAA a gente não tinha exatamente as condições mais perfeitas pra a gente ficar ali, muitas vezes faltava internet pra se comunicar com a família, com os amigos, isso dificulta um pouco a nossa estadia ali naquele espaço, mas também não são desafios impossíveis de serem superados, né? Tem também os desafios do próprio clima local - principalmente pra mim que sou aqui do Rio de Janeiro e estou acostumado com outro clima, muito calor, muito sol, ir pra uma região onde a realidade é completamente outra. A gente vive muito mais frio do que calor, isso prejudicou muito a minha convivência com as pessoas (João Pedro, 2019).

Segundo João, a experiência na ELAA contribuiu não apenas para a formação técnica em agroecologia, mas também para compreender a dimensão internacionalista da luta camponesa que, devido ao processo histórico similar de colonização, possuem pautas, muitas vezes, parecidas. Em entrevista realizada em agosto de 2019, o militante relatou que a experiência nesse espaço contribuiu de forma significativa para compreender o tempo dos processos coletivos, no que tange a tomada de decisões, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento de um trabalho voltado para a transição agroecológica.

Ter passado tanto tempo nesse espaço de formação que é a Escola Latina é claro que muda um pouco da nossa própria atuação. Eu acho que cada educando e educanda que passou por aquele espaço pode relatar mudanças significativas. Eu continuei a minha atuação no MST, mas passei a entender, assim, as coisas como um processo, vivenciar na prática, esse processo, muda consideravelmente a atuação que nós temos, principalmente na base. Muitas vezes a gente vai iniciar algum trabalho e tem muita ansiedade de ver os resultados rápidos. Resultados técnicos, resultados políticos e a gente não entende o processo de cada um, o

processo do coletivo, o processo da organização. Hoje eu me vejo com mais paciência dentro desses processos. Sabendo que as coisas tem fluxo, tem refluxo. Hoje eu me vejo com bem mais paciência pra lidar com as contradições que a vida nos traz. Que a luta de classe nos traz. Isso se deu muito por conta da articulação com outros movimentos, né, foi muito importante na ELAA, na sua dimensão internacionalista de a gente estar com outros movimentos da América Latina e conhecer um pouco da realidade de cada movimento. Eu ainda não tive oportunidade de dialogar mais politicamente, de atuar mais politicamente com outros movimentos da América Latina, muito pra além do que a gente já tem no Brasil, em torno da Via Campesina, mas saber desses movimentos, entender que é a mesma luta, de a gente estar articulados com as mesmas pautas, isso é importante pra entender essa dimensão da luta de classe que é internacional (João Pedro, 2019).

Durante os quatro anos que estive na ELAA, João recebeu acompanhamento da direção do MST. Embora não tenha sido “um acompanhamento muito sistemático por conta da correria do movimento”, o ativista conseguiu repassar aos dirigentes suas avaliações sobre o próprio currículo da Escola Latina, o que entendia como possível de se avançar, e os limites do próprio curso, no formato que estava organizado.

Assim que se formou, em abril de 2019, retornou para o assentamento Osvaldo de Oliveira e retomou suas tarefas na organização estadual do MST do Rio de Janeiro. Antes de finalizar o curso, em fevereiro, João e outros militantes do MST inauguraram a “Unidade Pedagógica em Agroecologia” no acampamento Edson Nogueira, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), próximo ao PDS Osvaldo de Oliveira.

O debate da construção da Unidade Pedagógica em Agroecologia teve início em 2017, e as aulas tiveram início em fevereiro de 2019. Além de atuar no curso, João ajudou a coordenar o “coletivo do feijão”, responsável pelo plantio do feijão agroecológico no ano de 2019. Essa é a terceira iniciativa do coletivo que vem atuando desde 2016.

Venho dando continuidade à minha tarefa aqui na região, eu estou enquanto dirigente regional aqui na Região Lagos e também dirigente estadual, e mais agora, depois que eu me formei (...) Já de algum tempo a gente já vinha conversando a proposta de iniciar uma escola de agroecologia aqui na região. Aqui na região a gente tem o primeiro PDS do estado do Rio de Janeiro que já tem esse debate da matriz agroecológica e a intenção, né, política de a gente articular esse território enquanto território agroecológico livre de veneno e tal, a gente já tinha essa iniciativa. Então no início do ano, em fevereiro, a gente começou as atividades da Unidade Pedagógica em agroecologia, que a gente vem tocando até hoje. Enquanto eu estava nesse processo de formação eu estava contribuindo mais pontualmente, até porque a tarefa de dirigente regional, estadual (...) estava não, ainda me consome bastante tempo. Mas agora a gente teve um primeiro módulo do curso e agora vamos retomar o segundo módulo, agora dia 31 a gente retoma com a primeira aula. A aula inaugural. E a proposta eu assumi mais de perto esse processo da escola, né? Compondo a CPP do curso. E no assentamento aonde eu moro, que é o PDS Osvaldo de Oliveira, eu participo também dos coletivos de produção que nós temos e dos coletivos que nós temos eu ajudo a coordenar um deles, que é o coletivo do feijão (João Pedro, 2019).

Na Unidade Pedagógica, o MST conta com a participação e o envolvimento de outros parceiros, como a UFF de Rio das Ostras e Macaé, SindiPetro-NF e estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O curso vem funcionando em módulos, que acontecem nos finais de semana e intercalam aulas teóricas e práticas:

Nós estávamos funcionando todos os finais de semana. Aos sábados nós tínhamos das 14 horas até às 16 horas, nós tínhamos as aulas teóricas. E nos domingos geralmente na parte da manhã, mas a depender do trabalho, também na parte da tarde e sempre relacionando essa parte teórica com a parte do trabalho prático (João Pedro, 2019).

O calendário das disciplinas foi construído pelos próprios educandos e educandas, com a comunidade onde está situada a escola. O movimento em conjunto com as universidades elaboram os eixos políticos do curso.

Nesse próximo módulo a gente vai dar uma intencionalidade muito maior à questão prática da realidade das famílias, né, trazendo alguns eixos mais do manejo de fato da roça, né? E aí a gente também vai construir em parceria com os educandos e educandas e os nossos parceiros da universidade. A gente já tem já ideia do que seria esse próximo módulo, que a gente precisa ajeitar num cronograma melhor pra ir se baseando. E é... A proposta que a gente busca também é quatro educandos e educandas pra participar da CPP agora nesse próximo módulo, né? São algumas pessoas que já tem um acúmulo, né, e já tá com uma participação maior junto ao movimento que a gente tá chamando mais pra perto pra estar atuando na CPP (João Pedro, 2019).

Devido à experiência na ELAA, João vem contribuindo com as aulas e oficinas e irá compor a Comissão Político Pedagógica do curso de agroecologia. Embora reconheça que o modelo de organização desenvolvido na ELAA é muito similar ao do MST, por ser este o movimento de maior atuação na instituição, há um aprendizado que só poderia ser adquirido vivenciando esta experiência, para além de atuar nos espaços tradicionais de organização do MST.

A ELAA teve uma influência fundamental pra eu estar contribuindo na CPP desse curso na Unidade Pedagógica. Eu acho que em relação às minhas outras tarefas, né, política, no movimento. E dentro do meu assentamento ajudando a organizar o trabalho coletivo, isso eu já tenho essa prática da minha atuação dentro do movimento, né, dentro do MST. Mas eu não vejo discrepância no que eu pude observar e pude assimilar na Escola Latina, até porque ela está numa área do MST, a maior parte do seu corpo de trabalhadores são do MST, tem uma pedagogia que é muito próxima do movimento, né? Apesar de ser uma escola da Via Campesina, o MST tem maior atuação e relevância, né? Mas pra mim, pro meu trabalho, agora, atualmente na Unidade Pedagógica, a ELAA foi fundamental, principalmente pelo meu desejo de contribuir nessa tarefa que eu me sinto muito mais qualificado pra estar atuando, porque o movimento me proporcionou essa formação, essa capacitação. Eu podia acumular muito no que diz respeito à agroecologia não só na questão técnica, produtiva, né, mas muito nessa questão política, na questão que o Tardin fala, nessa questão ontológica da agroecologia enquanto um outro paradigma científico, eu pude me aprofundar

muito mais nessa questão que me capacitou e me formou pra eu estar atuando, poder atuar enquanto CPP da Unidade Pedagógica em agroecologia que a gente tá construindo aqui na região, né? Se não fosse essa experiência, esse acúmulo da ELAA, eu não sei se eu teria tanta essa vontade, tanto esse desejo de construir isso, porque eu me sinto qualificado e formado pelos movimentos sociais pra atuar em relação a isso. Então a ELAA foi fundamental (João Pedro, 2019).

Em agosto de 2019, as famílias assentadas no PDS Osvaldo Oliveira receberam do TRF- RJ, a reintegração de posse colocando em risco todos os projetos construídos coletivamente. Porém, a agroecologia na América Latina está diretamente relacionada à luta pela terra e a luta pela permanência no território, na maioria dos casos, se dá de forma concomitante ao processo de construção de territórios agroecológicos. As figuras e fotos apresentadas abaixo retratam o projeto do MST de construção da Unidade Pedagógica, como mais um espaço de formação do movimento em agroecologia, ocorrendo de forma simultânea à luta pelo território.

Figura 43: Cartaz de divulgação do lançamento da Unidade Pedagógica de Agroecologia do MST.

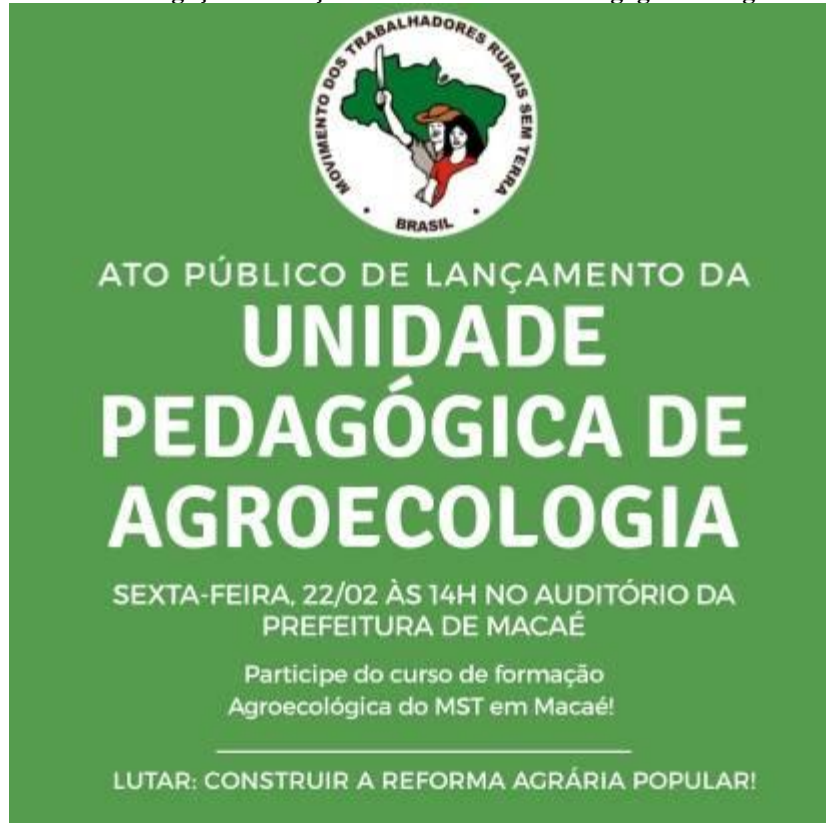


Figura 44: Sem terra em ato contra a reintegração de posse do PDS Osvaldo de Oliveira.



Fonte: Arquivo MST.

Figura 45: Mural no assentamento com frase indicando a agroecologia como símbolo de resistência e luta pelo território.



Fonte: Arquivo MST.

4.2.2 Feliciano Ama: do IALA Paulo Freire para o IALA Mesoamerica

Feliciano Ama foi o membro do IALA Paulo Freire responsável por me receber e me acompanhar nas atividades de pesquisa durante o período que estive no IALA Paulo Freire. Jovem, de altura mediana e traços indígenas, em nossa primeira entrevista ocorrida em novembro de 2016, Feliciano se apresentou como um “El Salvadorenho da Venezuela”, devido a seu sentimento de pertencimento identitário com o país que o acolheu.

O militante chegou à Venezuela em 2011, na época com 19 anos, para estudar na segunda turma de Engenharia em Agroecologia do IALA e se formou em 22 de março de 2016. Quando nos conhecemos Feliciano tinha oito meses de formado e a convite da instituição permaneceu para colaborar com o processo pedagógico do IALA e integração dos/as novos/as educandos/as. O momento era de intenso debate sobre a retomada da CPP e abertura de vagas para educandos/as proveninetes de movimentos sociais de outros países da América Latina, algo que foi sendo modificado nos anos seguintes, conforme já discutido.

Foi Feliciano quem me apresentou às dependências da instituição: alojamento, refeitório, rádio comunitária, áreas de produção e também me acompanhou nas idas aos *Konukos* e à cidade de Sabaneta, localizada próxima de Barinas, aonde o ex-presidente Hugo Chávez havia passado parte de sua infância. Filho de camponeses, Feliciano acompanhava desde criança seus pais e avós nas atividades de militância em uma cooperativa de reforma agrária chamada Monte Mar, em El Salvador. Aos 18 anos foi nomeado para ser o coordenador do setor de juventude da cooperativa. Foi devido a esta atuação que foi escolhido

para ingressar no IALA Paulo Freire e posteriormente vir a contribuir com o debate político e técnico em agroecologia em Monte Mar.

Após formado, Feliciano decidiu permanecer no Instituto, mesmo com as duras condições que o espaço passou a viver com o acirramento da crise venezuelana. A comida servida era escassa e aos poucos os recursos para ensino e pesquisa também eram cortados. Me chamou a atenção o fato daquele jovem ser um dos únicos estrangeiros que ainda permaneciam na instituição, longe de sua família, amigos e organização social. Seus demais colegas, já formados, haviam retornado para seus países de origem e os venezuelanos predominavam no IALA Paulo Freire. Porém, para Feliciano, permanecer no local, contribuindo com a formação política e com o debate para a retomada do projeto original do IALA, com a participação da Via Campesina na CPP, foram motivos suficientes para permanecer no Instituto em conjunto com os demais membros do Coletivo Freiriano, mesmo com todas as dificuldades apresentadas.

Sobre os desafios de estar no interior da Venezuela por aproximadamente seis anos, realizando o curso superior em agroecologia, longe de seus familiares, amigos e organização social, Feliciano narra que esta foi a parte mais difícil de seu processo de formação:

Fue la parte más difícil en toda la carrera, porque fue la parte más sensible en este proceso, en los 6 años no visite mi país, tuvimos muy poca comunicación con familiares y amigos siendo difícil en los momentos de enfermedad, problemas económicos, problemas académicos, y problemas políticos, económicos del país. En fin, es desesperante porque a pesar de que es una escuela campesina que asimila el campo, no deja de perjudicarte emocionalmente, que tienes que tener la madurez para resolver todos los problemas por tu propia cuenta que en ese momento eres tú solo, nadie te ayudara porque es tu problema. Para mí fue importante el apoyo de amigos que ayudaron a resolver problemas económicos justo en el momento que fue necesario (Feliciano Ama, 2019).

A militância no Coletivo Freiriano e o trabalho de extensão em agroecologia desenvolvido com os camponeses nos *konukos* foram as atividades que mais motivavam Feliciano para continuar atuando no IALA, mesmo após formado, reforçando dois dos principais objetivos da Rede IALAS: contribuir para a troca de saberes e a integração dos camponeses na América Latina.

El proceso de organización del IALA Paulo Freire te exigía dos cosas: asumir una carrera a nivel superior de ingeniería en agroecología y, extra, la formación política de militante. Al final, era de forma personal que tanto querías avanzar de forma personal este proceso, que en ocasiones perjudicaba el rendimiento académico ya que nos tocó asumir mayor protagonismo para que el verdadero proceso de formación de cuadros técnico-políticos no se desviara y los compañeros lo vieran estratégico en su proceso de formación. Con eso formamos dentro de la escuela dos estructuras organizativas, el movimiento

agroecológico Paulo Freire y juventud Konukera, organizaciones que ayudarían a mantener vivo la formación de cuadros técnico-político. Se crearon justo un año antes de graduarnos la segunda turma donde nada más lo organizamos 6 compañeros y compañeras más conscientes. En mi caso personal visité siempre consejos comunales, comunas y comunidades los fines de semana. Esto me ayudó a conocer y organizar el trabajo productivo y político con campesinos y campesinas, del campo venezolano. Esto lo realizaba todo los fines de semana, al igual que siempre organizar dentro de la escuela actividades propias de la escuela, momentos que me enseñaron para la vida y dejar de pensar en la familia y amigos, sino estar concentrado a tiempo completo al proceso de mi formación. Sabía que el tiempo corría y debía aprovechar la oportunidad de estudiar en el extranjero ya que en mi país jamás hubiera logrado obtener un título universitario (Feliciano Ama, 2019).

Para Feliciano, a experiência de participar de um espaço de formação técnica e política em agroecologia é um processo complexo, porém de grande importância para que os quadros políticos possam atuar de forma qualificada nas comunidades rurais e nos movimentos sociais. Entretanto, se o/a educando/a não tiver a compreensão de seu papel histórico e da posição social que ocupa no mundo, o “lado” técnico poderá ser mais valorizado do que o da militância, o que deve ser considerado como um desvio do real objetivo do projeto IALAS.

Cuando traes un proceso de militante desde tu organización; comprendes rápidamente que el estudio y el trabajo que se realiza dentro del IALA es estratégico para la formación de cuadros políticos conscientes. Nunca dejó de ser difícil por la complejidad de las cosas, a pesar de tener mucha conciencia personal. El asumir un proceso técnico y de militante atrae mucho compromiso porque genera un compromiso de una vida de lucha por denunciar la injusticia y sobretodo defender a la población más humilde (pobres), pero si no comprendes dicho proceso será difícil encajar dentro de ese objetivo y te vuelves frágil a la hora del trabajo de militante y valoras mucho más la parte técnica solo para no complicarte o asumir responsabilidad (Feliciano Ama, 2019).

Quando ainda estudante, Feliciano criou em conjunto com um dos *maestros pueblos* a biblioteca agroecológica em um *konuko* de Barinas, com um acervo de livros com temáticas agroecológicas e um banco de sementes crioulas. Quando visitamos o local, em novembro de 2016, o ex-educando apresentou o espaço e contou sobre o seu processo de construção, enfatizando que a estrutura do espaço era baseada nos princípios da bioconstrução, com a utilização de materiais encontrados no próprio terreno ou localidades próximas, como o bambu e o sapê, como era comum em sua comunidade em El Salvador.

Em 2018, o ativista retornou para El Salvador devido ao agravamento da crise econômica na Venezuela, dificultando sua permanência e de demais militantes que haviam se formado. Ao retornar para seu país de origem, o ativista recebeu a incumbência da Via Campesina da América Central, de atuar regionalmente no IALA *Ixim Ulew* (“terra de milho”, em língua maia-quiche), ou *IALA Mesoamerica*, na Nicarágua. Criado em 2017, o IALA Mesoamerica envolve educandos/as pertencentes à Via Campesina de seis países da América

Central e do Caribe: República Dominicana, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica.

Enquanto militante da FECORACEN, que atualmente é uma das organizações coordenadoras da Via Campesina em El Salvador, Feliciano relata que a experiência no IALA Paulo Freire corroborou para transformações significativas em sua forma de entender e praticar a militância política, por este ser um espaço que *“siempre exige que las cosas se hagan para el empoderamiento de las personas, con metodologías colectivas y populares”* (Feliciano Ama, 2019).

A atuação no IALA Mesoamerica é uma etapa preparatória para que Feliciano contribua na construção do primeiro IALA em El Salvador, projeto da Via Campesina para ampliar a Rede IALAS e de lutas em prol de um projeto popular de agricultura na América Latina. No nível local, o ativista assessora tecnicamente 122 famílias camponesas e colabora com as atividades na escola Tatalyu, de formação em agroecologia para jovens. O acúmulo da experiência vivida no IALA Paulo Freire foi, segundo o militante, “decisivo” para os rumos futuros de sua própria trajetória, possibilitando que ele pudesse se engajar, a diferença de João, em um projeto ainda de carácter regional da CLOC e da Via Campesina, embora, neste caso, mais voltado a sua própria (sub)região, a América Central.

As experiências em agroecologia, aqui apresentadas, dizem respeito a diversas iniciativas populares de luta, construídas desde baixo, a partir das experiências formativas da ELAA e do IALA Paulo Freire, onde a democracia radical e ecológica é o principal eixo narrativo. Enquanto prática, as experiências se configuram enquanto um projeto mobilizador em defesa do território, do ecossistema e da afirmação da vida. Por sua vez, as trajetórias destes dois militantes, João e Feliciano, mostram, como sugeriu Bringel (2011) uma década atrás, que o “internacionalismo é uma viagem de ida e volta”, isto é, não implica simplesmente a *internacionalização* dos movimentos sociais, dos militantes e das lutas políticas, mas também a *internalização* destes processos por parte desses mesmos movimentos, militantes e lutas em um momento posterior, quando voltam a atuar em suas comunidades, lugares e territórios de origem.

4.3. ELAA e IALA Paulo Freire: os desafios e as lutas por vir

São diversos os desafios que a ELAA e o IALA Paulo Freire vêm enfrentando nos últimos anos. Dificuldades de índoles diversas (financeira, política, pedagógica) que acabam se sobrepondo. A construção prática destas iniciativas, quando saem do papel, envolve uma

série de fatores não previstos, que implicam muitas vezes a mudança, mesmo que parcial, dos objetivos estipulados no projeto original. Isto exige dos movimentos sociais e dos militantes por eles enviados e envolvidos em cada uma dessas experiências uma ampla capacidade de adaptação, negociação e resistência pessoal e política, em vários casos inclusive com atores que inicialmente aparecem como aliados táticos.

Dentre as dificuldades mais importantes que desafiaram o projeto original podemos destacar a dificuldade dos espaços engajarem e incluírem efetivamente militantes de movimentos sociais rurais provenientes de diferentes países da América Latina; a autonomia dos movimentos sociais para construir suas próprias metodologias e saberes em agroecologia; e a efetiva participação de diferentes movimentos sociais na CPP destes institutos.

Por sua vez, o esgotamento do ciclo progressista na América Latina e o avanço de governos ultraconservadores, unido a derivas autoritárias, indica o surgimento de novos desafios e coloca em questão a permanência dessas experiências e seu carácter. Já vimos que o momento histórico de avanço de governos progressistas na América Latina foi de suma importância para a criação da Rede IALAS, com destaque para o governo do ex-presidente Hugo Chávez, na Venezuela. O país teve um papel preponderante na criação de projetos voltados para a integração regional e a cooperação com ênfase na dimensão social. Entretanto, baseada na forte atuação petrolífera da Venezuela, a ALBA-TCP sofreu o impacto negativo da queda do preço do petróleo e posterior crise econômica do país. A saída de cena de seus principais impulsionadores, Hugo Chávez e Fidel Castro, também debilitou a organização sob o ponto de vista político. Com o atual presidente, Nicolás Maduro, e o novo contexto geopolítico e geoeconômico a ALBA não apresenta a mesma força anterior (PENNAFORTE; OLIVEIRA, 2019).

Isso mostra uma certa volatilidade conjuntural de boa parte das propostas de integração regional vinculados aos progressistas latino-americanos. Se muitos destes projetos permanecem não é pelo esforço institucional dos governos, mas principalmente pelo suor de muitos militantes que se empenham em mantê-los. Além disso, se, por um lado, o ciclo progressista avançou em políticas de assistência social massiva – também projetada de forma pouco estável no tempo –, por outro, ele pode ser lido como uma nova onda modernizadora para a região, impulsionada não só pelo *boom* dos *commodities* que iniciara no início do século XXI, senão também por ampliações e novos dispositivos na distribuição social dos excedentes captados nesse processo.

É preciso reconhecer o carácter profundamente contraditório desse processo: esta onda

modernizadora gerou transformações nas molduras sociais, nos territórios urbanos e rurais, nas expectativas e padrões culturais e nos metabolismos sociais. Isso tem notáveis efeitos na região. Contudo, os “avanços” realizados foram aprofundando um modelo socioeconômico extrativista depredador, concentrando poder em pequenos grupos em detrimento de ampliar de fato a democratização e fomentando de forma geral um individualismo societário, consumidor e empreendedorista, sem incomodar as elites.

O esgotamento do ciclo progressista nos últimos anos, ou o que parece ser sua interrupção devido aos resultados das últimas eleições na Argentina e Bolívia, revela de forma clara boa parte dos limites desse momento histórico. A eleição de governos de direita e de extrema direita na região e em numerosas partes do planeta, unido à pandemia e seus efeitos, escancara a enorme vulnerabilização que recai sobre os tecidos sociais nesses mais de trinta anos de neoliberalismo. No entanto, a saída dos governos progressistas não foi um enfrentamento radical ao neoliberalismo, mas uma tentativa de aumentar a intervenção do Estado, sem questionar as bases econômicas neoliberal. O protagonismo de uma “agenda social” vinculada à inclusão social e o combate à fome se retroalimentou das próprias políticas neoliberais e não contra elas.

Tudo isso gerou um cenário de intensificação de conflitos, revoltas populares mais fragmentadas e fortes disputas territoriais pelos recursos (MANTOVANI, 2017), emergindo um neoliberalismo mais autoritário, sem nenhum apreço pela democracia. No Brasil, a vitória eleitoral, em 2018, do candidato ultraconservador Jair Messias Bolsonaro vem resultando em uma aprofundamento da perda de direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, iniciada com maior radicalidade em 2016, e sucessivos ataques aos movimentos sociais. Os principais alvos dessas ofensivas são os movimentos populares que lutam em defesa dos territórios e da reforma agrária.

No campo, o governo Bolsonaro acentuou a contrarreforma agrária intensificada desde o final dos anos 2000 no Brasil, fortalecendo as ações favoráveis ao agronegócio e estimulando a expansão deste sobre áreas públicas ou comunitárias, além de romper com toda e qualquer negociação com movimentos sociais e povos do campo. Segundo Paulo Alentejano, as políticas fundiárias levadas a cabo pelo governo Bolsonaro no primeiro ano de mandato tiveram três marcas fundamentais:

- (1) a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas;
- (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas;
- (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia (ALENTEJANO, 2020, p.365).

Destaca-se ainda o processo de intensificação, nos últimos anos, dos conflitos agrários em todo país. Segundo o Relatório Conflitos no Campo de 2018, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aproximadamente um milhão de pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo no Brasil. Um aumento significativo de 35,6% em relação a 2017. Nos conflitos especificamente por terra, foram 118.080 famílias envolvidas neste tipo de conflito em 2018, registrando um aumento de 11% em relação ao ano anterior.

Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, os ataques ao MST resultaram no aumento de ordens judiciais de reintegração de posse e inclusive ataques à escolas do movimento, a exemplo da tentativa de fechamento do Centro de Formação Paulo Freire, do MST, localizado no assentamento Normandia, no município de Caruaru-PE, com 20 de anos atuação. Nos discursos do presidente Jair Bolsonaro e de seu ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, os centros de formação dos movimentos sociais precisam ser combatidos por se tratar de espaços de “doutrinação ideológica”, conforme apresentado na reportagem do Jornal O Globo, em 25/04/2019.

Figura 46: Fechamento do Centro de Formação Paulo Freire noticiado na mídia alternativa.



Fonte: Jornal Brasil de Fato 05/09/2019. ¹².

¹²<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/05/em-ataque-ao-mst-incra-pede-despejo-na-zona-rural-de-caruaru/>. Acessado em 15 de setembro de 2019.

Figura 47: Críticas do presidente Jair Bolsonaro ao MST

Bolsonaro critica e ministro fala em tirar dinheiro público de escolas do MST

Abraham Wientraub diz que ideia 'é cortar gasolina' das escolas do movimento. "Quer fazer, faz com o dinheiro deles", diz o chefe do MEC.

Gustavo Maia
25/04/2019 - 18:30 / Atualizado em 25/04/2019 - 18:34

Milhares do MST durante uma marcha em Brasília Foto: Jorge Willem/14-09-2018 / Agência O Globo

Fonte: Jornal O Globo 25/04/2019¹³.

A Venezuela, por sua vez, embora mantenha um governo alinhado ao campo popular, vivencia uma das maiores crises de sua história. Após mais de uma década de importantes conquistas sociais, o país encontra-se mergulhado em uma profunda deterioração econômica, política e social e assiste ao recrudescimento da polarização interna, ao mesmo tempo que a uma massiva emigração. A morte de Hugo Chávez, seguida pela queda dos preços internacionais do petróleo a partir de 2013, e a escassa margem da vitória eleitoral que conduziu Nicolás Maduro à presidência do país causaram um profundo abalo no processo político liderado pelos chavistas, abrindo espaço para que a oposição ocupasse, em 2015, a maioria na Assembleia Nacional e, ao mesmo tempo, as ruas das principais cidades do país.

Do ponto de vista internacional, o país passou a sofrer ainda mais com o isolamento devido a nova correlação de forças na América Latina e com o esgotamento de sua capacidade de influenciar nos novos arranjos políticos e econômicos da região. Desde então, a confrontação institucional, o isolamento e o aprofundamento da crise social pareciam indicar que o governo de Maduro estaria gravemente debilitado e para se manter no poder, aprofundou as políticas de controle. O último pleito eleitoral, realizado em 2018, no qual Maduro se reelegeu presidente, não foi reconhecido pela oposição e por cerca de 50 dos 194 países que integram o sistema das Nações Unidas. Com mais uma vitória eleitoral, apoio das forças armadas ao chavismo, manobras político-judiciais, bem como a lenta recuperação dos preços do petróleo¹⁴, o governo de Nicolás Maduro tenta se manter no poder até 2025, apesar do isolamento em que se encontra e que só não é maior devido ao apoio que o governo de

¹³ <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-critica-ministro-fala-em-tirar-dinheiro-publico-de-escolas-do-mst-23622417>. Acessada em 13 de setembro de 2019.

¹⁴ Atingindo o valor de US\$ 82,00 em setembro de 2018, maior preço desde 2014.

Maduro ainda recebe de seus sócios da ALBA-TCP e das tentativas de mediação promovidas pelo México e Uruguai.

No entanto, a manipulação do sistema político e jurídico venezuelano pelo governo Maduro, associadas à enorme abstenção na última eleição e à decisão por parte do principal grupo opositor, Mesa da Unidade Democrática (MUD), de seguir apostando em ações extra institucionais como forma de chegar ao poder indica o déficit democrático por qual passa o país e contribuem para que seu isolamento aprofunde ainda mais. Seja como for, trata-se de um cenário sumamente instável e complexo. É importante considerar que o chavismo, como a sua oposição, não é monolítico como podem pensar os mais desavisados. E Nicolás Maduro também não é uma unanimidade no chavismo. As crescentes pressões internas e externas exercidas atualmente sobre o governo de Maduro têm levado ao surgimento de grupos dissidentes dentro da base governista, alguns deles inclusive flertando com a alternativa de afastamento do presidente do poder (GEHRE, 2017; STRAKA, 2018; PÚBLICO, 2019). Além disso, o suporte logístico e econômico oferecido pelos Estados Unidos e político da União Europeia à oposição, paralelamente ao suporte cubano com inteligência e ao apoio político e militar oferecidos pela Rússia ao governo de Maduro, parece materializar em território venezuelano o espírito da Guerra Fria em pleno século XXI.

No campo econômico, atualmente o país tem uma das maiores taxas de inflação do mundo, alcançando em 2019 a marca de 9.585,5%¹⁵. Na esteira da inflação, seguem os dados negativos do déficit público, do risco-país e das reservas cambiais baixas. Tudo isso impactando sobre uma população que enfrenta a falta de produtos essenciais, dentre os quais alimentos, bem como de serviços de saúde. A própria onda migratória para os países vizinhos, com destaque para a Colômbia, que acontece de forma significativa desde 2017 é um importante indicativo do colapso econômico e social venezuelano. Segundo os dados da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o número de venezuelanos que deixaram seu país alcançou o número de 4 milhões, em 2019, o que os caracteriza como um dos maiores grupos populacionais deslocados de seu país¹⁶.

¹⁵Ver em: <https://www.dw.com/pt-br/venezuela-registra-infla%C3%A7%C3%A3o-de-quase-10-mil-por-cento-em-2019/a-52265513>.

¹⁶ O ritmo do fluxo de saída da Venezuela tem sido impressionante. De cerca de 700 mil no final de 2015, o número de refugiados e migrantes venezuelanos disparou para mais de 4 milhões até meados de 2019, segundo dados de autoridades nacionais de imigração e outras fontes. Em apenas sete meses desde novembro de 2018, o número de refugiados e migrantes aumentou um milhão. Os países latino-americanos estão recebendo a vasta maioria dos venezuelanos, com a Colômbia respondendo por cerca de 1,3 milhão, seguida pelo Peru, com 768 mil, o Chile 288 mil, o Brasil 168 mil e, a Argentina, 130 mil.

Se no auge do chavismo, o país já apresentava dificuldades financeiras para executar o projeto de criação dos IALAS, fazendo com que os próprios educandos e educandas construíssem parte das estruturas físicas das instituições, o atual cenário brasileiro e venezuelano indica o agravamento da escassez de recursos provenientes do Estado para financiamentos dos institutos, em especial para a ELAA.

Não se trata, no entanto, somente de um problema conjuntural. Há elementos de tensão entre concepções político-ideológicas divergentes, visíveis, mesmo no auge do ciclo progressista, com as limitações à participação efetiva da Via Campesina nesses espaços, seja contribuindo na proposição de conteúdo pedagógico, indicação de professores e intelectuais para ministrarem aulas e oficinas, como também na construção de metodologias e formação política dos/as educandos/as.

SE no IALA Paulo Freire, a indicação de professores/as e a construção da base curricular do curso são realizadas inteiramente pelo Ministério da Educação Superior da Venezuela, na ELAA, esse processo teve início em 2014, ainda no governo do Partido dos Trabalhadores, quando o IFPR passou a dificultar a contratação de educadores/as indicados pela CPP, descumprindo o acordo realizado em nível nacional entre o Instituto Federal e a Via Campesina. Processos que trataram por enquadrar os cursos de formação em agroecologia, em especial no IALA Paulo Freire, no modelo de ensino linear, onde as interconexões entre os diferentes saberes e as práticas políticas passaram a ser tratadas como algo menor, num total rompimento do que está previsto no Acordo de Tapes, dificultando a politização do debate entorno do tema da agroecologia.

A integração de movimentos sociais nos institutos, conforme previsto inicialmente, também pode ser considerado um objetivo não alcançado plenamente. Mesmo com a tentativa de manter essa integração via educandos/as na ELAA, a maioria dos integrantes da CPP, principal espaço de tomadas de decisão, pertencia e ainda pertence a um único movimento, o MST, o que é motivo de crítica externa, mas também de autocritica do próprio movimento. No IALA Paulo Freire, a CPP foi desmobilizada e, desde então, as decisões passaram a ser tomadas, unicamente, pelo Ministério da Educação Superior da Venezuela.

Da mesma forma, o não acompanhamento político de forma sistemática dos/as educandos/as por seus movimentos sociais, ocasionado pela ausência de seus representantes nas instituições e a falta de recursos para que estes realizassem o tempo comunidade em seus territórios de origem também foi um dos objetivos previstos e não alcançados em ambos os espaços aqui analisados. Como resultado, foi possível perceber o enfraquecimento ou mesmo o rompimento do sentimento de pertença, principalmente dos/as ativistas mais jovens com os

seus movimentos.

No caso do Brasil, a intensificação da criminalização dos movimentos sociais, os cortes de recursos públicos e a paralização do PRONERA, um dos principais financiadores da Escola, são os principais marcos do atual governo brasileiro e sinalizam para a intensificação das lutas que a ELAA deverá travar para continuar existindo.

Diante do processo de acirramento de conflitos sociais, a Escola Latina vem criando alternativas de financiamento via movimentos sociais e sindicatos para garantir a sua continuidade a longo prazo. Em 2019, embora com dificuldades financeiras, houve a formação da quarta turma de tecnólogos em agroecologia. Apesar das dificuldades econômicas já enfrentadas e as incertezas da continuidade de parcerias com as instituições federais (INCRA e IFPR), a Via Campesina decidiu por manter a Escola funcionando. Em janeiro de 2020 houve a etapa preparatória da quinta turma de tecnólogos em agroecologia com educandos/as provenientes de diferentes movimentos sociais da América Latina. A proliferação da pandemia do coronavírus, contudo, levou à suspensão das aulas em março de 2020.

Por sua vez, dentre as lutas emergentes, a primeira a ser travada tem sido interna. Para além do apoio financeiro, ainda é latente a demanda de maior participação de movimentos da Via Campesina, para além do MST, na coordenação política e pedagógica da ELAA, conforme previsto no acordo inicial. Este, aliás, é um desafio político que pode ser encarado também como uma forma de superar o problema de financiamento. Se mais movimentos se envolverem, mesmo que com contribuições pequenas, poderia haver mais possibilidades de que o processo possa se manter de forma autogestionada, ao mesmo tempo que reforçando a autonomia e a perspectiva latino-americana. Isto é algo que parece ainda mais estratégico para muitos movimentos populares em tempos de desmonte dos processos de integração regional que davam suporte a experiências como as escolas latino-americanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise comparativa entre duas experiências pioneiras de uma rede transnacional de escolas de agroecologia da Via Campesina na América Latina, esta tese argumenta que a criação desse projeto é resultado do processo de avanço do ativismo político de caráter internacionalista na América Latina que ganhou força na década de 1990 e do novo ciclo progressista que se estendeu pela região, a partir dos anos 2000, caracterizado pelo surgimento de diferentes governos de esquerda que, apoiados em políticas econômicas heterodoxas, se propuseram a apoiar algumas das demandas promovidas pelos movimentos populares, ao mesmo tempo em que valorizavam a construção de um espaço regional latino-americano.

Através do material empírico reunido – consistente principalmente em trabalho de campo e em entrevistas – e da bibliografia especializada consultada, examinamos como a concepção destes espaços se dá na tentativa de superar os desafios enfrentados pelos movimentos sociais para se avançar na construção de uma agricultura de base ecológica em contraposição ao modelo agrícola neoliberal voltado para atender, prioritariamente, os mercados globais de *commodities* agrícolas, tendo ainda papel fundamental na articulação e fortalecimento de alianças entre os movimentos sociais rurais da região.

Como pano de fundo a tese apresenta alguns dos principais ciclos políticos e de protestos que transformaram o panorama da contestação social na América Latina nas últimas décadas, com especialmente atenção para o caso brasileiro. Isso é importante para localizar no tempo e no espaço as condições de possibilidade de emergência das experiências analisadas em profundidade nesta tese: a construção da ELAA no Brasil e do IALA Paulo Freire na Venezuela. No tocante ao meio rural, o processo de reestruturação produtiva do campo iniciado na década de 1940 se agravou durante o ciclo de interrupção da democracia na América Latina entre os anos 1960 e 1980, a partir da ampliação geográfica e econômica das áreas de atuação do capital internacional.

Embora a internacionalização do capital seja uma característica permanente do capitalismo, o contexto político, econômico e social internacional que permite uma crescente mercantilização a nível mundial da agricultura nas nações latino-americanas data a partir de 1945. Neste período do pós-guerra mundial, se destacam os acordos monetários de *Bretton Woods*, quando os países capitalistas, tendo como principal liderança os E.U.A., estabelecem um processo ideológico e estratégico de unificação comercial. Inicia-se então no contexto

latino-americano um processo acelerado de “modernização agrícola” (alta tecnologia de sementes, insumos químicos e equipamento agrícola) chamado de “revolução verde” que recriou, na região, uma estrutura agrária capitalista periférica dependente. A chamada “revolução verde” foi marcada decisivamente por um forte apego à ideologia do progresso e pela dinâmica do capitalismo internacional. Nas décadas posteriores, os programas de ajuste estrutural no campo em escala planetária, inauguraram e consolidaram uma política agrária neoliberal de intensa acumulação de capital privado internacional na economia rural, entrando em pauta, com mais vigor, a discussão sobre o comércio de produtos agrícolas, os direitos de propriedade intelectual, a inovação científica e os recursos genéticos ocasionando uma radical reestruturação produtiva no campo que modificou os processos da vida social no mundo agrário (OLIVEIRA, 2003; CHONCHOL, 2005).

Na década de 1990, auge da expansão neoliberal, a demanda para a expansão agrícola aumentou a ofensiva do grande capital sobre as terras rurais e demais recursos naturais dando início a um novo ciclo de protestos na América Latina. Nesse período, o principal cenário das lutas sociais conflituosas na região se dá no meio rural e boa parte dos movimentos sociais se constituem em relação às identidades étnico-culturais, ou em relação à carência, ou por direitos ao acesso aos territórios comuns (SEOANE; TADDEI; ALGRANATI, 2006). O protagonismo dos sujeitos políticos do campo não era exatamente uma novidade em termos históricos, já que na América Latina os movimentos sociais estiveram na modernidade intrinsecamente vinculados à questão da terra e do território, tendo em vista a centralidade do colonialismo e da escravidão para entender a conformação da questão agrária e a luta dos povos originários.

O elemento definitivo desta nova encruzilhada histórica de finais dos anos 1990 tem a ver, por um lado, com a radicalização da exploração e da mercantilização dos recursos naturais e, por outro, em como foram sendo construídas novas formas de resistências territorializadas, porém profundamente internacionalistas entre os movimentos sociais rurais. Formou-se, em suma, uma nova “geopolítica das resistências”, marcada pela convergência de múltiplas espacialidades e atores que, a través de enquadramentos e eixos comuns de ação, foram conectando suas resistências territoriais a redes e iniciativas mais amplas, multi-escalares (BRINGEL, CABEZAS, 2014). Movimentos rurais que historicamente foram associados a lutas locais e isoladas assumiram a vanguarda de um “novo internacionalismo” que recorreu a América Latina e o mundo. A criação da Via Campesina é uma expressão central desse processo e, a partir dela, embora não exclusivamente em seus marcos, começa a ser difundido mais amplamente a a construção de uma agricultura de base ecológica, baseada

na solidariedade entre os povos, em contraposição ao modelo agrícola neoliberal.

Fruto de interações entre os movimentos sociais, renovações discursivas e embates com o agronegócio, a agroecologia passa, aos poucos, a ser considerada uma bandeira de luta central entre movimentos sociais rurais latino-americanos abrangendo, para além das mudanças nas práticas de cultivo, questões como a luta pelos territórios e a reforma agrária. A criação e o fortalecimento de experiências de formação política e pedagógica em agroecologia passam, dessa maneira, a serem encaradas como ações estratégicas na formação de “intelectuais orgânicos” dos próprios movimentos. No entanto, dificilmente estas experiências podem ser construídas de forma totalmente autogeridas.

A emergência no início do século XXI do novo ciclo político progressista na América Latina gerou um entusiasmo com as possibilidades de avançar em pautas dos movimentos sociais, gerando também expectativas de uma maior abertura e permeabilidade do Estado ao diálogo e às agendas das lutas. Embora o ciclo progressista tivesse um carácter regional, próprio do espírito da época, existia uma enorme diversidade de casos e situações nacionais. Em um momento inicial, a Venezuela chamou a atenção pela proposta de criar o “socialismo no século XXI”, termo que Chávez popularizou no mesmo Fórum Social Mundial de 2005 em que assina o Protocolo de Tapes para apoiar a criação dos institutos latino-americanos de agroecologia. A possibilidade de se repensar a democracia direta ou o protagonismo das comunas como instâncias do poder popular foram em um momento inicial do chavismo elementos que mobilizaram de forma massiva os movimentos populares.

No entanto, o que parecia ser a “Meca” da refundação de um paradigma revolucionário e de novas possibilidades de articulação entre os movimentos sociais e o Estado, logo seguiu uma lógica mais complexa, permeada por dinâmicas contraditórias e ambivalentes, apontando para tensões e limites do progressismo latino-americano. Isso se manifestou de diferentes maneiras: pela implementação de megaprojetos, pela políticaneio-extrativista, pela manutenção do capitalismo rentista e fósfil, pela centralização do poder e pelo fortalecimento da coerção estatal e pela repressão aos movimentos contestatórios ao regime, tanto os críticos à direita como à esquerda. Paradoxalmente, com tudo isso o ciclo progressista que pretendia uma integração latino-americana a partir da busca de uma maior autonomia da região, acaba, finalmente, reforçando a posição periférica da América Latina no capitalismo global (BRINGEL; FALERO, 2016).

Nesta tese, as experiências das escolas latino-americanas de agroecologia podem ser lidas como casos emblemáticos para analisar as possibilidades e também as limitações do ciclo progressista, no tocante a dois pontos centrais para nossa pesquisa: a relação com os

movimentos sociais e a construção de iniciativas concretas de integração regional.

No caso da ELAA, a menor quantidade de recursos recebidos de instâncias governamentais brasileiras (conquanto tenham sido importantes no tocante às políticas públicas de incentivo à produção agroecológica, principalmente), permitiu uma maior autonomia da gestão do projeto por parte dos movimentos sociais. De forma inversa, no caso do IALA Paulo Freire, o acordo mais orgânico com o governo venezuelano para a criação e o desenvolvimento do instituto levou a um engessamento da experiência e a uma perda de autonomia dos movimentos sociais diante da dependência econômica, mas também da interferência política do governo nos rumos da IALA. Em termos de autonomia, a ELAA tinha a seu favor ter como sede um espaço do próprio movimento, enquanto a IALA Paulo Freire se instalou em um terreno cedido pelo governo. Isso tem importantes implicações no desenvolvimento posterior das experiências.

Estas diferenças marcaram, por sua vez, diferentes tipos de dificuldades para “latino-americanizar” ambas as experiências. No caso da ELAA, a escola foi se regionalizando principalmente a partir do MST (sua proposta pedagógica, sua rede de contatos e afinidades e sua visão de mundo), enquanto que no caso da IALA Paulo Freire há um início mais latino-americanizado e plural em termos de perfis, a despeito do protagonismo de organizações brasileiras da Via Campesina, que logo avança no sentido de uma maior “venezuelização” da experiência. Poderíamos dizer, inclusive, que a ELAA e o IALA Paulo Freire seguiram caminhos distintos e opostos de regionalização: a primeira parte do local e vai ser internacionalizando, enquanto a segunda começa mais internacionalizada e vai se localizando. Ambas as experiências analisadas na tese são mostras relevantes das possibilidades e limites das parcerias entre governos progressistas e movimentos sociais e da construção de projetos políticos de integração regional popular. Construídos pelas mãos dos/as próprios/as educandos/as e com aproximadamente 15 anos de atuação, os institutos analisados já formaram, aproximadamente, 300 técnicos e engenheiros em agroecologia. A maioria destes profissionais, denominados “militante-técnico-pedagogo em agroecologia”, retornou para seus territórios para cumprir a missão de construção de novas experiências agroecológicas e fortalecimento da rede de movimentos sociais rurais na América Latina. Esse é um ponto relevante: não podemos pensar o êxito ou o fracasso das experiências de integração regional popular analisadas olhando exclusivamente para elas e para seus limites. Precisamos também visibilizar o que elas semearam. Entre seus frutos, estão outras ações de caráter integracionista que foram geradas e conduzidas com a participação de ex-educandos/as da ELAA e do IALA Paulo Freire na construção de outros institutos da Rede IALAS ou de outras ações e projetos

mais específicos que reforçam a agroecologia como aposta concreta e à integração como horizonte político.

As entrevistas realizadas permitiram observar também transformações substanciais geradas nos/as educandos/as como resultado do processo de formação político e técnico em agroecologia, destacando-se a construção de novos valores voltados para a defesa da biodiversidade, da soberania alimentar, da valorização cultural, da solidariedade internacional, dos territórios, da reforma agrária e das sementes crioulas, como parte do direito à autodeterminação e soberania dos povos.

O acesso a uma formação que enriquece pessoalmente, mas que é vista também como parte de uma formação e conscientização de uma classe social é um aspecto relevante levantado na tese, assim como as múltiplas dificuldades e tipos de interações com as instituições universitárias que as descrições do material empírico permitiram revelar. Para a maioria dos/as educandos/as, a universidade aparece como um espaço distante, seja por inacessível, seja por afastado dos seus anseios políticos e vitais. Mas, ao mesmo tempo, aparece como um espaço relevante de acúmulos de conhecimentos, de legitimação, mas também de disputa. As diferenças de linguagens, temporalidades, metodologias e objetivos entre a militância e as representações universitárias e instituições mais tradicionais de ensino também mostram visões distintas sobre as próprias escolas e sobre a agroecologia.

Estas tensões, dilemas e desafios permitiram na tese observar de forma empiricamente orientada as possibilidades e os limites das construções teórico-práticas de uma integração regional popular. O esgotamento do ciclo progressista na América Latina e a emergência de um momento mais hostil para os movimentos populares levaria, para muitos, ao eminente desaparecimento de experiências deste tipo. O caos, a incerteza e a criminalização é um lado da moeda, certamente. Mas, de outro, os movimentos continuam resistindo e buscando construir alternativas. Ainda é cedo para avaliar o futuro da Rede IALAS, mas tudo indica que mais que um desaparecimento das experiências, estaríamos diante de sua reconfiguração. A radicalização do projeto neocolonial e neoextrativista ameaça a vida nos territórios e dificulta muitas vezes articulações mais amplas, mas também tem apontado para a possibilidade de novos protagonismos populares, que podem promover o surgimento e a expansão de novas modalidades, narrativas e concretização de projetos populares ecológicos e emancipatórios. Seja qual forem os próximos passos, um fato parece certo: a bandeira da agroecologia e da integração popular regional é um caminho sem volta para os movimentos sociais rurais da América Latina. E as experiências da ELAA e do IALA Paulo Freire serão “espelhos” fundamentais nesse processo. Esperemos, portanto, que os achados apresentados

nesta tese possam contribuir a compreender melhor de forma contextual, processual e interna estas experiências, algo importante tanto para a literatura especializada em agroecologia, integração regional e movimentos rurais como para as próprias lutas sociais futuras que, ao aprenderem das pretéritas, podem resgatar legados, se apropriarem de conhecimentos acumulados, bem como evitar alguns caminhos e construir outros.

REFERÊNCIAS

ALBA. Alternativa Bolivariana para los pueblos de nuestra América. **Declaración Conjunta entre el presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el presidente del consejo de Estado de la República de Cuba para la creación del Alba**. Havana, Cuba, 2004.

_____. **¿Cuáles son sus Principios Rectores?** 2009.

_____. **¿Qué son los TCP Tratados de Comercio de Los Pueblos?** 2009.

ALBA-TCP. Bolivarian Alliance for the Peoples of Our América. **Declaración Política Del Consejo de Movimientos Sociales del Alba**, Caracas, 2008.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **As políticas do governo Bolsonaro para o campo: A contrarreforma agrária em marcha acelerada**. Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, p. 353 - 392, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova n. 76 p 49-86. São Paulo, 2009.

ALTIERI, Miguel. **As Bases Científicas da Agricultura Alternativa**. Rio de Janeiro: PTA, 1989.

ALTIERI, Miguel.; NICHOLLS, Clara I. **Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Ed. 1.PNUMA. México, 2000.

ALTMANN, B. J. **Alba: ¿um proyecto alternativo para América Latina?** Real Instituto Elcano, ARI, Madrid n. 17, fev. 2008, p.1-7.

ALTMANN, B. J. **Integración em América Latina: crisis de los modelos regionales y ausência de certidumbres**. In: ROJAS ARAVENA, F; SOLIS RIVERA, L.G. (Coord.). La integración latinoamericana visiones regionales y subregionales. FLASCO. San Jose, 2006.

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior. 08 mar 2019. Número de feminicídios aumenta em 2019. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/numero-de-feminicidios-aumenta-em-20191>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**. Corrupção e violência em terras de Carajás. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

BATISTA, Ândrea Francine. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BELLOTTO, Manoel.; CORRÊA, Anna Maria (Org). **Simón Bolívar: política**. Tradução de Manoel L. Belloto, Anna Maria M. Corrêa. São Paulo: Ática, 1983.

BOLIVAR, S. **Carta da Jamaica**. Kingston, 06 de septiembre de 1815.
https://issuu.com/embajadadevenezuelaenbrasil/docs/jamaica_portugu_s_final. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL DE FATO. Deputada que denunciou governador do Rio à ONU tem pedido de cassação protocolado. Disponível em:
 <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/10/deputada-que-denunciou-governador-do-rio-a-onu-tem-pedido-de-cassacao-protocolado/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRINGEL B.; FALERO, A. **Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial**. Caderno CRH, v. 21, n. 53, 2008.

BRINGEL, Breno. **Ativismo Transnacional, o estudo dos movimentos sociais e novas geografias pós-coloniais**. Revista Estudos de Sociologia, Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, 2010.

_____; DOMINGUES, José Maurício. **Brasil: cambio de era: crisis, protestas y ciclos políticos**. Ed. Catarata. Madrid, 2018.

_____; FALERO, Alfredo. **Movimientos sociales, gobiernos progresistas y estado em America Latina: transiciones, conflictos y mediaciones**. Caderno CRH, Salvador, v. 29, 2016.

_____; VARELLA, Renata. “Pesquisa militante e produção de conhecimento: o enquadramento de uma perspectiva”, 2014. Disponível em: . Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. “A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos” (no prelo) 2015.

BRINGEL, Breno; VIEIRA, Flávia. **Movimientos internacionalistas y prácticas de cooperación Sur-Sur: brigadas y experiencias formativas del Movimiento de los Sin Tierra de Brasil y La Vía Campesina**. Revista Española de Desarrollo y Cooperación N°. 36, 2015.

BURAWOY, Michael. **The Extend Case Method**. *Sociological Theory*, 16(1), 433, 1988.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem – Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, Joao Carlos de. **A integração latino-americana nas escolas latino-americanas de agroecologia da CLOC-Via Campesina no Brasil e Venezuela**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, 2014.

CAPELLI, Paulo (4 de janeiro de 2019). «'Aldeia Maracanã é lixo urbano. Quem gosta de índio, vá para a Bolívia', diz Rodrigo Amorim». **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/aldeia-maracana-lixo-urbano-quem-gosta-de-indio-va-para-bolivia-diz-rodrigo-amorim-23345028>>. Acesso em: 20 maio 2019.

CAPELLI, Paulo. Deputado que quebrou placa com nome de marielle emoldurou fragmento e botou na parede. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/deputado-que-quebrou-placa-com-nome-de-marielle-emoldurou-fragmento-botou-na-parede-23453055.html>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CHADE, Jamil. 15 mar 2018. Diante de morte de Marielle, deputados europeus pedem suspensão de negociação com Mercosul. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,diante-de-morte-de-marielle-deputados-europeus-pedem-suspensao-de-negociacao-com-mercosul,70002228542>>. Acesso em: 12 maio 2019.

Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo Brasil*, 2018. <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao?Itemid=0>. Acesso em: 9 ago. 2019.

COLLIER, Ruth; COLLIER, David. *Shaping the political arena: critical junctures, the labour movement, and regime dynamics in Latin America*. Notre Dame: Notre Dame University Press, 2002.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Sistematização de Experiências Agroecológicas do MST**. Brasília, 2007.

DAGUERRE, Rafael. 15M: Manifestantes enfrentam a repressão e incendeiam ônibus no Rio. **Mídia 1508**. Disponível em: <<http://www.midia1508.org/2019/05/16/15m-manifestantes-enfrentam-a-repressao-e-incendeiam-onibus-no-rio/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

DOLCE, Júlia. 10 abr 2019. Cem dias de retrocessos: povos do campo são alvo do governo Bolsonaro. In: De olho nos ruralistas. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/04/10/cem-dias-de-retrocessos-povos-do-campo-sao-alvo-do-governobolsonaro/?fbclid=IwAR3ya8E8BhX8vMNkUDo0EHL5RO-uy56MhyhxMUuIt3L0OBFpB3656-KzcNI>>. Acesso em: 12 maio 2019.

EDELMAN, M. Transnational Peasant and Farmer Movements and Networks. En GLASIUS, H.M; KALDOR, M. (orgs.). **Global Civil Society Yearbook**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ELAA. **Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA: Documento Orientador.** Lapa/PR:, agosto de 2011.

ELIAS, Norbert [1987]. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FONSECA, Marcelo. ‘**Não tem conversa com o MST**’, diz Jair Bolsonaro. In: EM.com. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/29/interna_politica,1001378/nao-tem-conversa-com-o-mst-diz-jair-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 12 maio 2019.

FRAZÃO, Felipe; PORTO, Gustavo & CARVALHO, Marco Antônio Carvalho. 29 abr 2019. Bolsonaro propõe que proprietários rurais não sejam punidos por atirar contra invasores. In: **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-quer-votacao-de-projeto-no-congresso-sobre-armas-de-fogo-em-propriedades-rurais,70002809129>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

G1. **Brasil lidera ranking de ativistas ambientais assassinados em 2016**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/brasil-lidera-ranking-de-ativistas-ambientais-assassinados-em-2016.ghtml>> Acesso em: 20 abr. 2019.

G1. **Entenda a condenação de Lula no caso do triplex**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/entenda-a-condenacao-de-lula-no-caso-do-triplex.ghtml>>. Acesso em: 12 maio 2019.

GIRALDO, Omar Felipe. **Ecología política de la agricultura**. Agroecología y posdesarrollo. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México: El Colegio de la Frontera Sur, 2018.

GEHRE, Thiago. **O retrato da Venezuela no século XXI: crise e desesperança**. Mundorama, 2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23790>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecossistema**. A interação e os relacionamentos de todas as partes do sistema alimentar. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/entrevistas/555368-agroecossistema-a-integracao-e-os-relacionamentos-de-todas-as-oartes-do-sistemaalimentar-entrevista-especial-com-steve-gliessman>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turriabla: Catie, 2002.

GLOBAL WITNESS. **Pior ano da história para ativistas do meio ambiente e da terra: pelo menos, 200 assassinados em 2016, enquanto a crise se espalha ao redor do mundo**. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/press-releases/pior-ano-da-hist%C3%B3ria-para-ativistas-do-meio-ambiente-e-da-terra-pelo-menos-200-assassinados-em-2016-enquanto-cri-se-espalha-ao-redor-do-mundo/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

GREENWALD, Glenn; POUGY, Victor. **As mensagens secretas da Lava Jato, Parte 2**. In:

The Intercept. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>>. Acesso em 18 jun. 2019.

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. 09 jun 2018. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. In: **The Intercept**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SEVILLA -GUZMÁN, Eduardo. A Perspectiva Sociológica em Agroecologia: Uma Sistematização de seus Métodos e Técnicas. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, N.1, 2002, vol. 3.

_____. **Agroecologia como estratégia metodológica de transformação social.** Reforma Agrária e Meio Ambiente, 2006.

_____; WOODGATE, G. *Sustainable rural development: from industrial agriculture to agroecology*. In: REDCLIFT, M; Woodgate, G. *The international handbook of environmental sociology*. U.K: Ed. Edward Elgar, 1997.

HECHT, Susanna B. La evolución Del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecología: Bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2002.

HUMAN RIGHTS WATCH. 15 mar 2018. Declaração da Human Rights Watch sobre a morte da vereadora Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2018/03/15/315839>>. Acesso em: 22 maio 2019.

LANDER, E. ; BERRÓN, G. **Integración de los pueblos: una alternativa en construcción en América Latina**. Documentário produzido por Transnational Institute

LANDER, Edgard. Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo. Revista Movimento: **Crítica, Teoria e Ação**, 2017. Site: <https://movimentorevista.com.br/2017/11/venezuela-bolivarianismo-chavez-maduro-socialismo-capitalismo/>. Acesso em: 13 set. 2019.

LANG, Marina e BIANCHI, Paula. Marielle Franco denunciou abusos de policiais que mais mata no Rio. **UOL**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/15/marielle-franco-denunciou-abusos-de-policiais-do-batalhao-que-mais-mata-no-rio.htm>>. Acesso em: 20 maio 2019.

LEGNANI, Andréa Márcia. **A concepção de integração da América Latina presente nas práticas educativas da Escola Latino Americana de Agroecologia**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel, 2014.

MELO, F. R. ALBA: entre a aposta pela integração e a dependência do contexto político dos países membros. In: **Boletim Meridiano**. v. 13, n. 132, p. 24-30, jul./ago.

MILENA, Lilian. As conexões entre os Bolsonaro e milicianos presos pelo assassinato de Marielle Franco. In: **GGN**. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/a-ligacao-entre-o-assassinato-de-marielle-o-escritorio-do-crime-e-milicianos-homenageados-por-flavio-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8º Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, Maria Cecília et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTOVANI, Emiliano Teran. A geopolítica do caos e o fim do ciclo na América Latina. Urucum, novas forma de vida. Disponível em: <https://urucum.milharal.org/2017/06/21/a-geopolitica-do-caos-e-o-fim-de-ciclo-na-america-latina-emiliano-teran-mantovani/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PÁDUA, A. S. de. **ALBA-TCP: Uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?** Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2012.

PENNAFORTE, Charles; OLIVEIRA, Fabiana. **Sistema mundo e movimentos sociais antissistêmicos: uma análise crítica da Venezuela pós-Chávez**. BJRI, UNESP, Marília, 2019.

PINHEIRO MACHADO, Rosana & DENT, Felicianoander. The Protests in Brazil. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; DENT, Felicianoander S (org). **Protesting Democracy in Brazil**, dec 20 1013. Disponível em: <http://www.culanth.org/fieldsights/426-protesting-democracy-in-brazil>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PLEYERS, Geoffrey. 2019. Pensar los actores conservadores y capitalistas como movimientos sociales. **Revista de Estudios Sociales** 67: 116-123. <https://doi.org/10.7440/res67>. 2019.09

PORTAL ALBA – TCP. **ALBA – TCP**. 2010. PORTAL ALBA – TCP. **ALBA – TCP**. 2019.

PORTAL ALBA – TCP. **Concepto Grannacional**. 2010.

PORTAL ALBA – TCP. **Consejo de Movimientos Sociales del ALBA –TCP**. 2010.

PORTAL ALBA-TCP. **¿Qué es Alba-TCP?** 2009.

Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/02/04/mundo/noticia/maduro-avisa-trump-va-sairmanchado-sangue-1860578-04/02/2019>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ROJAS ARAVENA, F. **Integración em América Latina: Acciones y omisiones; conflictos y cooperación**. IV Informe del Secretario General de FLASCO. San Jose, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998.

SCHRER-WARREN, Ilse e LUCHMANN, Lígia. Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate. In: **Política e Sociedade**, vol 10 n. 18, abr. 2011.

STRAKA, Tomás . **¿Hasta siempre, Comandante?** Nueva Sociedad. Marzo 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/hasta-siempre-comandante-straka/>. Acesso em: 19 maio 2020.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte. **Os jovens anticapitalistas e a resignificação das lutas coletivas. Perspectiva** (Florianópolis), Florianópolis, v. 22, n.2, p. 451-496, 2004.

SVAMPA, Maristela. **Cuatro claves para leer América Latina.** Nueva Sociedad Nº 268, marzo-abril de 2017.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: **Descolonizar o Imaginário: Debate sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** DILGER, Gerhard et al orgs. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, 2016.

TARDIM, José Maria *et al.* **ELAA: uma escola para a emancipação humana.** In: ANTUNES HADICH, Ceres Luisa; TARDIM, José Maria (Coords). **Escola Latino Americana de Agroecologia – Experiências Camponesas de Agroecologia.** Lapa/PR, novembro de 2009.

TARROW, Sidney. **Power in Movement.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TILLY, C.. **Popular Contention in Great Britain, 1758-1834.** Cambridge: Harvard University Press, 1995.

VEJA. Bolsonaro quer comemoração do golpe de 1964 nos quartéis. Revista Veja online. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-quer-quarteis-comemorando-golpe-de-64-generais-sugerem-cautela/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

VIA CAMPESINA. **Protocolo de intenciones que hacen entre sí:** La Vía Campesina, el gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, el gobierno del Estado de Paraná e instituciones de enseñanza del Brasil e de Venezuela. Tapes/ - RS, janeiro de 2005.

VARELLA, Renata Versiani Scott. **Pesquisa Militante: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais latino-americanos.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança:** um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

ANEXO A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Educandos (as) da ELAA e IALA Paulo Freire

Nome:

Idade:

País, Estado e Município de residência:

Movimento Social:

A- Apresentação

- 1- Qual o seu nome?
- 2- De onde você é (país, cidade, comunidade)?
- 3- É agricultor, camponês? Há quanto tempo?

B- Militância Política em Movimento Social

- 4- Faz parte de movimento social? Qual?
- 5- Como conheceu o movimento? Quando começou a militância?
- 6- Como e aonde atua o seu movimento?
- 7- Qual é a sua atuação no movimento?
- 8- O seu movimento faz parte da Via Campesina? Ele atua em conjunto com outros movimentos sociais de seu país e de outros países? Como?

C- Experiência nos Espaços Formativos

- 9- Como você conheceu a ELAA ou IALA Paulo Freire? Há quanto tempo participa da escola?
- 10- Em que ano você ingressou neste espaço? Em que ano você se formou ? (para ex-educandos/as)
- 11 - Participou da construção desse espaço? Como foi esse processo?
- 12 - Quem mais (quantos mais) do movimento que você faz parte está em formação com você? Quantos já se formaram?
- 13- Como foi a seleção para participar da ELAA ou IALA Paulo Freire?
- 14- É necessário dar algum retorno (prático, acadêmico) para o movimento social depois da formação? Qual? De que forma?
- 15- O que representa esse este espaço pra você?
- 16- Quais são os pontos favoráveis da ELAA ou IALA Paulo Freire?
- 17- Quais os desafios da ELAA ou IALA Paulo Freire?
- 18- Como é o dia a dia na ELAA ou IALA Paulo Freire?
- 19- Como são as atividades em sala de aula? E as atividades extra sala de aula? Como acontecem?
- 20- Que ações desenvolvidas na ELAA você considera importantes para a formação e integração dos/as militantes?
- 21- O seu movimento participa da ELAA ou IALA Paulo Freire? Como? Desde de quando?

- 22 – Estando na ELAA ou IALA Paulo Freire você continua recebendo formação/orientação política de seu movimento? Como? Qual periodicidade?
- 23 - O que é agroecologia pra você?
- 24 - Sua percepção sobre a agroecologia mudou depois que começou a participar da ELAA ou IALA Paulo Freire?
- 25- Você e/ou seu movimento social desenvolvem projetos/ações em agroecologia ? Como? Aonde?
- 26 - Como surge o tema da agroecologia no movimento que você faz parte? E para você?
- 27- Há diferença na forma como os movimentos sociais que participam da escola pensam a agroecologia?
- 28- Você pretende aplicar estes conhecimentos adquiridos aqui? Como? Aonde? Por que?
- 29- Quais os principais desafios para se desenvolver a agroecologia hoje?
- 30- A agroecologia pode contribuir para transformar a comunidade aonde você atua? Como?
- 31- A agroecologia pode contribuir para unificar os movimentos sociais latino-americanos? Por que? Como?
- 32 - Quem são suas principais referências (prática e teórica) na agroecologia?
- 33- Já conheceu outras escolas de formação de camponeses? Quais? Aonde? Quando e por que conheceu?
- 34- Como se dá a divisão de trabalho neste espaço? Como é a relação dos/as educandos/as com a coordenação pedagógica? Você participa de algum núcleo? Qual? Como funciona?
- 35- Como é a participação dos alunos nas decisões internas da ELAA? Os educandos/as participam da construção da metodologia, do conteúdo estudado e/ou cronograma de atividades?
- 36- Quais atividades você acha importante serem desenvolvidas pelos movimentos sociais para fortalecer a agroecologia?
- 37- Como você pretende contribuir pra isso?
- 38- Qual a importância desse espaço para o fortalecimento dos movimentos sociais e da agroecologia?

ANEXO B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Gestores (as), Professores (as) e Coordenadores (as) da ELAA e IALA Paulo Freire

Nome:

Idade:

País, Estado e Município de residência:

Movimento Social:

1- Qual seu nome e seu cargo na ELAA ou IALA Paulo Freire?

2- Há quanto tempo atua na instituição?

3- Como foi o processo de criação dessa escola? Quais foram os principais atores desse processo?

4- Por que a criação de uma escola de formação em agroecologia para militantes de movimentos sociais?

5- Quem são os movimentos sociais que atuam na ELAA ou IALA Paulo Freire hoje? São os mesmos desde sua fundação?

6- Quem são os/as educandos/as?

7- Como é feita a seleção destes/as alunos/as?

8- Quais foram as principais transformações ocorridas na escola nos últimos anos? Por que ocorreram?

9- Quais os principais desafios enfrentados pela escola hoje?

10- Essa instituição desenvolve algum trabalho em conjunto com outros espaços formativos da Via Campesina? Quais são? Quais são as ações desenvolvidas?

11- O que é priorizado na formação dos/as alunos/as no curso de agroecologia?

12- O referencial teórico trabalhado prioriza quais autores? Disciplinas?

13 – Quais são as metodologias desenvolvidas nesse espaço? Elas visam integrar o educandos/as com os assentados/as e/ou comunidade do entorno? De que forma?

14- Como vem se dando a interação entre os estudantes de diferentes movimentos sociais da América Latina neste espaço? Quais atividades e disciplinas incentivam essa integração?

15 - Qual a importância das escolas de agroecologia para os movimentos sociais da América Latina?

16- Quantos alunos já formados? Quantos em processo de formação? Quantas turmas são abertas por ano, com quantos alunos?

17- Depois de formados como estes profissionais e militantes atuam, aonde? Existe um acompanhamento?

18- Quais os significados da agroecologia para a escola? (técnico e político)

19- Quais os limites e avanços da agroecologia para sociedade e AL?

20 - Quais são os projetos futuros da ELAA ou IALA Paulo Freire?

21- Quais os desafios para implementá-los?

ANEXO C – Protocolo de Intenções (Acordo de Tapes)

PROTOKOLO DE INTENÇIONES Y COMPROMISOS QUE HACEN ENTRE SÍ: LA VÍA CAMPESINA, EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, EL GOBIERNO DEL ESTADO DE PARANÁ E INSTITUCIONES DE ENSEÑANZA DEL BRASIL Y DE VENEZUELA.

En el marco de la realización del V Foro Social Mundial, en Porto Alegre, y por ocasión de las celebraciones de la Vía Campesina Internacional en el asentamiento de Tapes-RS, se reunieron representantes del Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela, del Gobierno del Estado de Paraná, Brasil, y dirigentes de la Vía Campesina Brasil y de la Vía Campesina Internacional, para firmar el siguiente protocolo de intenciones para el desarrollo de diferentes actividades conjuntas, de cooperación técnica, relacionadas con la agricultura de nuestros pueblos.

1. Las instituciones y movimientos aquí firmantes se comprometen a desarrollar todos los esfuerzos posibles en defensa de los principios de la soberanía alimentaria de nuestros países y pueblos, de protección y multiplicación de semillas nativas de todas las especies de productos agrícolas, en la valorización de la agricultura campesina, en el fortalecimiento del mercado interno y en la búsqueda de nuevas técnicas agrícolas adecuadas con el medio ambiente y con la calidad de los alimentos para nuestros pueblos.
2. Las instituciones y movimientos aquí firmantes consideran que las semillas son un patrimonio de los pueblos y deben estar al servicio de toda la humanidad. Y sobre ellas no cabe ley de patentes o monopolio de su control y reproducción. Por eso se comprometen a promover todo tipo de actividades para la democratización de las semillas, para todos los agricultores y campesinos de nuestros pueblos.
3. Las instituciones y movimientos aquí firmantes se comprometen a construir en cada país y, especialmente en Venezuela y en el Brasil, redes locales de conservación, intercambio, y multiplicación de semillas y redes de campesinos investigadores y promotores de agroecología, para guardar, difundir y distribuir semillas en sus regiones y en los países.
4. Las instituciones y movimientos aquí firmantes se comprometen a planificar la implantación, en el año de 2005, de un curso latinoamericano, de nivel superior, de formación de técnicos en agroecología. El curso latinoamericano sería inicialmente desarrollado por dos grupos. Un grupo en una universidad de Venezuela, para atender alumnos de la región andina y de América Central y el Caribe. Y un grupo en el estado de Paraná, en la Universidad Federal do Paraná, para atender alumnos del Brasil y del Cono Sur. Los cursos se realizarán en etapas alternativas, en vista a la adopción sistemática de teoría y práctica. Y siempre serán formados por grupos con alumnos de todos los países, fortaleciendo la integración y cooperación. Los costos de esos cursos serán asumidos a la par por las instituciones y movimientos de este protocolo. Los alumnos serán seleccionados por los movimientos campesinos de cada país.
5. Las instituciones y movimientos aquí firmantes se comprometen a editar y publicar literatura técnica que subsidie nuestros movimientos campesinos a tener acceso al conocimiento sobre la soberanía alimentaria, sobre la agroecología, sobre la defensa de nuestras semillas, sobre la investigación campesina y sobre los agricultores.
6. Las instituciones y movimientos aquí firmantes se comprometen a promover el intercambio de semillas y técnicas de producción de semillas entre los agricultores e instituciones de investigación de nuestros países, asegurando que

ninguna parte de esa información y patrimonio será objeto de ninguna forma de patentamiento ni propiedad intelectual.

7. Las instituciones y movimientos del Brasil ofrecen y ponen a disposición para el Gobierno Venezolano semillas del trópico adecuadas a las socio-bioregiones de Venezuela para su adaptación posterior y multiplicación de diversas variedades de semillas de la riqueza alimentaria venezolana. También poner a disposición variedades de maíz criollo desarrollados por los agricultores y pueblos indígenas del Brasil.
8. Las instituciones y movimientos aquí firmantes se comprometen a producir, editar y distribuir materiales pedagógicos audiovisuales, por medio de videos, programas de televisión educativos, de forma a ampliar y popularizar el debate en torno de la defensa de la soberanía alimentaria, de la multiplicación y democratización de las semillas y del desarrollo del cooperativismo.
9. Las instituciones y movimientos aquí firmantes se comprometen a estimular todo tipo de intercambio científico entre sus investigadores, campesinos y técnicos, como así mismo, nuestros especialistas y sabios locales, de nuestras comunidades indígenas y campesinas promoviendo la integración y la mutua colaboración entre nuestros gobiernos y pueblos de América Latina.
10. Las instituciones y movimientos aquí firmantes se comprometen a luchar, en todos los foros y organismos internacionales, en la defensa de la biodiversidad y de los recursos hídricos de nuestros países, al derecho a la soberanía alimentaria de nuestros pueblos, en la defensa de la agricultura campesina y de la reforma agraria, en la defensa de nuestras semillas, como parte de nuestros derechos a la autodeterminación y soberanía nacional.
11. Concluimos ese protocolo, acordando de promover reuniones de trabajo con todas las instituciones y movimientos involucrados, en los próximos meses para concretizar un plan de acción y la programación de las metas de trabajo acordadas, dando efectividad a ese protocolo.

Asentamiento Lagoa do Junco, Municipio de Tapes, Estado de Rio Grande do Sul, Brasil, el día 30 de enero de 2005.

Por el Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela

Por el Gobierno del Estado de Paraná

Por el Gobierno Bolivariano del Estado de Yaracuy

Reitor Carlos Augusto Moreira Júnior

Universidade Federal do Paraná

Por la Via Campesina Internacional

Por Via Campesina Brasil

ANEXO D – Proposta para a reorientação do Projeto Original do IALA Paulo Freire

República Bolivariana de Venezuela

Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria

Instituto Universitario Latinoamericano de Agroecología Paulo Freire.

La Marqueseña-Barinas 27 de Septiembre de 2015

PROPUESTA PARA LA REORIENTACION DEL PROYECTO ORIGINARIO IALA PAULO FREIRE:

PREÁMBULO:

El IALA surge por una inmensa necesidad de fortalecer la solidaridad internacional de pueblos que se levantan en lucha, como también de la articulación latinoamericana de procesos de formación de dirigentes políticos y profesionales

En el área de la Agroecología, de las Organizaciones Sociales del Campo, articulados en la Vía Campesina Internacional que luchan contra el agro negocio y el modelo capitalista de agricultura que predomina a nivel mundial.

De esta forma, comprendemos que la construcción del IALA, es también fruto de las luchas, resistencias y rebeldías de la clase trabajadora desde su largo tiempo histórico, en la perspectiva de fortalecer los lazos de hermandad entre campesinos, indígenas, afrodescendientes y todos y todas aquell@s que luchan por un mundo digno.

El IALA se concibe como un nuevo modo de crear y compartir conocimientos científico-tecnológicos, humanísticos y saberes que conduzcan a romper con la lógica de la racionalidad dominante en el contexto agrario y rural de nuestros países, se trata de forjar una visión inter y transdisciplinaria e intercultural basada en los principios agroecológicos.

No es un proceso coyuntural por el momento en que nos encontramos, si no los efectos de la desviación de los principios fundacionales de la creación del IALA Paulo Freire, en cuanto a la universidad campesina, indígena y afrodescendiente, de la educación popular liberadora, de la praxis en los estudios de agroecología, construcción del poder popular, y la formación del ser ético, moral, humanista, político, ideológico y con sentido social al servicio con el pueblo y para el pueblo; considerando además la mengua en los procesos de participación activa y protagónica de los movimientos sociales internacionales Latinoamericanos.

Es en este preciso momento histórico como retomamos de manera política e ideológica la REORIENTACION DEL PROYECTO ORIGINARIO IALA PAULO FREIRE, como única alternativa para la construcción de un sistema educativo que contribuya a la consolidación de la patria grande, y a la construcción de una sociedad mas justa, con nueva cultura ético-política e ideológica con contenido social y humano, en favor de la clase campesina, la contribución con el 5^{to} objetivo histórico, la preservación de la especie humana en el planeta; Sentando las bases del Ecosocialismo, la soberanía agroalimentaria como objetivos históricos impostergables de nuestra revolución y el esfuerzo incansable y decidido del primer presidente Chavista Nicolás Maduro.

DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS:

Nosotr@s, estudiantes del Instituto Universitario Latinoamericano de Agroecología "Paulo Freire", nos declaramos : Revolucionarios, Antiimperialistas, Ecosocialistas, Bolivarianos, Chavistas , Maduristas, comprometidos firmemente con la Agroecología como integración cultural transdisciplinaria y multidimensional, que exige un nuevo modelo de educación, el cual pasa por una transformación universitaria basada en el espíritu de la Educación Popular Liberadora, inspirada en los principios Freirianos y Robinsonianos, sustentados en los procesos de construcción colectiva, las relaciones profundamente humanistas, horizontales y los intercambios dialógicos que rompen con el paradigma de la educación convencional, y por tanto tiene como finalidad la construcción del hombre nuevo y la mujer nueva.

FUNDAMENTOS ORIGINARIOS:

Misión:

El Instituto Universitario Latinoamericano de Agroecología Paulo Freire (IALA) formará a estudiantes, postulados por los movimientos campesinos, indígenas y afrodescendientes organizados de Latinoamérica y el Caribe, como profesionales integrales altamente capacitados para la transformación de los modelos de producción agropecuaria, fundamentada en la agroecología; creará los espacios para la formación ética, científico-técnica, productiva, sociocultural, socioambiental y sociopolítica capaz de contribuir significativamente con la agricultura autónoma para la soberanía alimentaria, con la consolidación de los movimientos sociales campesinos, para la profundización de una cultura de convivencia democrática, participativa y protagónica de las comunidades, siempre en el marco de una integración constructiva, horizontal, dialógica y creadora.

Sus programas de formación serán flexibles, con diversas modalidades de estudio, unidades de formación integral y titulaciones diversas; sus docentes deben estar comprometidos con una educación fundamentada en el diálogo, el respeto a la dignidad del pueblo, el reconocimiento de todos los seres humanos como hacedores de cultura y con formación continua y actualizada, que los invite a seguir aprendiendo, a desaprender para volver a aprender.

Visión:

El instituto se visualiza a mediano plazo como un centro de educación superior que formará a estudiantes latinoamericanos y caribeños provenientes de movimientos campesinos, quienes al regreso a sus regiones de origen, contribuirán con el desarrollo endógeno integral y agroecológico de su región, y a fortalecer la lucha contra el neoliberalismo, los agronegocios capitalistas, la dependencia en todas sus formas y la depredación ambiental. Su trabajo estará directamente orientado hacia el logro de la soberanía alimentaria y la integración solidaria de los pueblos de América Latina, el Caribe y el Mundo, en el marco de la Alternativa Bolivariana de los Pueblos de Nuestra América (ALBA).

Elementos resaltantes de los ejes de Formación:

- **La Educación Popular Liberadora:** Basada en los principios Robinsonianos y Freirianos para los procesos de formación de educandos y educadores en una íntima solidaridad para la liberación de la clase oprimida históricamente; como lo son los campesin@s, Indígenas, y afrodescendientes; que permitan adquirir las herramientas necesarias para la transformación de nuestras realidades latinoamericanas y caribeñas. "La educación es la formación del hombre para la acción".
- **Los estudios en agroecología:** Como nuevo paradigma de vida cuya base es la producción de alimentos en armonía con la pachamama, utilizando ecotecnologías apropiadas y apropiables en el agroecosistema; se nutre de saberes ancestrales, populares y colectivos enraizados en comunidades campesinas y de pueblos indígenas; la resistencia ante las agresiones del agronegocio capitalista que atenta contra el ambiente, la semilla campesina como patrimonio cultural de la humanidad, la salud de los pueblos como derecho vital e inviolable a una alimentación sana y soberana. Desde el punto de vista del conocimiento es una ciencia inter-transdisciplinaria que propicia el dialogo de saberes, y que asume la complejidad como parte consustancial del ser humano.
- **La universidad comunal:** En el pleno ejercicio de la construcción del socialismo como alternativa ante el voraz sistema capitalista, en la debida concordancia del reconocimiento ancestral de los sistemas de vida de nuestras civilizaciones latinoamericanas y el proyecto bolivariano de la construcción del estado comunal como objetivo impostergable de la revolución bolivariana.
- **La política productiva:** Enmarcar la transversalidad de la comunidad IALA, que vincule y propicie en lo concreto: la producción de alimentos, conocimientos, saberes, innovaciones, intercambio de experiencias, culturas y tradiciones. Que tenga como base principal el Konuko en la puesta en práctica de los principios de: diversidad, eficiencia en el uso de los espacio, ciclaje de nutrientes, adaptabilidad, conservación del patrimonio genético, eficiencia energética, autonomía y seguridad alimentaria.

CONTEXTO ACTUAL:

La carga histórica del IALA "Paulo Freire" por más de una década de su creación, ha sido una construcción de lucha colectiva, constancia, perseverancia y compromiso; actualmente la desviación de los principios fundamentales y objetivos generales para el cual fue creado el IALA Paulo Freire se deriva de acciones de la gestión por parte de las autoridades directivas de la institución, lo cual se sustenta en:

- La ineficiencia y la ineficacia en la gestión de los requerimientos que la comunidad educativa precisa para un buen funcionamiento: Comedor, transporte, maquinaria, herramientas, equipos electrónicos y de investigación, sistema de salud, infraestructura y seguridad.
- La falta de voluntad política para afianzar relaciones comunitarias e institucionales que permitan solventar las problemáticas que se agravan cada día mas en la institución;
- La negativa hacia la participación directa de organizaciones sociales y comunidades en el proceso formativo sociopolítico;
- El cambio de enfoque de Educación Popular en la formación hacia el modelo de educación tradicional, cientificista y bancario, el cual está desconectado de las realidades comunitarias, y por lo tanto sin pertinencia social;
- La mengua del carácter internacionalista, expresado en la ausencia del acompañamiento sociopolítico, así como de facilitadores provenientes de movimientos de base internacionales;
- La deficiente organización y planificación en lo concreto, no ha contado con una visión general de lo productivo como condicionante a las actividades académicas, sino todo lo contrario, pues no se han tomado en cuenta la adaptación de los tiempos académicos al calendario productivo, para que se lleve a cabo la praxis agroecológica.
- Ausencia laboral por parte del coordinador general.

Distribución Geográfica y Organicidad:

La institución cuenta con un espacio territorial de 100 hectáreas, divididas en 2 partes, las primeras 50 hectáreas se encuentran ocupadas por las instalaciones y por 13 Proyectos Socio Integradores (PSI) en los cuales la comunidad estudiantil lideramos el proceso de construcción, los mismos se han visto afectados por la falta de planificación presupuestaria y por los trámites burocráticos administrativos, que no han permitido tener las condiciones materiales y de recursos para la consolidación de dichos proyectos. Por otra parte, la deficiente organización y planificación en lo concreto, no ha contado con una visión general de los proyectos como productores de alimentos y generadores de conocimientos, participación social, integración y solución de problemas.

Las restantes 50 hectáreas están distribuidas entre varias áreas, una de las cuales está destinada al PSI Policultivo y en convenio con los productores del Consejo Comunal de la

comunidad Los Pinos, municipio San Genaro de Boconoito, estado Portuguesa. Con una ocupación productiva del 10% del área total.

Se cuenta con una organización interna, conformada por la Dirección, Pedagógico, Administrativo, Bienestar Estudiantil, Cooperativas de servicios (comedor, seguridad, transporte y mantenimiento) y la organización estudiantil (Consejo Estudiantil).

FORTALEZAS:

Dentro de las principales fortalezas enunciamos las siguientes:

- Talento humano de la comunidad internacional del IALA.
- Incorporación de maestros pueblos.
- Nuevo PNF en agroecología.
- Constantes talleres de aprendizajes.
- Equipamiento de la sala odontológica.
- Instalaciones básicas. (dormitorio, comedor, biblioteca, aulas de clases, oficinas, galpones, sala de internet).
- Contacto con las comunidades históricamente vinculadas a la comunidad estudiantil, así como la relación con las familias de los patios productivos.
- Contacto con los movimientos sociales a nivel nacional, así como con actores sociales solidarios con el proyecto IALA por parte de la comunidad estudiantil.
- Apertura de la Radio IALA 91.9 FM por parte de la gestión del comité de comunicación del Consejo Estudiantil.

DEBILIDADES:

Dentro de las principales debilidades tenemos:

AMBIENTALES:

- Impacto Ambiental por parte de la explotación de la cárcava en la zona Noroeste periférica al IALA "Paulo Freire" (Diagnóstico realizado con propuestas de posible solución).
- El colapso de los drenajes y alcantarillado por falta de mantenimiento, lo que provoca el estancamiento de las aguas servidas de la institución.

- El colapso de los pozos sépticos del IALA por deficiencia en diseño y ausencia de mantenimiento.
- La falta del servicio de recolección y disposición de residuos sólidos y no reciclables de manera permanente.
- Las precarias condiciones de salubridad en las zonas del Comedor y la Cocina, así como en la zona circundante.

INFRAESTRUCTURA:

- La carencia de infraestructura deportiva.
- Falta de dotación de los materiales y equipo del Laboratorio.
- La demora en la ejecución del proyecto aprobado para las nuevas edificaciones (para el hospedaje de las próximas cohortes).
- El deterioro por abandono que sufre la vía de acceso y la falta de iluminación a la misma.
- La ausencia de mantenimiento constante de las instalaciones existentes (baños, dormitorios, zona de lavandería, lavaplatos, filtros, entre otros).
- El deterioro de la cerca perimetral.
- El descuido, deterioro e inutilización de los paneles solares instalados.
- Carencia de materiales, herramientas y equipos necesarios para el desarrollo del plan productivo.

MAQUINARIAS Y TRANSPORTE.

- El deterioro y abandono de la maquinaria agrícola.
- El desgaste y la ineficiencia para la reparación y mantenimiento de los transportes, que actualmente se encuentran inoperativos, siendo estos los únicos medios para el traslado de los estudiantes en caso de enfermedad, emergencia y trabajos comunitarios.

SALUD.

- La inactividad de la sala odontológica por daños en el compresor.
- Falta de dotación de materiales de primeros auxilios y medicinas básicas de atención primaria.

- Aparición de enfermedades relacionadas a la insalubridad de las instalaciones del comedor y al servicio de plato servido.
- La deficiencia del servicio, atención y seguro médico para beneficio de la Comunidad IALA.

ALIMENTACIÓN.

- Ineficiencia en gestión y seguimiento para garantizar el debido suministro de alimentos al estudiantado y demás beneficiarios del servicio.
- Falta de insumos alimenticios en el comedor para gozar del servicio de la alimentación.
- Ausencia de un plan nutricional aterrizado a los requerimientos nutricionales de la Comunidad Estudiantil y Trabajadora.
- Consumo de agua no tratada en la preparación de los alimentos, proveniente de la perforación, y según estudios realizados, con contenidos de metales pesados.

ACADEMICO FORMATIVO.

- La ausencia en el sector pedagógico de facilitadores y facilitadoras que cubran con amplitud el perfil de vivo compromiso con la Agroecología, como también con la consolidación de la Educación Popular Liberadora, principales banderas de esta comunidad educativa.
- Ausencia de facilitadores internacionales, debido al carácter internacionalista que identifica a esta comunidad educativa.
- La rotación por despido y contratación de facilitadores y facilitadoras constantemente, que dificulta los procesos de aprendizaje y la continuidad en los PSI.
- La incoherencia en la praxis de los conocimientos adquiridos en el aula con lo practicado en el trabajo de campo.
- Abandono desde la gestión institucional del Tiempo en Comunidad.
- La ausencia de facilitadores capacitados que acompañen el ejercicio de las actividades recreativas y culturales, tan elementales en el proceso de formación integral en el marco del intercambio cultural de los miembros de la comunidad.

RELACIONES LABORALES E INTERPERSONALES.

- El trato no adecuado por parte del Director hacia la comunidad en general, específicamente a los trabajadores y trabajadoras, empleados y profesores.

- Señalamientos discriminatorios y sin fundamento constantemente por parte del director, hacia la comunidad estudiantil, expresado en acusaciones personalizadas hacia estudiantes, llegando al caso de tratarlos de paramilitares, mal poniendo su imagen ante algunas autoridades públicas y militares.

SEGURIDAD.

- La vulnerabilidad en seguridad por falta de cerca perimetral en la institución, así como la falta de presencia de organismos policiales en los alrededores (Patrullaje).
- El desconocimiento de la procedencia de los sujetos que prestan el servicio de vigilancia, por parte de la Compañía SERVEPA, así como la ausencia del debido seguimiento por parte de las autoridades con respecto al cumplimiento de sus funciones.
- Falta de seguimiento por parte de las autoridades en los numerosos casos de robo, que aún siendo denunciados ante las autoridades competentes, los autores materiales salen libres por falta de acusación.

Ante todas las fortalezas y debilidades antes mencionadas, manifestamos nuestro compromiso a seguir con la construcción y mejoramiento de esta Universidad Campesina Latinoamericana, como hemos sumado nuestros esfuerzos hasta este momento en correspondencia con nuestro papel de luchadores por los pueblos históricamente oprimidos y en resistencia de Nuestra América, como lo soñó también nuestro Comandante Eterno Hugo Chávez, quien creó e impulsó este proyecto.

PROPUESTAS DE CARÁCTER ESTRUCTURAL:

Tomando en cuenta el histórico y el propósito para el cual fue creado el IALA, vemos con preocupación el rumbo que está tomando actualmente. Es por ello que se propone retomar los objetivos originales de dicho proyecto. A continuación planteamos los siguientes elementos de carácter estructural:

- El debido reconocimiento legítimo de la carga histórica del IALA "Paulo Freire" con su carácter internacional de Movimientos Sociales Campesinos, Indígenas y Afro descendientes por parte de los ministerios correspondientes, siendo nosotros los principales herederos y herederas de este legado de lucha y resistencia para la transformación social, ya que es el pasado quien da luz al camino del presente.
- El rescate y avivamiento de la identidad campesina, indígena y afro descendiente del IALA, siendo este un espacio de militancia que aporta en la transformación social de nuestras comunidades de origen. Para ello se hace necesario establecer un perfil de los y las estudiantes, los y las facilitadoras, así como de los demás miembros que hagan parte de esta comunidad, de acuerdo con la misión, la visión y la necesidad urgente de generar nuevas propuestas para los procesos productivos, hacia la transformación de una nueva sociedad Ecosocialista. A su

vez, la integración de facilitadores internacionales por el carácter internacionalista del IALA.

- Se propone que el MPP para las Relaciones Exteriores y el MPP de Agricultura y Tierras retome el acompañamiento continuo, como parte de los acuerdos suscritos en Sabaneta de Barinas, el 26 de septiembre del 2005.
- Se propone realizar una auditoria profunda por parte del MPP para la Educación Universitaria, Ciencia y Tecnología, en todas las áreas de funcionamiento, el cual debe realizarse a la brevedad posible.
- Se propone que las autoridades que acompañen la dirección del IALA estén vinculadas históricamente con la lucha social campesina, tengan vinculación con los movimientos sociales integrantes del IALA, y recojan el perfil de vivo compromiso con la transformación social, con la Educación Popular Liberadora, y la Agroecología como proyecto de vida en comunidad; se propone su nombramiento por la vía constituyente por parte de los actores que hacen parte del mismo.
- Consideramos que el carácter de construcción colectiva que enmarca este proyecto en valores como la horizontalidad, la corresponsabilidad, el sentido de pertenencia, la solidaridad y la humildad solo tienen sentido y coherencia bajo las instancias de participación y toma de decisiones colectivas. Para esto se propone reconocer y legitimar las siguientes instancias:
 1. La Asamblea General como máxima instancia de toma de decisiones para todos los asuntos que conciernan a la Dirección y Organización Estructural de la comunidad IALA "Paulo Freire". Esta Asamblea General está conformada por todos los miembros de la comunidad, integrada por el sector estudiantil, el sector pedagógico, el sector administrativo, el sector directivo, así como también las Cooperativas de Trabajadores y demás empleados de la institución.
 2. La Coordinación General como segunda instancia de toma de decisiones con carácter operativo y estratégico en los encaminamientos de los procesos de construcción de la comunidad. La misma estará conformada por l@s coordinador@s de todos los PSI, los voceros y voceras de todos los Comités (cuando el asunto sea de su competencia), así como voceros y voceras de cada uno de los siguientes sectores: pedagógico, administrativo, directivo, representantes de las Cooperativas de Trabajadores y demás empleados de la Comunidad IALA "Paulo Freire".
 3. Reactivación de la Coordinación Política Pedagógica (CPP), que estará integrada por militantes de organizaciones sociales nacionales e internacionales pertenecientes a la CLOC-Vía Campesina, quienes tendrán la responsabilidad del acompañamiento político y pedagógico del proceso de formación integral.

- Retoma de las relaciones directas con las comunidades cercanas y movimientos sociales campesinos, como participantes activos y protagónicos en los procesos de construcción del IALA, que permitan la consolidación de los conocimientos y las experiencias adquiridas en respuesta a las necesidades emergentes de ambas partes. Por tal motivo se hace necesario el libre acceso de los integrantes de las comunidades cercanas y movimientos sociales, con las debidas medidas preventivas. En síntesis: que la comunidad venga al IALA y el IALA vaya a la comunidad.
- El reimpulso del Trabajo Comunitario, entendido como el trabajo productivo y de acompañamiento activo a las comunidades cercanas en todo el calendario académico; y el Tiempo en Comunidad entendido como el trabajo a realizarse a nivel nacional e internacional en períodos vacacionales o de receso, en comunidades u organizaciones sociales, con el objetivo de difundir y fomentar la agroecología, así como el diálogo e intercambio de saberes aportando en la solución de los problemas emergentes.
- Para dar solución a las problemáticas emergentes de la comunidad IALA, se hace necesario presentar alternativas ante el rígido proceso de la burocracia administrativa, es decir, la puesta en práctica de la simplificación de los trámites administrativos.
- La selección y designación de los nuevos ingresos de estudiantes al IALA será realizada por los movimientos sociales campesinos, indígenas y afrodescendientes, comunidades organizadas en consejos comunales y comunas, y demás formas organizativas del poder popular, donde será un requisito la inscripción por la OPSU.
- El IALA se compromete al fortalecimiento de la producción conjuntamente con las comunidades cercanas como una base autosustentable, y como un principio hacia la consolidación de la Soberanía Alimentaria, siendo necesario una partida que pueda cubrir los costos necesarios para esa producción.
- Las investigaciones y publicaciones del IALA contribuirán a la soberanía alimentaria y al proceso de formación de la Revolución Bolivariana.
- Se propone que todos los elementos de reorientación y redireccionamiento deben ser publicados en la gaceta oficial o decreto presidencial para la reafirmación de la misma.
- Creación de una política de seguridad con la integración de los diferentes organismos de seguridad integral, donde se le brinde la capacitación y apoyo a los sujetos que tengan a cargo la vigilancia permanente de las instalaciones.
- Articular con las instituciones que corresponda para asegurar el suministro de alimentos necesarios para alimentación de la Comunidad IALA.
- Aceleración de los trámites para la construcción de las nuevas edificaciones que servirán de alojamiento para las nuevas cohortes que se integren en lo sucesivo.

Por los motivos antes expuestos, se hace necesario una revisión y acompañamiento directo por los órganos correspondientes, que parte del cambio de la actual Comisión de modernización y transformación (CMT) por no corresponder ni dar repuestas eficientes a las exigencias que demanda el proyecto del IALA, y así encausar las propuestas antes mencionadas y solucionar la problemática que afecta el proceso de la Transformación Universitaria y consolidación del Poder Popular en la Revolución Bolivariana.

Esta comunidad estudiantil hace extensiva la invitación a todos los sectores sociales nacionales e internacionales dispuestos a conocer, compartir y colaborar con el verdadero espíritu campesino, indígena y afrodescendiente, así como para acompañar un proceso de revisión estructural y poner los hombros con el gobierno revolucionario del presidente Nicolás Maduro hacia un gobierno popular, combatiendo el viejo estado y los vicios enquistados en algunas instituciones; estamos seguros que lo mas importante es aprender construyendo en los verdaderos campos de trabajo, de organización, de la gran lucha por la construcción de la mujer y el hombre nuevos y para garantizar el cauce fundacional del IALA "Paulo Freire".

Este documento surge como iniciativa de los estudiantes, en análisis de la situación actual, recordando la originalidad del proyecto IALA, con el fin de enrumbarlos hacia la verdadera Escuela Campesina Latinoamericana.

¡Estudio, Lucha y Organización con la Agroecología en la Revolución!!

**“Las dificultades son grandes, pero quienes han de vencerlas, también”
José Martí**